

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

NATÁLIA MUNARO DE LEÃO

**INFLUÊNCIAS GRECO-ROMANAS NA HISPÂNIA:
COLONIZAÇÃO, ARQUITETURA E URBANISMO DE EMERITA AUGUSTA
(SÉCULOS I A.C. AO II D.C)**

Porto Alegre

2015

NATÁLIA MUNARO DE LEÃO

**Influências greco-romanas na Hispânia:
Colonização, arquitetura e urbanismo de Emerita Augusta
(séculos I a.C. ao II d.C.)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern

Porto Alegre

2015

Catálogo na Publicação

D278i De Leão, Natália Munaro
Influências greco-romanas na Hispânia :
colonização, arquitetura e urbanismo de Emerita
Augusta (séculos I a.C. ao II d.C. / Natália Munaro de
Leão. – Porto Alegre, 2015.
286 f.

Diss. (Mestrado em História) – Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.
Orientador: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern

1. Colonização Greco-Romana. 2. Romanização.
3. Arquitetura. 4. Urbanismo. 5. Emerita Augusta.
6. História. I. Kern, Arno Alvarez. II. Título.

CDD 936.603

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

NATÁLIA MUNARO DE LEÃO

**Influências greco-romanas na Hispânia:
Colonização, arquitetura e urbanismo de Emerita Augusta
(séculos I a.C. ao II d.C.)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Arno Alvarez Kern (Orientador) – PUCRS

Prof. Dr. Francisco Marshall – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Margaret Marchiori Bakos – UEL

Porto Alegre

2015

Ofereço à minha família e à memória da Bel,
eterna companheira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à orientação do Prof. Dr. Arno Alvarez Kern, que ao longo de todo meu percurso acadêmico me auxiliou e incentivou continuamente ao estudo histórico-arqueológico da Antiguidade. Assim como também acreditou sempre em minha capacidade e em meu trabalho profissional. Considero uma grande pessoa e intelectual, profissional por quem sinto e inspira enorme admiração e respeito a todos, especialmente aos colegas historiadores e arqueólogos.

Sou muito grata a instituição da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – por acreditar no desenvolvimento de estudos sobre História Antiga no Brasil e me oferecer tal oportunidade em apoiar minha pesquisa desde o início, através da concessão da bolsa integral para mestrado, resultando na materialização desse trabalho. Ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS e a todos os seus funcionários, e aos colegas por oportunizarem esse ambiente acadêmico tão produtivo e intelectual.

Aos funcionários das seguintes instituições, pela disponibilidade em ceder documentações e informações para este estudo: Ao José María Murciano Calles do Departamento de Documentación do Museo Nacional de Arte Romano de Mérida (MNAR) pela referência do Consorcio de la Ciudad de Mérida para consulta de dados arqueológicos; à dedicação e préstimo da senhora Christina Henning da Biblioteca Römisch-Germanische Kommission (RGK) de Frankfurt, pela incansável assistência em me fornecer material de pesquisa; à senhora Fernanda Torquato da Biblioteca de

Arqueologia de Lisboa, pela atenção em também disponibilizar material de pesquisa a este trabalho.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado e me apoiou integralmente em todos os momentos de minha vida pessoal, acadêmica e profissional. Aos meus amigos pelo companheirismo, disponibilidade e amizade.

E, finalmente, agradeço também a todas as pessoas que permaneceram ao meu lado, ajudaram em minha pesquisa, estiveram presentes em sua construção e apoiaram o desenvolvimento desse trabalho.

"Graecia capta ferum victorem cepit et artes intulit in agresti Latio."

“A Grécia capturada conquistou seu feroz dominador [Roma]
e introduziu as artes no agreste Lácio.”

Horácio, *Epístolas*, Livro II.

RESUMO

Esse estudo analisa a trajetória da expansão da colonização greco-romana ocidental pelo Mediterrâneo, até chegar à Península Ibérica. Para tanto, verificou-se a importância política-estratégica e riqueza de fonte recursal que o território hispano oferecia, atraindo colonizadores mediterrâneos que se utilizaram da fundação de diversas cidades coloniais para se estabelecerem pelo território peninsular. Através deste fenômeno colonizador, das trocas comerciais e dos contatos interétnicos, as cidades coloniais greco-romanas alcançaram grande êxito e implicaram que a Península Ibérica sofresse um longo processo de influências culturais tanto do helenismo como da romanização, culminando portanto, na difusão da cultura greco-romana pela Hispânia. As antigas cidades coloniais registraram as influências greco-romanas que permaneceram expressas via urbanismo e arquitetura, legados à posteridade, principalmente, através de suas ruínas de monumentos e edifícios encontrados *in situ*. O processo de romanização foi destacado neste estudo a partir da análise de evidências de vestígios arqueológicos, arquitetônicos e urbanos da capital da Província Hispana Ulterior da Lusitânia, a cidade colonial romana de Emerita Augusta, em período do Alto Império Romano. Tais características que compunham uma cidade colonial romana podem apontar a magnificência e influência de uma cidade provincial em seu tempo, além de revelar a importância desta cultura na Antiguidade e também seus reflexos em período atual.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização greco-romana. Romanização. Urbanismo. Arquitetura. Emerita Augusta.

ABSTRACT

This study analyzes the trajectory of expansion of Western Greco-Roman colonization along the Mediterranean, until reaching Iberian Peninsula. Therefore, it verified political-strategic importance and wealth of resources Hispania territory used to offer, attracting Mediterranean colonizers who founded several colonial towns in order to settle at the peninsular territory. Through the phenomenon of colonization, trades and inter-ethnic contacts, Greco-Roman colonial towns have achieved great success and led Iberian Peninsula to a long process of cultural influences by both Hellenism and Romanization, culminating, thus, in Greek-Roman culture spreading in Hispania. Ancient colonial towns have registered Greco-Roman influences that has remained expressed via urbanism and architecture, legated to posterity mainly by its ruins of monuments and buildings found *in situ*. Process of Romanization was highlighted in this study based on analysis of archaeological, architectural and urban vestiges evidence of the capital of Province of Hispania Ulterior of Lusitania – the Roman colonial town of Emerita Augusta – during the High Roman Empire period. Characteristics that used to comprise a Roman colonial town can show how magnificent and influent this provincial town was then, besides revealing the importance of that culture in antiquity and their influence to the present.

KEYWORDS: Greco-Roman colonization. Romanization. Urbanism. Architecture. Emerita Augusta.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Península Ibérica ao longo da Segunda Guerra Púnica.....	36
Figura 2. Províncias da Hispânia: Bética, Lusitânia e Terraconense.....	45
Figura 3. Principais vias e assentamentos urbanos da Hispânia.....	58
Figura 4. Elementos de uma estrada ideal do Império Romano.....	58
Figura 5. Principais estradas e cidades romanas da Lusitânia.....	83
Figura 6. Planta original do Templo de Diana.....	93
Figura 7. Planta do Teatro de Emerita Augusta e arredores.....	104
Figura 8. Planta reconstruída do Anfiteatro de Emerita Augusta.....	109
Figura 9. Planta original do Circo de Emerita Augusta.....	114
Figura 10. Alçado do segundo trecho da ponte sobre o rio Anas.....	118
Figura 11. Reconstrução da ponte sobre o rio Anas.....	119
Figura 12. Planta e alçado da ponte sobre o arroio Albarregas.....	123
Figura 13. Alçado dos restos do aqueduto de San Lázaro.....	132
Figura 14. Alçado dos restos do aqueduto de Los Milagros.....	135
Figura 15. Planta da Casa do Teatro ou Casa Basílica.....	146
Figura 16. Planta da Casa do Anfiteatro.....	148
Figura 17. Planta da Casa do Mitreo.....	151
Figura 18. Comparação das colunas e suas respectivas ordens.....	169
Figura 19. Planejamento das cidades da Magna Grécia.....	179
Figura 20. Modelo simples de uma planta de um castrum romano.....	191
Figura 21. Planta de um acampamento romano típico.....	193

Figura 22. Planta de um acampamento romano e seus componentes.....	194
Figura 23. Ilustração de uma típica insula romana.....	202
Figura 24. Plano urbano ideal de uma cidade colonial romana.....	204
Figura 25. Planta de Emerita Augusta segundo Mateos Cruz.....	224
Figura 26. Plano urbano de Emerita Augusta sobre o atual de Mérida.....	233
Figura 27. Planta de Emerita Augusta com suas estruturas urbanas.....	234
Figura 28. Limites aproximados do ager emeritensis por Cordero Ruiz.....	248

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO E ROMANIZAÇÃO NA HISPÂNIA.....	25
2.1 COLONIZAÇÃO GREGA DO OCIDENTE.....	25
2.1.1 Motivos da colonização grega.....	25
2.1.2 Interesses na colonização do Ocidente.....	26
2.2 COLONIZAÇÃO ROMANA.....	30
2.2.1 As colônias gregas incidem em Roma.....	30
2.2.2 Princípios da colonização romana.....	31
2.3 GUERRAS PÚNICAS – REPÚBLICA.....	35
2.3.1 Guerras Púnicas e o domínio do Mediterrâneo.....	35
2.3.2 Crise da República.....	38
2.4 INFLUÊNCIA GREGA.....	38
2.5 SITUAÇÃO DA HISPÂNIA.....	40
2.6 DOMINAÇÃO ROMANA NA HISPÂNIA – IMPÉRIO.....	40
2.6.1 Interesses no território hispano.....	43
2.6.2 Organização territorial, provincial e administrativa.....	44
2.7 COLÔNIAS, A POLÍTICA DE CÉSAR E AUGUSTO.....	49
2.8 ROMANIZAÇÃO.....	52
2.8.1 Relações interétnicas: exército, colonos e indígenas.....	53
2.8.2 Estradas para romanização.....	56
2.8.3 Estrutura e modelos urbanos.....	60
2.8.4 Formas urbanas.....	64
2.8.5 Formas arquitetônicas.....	67
2.9 IMPÉRIO: PANORAMA URBANO E ARQUITETÔNICO.....	72
3. ARQUITETURA DA CIDADE COLONIAL ROMANA DE EMERITA AUGUSTA.....	77
3.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.....	77
3.2 FÓRUNS: ARQUITETURA OFICIAL.....	86
3.2.1 Fórum municipal.....	86

3.2.2	Fórum provincial.....	88
3.3	TEMPLOS.....	90
3.3.1	Templo de Diana.....	91
3.3.2	Templo de Marte.....	94
3.4	EDIFÍCIOS PARA ESPETÁCULOS PÚBLICOS.....	95
3.4.1	Teatro.....	97
3.4.2	Anfiteatro.....	106
3.4.3	Circo.....	110
3.5	PONTES.....	116
3.5.1	Ponte sobre o rio Anas.....	117
3.5.2	Ponte sobre o arroio Albarregas.....	122
3.5.3	Ponte denominada de “Alcantarilla romana”.....	124
3.6	BARRAGENS E AÇUDES.....	124
3.6.1	Reservatório de Proserpina.....	125
3.6.2	Reservatório de Cornalvo.....	126
3.7	ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	127
3.7.1	Aqueduto <i>Aqua Augusta</i>	129
3.7.2	Aqueduto de San Lázaro.....	130
3.7.3	Aqueduto de Los Milagros.....	133
3.8	DIQUE.....	136
3.9	REDE DE SANEAMENTO E LATRINAS.....	137
3.10	BANHOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	138
3.10.1	Edifício termal da rua Reyes Huertas.....	139
3.10.2	Termas de Alange.....	140
3.11	CASAS E VILAS ROMANAS.....	141
3.11.1	Casa do Teatro ou Casa Basílica.....	145
3.11.2	Casa do Anfiteatro.....	146
3.11.3	Casa do Mitreo.....	150
3.12	NECRÓPOLES.....	153
3.13	OUTROS MONUMENTOS.....	154
3.13.1	Arco de Trajano.....	154
3.13.2	Monumento de Santa Eulália.....	156
3.13.3	Pórtico do fórum.....	157
3.14	MUSEU ARQUEOLÓGICO: ESCULTURAS.....	158
3.15	ARQUITETURA ROMANA: MATERIAIS, MÉTODOS E CONSTRUÇÕES.....	159
4.	URBANISMO EMERITENSE E SUA RELAÇÃO COM OS MODELOS DE CIDADES HIPODÂMICAS E CASTROS ROMANOS.....	172
4.1	CONTRIBUIÇÃO GREGA E ETRUSCA.....	172
4.1.1	Planejamento urbano grego.....	172
4.1.2	A planta reticulada: Hipodamo de Mileto.....	175
4.1.3	Influências etruscas e gregas: inovações romanas.....	184
4.2	ACAMPAMENTOS ROMANOS E CIDADES CASTRENSES.....	190
4.2.1	Acampamento militar romano transformado em uma cidade.....	195
4.3	FUNDAÇÃO DE UMA CIDADE COLONIAL ROMANA.....	196
4.3.1	<i>Civitas</i> romana.....	205
4.4	CIDADES ANTIGAS DA PENÍNSULA IBÉRICA.....	208
4.5	CIDADES HISPANO-ROMANAS.....	209
4.5.1	Romanização e urbanização.....	210

4.5.2	Cidades romanas provinciais.....	212
4.5.3	Origens e formas das colônias romanas em Hispânia.....	215
4.6	EMERITA AUGUSTA.....	218
4.6.1	Topografia emeritense.....	218
4.6.2	Teorias da forma urbana.....	226
4.6.3	Portas de acesso à cidade.....	228
4.6.4	Evolução urbana.....	231
4.7	CIDADE E CAMPO EMERITENSES.....	236
4.7.1	Emerita Augusta e Lusitânia.....	238
4.7.2	O <i>ager emeritensis</i> em época romana.....	239
4.7.3	Território emeritense durante a Antiguidade Tardia.....	249
4.8	ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO HISPANO.....	250
4.8.1	Situação arqueológica em Mérida.....	252
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	257
	REFERÊNCIAS.....	278
	ANEXO A – Mapa de Mérida.....	283
	ANEXO B – Planta de Mérida.....	284
	ANEXO C – Desenho reconstrutivo de Emerita Augusta.....	285
	ANEXO D – Desenho ilustrativo de Emerita Augusta.....	286

1 INTRODUÇÃO

Este estudo deve recorrer à interdisciplinaridade das áreas de História, Arqueologia e Arquitetura, para trabalhar com o fenômeno da colonização greco-romana no Ocidente e seus reflexos *in situ*. Partiremos da Antiguidade, com o êxito das fundações de cidades coloniais greco-romanas para compreendermos a difusão dos processos de influências culturais nas estruturas espaciais e arquitetônicas que tais colônias exerceram sobre a Península Ibérica, em especial a cidade colonial romana de Emerita Augusta. Os períodos delimitados para a realização dessa pesquisa foram, de forma mais geral, os antecedentes da expansão colonial greco-romana pelo Ocidente até a plena romanização da Hispânia e o declínio do Império Romano, entre os séculos VIII a.C. ao V d.C., e, especificamente, a fundação da cidade colonial romana de Emerita Augusta no século I a.C., até seu desenvolvimento no século II d.C., em período de seu auge, onde registrou as influências culturais greco-romanas expressadas em sua composição de cidade provincial.

Em seguida, após a delimitação do tema histórico, elaborou-se um questionamento sobre a trajetória das cidades coloniais greco-romanas e sua influência pelo Mediterrâneo ocidental e seu principal desfecho na Península Ibérica, em torno da seguinte pergunta: Como os elementos arquitetônicos e urbanos empregados em uma cidade colonial romana, a exemplo de Emerita Augusta entre os séculos I a.C. e II d.C., poderiam revelar os antecedentes dessa longa influência e contribuição da cultura da helenização e romanização, difundidos uma vez pela colonização e fundações de cidades coloniais greco-romanas pelo território peninsular da Hispânia?

Para responder ao questionamento apresentado, esse estudo partiu do conhecimento histórico sobre o desenvolvimento da expansão colonial greco-romana pelo Mediterrâneo, que esteve associado ao processo de helenização e romanização de dois territórios peninsulares da Europa, a região da Península Itálica junto a Magna Grécia e a Península Ibérica, a Hispânia; e também do conhecimento arquitetônico e arqueológico de ambas as regiões que mantiveram fortes influências e laços de procedências greco-romanas manifestadas em suas características urbanas e arquitetônicas.

Para realizar esse trabalho, traçou-se um objetivo geral de compreendermos a importância da colonização e fundações de cidades coloniais greco-romanas pela Península Ibérica que marcaram os espaços urbanos através de monumentos, edifícios remanescentes e vestígios arqueológicos, como a cidade colonial romana de Emerita Augusta, onde seu planejamento urbano e arquitetura apresentaram a cultural herdada da helenização e romanização, que exerceram forte influência no modo de vida dos habitantes nativos e cidadãos da cidade provincial da Hispânia lusitana entre os séculos I a.C. e II d.C. Para tanto, foram levantados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a expansão da colonização greco-romana pelo Ocidente, avaliando as principais transformações e características desse período entre os séculos VIII a.C. ao I a.C., através de influências culturais dos processos de difusão da helenização e romanização pelo Mediterrâneo, destacando principalmente as formas urbanas e arquitetônicas empregadas nestas cidades coloniais da Península Ibérica.

- Interpretar os resultados arqueológicos desse processo de colonização greco-romana através da cidade colonial romana de Emerita Augusta, analisando seus monumentos e edifícios arquitetônicos públicos e privados e demais elementos urbanos, além de ressaltar influências e composições inovadoras dos materiais e métodos de construções evidenciados na cidade por características da arquitetura greco-romana.

- Avaliar as influências dos processos de helenização e romanização em uma contribuição cultural e material greco-romana para a formação do avançado urbanismo antigo, verificado como base para planejamento urbano de cidades coloniais como Emerita Augusta na Hispânia, que relacionava modelos de cidades hipodâmicas e castros romanos, para além da análise topográfica, de evolução urbana

e questões de cidade e campo, chegar a situação arqueológica e patrimonial emeritense.

A pesquisa necessitou de diversas fontes de informações para seu resultado. Desta forma, foram levantadas questões envolvendo assuntos que tratassem da historiografia grega e romana da qual destacassem o fenômeno de colonização, junto às relações estabelecidas em contatos comerciais e interétnicos pelo Mediterrâneo ocidental, e que abrangessem a formação da história de fundações de cidades coloniais greco-romanas e suas influências no espaço urbano e na arquitetura empregada em suas construções. Para isso, foram revisadas bibliografias que auxiliassem esse trabalho.

O material bibliográfico levantado foi aproveitado e empregado no contexto de colonização mediterrânea antiga, que se constituiu como ponto de partida para compreendermos a formação de cidades coloniais greco-romanas e suas respectivas expansões de domínios e influências com as demais cidades magno-gregas e itálicas de sua época, que por fim geraram características urbanas e arquitetônicas aplicadas nos espaços hispânicos, em especial da cidade colonial romana de Emerita Augusta. Esse aprofundamento foi seguido por uma pesquisa empírica de levantamento de dados documentais, para a qual foram estabelecidos os alguns critérios.

Através da revisão bibliográfica, documental e de informações arqueológicas sobre a helenização e romanização tornou-se possível reconstituir as principais características urbanas e arquitetônicas que compunham as cidades coloniais greco-romanas. Todo o material analisado foi fichado, organizado e anexado junto de mapas, desenhos de modelos urbanos e plantas de construções arquitetônicas emeritenses, para maior aprofundamento do estudo e compreensão das influências que o mundo greco-romano infundiu na Hispânia, em especial na cidade de Emerita Augusta dos séculos I a.C. ao II d.C.

Seguindo tais delimitações, para alcançar essa tarefa, este estudo deve primeiro, discorrer sobre o fenômeno de colonização mediterrânea ocidental dos gregos e romanos, que ao se estabelecerem em novos territórios como os da Península Itálica e Península Ibérica, através de fundações de cidades coloniais, desencadeariam os processos de helenização e romanização pelas regiões, assim revelando suas colônias como centros culturais difusores de modelos urbanos e arquitetônicos por todo o Mediterrâneo antigo. Em segundo momento, deve-se analisar tais práticas encabeçadas por Roma e as características que induziram ao

êxito da romanização pelas províncias imperiais; e em seguida, avaliar o caso da Hispânia e a experiência da cidade colonial romana de Emerita Augusta para, desta forma, destacar a presença de influências greco-romanas manifestadas em sua estrutura e seus elementos urbanos, ainda visíveis nas ruínas e vestígios arqueológicos da atual cidade de Mérida. Segue adiante os assuntos referentes às seções desse trabalho.

Na primeira seção analisaremos os motivos e interesses da colonização grega pelo Mediterrâneo ocidental, entre os séculos VIII a.C. ao VI a.C., na Península Itálica, com as fundações das colônias magno-gregas. Para tanto, buscou-se elucidar, com o desfecho da expansão colonial grega, a interação de práticas comerciais, intercâmbios culturais e dos contatos interétnicos que culminariam com a influência grega nas relações políticas, econômicas e culturais por todo o Mediterrâneo, até que vigorasse o helenismo no século V a.C. A partir de então, o século IV a.C. registraria o avanço macedônico pelo Oriente, que asseguraria a difusão da helenização cultural aos territórios conquistados, enquanto no Ocidente, ocorreriam disputas pela hegemonia comercial no Mediterrâneo entre gregos, cartagineses e etruscos. Até que nos séculos III a.C. ao I a.C. despontaria Roma em expansão pela Península Itálica, dominando e absorvendo culturalmente a Etrúria, a Magna Grécia e finalmente Cartago; assim sobrevinha a conquista romana, que colocaria um fim nas guerras através da unificação do território e iniciando o seu fenômeno de colonização e seu processo de romanização dos territórios conquistados, como na região do Ocidente, na denominada província da Hispânia.

Assim, avaliaremos a transformação de Roma em uma potência mediterrânea, e, conseqüentemente, sua transição do período da República ao nascimento do Império Romano. Da mesma forma, verificaremos como César e Augusto utilizaram-se de reflexos das antecessoras políticas coloniais gregas para seguirem aplicando em seus sistemas de governo fundações de novas cidades coloniais romanas pelas províncias do Império, que constituíram-se fundamentais para a disseminação da romanização nos territórios indígenas, como também para a conquista e estabelecimento da *Pax Romana*. Seguindo tal perspectiva, analisaremos a organização territorial, política e administrativa que Augusto reservou para a Hispânia, estrutura que pretendia unificar as diversas formas de organização social, econômica e política, além de possibilitar a difusão da romanização via fundações de novas cidades que influenciariam todo seu território e arredores.

Apontaremos a romanização como principal elemento transformador da estrutura urbana da Hispânia, que apresentava com a cidade o principal instrumento do mecanismo de expansão romana: desde seu traçado original até sua arquitetura específica; portanto, implantava-se um padrão de modelo urbanístico e arquitetônico de assentamento romano empregado nas novas colônias pelo governo no território da província. Examinaremos como tal processo de romanização alcançou expressivo êxito na Península Ibérica mediterrânea através da presença de antecedentes de cidades coloniais gregas e do helenismo na região peninsular, onde tal ensaiada influência facilitou a assimilação da romanização pela população nativa. Igualmente analisaremos as formas urbanas segundo os diferentes critérios de atuação romana para integração e adequação urbana dos territórios dominados, assim como as formas arquitetônicas, que difundiram a linguagem política-civilizacional via monumentos e edifícios, seguida também da romanização manifestada em diversos elementos da vida cotidiana. Desta forma verificaremos que, ao longo da Antiguidade, as cidades coloniais da Península Ibérica abrangeram toda uma heterogeneidade de experiências e influxos greco-romanos que permaneceram registrados em seus elementos urbanos e arquitetônicos.

Na segunda seção verificaremos os resultados dos processos de helenização e romanização por meio da colonização greco-romana da Hispânia, através de alguns aspectos histórico-arqueológicos correspondentes a cidade colonial romana de Emerita Augusta. Em perspectiva de compreender a política colonial de Augusto exemplificada pela cidade de Emerita Augusta, analisou-se a fase fundacional e de desenvolvimento urbano monumental da cidade emeritense, entre os séculos I a.C. ao II d.C., equivalente ao Alto Império Romano, procurando avaliar como a nova divisão provincial e organização administrativa da Hispânia, junto às características política-estratégicas de localização de Emerita Augusta – como nó de comunicação entre as províncias hispanas da Lusitânia, Bética e Terraconense –, formavam aspectos que contribuíram para a transformação da colônia emeritense em capital da província da Lusitânia e, conseqüentemente, revelando sua importância como epicentro da política romana de difusão da romanização no território peninsular.

Para isso buscamos elucidar que a fundação da nova cidade colonial de Emerita Augusta desempenhava uma principal finalidade romanizadora e simbólica de permanência romana em território peninsular-lusitano. Uma vez instalada, a cidade recebeu, ao longo do tempo, diversos contingentes populacionais, entre soldados das

legiões romanas e imigrantes de outras províncias da Hispânia e do Império, que determinariam a difusão da cultura romana e do modo de vida romano pela cidade e arredores. Paralelamente à questão populacional, também verificaremos que a consolidação da cidade em colônia acompanhou um intenso programa urbanístico, que junto à forte incidência itálica reforçou, desde sua fundação, a presença de elementos romanos na cidade emeritense, logo construída à imagem de Roma, onde importantes edifícios públicos foram planejados e construídos de forma monumental, para manter o centro da colônia voltado para a vida romana, solidificar a romanização entre os nativos e converter Emerita Augusta em uma urbe catalisadora dos interesses romanos na região da Lusitânia.

Assim, com o auxílio da contextualização histórica e interpretação arqueológica, analisaremos as principais ruínas encontradas ainda *in situ* da atual cidade de Mérida sobreposta à antiga cidade colonial romana de Emerita Augusta. Tais vestígios de obras, monumentos e edifícios urbanos emeritenses fornecem informações sobre o passado da cidade, e apresentam-se como os principais elementos urbanos e arquitetônicos públicos e privados que compunham uma antiga e importante cidade colonial no mundo da Antiguidade Clássica. Juntamente à análise dos materiais, métodos, técnicas, estilos e ornamentos, empregados e evidenciados nestas construções remanescentes da cidade colonial de Emerita Augusta, buscaremos apontar as assimilações realizadas ao longo do tempo e novas composições inovadoras exploradas pela arquitetura, que permitiram aos romanos alcançarem estruturas enormes e complexas que valorizavam a relação de espaços internos e externos.

Para tanto, devemos apontar que uma das mais importantes características da arte romana foi a capacidade de assimilar contribuições de outras culturas, que possibilitariam gerar um admirável sincretismo por todo o Império, que revelaram-se essenciais para o desenvolvimento e progresso do processo de colonização e romanização romana. Avaliaremos que a arquitetura romana mesmo absorvendo influências gregas e etruscas, produziu sua principal técnica de construção – aliada aos seus materiais básicos de construção, principalmente do concreto –, resumida em formas curvas, de arcos, abóbodas e cúpulas, que permitiram que estas estruturas erguessem espaços grandiosos e complexos.

Com os avanços tecnológicos, a expansão do Império romano e o aperfeiçoamento dessas novas estruturas, registrou-se também construções públicas

monumentais como edifícios para espetáculos, termas, aquedutos, pontes, vias e etc. Além do desenvolvimento e evolução mais elaborada da arquitetura doméstica, dos monumentos honoríficos, dos edifícios utilitários, das construções de infraestrutura e dos principais edifícios de uma cidade colonial romana como Emerita Augusta. Todos estes elementos constituíram-se como fundamentais para o êxito da romanização de diversos territórios, e popularidade quando melhoravam o cotidiano, as comunicações, os intercâmbios, transformando as colônias romanas através desse conjunto. Verificaremos, em especial, que tais aspectos arquitetônicos monumentais contribuíam para destacar a importância e influência que a cidade de Emerita Augusta exercia em seu período, como também indicaremos os provenientes influxos arquitetônicos helenísticos que atingiram o cotidiano e a arte romana emeritense, influências culturais greco-romanas que permaneceram registradas nas construções arquitetônicas da Hispânia.

Na terceira seção buscou-se analisar o percurso do urbanismo no mundo greco-romano frente às influências da helenização e romanização que incidiram, ao longo do tempo, em características que definiram o planejamento urbano da cidade colonial romana de Emerita Augusta. Verificaremos que em princípio, a partir da expansão colonizadora grega do Ocidente, ocorreu a necessidade de introduzir um novo programa urbanístico para suas novas cidades coloniais, como os experienciados nas colônias da Magna Grécia, segundo diretrizes planificadas, para tornar as fundações coloniais importantes e funcionais, diferentemente de suas metrópoles com modelo de crescimento orgânico tradicional. O florescimento comercial e das relações humanas e culturais entre os povos permitiu o desenvolvimento da helenização pelo Mediterrâneo no século V a.C., ao mesmo tempo que os centros urbanos começavam a adotar soluções evoluídas para a organização do plano urbano de uma cidade. Em meio a essas concepções inovadoras de urbanismo surge um estudo inovador e mais específico, atribuído ao grego Hipodamo de Mileto, ao qual se atribuiu a planta regular denominada de hipodâmica.

Examinaremos que a planta hipodâmica foi difundida e aplicada geralmente em cidades coloniais de nova fundação, largamente desenvolvida nas colônias magno-gregas, que apresentavam esquema urbano ortogonal, de planta quadriculada, em que as zonas residenciais se separavam das zonas públicas e religiosas, localizando os edifícios públicos de maneira central e marginalizando os edifícios de recreação,

assim a cidade helenística se configurava por grandes perspectivas cenográficas e pela monumentalidade dos edifícios, que já antecipavam a visão romana. Para tanto, avaliaremos que as cidades coloniais gregas da Magna Grécia constituíram-se essenciais para marcarem profundamente os etruscos por meio dos laços comerciais, onde diversos elementos culturais dos gregos apareceram inspirados na arte etrusca, assim como o planejamento retilíneo. Após a hegemonia romana na Península Itálica, a absorção do modelo urbano grego e etrusco seria inevitável, e tal inclusão em sua bagagem acarretaria à Roma a implantação do modelo urbano helenístico de cidade em padrão de grelha às suas cidades romanas. Até que paralelamente ao desenvolvimento do urbanismo hipodâmico, surge uma variante romana, o acampamento militar romano, também ortogonal, porém com a adição de dois eixos perpendiculares que formavam ângulos retos e que se cruzavam ao centro, tal modelo urbano logo passou a ser aplicado nas cidades coloniais romanas.

Ainda analisaremos o desenvolvimento do planejamento urbano do acampamento militar romano e sua transformação em cidade. Verificaremos que as cidades coloniais romanas geralmente apresentavam dupla influência em seus planejamentos urbanos: em formas hipodâmicas e inspirados também nos acampamentos militares romanos. Os romanos utilizaram este modelo greco-romano de urbanismo para estabelecer uma cidade colonial e propagar a romanização pelas províncias através de seus elementos urbanos e arquitetônicos. Assim, examinaremos a fundação de uma cidade colonial, destacando os principais critérios e cerimônias para escolha de um local adequado para instalação da colônia e definição dos seus limites, como também a delimitação dos espaços internos da cidade, a localização dos recintos de utilidade pública, e disposição dos principais edifícios e estruturas dentro e fora do perímetro urbano de tal cidade romana, que se configuravam em elementos fundamentais para determinar a assimilação da cultura e modo da vida romano por seus habitantes. Avaliaremos os antecedentes urbanos helenísticos da Península Ibérica em consonância com as configurações urbanas das cidades coloniais geradas pela romanização, para desta forma compreendermos as influências greco-romanas em marcos urbanísticos das antigas cidades coloniais da Hispânia.

A partir deste ponto passaremos a relacionar as características urbanas analisadas com as informações histórico-arqueológicas da cidade colonial de Emerita Augusta, no intuito de estabelecer uma avaliação sobre as influências greco-romanas

expressas em suas características topográficas, teórico urbana e da própria evolução urbana, também buscaremos estabelecer uma visão geral dos domínios da cidade, abrangendo a questão entre campo e cidade, de sua ampla extensão territorial e de seus limites de fronteiras com as cidades vizinhas. Após vencermos os objetivos, finalmente abriremos uma janela para reflexão sobre a questão do patrimônio da Antiguidade na atualidade; destacaremos as condições do curso das investigações das antigas cidades da Hispânia, focando em especial a atual situação arqueológica e patrimonial emeritense, além de considerarmos a importância, manutenção e preservação dos extensos remanescentes urbanos e das ruínas arquitetônicas, que marcaram a magnificência da antiga colônia romana de Emerita Augusta, em vestígios ainda visíveis e disponíveis ao público como Patrimônio da Humanidade na atual cidade de Mérida.

A inspiração desse estudo provém de um grande interesse pessoal sobre o mundo antigo, já manifestada em uma longa pesquisa acadêmica iniciada no período da graduação, resultando em uma monografia, e na vinculação a pesquisas e trabalhos histórico-arqueológicos de cidades antigas desenvolvido pelo professor doutor Arno Alvarez Kern. Trabalhar com este tema foi muito gratificante uma vez que nos permite aprofundar o conhecimento sobre os antigos processos de colonização e seus desencadeamentos culturais pelos territórios ocupados, como também constituiu-se fundamental para crescimento profissional, além de especialmente oportunizar maior contribuição ao registro histórico-arqueológico sobre o período da Antiguidade.

O resultado deste estudo propendeu a uma nova apresentação e reflexão sobre as características urbanas e materiais das cidades coloniais da Antiguidade. Buscou-se a partir destes recursos apresentar, ao longo deste trabalho, vestígios que apontassem que desde o início da expansão imperial de Roma pela Península Itálica as influências culturais etruscas e gregas foram absorvidas pela mesma, primeiramente através da política de alianças e, em seguida, com a anexação dos territórios itálicos. Este fator conduziria a supremacia de Roma, que passaria a disseminar a influência da helenização através das políticas imperialista e colonial, por meio de fundações de cidades coloniais e formação de províncias romanas. Tal fenômeno de colonização culminou no desenvolvimento da romanização pelas províncias do Império e gerou influências ou mesmo a fundição de elementos helenísticos e romanos, observados por meio da província da Hispânia, pelos

remanescentes urbanos e arquitetônicos empregados e valorizados nas fundações de cidades coloniais romanas, como ao exemplo de Emerita Augusta.

Através deste estudo sobre as influências culturais greco-romanas na Hispânia procurou-se utilizar do exemplo da colônia romana de Emerita Augusta para recuperar informações sobre os antecedentes gregos e romanos nas sociedades urbanas do passado ocidental mediterrâneo. A colônia romana emeritense nos deixou um rico e variado legado cultural greco-romano, de estruturas e monumentos arquitetônicos remanescentes, indícios de planejamento urbano, vestígios da cultura material, e elementos que ainda atualmente predominam, visivelmente, em sua sobreposta cidade de Mérida. Este estudo visou introduzir uma reflexão sobre a trajetória cultural na Antiguidade e divulgar a importância dos antigos sítios arqueológicos coloniais, como o da cidade colonial de Emerita Augusta, que apresenta subsídios sobre esse passado que compreende um repertório da cultura greco-romana, mas também um legado histórico-cultural tão presente nos territórios e cotidiano das atuais cidades ocidentais.

2. HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO E ROMANIZAÇÃO NA HISPÂNIA

2.1 COLONIZAÇÃO GREGA DO OCIDENTE

2.1.1 Motivos da colonização grega

Estima-se que as primeiras levas migratórias gregas foram impulsionadas por interesses comerciais, entretanto no século VIII a.C. novos fatores estimularam os gregos migrarem permanentemente, possivelmente devido a um crescimento demográfico e à falta de terras para cultivo. A partir de então, principalmente no século VII a.C., os gregos adotam o sistema de fundação de colônias no ocidente Mediterrâneo. Esta política de fundar novas cidades reduzia as tensões internas e as guerras para conquistar cidades vizinhas, mantendo a ordem social e política na Grécia (DURANDO, 2005). A emigração solucionava o problema de terras agrícolas, ao mesmo tempo que equilibrava o nível populacional de uma cidade-estado. Esses imigrantes além de se estabelecerem em outras regiões com o necessário campo de cultivo, fundavam novas cidades-estados, as cidades-colônias (MARTIN, 1998).

Os fatores que impulsionaram a emigração e/ou colonização grega foram tanto a escassez de terras para a agricultura, como igualmente, a determinação do comércio marítimo internacional, que proporcionava melhorar a economia em situação de dificuldade (Idem, 1998). Deste modo o fenômeno da colonização grega se desenvolveu caracterizado pela criação de novas feitorias destinadas ao comércio grego no mediterrâneo e, pela fundação de novas colônias de povoamento, reservadas para melhores condições de exploração dos recursos naturais, principalmente, através da produção da agricultura, que ampliasse o excedente produzido para trocas comerciais com a Grécia (STIERLIN, 2009).

O conhecimento de navegação dos gregos possibilitou-os de realizarem comércio em muitos territórios diferentes e explorarem novas terras cultiváveis. Desta forma, os gregos comercializavam e arrecadavam uma maior variedade de produtos alimentícios e fontes de matérias-primas que não existiam na Grécia propriamente dita (BOWRA, 1969). Entre os séculos VII a.C. e VI a.C. os gregos adquiriram maior experiência no comércio marítimo, o que possibilitou a expansão e colonização de territórios mais distante da pátria, ao extremo ocidente do Mediterrâneo. A partir de

fundações de cidades coloniais gregas na Sicília e no sul da Itália, os gregos passam a controlar o Mediterrâneo central. Com estas novas colônias os gregos disputariam com os fenícios a preferência comercial (BENDALA GALÁN, 1991).

Paralelamente à expansão ultramarina dos gregos, que assentavam postos comerciais no estrangeiro, os fenícios também exploravam e fundavam colônias pelo Mediterrâneo ocidental, e em alguns casos estas cidades recebiam emigrantes gregos que se estabeleciam na intenção de realizarem o comércio. Diversas cidades-estados gregas prosperaram e se beneficiaram pela sua localização estratégica nas rotas de comércio (MARTIN, 1998). As fundações das colônias gregas pelo Mediterrâneo ocidental constituíam-se como uma estratégia comercial e possuíam destino de rivalizarem com os fenícios e os etruscos (DURANDO, 2005).

No século VI a.C. o florescimento do comércio das cidades coloniais gregas e a concorrente comercialização e interação com fenícios e etruscos, geraram um contato internacional étnico-cultural e um crescimento econômico no Mediterrâneo, fatores que contribuíram para o princípio da cunhagem de moedas para trocas comerciais, e culminaram com a influência grega nas relações políticas, econômicas e culturais por todo o Mediterrâneo. A existência de um eixo comercial em todo o Mediterrâneo, entre as colônias magno-gregas e as regiões e povos do Mediterrâneo, permitiram que no século V a.C. o helenismo registrasse sua identidade e autonomia no mundo grego (Idem, 2005).

Neste período ocorrem disputas pela hegemonia comercial no Mediterrâneo entre gregos, cartagineses e etruscos, e mesmo com o afastamento das colônias ocidentais gregas de suas metrópoles, para combater o expansionismo comercial cartaginês, o século IV a.C. se distingue pelo enfraquecimento da Grécia e avanço macedônico sobre o território grego, contudo continuou-se difundindo o helenismo cultural nos territórios conquistados. Até que nos séculos II a.C. e I a.C. sobreveio a conquista romana, pondo fim as guerras através da unificação dos territórios (Ibidem, 2005).

2.1.2 Interesses na colonização do Ocidente

Para fundar uma antiga cidade colonial existiam regras: os emigrantes tinham de pedir a metrópole o fogo sagrado e levar uma pessoa capaz de realizar os ritos da

fundação para o local escolhido. O fogo manteria os laços religiosos e de parentesco com as duas cidades. A metrópole era conhecida no mundo antigo como cidade-mãe, a colônia como cidade-filha, e duas colônias da mesma metrópole, como cidades-irmãs. A cidade colonial deveria manter o culto oficial da cidade-mãe, mas podia abranger algumas crenças particulares. Observa-se que os vínculos religiosos entre as colônias e metrópoles conservaram-se muito consistentes até o século V antes de nossa era. Os vínculos políticos só foram detectados muito tempo depois (FUSTEL DE COULANGES, 1864).

Desta forma percebemos que as cidades colônias mantinham fortes laços com sua cidade-mãe, e que essas relações se baseavam essencialmente no culto e na tradição (FINLEY, 1963). Desta forma, os territórios selecionados para colonização grega no Mediterrâneo ocidental, a Itália meridional e a Sicília, foram constituídos com a concepção do helenismo, e denominados de Magna Grécia, ou seja, a extensão da Hélade, em termos de cultura teórica e material (DURANDO, 2005). Estes novos assentamentos coloniais desenvolveram a civilização grega e alguns alcançaram êxitos maiores que a mãe pátria, em extensão e poder (CONTI, 1978).

As colônias da Magna Grécia revelaram-se as mais prósperas e importantes da colonização grega, e proporcionaram também, no século VII a.C., que a colonização alcançasse territórios também significativos ao extremo ocidente. Assim, ocorreria os primeiros contatos entre as populações nativas da costa da Península Ibérica com os navios de marinheiros gregos, estes por sua vez, obtiveram o conhecimento dessa população e território através dos fenícios. Este acontecimento evidencia a relevância do comércio nessa época, desencadeado pela exploração marítima (Idem, 1978). Os gregos foram sucedidos pelos cartagineses como comerciantes ao longo da costa mediterrânea, até se introduzirem na Hispânia meridional e ocidental, em busca de metais preciosos (MORRIS, 1984). Assim, a história das relações da Península Ibérica com o mundo mediterrâneo marca-se inicialmente pela presença grega e fenícia (PLÁCIDO, 2009).

No início, em um primeiro momento, os assentamentos gregos estabelecidos em Hispânia eram essencialmente feitorias, postos comerciais avançados, e não se comparavam com as colônias contemporâneas de pleno direito e fundadas na Sicília e Itália meridional (MORRIS, 1984). Em uma segunda fase de expansão – por cabotagem –, os gregos fundaram cidades coloniais pela Península Ibérica, e as populações assimilaram as características culturais gregas. Além desse fator,

algumas colônias gregas estavam localizadas em ambientes estratégicos do comércio, locais de foco das caravanas ocidentais; encontram-se muitos testemunhos gregos da arquitetura, peças escultóricas ou de cerâmicas, provavelmente trazidas pelas embarcações ou confeccionadas nas maiores cidades coloniais da região (CONTI, 1978). Muitos materiais geralmente se identificaram como gregos, um sintoma dos processos de sincretismo que caracterizaram a formação da *koiné* – o grego, considerado a língua franca – cultural do mundo, da expansão mediterrânea protagonizada por gregos e púnicos (PLÁCIDO, 2009).

Podemos compreender como funcionavam os intercâmbios ao longo do Mediterrâneo com o fato da abundância de materiais gregos, de diversas procedência, muitos da Magna Grécia, chegarem a centros gregos na Península Ibérica, como na cidade colonial de Empórium. Tanto esta colônia grega como outros centros comerciais gregos produziam a redistribuição das mercadorias até as localidades do interior do território peninsular, onde se encontram materiais de origem grega (Idem, 2009). Uma vez que tais materiais gregos se difundiam entre as populações indígenas, como instrumentos simbólicos da tradição grega, as colônias gregas fundadas no sul da Península Ibérica influenciaram e contribuíram para a formação da cultura ibérica (CONTI, 1978; Ibidem, 2009).

As primeiras atividades gregas na Península Ibérica se iniciam no século VI a.C., em um momento de expansão econômica e desenvolvimento da navegação, os gregos comercializaram cerâmica e ânforas de vinho e azeite, e recebiam como principal objeto de intercâmbio a prata das minas ibéricas. O aumento da atividade grega, em seus contatos com os indígenas, marcaria as características da cultura ibérica. A partir de então surgem as fundações de colônias gregas pela bacia ocidental do Mediterrâneo setentrional da Península Ibérica. Empórium foi uma das colônias gregas com fundação destinada a função do comércio da cerâmica grega e a sua difusão pelo território. A prática dos intercâmbios com os indígenas, que compravam as mercadorias que os gregos traziam do mar e vendiam produtos do campo, seguiu durante muito tempo, e os contatos interétnicos geraram uma certa integração cultural entre os povos. A cunhagem de moedas apareceu no século V a.C. para fomentar ainda mais o comércio (Ibidem, 2009).

A colônia de Empórium apresentava características de uma cidade grega colonial modelo, com planta organizada e traçado regular, de uma estrutura semihipodâmica, e fora remodelada ao longo da história do assentamento. Os

contatos coloniais e os programas de integração das populações locais permitiram que os indígenas adotassem a estrutura urbana das colônias gregas, influências que eram concebidas como modo de proteção e de abastecimento de objetos gregos, estes que acrescentavam prestígios para tais povoações, e constituíam-se favoráveis para desencadeamento da helenização dos indígenas. O despontar para o desenvolvimento urbano significou um importante aumento demográfico no território ibérico, o que exerceu o controle de assentamentos gregos e dos povos indígenas, que acabavam por se conectar com certos centros com abundância de material grego (PLÁCIDO, 2009).

As regiões encontradas em áreas sob influências de Empóriorion e outros centros gregos passaram a imitar a urbanização hipodâmica, com bairros divididos por ruas com planejamento em formato de grelha, para configurar uma distribuição especializada dos espaços, com povoados amuralhados e plantas organizadas sobre modelos gregos, além de apresentarem edifícios com estrutura arquitetônica de aparência grega. Entre o século V a.C. e IV a.C. os gregos impuseram sua presença de mercado hegemônico no Mediterrâneo ocidental, crescendo o interesse pelos produtos gregos nos assentamentos costeiros e sua redistribuição no interior peninsular. A partir do século IV a.C. se observam as formas generalizadas na cultura comum do Mediterrâneo na formação da época helenística (Idem, 2009).

Através deste quadro, percebemos que a fundação de colônias gregas influenciou, através das transações comerciais, a difusão da cultura grega na Magna Grécia e conseqüentemente na Hispânia. A presença grega no sul da Itália propiciou que os etruscos emprestassem dos gregos o seu sistema de escrita, e mais tarde que os romanos adaptassem-na para transformar estes símbolos em sua língua. Mas os gregos também exportaram ao Ocidente outras formas de progresso cultural. Os povos que habitavam a península até esse momento apresentavam um modelo de organização social menos elaborado do que o dos gregos, mesmo os etruscos, que organizaram naquela época o primeiro dos centros urbanos na região, passaram a absorver as influências das estruturas urbanas dos gregos em suas concepções urbanas (GUZZO, 1997).

A expansão grega chegou até a Península Ibérica, onde ficou evidenciada pelo comércio e algumas cidades coloniais gregas. Uma das mais importantes características da colonização grega – mesmo sem intenção – foi legar aos territórios colonizados a civilização grega, confirmada ao longo do tempo pelo processo de

helenização. Os produtos gregos muitas vezes eram tão bem recebidos e aproveitados nas culturas nativas que percebemos a influência que exerceram nos povos da Antiguidade, como principalmente os etruscos, que por sua vez influenciariam, mais tarde, os romanos (BOWRA, 1969).

2.2 COLONIZAÇÃO ROMANA

2.2.1 As colônias gregas incidem em Roma

No transcurso do século VIII a.C. já era possível encontrar vestígios do desenvolvimento inicial das primeiras muralhas de Roma, neste período os povoados latinos não formavam grupos homogêneos, e se destacava a influência etrusca no território (TARELLA, 1978). A arte romana começou como um fenômeno local da arte etrusca e continuou até o século III a.C. mantendo a dinâmica das cidades da Etrúria (MARTÍN, 1992).

No período arcaico Roma configurava-se como uma grande cidade (CORNELL; MATTHEWS, 2008). Com a instauração da República, no século VI a.C., Roma até então um conjunto de agrupamentos arcaicos, se transformou, tornando-se uma grande metrópole dominadora (TARELLA, 1978). Durante o século IV a.C. Roma consolidou definitivamente sua hegemonia sobre outras cidades itálicas, através de um processo longo de guerras, onde conseguiu ampliar seus domínios e solidificar sua supremacia sobre as cidades do Lácio (BOVO, 2006b).

Por meio deste processo Roma se apresentava como uma cidade que abrangia uma mistura de povos: latinos, etruscos, troianos, sabinos, gregos e outros estrangeiros; que originaram as famílias romanas. Este encontro de povos em Roma permitiu vincular-se com todos os mesmos conhecidos; uma vez fazendo parte da religião de todos – um vínculo muito poderoso –, ganhava-se muitas cidades aliadas (FUSTEL DE COULANGES, 1864).

A população romana era, portanto, um cruzamento de várias raças, seu culto uma união de muitos cultos, seu lar nacional uma associação de diferentes lares. Roma era quase a única cidade cuja religião municipal não a isolava das demais. Estava ligada a toda Itália, a toda Grécia. Poucos povos havia que Roma não pudesse admitir em seu lar (Idem, 1864, p. 253).

Roma adotou um sistema de aumentar sua população através de guerras, ao contrário do mundo greco-italico. Roma absorvia a população vencida para si e aos poucos as transformava em romanos (FUSTEL DE COULANGES, 1864). Nota-se que paralelamente às guerras, a consolidação romana devia muito à sua sagacidade de estabelecer relações duradouras com os povos vencidos. Assim, o expansionismo romano avançou aos poucos, evitando impor aos povos submetidos suas próprias instituições, respeitando os direitos das cidades conquistadas. Deste modo, as populações se uniam a Roma, constituindo uma base estável para o poder romano (BOVO, 2006b). Neste período Roma estendia sua influência em muitos territórios, desenvolvendo relações comerciais com cidades mais distantes da Etrúria, da Magna Grécia e de Cartago (CORNELL; MATTHEWS, 2008).

A partir do século III a.C., Roma começou a reunir sob a sua liderança as populações vizinhas para criar uma potência unificada. Os primeiros a formarem o mundo romano foram as tribos itálicas e, em seguida, as colônias gregas do sul da Itália e as da Sicília (STIERLIN, 1997). Uma vez que as cidades gregas da Magna Grécia não conseguiam conviver pacificamente com as populações itálicas, tornaram-se uma ameaça potencial para Roma. A partir de então, Roma começa a desenvolver uma política de agressão e assimilação nos territórios da Magna Grécia, e conseqüentemente, anunciando o mesmo destino aos cartagineses (TARELLA, 1978). Em guerra, dominadas e conquistadas, as colônias gregas passaram para a órbita romana, determinando sua decadência, sem antes que a subordinação das cidades gregas marcasse profundamente Roma com sua cultura avançada. Esta expansão de Roma culminou conjuntamente com a perda de influência etrusca, estes que passaram então a se submeter ao sistema romano (BOVO, 2006b).

A configuração da situação, após a pacificação interior de Roma, no período da República, acompanha uma política de alianças que permite que a cidade submetesse os Etruscos ao norte, os Samnitas na Itália Central, e no início do século III a.C., os gregos na Itália meridional. Roma assim se tornava a maior potência da Península Itálica e seguia viado o propósito da hegemonia na região mediterrânea (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006).

2.2.2 Princípios da colonização romana

A intervenção de Roma nos assuntos da Magna Grécia corroborou para que a mesma seguisse expandindo seu território pela Península Itálica, contendo revoltas e fundando colônias, que asseguravam o domínio romano e a unificação do território. A colonização da Itália por Roma permitiu que os inimigos vencidos fossem incorporados como cidadãos de Roma ou aliados. Muitos territórios dos aliados acabam anexados e colonizados pelos romanos (CORNELL; MATTHEWS, 2008).

Como se sabe, nem os gregos, nem os romanos, praticaram a colonização nos mesmos moldes do mundo moderno. Uma colônia não era dependência ou anexo do Estado colonizador: era um Estado completo e independente. Todavia existia entre a colônia e a metrópole um vínculo de natureza particular e isso provinha do pacto como a colônia fora fundada (FUSTEL DE COULANGES, 1864, p. 150).

Ao longo do tempo, as colônias e metrópoles mantiveram vínculos religiosos para em seguida desenvolverem vínculos políticos. Roma utilizava da colonização de terras conquistadas para se difundir, ao mesmo tempo que ao fundar uma nova colônia, que mesmo apresentando uma política diferente, esta nova cidade manteria laços religiosos com a metrópole, o suficiente para subordinar sua política à de Roma. Roma também adotava os cultos das cidades vencidas, permanecendo em comunhão religiosa com todos os povos. Deste modo, Roma fazia sua religião municipal fonte de seu patriotismo, dominando e atraindo a todos (Idem, 1864).

Enquanto Roma se expandia, uma série de transformações sociais e políticas aconteciam, modificando o modo de pensar dos homens perante as instituições, costumes, crenças e direito, dos quais transformaram o patriotismo da religião – do primórdio dessas cidades coloniais –, para apontar a valorização das leis, instituições, direitos e segurança (sendo estas últimas justamente as vantagens que a cidade oferecia), características que influenciaram o constante avanço e progresso de Roma. Sem o patriotismo municipal, os indivíduos começaram a emigrar mais livremente, sem o medo do exílio, difundindo a romanização pelos demais territórios (Ibidem, 1864).

Tanto para um grego quanto para um romano, a cidade se caracterizava por uma vida coletiva, com santuários, locais de reunião, edifícios públicos oficiais de qualquer natureza. Assim, as cidades romanas – principalmente as colônias fundadas

por cidadãos romanos – constituíram-se em representações de Roma. Tais cidades coloniais refletiam características essenciais da metrópole como instituições, monumentos e cultos. Antes de ser um local de refúgio ou de prazer, a cidade colonial romana foi um centro sagrado e um centro jurídico. A implantação de colônias nos territórios conquistados teve objetivo e efeito de criação de núcleos estáveis no interior dos territórios anexados. Depois de estabilizados, apareciam as considerações materiais, estratégicas e econômicas, e um governo autônomo (GRIMAL, 2003).

A partir do fenômeno da colonização podemos verificar o desenvolvimento da romanização. O impacto da expansão romana pela Península Itálica teve como consequência a assimilação entre os aliados, não apenas pela política, mas principalmente pelo serviço militar romano. Muitas das novas cidades coloniais foram fundadas em lugares estratégicos, geralmente em regiões de fronteiras ou como postos militares avançados em região inimiga. Assim, os legionários romanos se encarregavam de que a língua latina, o cotidiano e costume romanos se materializassem nos territórios ocupados. Também, as cidades coloniais expressavam e representavam a política latina ou romana, e se constituíam, portanto, em avançados ambientes de romanização. Deve-se acrescentar que uma rede de colônias se conectava por rotas militares, que proporcionavam o desenvolvimento dessas povoações e de comunicações para a realização do comércio entre as diferentes regiões e comunidades. Este fator determinou a difusão das ideias e dos costumes romanos (CORNELL; MATTHEWS, 2008).

Fatores como a expansão romana e a fundação de colônias latinas – de população sem direito à cidadania romana –, o aumento de riqueza e poder público e privado dos romanos, e o confisco de terras, permitiram o aumento populacional de Roma. Para atender as necessidades da numerosa população de cidadãos romanos foi necessário a construção de edificações públicas em grande escala, além de serviços de produtos de luxo e local; estes trabalhos eram financiados pelas guerras e butins direcionados então à cidade. E, mais tarde, tais construções de edifícios se constituiriam como elementos urbanos de referência para o êxito da romanização (Idem, 2008).

A prosperidade econômica e cultural de Roma permitiu-lhe explorar proveitos que disseminassem sua imagem para todos – outro agente da romanização. Através do emprego da cunhagem de moedas – uma invenção grega que se estende junto com a urbanização –, estas passam a carregar símbolos romanos, e quando utilizadas

no comércio podiam divulgar o expressivo crescimento da cidade e seu poder, configurando-se como um dos recursos mais característicos da romanização. Ainda neste aspecto, pode-se perceber a penetração e adoção da cultura grega pelos romanos. Não apenas na circulação monetária, mas também na cultura artística, onde romanos imitavam ou se aproximavam das técnicas e os estilos gregos; na adoção de cultos e nomes helênicos. O helenismo se tornou presente na classe aristocrata romana, e apresentou-se manifestada no urbanismo e arquitetura das cidades romanas e romanizadas (CORNELL; MATTHEWS, 2008).

O imperialismo de Roma acarretou em muitas vitórias em decorrência de sua eficiente máquina de guerra militar e reservas humanas incomparáveis. A grande consequência dessa conquista militar foi a significativa expansão do território romano, arrecadação de riquezas, do poder e da segurança. Para realizar esta atividade de conquista, os romanos divulgavam a vantajosa justificativa de difundirem a civilização, a estabilidade e a ordem, que beneficiaria assim todos os territórios conquistados; além de Roma poder atuar de diferentes maneiras conforme as circunstâncias de determinados locais (Idem, 2008).

O império romano foi conquistado pelas armas, mas também pela diplomacia. A maioria da população das províncias tolerava as imposições de Roma, sendo que a maior parte recebia a cidadania romana e alguns habitantes ganhavam honras:

Roma exigia tributo do império, mas dava muito em troca: a obediência à lei dentro dos limites do império, proteção contra invasões de bárbaros; pronto intercâmbio de gêneros e de produtos, tolerância de diferenças culturais inevitáveis dentro de um domínio tão vasto. Acima de tudo, Roma incutia em todos os romanos, das províncias ou metropolitanos, uma crença positiva no destino da própria Roma (HADAS, 1969, p. 11).

Através desse mecanismo de avanço expansionista e colonizador, Roma se transformou em uma grande potência da Antiguidade, onde suas influências puderam ser verificadas por seus produtos e mercadorias romanas encontrados desde os territórios da costa do Atlântico – Europa –, norte da África – Mediterrânea –, até os territórios da Ásia – Oriente Próximo (TARELLA, 1978). Assim como também pelas expressões artísticas produzidas sob esfera política e econômica da República e do Império Romano, entre os séculos IV a.C. até V d.C. (MARTÍN, 1992).

2.3 GUERRAS PÚNICAS – REPÚBLICA

2.3.1 Guerras Púnicas e o domínio do Mediterrâneo

Depois de uma primeira fase de conquista das prósperas cidades coloniais gregas e estender sua hegemonia por toda a Itália, Roma passou então a desempenhar um novo papel no cenário político mediterrânico e entrou em conflito com o expansionismo púnico dos cartagineses, da poderosa cidade fenícia e potência que dominava boa parte do Mediterrâneo, Cartago, então rival nas relações de comércio (BOVO, 2006b). Tal fator prenunciava uma época que ficaria marcada pelos acontecimentos bélicos que se sobreporiam a mudança social e cultural que afetavam a República romana e os povos peninsulares. E, conseqüentemente, desencadearia o processo de formação do Império romano através de sua expansão imperialista (PLÁCIDO, 2009).

Através de tratados firmados primeiramente com etruscos e posteriormente com romanos, Cartago respeitava a costa itálica. Os conflitos entre as duas potências começaram na Sicília, onde se encontravam as colônias gregas, rivais dos cartagineses e aliados de seus conterrâneos do sul da Itália, estes que já estavam sob influência romana. Assim, tornava-se inevitável o repúdio ao domínio cartaginês na região (LIBERATI; BOURBON, 2005).

As guerras púnicas se alastraram durante várias décadas, e culminaram com vitórias romanas em mar e terra firme. O primeiro conflito entre as duas cidades foi na Sicília, dividida entre colônias gregas e possessões cartaginesas, configurando a Primeira Guerra Púnica, entre 264 a.C. e 241 a.C., que culminaria com as vitórias navais de Roma e a anexação da Sicília, Córsega e Sardenha ao seu território e tornando-a uma grande potência (BOVO, 2006b).

A revanche cartaginesa nasceria com a exploração da Península Ibérica, com suas ricas minas de prata. A presença dinâmica dos cartagineses na Península Ibérica se tornava uma ameaça para Roma, até que um ataque cartaginês a cidade ibérica de Sagunto, aliada romana, junto ao fato de em 219 a.C. Aníbal ser acusado de ultrapassar os limites do tratado entre romanos e cartagineses, resultariam numa luta que os conduziram à Segunda Guerra Púnica, entre 218 a.C. a 201 a.C., assinalando a consolidação do imperialismo romano (Idem, 2006b; STIERLIN, 1997).

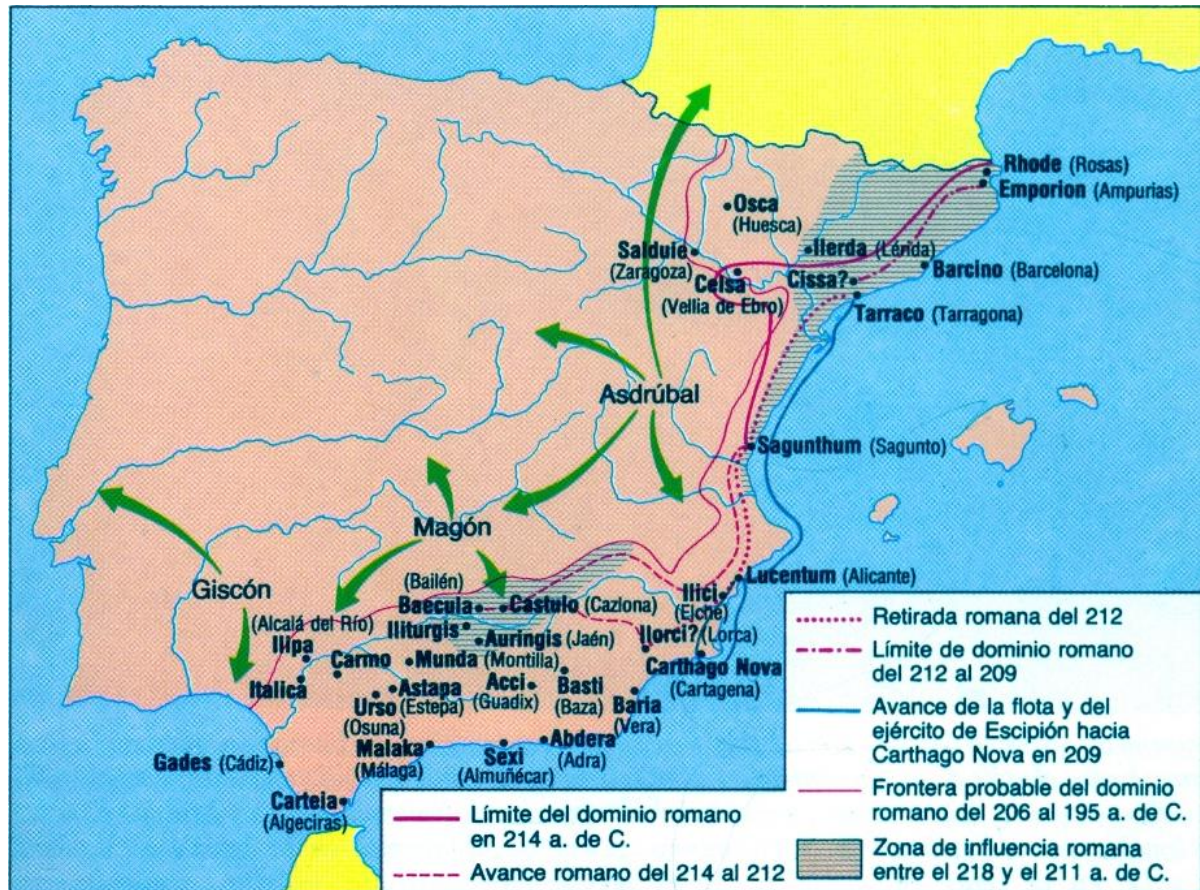


Figura 1. O romano Públio Cornélio Cipião, conhecido pelo seu título honorífico de o Africano, acabou com o domínio cartaginês na Península Ibérica ao longo da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.). As conquistas das cidades na região peninsular lançariam as bases da Hispânia romana (MORENO, 1988, p. 9).

Os cartagineses levaram a guerra para a Itália e infringiram aos romanos várias derrotas e destruição, com o brilhantismo de Aníbal, até quase ganharem a guerra em território italiano. Contudo, a intervenção de Públio Cornélio Cipião conseguiu fazer com que a guerra passasse a ser favorável a Roma, e os romanos venceram Asdrúbal na Hispânia. Cornélio Cipião acabou conseguindo transferir o último conflito para o território africano, e derrotar Aníbal no norte da África, em 202 a.C. Na Terceira Guerra Púnica a cidade de Cartago foi destruída pelos romanos, que obrigaram o inimigo a se render. Através de um tratado de paz, a cidade púnica saiu definitivamente do grupo das grandes potências mediterrâneas (BOVO, 2006b; LIBERATI; BOURBON, 2005).

Nota-se que Roma só conseguiu finalmente alcançar a vitória ao aproveitar todos os seus recursos. Durante estes conflitos, Roma investiu na definição de sua conquista pela Península Itálica e também de territórios além-peninsular. Após as

guerras púnicas, Roma continuou a política de fundar novas colônias no século II a.C. Muitas colônias foram fundadas na costa italiana para garantir a defesa do território contra alguma invasão. A colonização romana continuou e foi se estabilizando, em direção ao Ocidente; a necessidade estratégica obrigou à ocupação da Ligúria, Provença, Gália Cisalpina e, depois, da Hispânia (MARTÍN, 1992; STIERLIN, 1997). Ao fim de três guerras púnicas, Cartago, potência rival, foi vencida em 146 a.C., e este episódio permitiu que Roma explorasse a situação e anexasse à costa norte-africana, grandes territórios da Península Ibérica, somados aos da Sicília ocidental, Sardenha e Córsega, já incorporados ao território romano (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006).

A partir de então surgiu um novo sistema de equilíbrio no Mediterrâneo, uma vez que Roma assumiu o controle das novas regiões, principalmente da Península Ibérica. Paralelamente, a situação internacional do Oriente estava tomada por inquietações políticas. Este quadro oferecia grande oportunidade para intervenção e ampliação das fronteiras de Roma. Deste modo, os romanos se lançaram em uma série de iniciativas diplomáticas e militares que entre 201 a.C. e 133 a.C. os transformou em senhores de todo o Mediterrâneo (LIBERATI; BOURBON, 2005).

As guerras púnicas também ampliariam os contatos dos muitos centros do mundo helenístico (PLÁCIDO, 2009) e culminariam, no século II a.C., com a intervenção romana na Grécia, consolidando a influência da cultura helênica pelos territórios (MARTÍN, 1992). Esta evolução formidável tendente à unificação da região mediterrânea, *mare nostrum*, culminou com a conquista de outras províncias, tornando cada vez maior o apetite pelo domínio conforme a força de Roma se apresentava inexpugnável (STIERLIN, 1997). Após 168 a.C. Roma impunha sua soberania, adotava uma política de anexação de territórios, e exploração intensa dos territórios e povos conquistados (LIBERATI; BOURBON, 2005).

A sede de conquistas romanas seguiu até o fim do século I a.C., onde toda a região oriental do Mediterrâneo, desde a Grécia até à Ásia Menor, toda a Península Ibérica e a Itália setentrional foram submetidas à supremacia romana, elevando, neste período, Roma a categoria definitiva de potência mundial (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006). Até a época de Augusto, Roma desenvolveria uma política de imperialismo sem limites para suas pretensões (STIERLIN, 1997).

2.3.2 Crise da República

Por intermédio da Primeira e Segunda Guerras Púnicas, Roma começou seu domínio provincial com a conquista, anexação e ocupação das ilhas da Sicília, da Sardenha e da Córsega, logo se somou também à região ibérica, onde Roma herdava de Cartago alguns domínios na Hispânia, que logo se tornariam as províncias de Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior. A partir de então novos territórios foram entrando na órbita de influência de Roma e tornaram-se províncias (LIBERATI; BOURBON, 2005; CORNELL; MATTHEWS, 2008).

Deste modo, ao deixar de ser um pequeno Estado, Roma se transformou em uma potência mediterrânea e passou a não conseguiu solucionar a crescente desigualdade social produzida pelas conquistas (Idem, 2005). Neste quadro se inseriram graves crises internas que dilaceraram Roma durante este período, e pouco a pouco destruíram a estrutura do Estado republicano. Revoltas de escravos, conjunturas e guerras civis abalaram Roma (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006).

As diferentes condições que se apresentavam no campo político, conforme a anexação de novos territórios mais distantes de Roma, exigiram uma modificação no aparato administrativo existente. Paralelamente, a situação política interna foi se deteriorando progressivamente e se anunciava uma possível ditadura, conforme o acúmulo de grandes poderes importantes, durante um prolongado período, por apenas uma pessoa. Neste quadro, Júlio César despontou-se ao conseguir muitas conquistas em diversas campanhas militares, que se traduziram em novas províncias (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Concomitantemente, os conflitos civis estabeleceram transformações institucionais, levando ao primeiro triunvirato, seguido do assassinato de César no ano de 44 a.C., uma guerra civil, a formação do segundo triunvirato e, finalmente, no nascimento do Império (Idem, 2005).

2.4 INFLUÊNCIA GREGA

A ascensão de Roma ocorreu quando esta conquistou o centro da Itália e avançou para o domínio do mundo antigo. Roma encontrou assim sua inimiga Cartago, potência naval do oeste Mediterrâneo, e derrotou-a nas três grandes guerras

púnicas, combates iniciados em 264 a.C. e com término em 146 a.C., culminando na destruição de Cartago. O mesmo destino também se sucedeu com a área leste do Mediterrâneo, onde as grandes potências helenísticas e as cidades-estados gregas foram conquistadas (SIEBLER, 2008).

A anexação das colônias gregas do sul da Península Itálica e o período das guerras púnicas promoveram profundas transformações sociais e culturais em Roma, e os muitos contatos no Mediterrâneo se transformaram em vários outros estímulos culturais. O helenismo se mostrou adequado para absorção de Roma, pois se adaptava à ideologia da classe dirigente, que o aceitou sem alterações. Tal ensaiada helenização vivenciada por Roma mediante aos influxos magno-gregos, se definiria na conquista da Grécia, de sua grandeza e cultura, que seriam introduzidas intensamente em Roma com sucesso, onde se difundiu temas fundamentais de sua própria arte (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Assim, os romanos absorvem e adotaram da Grécia, numerosos elementos da arte e da cultura helenística que foram empregadas nas cidades romanas, em seus urbanismos e suas arquiteturas (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006). Os romanos, ao conquistarem o mundo grego, perceberam-se como herdeiros da cultura que tinha visto o seu passado clássico como um todo consumado, exemplar e autoritário. Os romanos consideravam-se os sucessores dos gregos, e a cultura grega era considerada a herança comum do mundo civilizado (SIEBLER, 2008).

Para além de uma concepção cultural, os romanos também se utilizaram do apoio material. Através de guerras e conquistas, os romanos adquiriram, sob forma de espólios, objetos de luxo em grandes quantidades dos povos conquistados. Muitos espólios de guerra, especialmente de origem grega, constituíam obras de arte, que foram transportados para Itália e posteriormente utilizados para adornar templos, edifícios públicos, praças e habitações particulares (Idem, 2008). Os generais vencedores tinham o hábito de consagrar os despojos do inimigo ao embelezamento de Roma, mas sempre em locais determinados, de grande representatividade pública (GRIMAL, 2011). A atividade política refletia no campo arquitetônico, onde os generais pretendiam unir seus nomes a importantes obras públicas para obterem apoio popular, assim construções de edifícios eram ornados suntuosamente com obras de arte gregas (LIBERATI; BOURBON, 2005).

No decurso do período republicano Roma despontou seu crescimento, fundou cidades romanas, desenvolveu redes viárias e ergueu construções utilitárias e

domésticas por suas colônias que refletiriam a fisionomia urbana embebecidas de influências gregas (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006). As residências romanas de pessoas abastadas e governantes se tornaram depósitos de arte e imagens gregas ou cópias, além de as paredes das casas serem decoradas com pinturas de motivos diferentes, modelos provenientes da Grécia, ou cópias de pinturas famosas dos mestres gregos, ou criações contemporâneas ao estilo dos modelos arcaicos ou clássicos (SIEBLER, 2008).

2.5 SITUAÇÃO DA HISPÂNIA

As origens da conquista romana da Ibéria remontam ao confronto das potências romana e cartaginesa para conseguir o domínio do Mediterrâneo ocidental. As principais cidades coloniais gregas da Península Ibérica, Empórium (Ampúrias) e Marselha, foram aliadas dos romanos (MORENO, 1988). A colônia grega de Empórium teve grande importância para a chegada romana na política mundial do século III a.C. uma vez que a Hispânia constituía, desde começos do século II a.C., com a conquista romana, um mercado de intercâmbio culturais e de produtos (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

Empórium pode ser considerada como a pioneira das colônias helênicas peninsulares, durante a dominação romana, a se converter em uma das melhores testemunhas da Hispânia clássica (MORENO, 1988). A tradição grega se renovou nos momentos imediatamente posteriores a Segunda Guerra Púnica, com a presença de itálicos helenizados na região peninsular (PLÁCIDO, 2009). Logo, a integração hispânica ao mundo Mediterrâneo greco-romano ocasionou no processo romanizador da Península Ibérica (MORENO, 1988).

2.6 DOMINAÇÃO ROMANA NA HISPÂNIA – IMPÉRIO

As relações estreitas entre as regiões da Itália e Espanha remontavam às Guerras Púnicas (STIERLIN, 1997). A Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.) gerou como consequência a presença e dominação romana do território hispano (MORENO, 1988). Verifica-se que desde do ano de 209 a.C. os romanos iniciaram uma longa e sistemática conquista da Península Ibérica, visando primeiro derrotar completamente

os cartagineses e seus aliados no território, e posteriormente assegurar suas posições frente a insurreições e incursões fronteiriças. Tal processo só fora concluído 200 anos depois (MORRIS, 1984).

Durante as primeiras fases de expansão de Roma, a política de conquista e colonização do território indígena fora desenvolvida em Itália e aplicada primeiramente na província ultramarina de Hispânia (Idem, 1984). A ação militar de Roma se concentrou primeiramente na conquista e dominação das zonas costeiras mediterrâneas da Península Ibérica. Entre 205 a.C. e 197 a.C. Roma dividiria o governo do território criando duas províncias hispânicas: uma Citerior e outra Ulterior. Ambas as zonas foram ocupadas militarmente e sofreram um importante processo de pacificação, com a contenção de revoltas, eliminações de resistências e rebeliões dos povos locais, e fortalecimento do poder romano (MORENO, 1988).

No período entre 194 a.C. e 154 a.C. os romanos empenham-se em obter o domínio completo do território nas duas províncias através da repressão militar e alianças (Idem, 1988). A exploração dos metais preciosos do território e outros excessos suscitaram rebeliões que foram sufocadas no leste e no sul, porém não se concretizava em regiões montanhosas e de difícil acesso para efetivar domínio (MORRIS, 1984). Roma enfrentou resistência da tribo dos Celtíberos em três ocasiões diferentes: em 181 a.C., 154 a.C. e 44 a.C., ocasionando por fim o espírito de independência indígena (STIERLIN, 1997). A resistência guerrilheira desencadeou uma guerra permanente que se prolongou até 133 a.C., data que marcou uma trégua até o século seguinte (MORRIS, 1984).

Juntamente às guerras, a estratégia dos romanos consistia em pacificar as novas províncias após obter a dominação militar inicial, e em continuar assegurando a integração delas ao império. Deste modo os romanos, com duplo objetivo, buscavam a conquista e imediata romanização dos centros urbanos existentes que conservariam e, ao mesmo tempo, criavam de modo ordenado, novas cidades, que seriam ocupadas por imigrantes romanos de confiança, ou tribos indígenas submetidas em geral por uma supervisão militar (Idem, 1984). O empenho romano em realizar as fundações das novas cidades permitia exatamente fortalecer a dominação e expandir a influência romana na região. Além de as fundações de cidades coloniais em territórios indígenas propiciarem também que a população descendesse de soldados romano-itálicos e mulheres da região, fato que contribuía para a disseminação de hábitos romanizadores (MORENO, 1988).

Entre o final do século II a.C. e início do I a.C. a romanização avançou nas zonas de dominação romana com a inserção de indivíduos hispanos nas estruturas sociopolíticas do Estado romano. A romanização na península ganhou força onde as guerras travadas reuniam em combates tropas locais, itálicas e romanas. A crise que levava ao desaparecimento da República apresentou pontos culminantes na Hispânia com as vitórias de César na região (LIBERATI; BOURBON, 2005). No final da República romana ocorreram algumas guerras civis na Hispânia até a chegada de Augusto ao poder do império em 31 a.C., quando começou-se a edificar um regime de Principado (MORENO, 1988).

Ao jovem Otávio, sobrinho de César, foi designada como herança Roma, e depois de 17 anos de guerra civil ele restabeleceria a paz no interior do império. Formalmente, restaurou a República romana, mas em verdade, ele detinha todo o poder enquanto *princips* (o primeiro). Durante os 41 anos de seu reinado, entre 27 a.C. e 14 d.C., Augusto (seu nome honorífico oficial) lançava as bases de um regime imperial que se manteria durante três séculos (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006).

Para isto Augusto concentrou todo poder em suas mãos, atribuindo a si mesmo um grande número de títulos e funções. Após sua solidificação do poder, Augusto começava o Império Romano: dedicou-se a conquista dos povos da região alpina, concebeu um cuidadoso programa de consolidação dos territórios dominados por Roma e de racionalização e fortalecimento das fronteiras do Império, ordenou intervenções onde ainda havia focos de rebeldia, pacificou as províncias e efetuou reformas diversas necessárias, reorganizando política e administrativamente o Estado (Idem, 2006; LIBERATI; BOURBON, 2005). O norte da Hispânia, área pouco pacificada e com ocorrência das guerras contra cântabros e astures, foi um dos cenários onde Augusto centrou suas atividades e recursos (SÁNCHEZ, 2009).

As lutas contra os povos da Cantábria e Astúrias continuaram durante algum tempo até a intervenção definitiva de Augusto e seu fiel colaborador Marco Vipsânio Agripa (LIBERATI; BOURBON, 2005). Em 25 a.C., apesar das dificuldades da campanha, o exército romano conseguiu submeter os principais redutos indígenas e conquistar o território, entretanto apenas em 19 a.C. o general Agripa acabou com os últimos focos de rebelião, pacificando definitivamente a Hispânia (SÁNCHEZ, 2009). Assim, com uma série de duras campanhas militares se sufocou as últimas resistências indígenas, reorganizando as províncias ocidentais, incorporando definitivamente a Península Ibérica ao mundo romano e estabelecendo a *Pax Augusta*

(MORENO, 1988). A partir de então a vida nas províncias hispânicas sob o Império foi tranquila o suficiente para permanecer no território apenas uma legião, no norte da Hispânia, potencialmente rebelde, a Hispânia Terraconenses (LIBERATI; BOURBON, 2005).

2.6.1 Interesses no território hispano

O início da intervenção romana esteve ligado a um problema estritamente político-estratégico de cessar com os recursos dos cartagineses obtidos na Península Ibérica, com mercenários e metal precioso para cunhagem. Contudo, no século II a.C. tal finalidade passa a ser percebida pelos militares romanos que a revertem em benefício de Roma, e logo se esforçam para dominar o território (MORENO, 1988). Deste modo a conquista da Península Ibérica revelava-se de grande importância para Roma devido suas riquezas, em especial as minas de prata, e também os recursos agrícolas e industriais (STIERLIN, 1997).

Grande quantidade de metal nobre fora extraído pelo governo romano do território da Península Ibérica, resultados de botins, tributos e exportação mineira. Junto a este interesse, a estratégia política imperialista romana de dominação da Península Ibérica e do Mediterrâneo evitaria novas invasões e tentativas de guerra contra Roma e nessa região provincial. Outra causa da conquista da Hispânia estivera vinculada a aquisição dos importantes contingentes de prisioneiros escravizados durante as guerras travadas no território (MORENO, 1988).

Além das vantagens estratégicas, políticas e econômicas do governo republicano romano sobre a exploração dos metais preciosos e da força do trabalho escravo para a conquista romana da Hispânia, a exploração da Península Ibérica também manteve interesse sociopolítico de determinados grupos dirigentes. Os nobres romanos obtinham das múltiplas guerras da Hispânia benefícios econômicos, tanto dos botins das guerras contra os indígenas, como também de oportunidades para aumentarem suas glórias e dignidade, suas popularidades e vitórias eleitorais que poderiam render ascensão ao poder (Idem, 1988).

Mesmo assim, a principal contribuição das províncias ibéricas para o Império esteve especialmente vinculada à atividade comercial e exploração dos recursos minerais e agrícolas, também, em menor grau, pela produção industrial da salga e de

pescado, e pelo principal produto de exportação em larga escala de azeite. A província romana da Hispânia era considerada o polo exportador de metais, entre os comercializados estavam o ouro, a prata, o ferro, o cobre, o estanho e o chumbo que se exportava em abundância para Roma e demais províncias do Império (LIBERATI; BOURBON, 2005).

2.6.2 Organização territorial, provincial e administrativa

A Península Ibérica saiu do período republicano dividida em duas grandes províncias: Hispânia Ulterior e Hispânia Citerior. Entre 29 a.C. e 19 a.C., devido às guerras na península, Augusto concentrou todo o poder do Estado, mantendo a administração provincial estável e realizando uma grande reforma política, que reorganizava as províncias da Hispânia, modificações que consistiram na criação de uma terceira província, nova delimitação das anteriores e diferenciação do status político-administrativo de cada uma delas. A nova província resultava de uma subdivisão da antiga Ulterior (MORENO, 1988), uma região mais ao norte do quadrante sudoeste da península, que sob o governo de Augusto fora elevada ao status de província independente como Hispânia Ulterior Lusitânia (MORRIS, 1984).

A Península Ibérica foi organizada em três províncias: a antiga Citerior, foi em parte retificada, bastante ampliada foi estendida até Portugal e passou a ser designada de Província Hispana Citerior Terraconense; a Ulterior foi dividida em duas novas províncias, uma parte batizada de Província Hispana Ulterior Bética, mais ao sul e romanizada, e a outra como Província Hispana Ulterior Lusitânia, porção ocidental da antiga Ulterior republicana, mais ao norte da península, e com urbanização mais escassa e recente (SÁNCHEZ, 2009). Durante o período do Alto Império – começo do governo de Augusto, 30 a.C., até o reinado de Diocleciano, 285 d.C. – a Hispânia sofreu importantes mudanças e transformações, entretanto sempre manteve a mesma estrutura administrativa da divisão provincial realizada por Augusto (MORENO, 1988).



Figura 2. Hispânia no período do Alto Império dividida em três províncias, Bética, Lusitânia e Terraconense, plenamente integrada ao Império romano (MORENO, 1988, p. 25).

A transição de um governo republicano para uma posição monárquica de Augusto obrigou-o a manter certas formas de governo tradicionais, estabelecendo um compromisso entre o poder do imperador e do Senado (SÁNCHEZ, 2009). Perante esse fator e ao aumento considerável do número de províncias, Augusto optou por uma nova modificação na administração provincial e de seus sistemas de governo: permaneceram sob controle direto de Augusto os territórios que precisavam de defesa militar, enquanto os demais foram atribuídos ao Senado (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Augusto dividiu todas as províncias do Império organizando-as em dois tipos, as províncias denominadas senatoriais e imperiais. As províncias senatoriais configuravam-se como as mais ricas e importantes, que seguiram sob os cuidados e administração do Senado – que escolhia um governador entre aqueles de seus membros que haviam sido cônsules ou pretores –, e designavam regiões pacificadas

e romanizadas, onde não se registravam significativa presença de tropas romanas. Já as províncias imperiais permaneceram sob a autoridade direta do imperador, uma vez que não estavam totalmente pacificadas e mantinham a presença de tropas no território, eram governadas por chefes das tropas aquarteladas na região – magistrados escolhidos pelo imperador, entre os senadores –, tais províncias eram mais numerosas e extensas e apresentavam grande presença das tropas romanas (MORENO, 1988; SÁNCHEZ, 2009).

Em relação a Hispânia, Augusto estabeleceu as denominadas províncias da Lusitânia e Terraconense como imperiais, que ficaram sob o jugo direto do imperador; e a província Bética, como senatorial, administrada por pretores eleitos pelo Senado, para melhor controlá-la devido a sua importância mineira (Idem, 1988; Idem, 2009). As províncias eram governadas por um pretor ou legado, com cargo anual, e em casos de guerra, o Senado podia designar um cônsul com forças militares para a região (Ibidem, 2009).

A organização provincial de Augusto seguiu vigente durante quase três séculos, contudo, os princípios de Augusto começam a enfrentar mudanças no século II d.C., e finalmente sofreriam reformas no século III d.C., que levariam à nova organização geral do imperador Diocleciano (Ibidem, 2009). Sob governo de Diocleciano, a Hispânia seria novamente reorganizada em cinco províncias mediante a divisão de dois terços do território da província Terraconense nas novas Cartaginense e Galícia (MORRIS, 1984). No Oriente as províncias perderiam suas autonomias até então respeitadas. No Ocidente se observaria a ocorrência de uma romanização gradual, favorecida pela fundação de novas cidades coloniais e pela presença de legionários acampados nas regiões de fronteira. A ampliação territorial do Império devia-se à consolidação e/ou defesa de seus limites (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Durante o Alto Império, o extenso território das províncias dificultava sua administração, portanto foram estruturados pequenos distritos judiciais e unidades administrativas dedicados à administração da justiça, tributação e culto ao imperador; também de recrutamento de tropas auxiliares, denominados de *conventus*, localizados em seus centros urbanos de maior importância, ou seja, ao redor das cidades mais importantes, incluindo seu território circundante. Deste modo, no século I a.C. ocorreram criações de conventos jurídicos distribuídos pela Hispânia. A Lusitânia contava com 3 conventos, sendo um deles, o *conventus* emeritense, em Emerita

Augusta, a Bética contava com 4 conventos e a Terraconense, de maior extensão, com 7 conventos (MORENO, 1988; SÁNCHEZ, 2009).

A existência de *conventus* se documenta desde a época de Augusto. No começo o conceito parece se referir a agrupações de cidadãos, *conventus ciuium Romanorum*, dentro de localidades indígenas ou agrupações espontâneas que são aproveitadas pelos romanos para facilitar a intervenção e o controle, mas na prática funcionavam como instrumentos com estes objetivos desde os primeiros momentos de sua aparição, como criações imperialistas ou adequações das mesmas finalidades de estruturas preexistentes. Em princípio, era um organismo através do qual atuavam os governadores sobre as coletividades de cidadãos e suas relações com os peregrinos; em época antonina suas práticas culturais tenderam à decadência (PLÁCIDO, 2009).

Os conventos desempenharam um papel significativo na organização do culto imperial e manutenção da coesão política das comunidades indígenas em torno do poder central. O convento apresentava um templo que estava dedicado ao imperador e a Roma. Junto aos conventos, a cidade (*civitas*) também realizava a organização administrativa. A cidade se apresentava traçada de acordo com regras e planos urbanísticos precisos, que como vimos, foram herdados de etruscos e gregos.

Dicha estructura tendía a la planta cuadrangular con manzanas de calles ortogonales y organizadas en torno a dos grandes ejes ruterios, el decumano y el cardo máximo, que se cortaban perpendicularmente. En la intersección de estos dos se abría un amplio espacio, el foro o plaza mayor, centro de la vida administrativa, cívica y religiosa. En torno a este principal núcleo urbano se ordenaba un territorio de medianas proporciones. El núcleo urbano era residencia de las familias de medianos y grandes propietarios de la comarca (oligarquía municipal), además de una plebe urbana, constituída por hombres libres y antiguos esclavos manumitidos. Dicha plebe, o bien se ocupaba de actividades artesanales o comerciales, o bien permanecía ociosa viviendo de la caridad pública – reparto de alimentos, espectáculos gratuitos –, costeada por la oligarquía municipal. De forma que la ciudad, además de ser centro administrativo y cultural de su territorio comarcano, lo era también de consumo e intercambio de bienes, así como de una producción artesanal de cierta importancia (MORENO, 1988, p. 28-9).

As condições históricas da conquista romana da Hispânia permitiram que nem todas as cidades tivessem o mesmo estatuto político-administrativo. Tais aspectos refletiam na autonomia e na carga financeira da cidade em relação ao estado e

governo central romano, além de incidir na condição jurídica pessoal da maioria de seus habitantes: cidadãos romanos com plenos direitos, cidadãos com direito limitados e súditos estrangeiros. Deste modo surgiram títulos para qualificar as cidades hispânicas: colônias romanas, municípios romanos, colônias latinas, municípios latinos, cidades livres e federais, e estipendiárias (MORENO, 1988).

Uma cidade provincial que conseguisse a designação de *colonia* obteria a mesma condição das aldeias fundadas por emigrantes da Itália. Esta designação não arrecadava vantagens legais ou econômicas, mas assegurava um grande prestígio, pois ser uma *colonia* seria ser tão romana quanto Roma. Por isso então a intensa procura dos municípios em se tornarem colônias, em adotar a herança e a cidadania romana. Este fenômeno alude a importância de Roma não precisar impor sua cultura às províncias, mas no fato de elas desejarem adotá-la (HADAS, 1969).

A fundação de colônias foi um dos processos mais eficazes de romanização, em alguns casos o conceito jurídico de colônia era concedido posteriormente à fundação de verdadeiras colônias, em outras situações, algumas antigas cidades que reuniam cidadãos romanos passaram à condição legal de colônias (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975). Ao longo do tempo as colônias deixam seu status de fundações latinas, sem concessão à cidadania, para se constituírem em grandes colônias de cidadãos romanos (CORNEILL; MATTHEWS, 2008). Nota-se, paralelamente, que já no século II a.C. o título de colônia romana tornara-se honorífico, sem grandes repercussões aos habitantes das cidades (MORENO, 1988).

Podemos observar a situação urbana da Hispânia no período augustano:

Bajo Augusto hubo en Baetica 175 comunidades urbanas, entre ellas 9 *coloniae*, 10 *municipia* y 27 poblaciones con derechos latinos; Tarraconensis contaba con 12 *coloniae* y 13 *municipia*, pero poseía no menos de 20 poblaciones privilegiadas más; y Lusitania, entre 45 centros urbanos no podía alardear más que de 5 *coloniae*, un *municipium* y tres poblaciones con derechos latinos (MORRIS, 1984, p. 87).

Essas diferentes proporções englobadas pelas distintas províncias refletem tanto seus diferentes graus de romanização, como também suas oportunidades econômicas. Ao completar a reorganização imposta por Augusto na segunda década da era cristã, se havia lançado as bases do futuro sistema ibérico de assentamento urbano. Poucas cidades não romanas alcançaram destaque no Império. Depois de

Augusto, Vespasiano elevaria umas 350 vilas à classificação de *municipium*, concedendo assim direitos latinos. Além de gradualmente, com o percurso do Império, as cidades de tipo *colonia* ou *municipium*, acabaram tendo suas distinções diminuídas (MORRIS, 1984).

2.7 COLÔNIAS, A POLÍTICA DE CÉSAR E AUGUSTO

Sob os governos e obras de César e Augusto ocorre um importante avanço na política de urbanização da Hispânia, tal impulso se centrava no processo de desenvolvimento urbanizador romano, por meio de fundações de várias colônias e municípios romanos no território peninsular (SÁNCHEZ, 2009). Com os problemas sociais e econômicos que causariam a queda da República, a emigração de cidadãos romanos para as províncias revelava-se fundamental para a resolução do problema de pobreza do campesinato itálico, que enfrentava a falta de terras para cultivo na Itália (CORNELL; MATTHEWS, 2008).

A emigração de muitos italianos livres para as províncias se sucedeu em grande parte forçadamente, visto que as colônias no ultramar, antes de Júlio César, apresentavam-se numericamente poucas e desconfortáveis; contudo, segundo Suetônio – historiador latino –, com a política de colonização em grande escala liderada por César, mais de trinta províncias receberam por volta de 80000 cidadãos com suas famílias, entre proletários e veteranos (Idem, 2008). Na Hispânia, boa parte dos desempregados seguiu para a Citerior e a região da Bética Ulterior (MORRIS, 1984).

A base da colonização urbana de Hispânia foi reorganizada sob Júlio César; a ampliação do sistema colonial aliviava o desemprego em Roma, ao mesmo tempo que avançava as fronteiras dos territórios, que em sua custódia se fundavam colônias tipo semimilitar. O domínio romano sobre a área colonizada se consolidava com a fundação de redes de colônias, municípios e outros assentamentos menores, fato que também apresentava a superioridade do Império. O primeiro tipo de colônia semimilitar, requeria ser povoada com cidadãos de confiança, com preferência à classe de legionários desmobilizados, diferente das novas colônias fundadas em regiões pacíficas, que podiam contribuir para a solução do problema da plebe urbana (Idem, 1984).

Desta forma, a colonização na Itália e nas províncias, do século I a.C., final da República, se transformou também em um projeto recompensador de líderes políticos para seus partidários e veteranos militares (CORNELL; MATTHEWS, 2008). À medida que as fronteiras de Citerior e Ulterior foram adentrando progressivamente os territórios indígenas, se fundavam novas cidades (MORRIS, 1984). Muitas dessas colônias foram fundadas em locais junto às cidades nativas já existentes, portanto transformadas em cidades duplas. Durante este período, esta medida foi aplicada como caminho para solucionar conflitos e conquistar aliados (CORNELL; MATTHEWS, 2008). Assim, César focaria como objetivo entregar terras aos antigos veteranos de guerra e premiar as comunidades indígenas aliadas contra seu rival Pompeu (MORENO, 1988).

Augusto continuou a política de fundação de colônias na Hispânia, começada por César, fundando aproximadamente 75 colônias provinciais; porém, diferente do segundo que concedeu predominantemente o estatuto de colônia para muitas cidades de caráter civil, Augusto outorgava às fundações militares, sendo o mais importante exemplo Emerita Augusta (atual Mérida), fundada para os veteranos das guerras hispânicas e que brevemente se tornou capital administrativa da província da Lusitânia (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975). Augusto dirigiu campanhas militares, entre 26 a.C. e 25 a.C., contra as tribos celtiberas localizadas nas regiões setentrionais de Cantábria e Astúria; acreditando-se vitorioso fundou a colônia de Emerita Augusta para seus veteranos licenciados, antes de retomar as lutas que se prolongaram até 19 a.C., ano em que toda a Hispânia foi por fim conquistada (MORRIS, 1984).

Augusto aproveitava tal sistema colonial e investia em obras urbanas por muitos pontos do Império. Na Hispânia, investiu-se nas planícies setentrionais – regiões centro e norte – onde não havia existido assentamentos urbanos ou aglomerações que merecessem ser conservadas. A colonização das tribos das montanhas do norte se efetuou com a política romana de fundações de novas cidades, tais cidades romanas se constituíam como únicos assentamentos urbanos (Idem, 1984), já que a vida urbana era praticamente desconhecida pelos indígenas. Estes, por sua vez, passavam a se assentar nas vizinhanças dos acampamentos de legionários romanos. Assim, se conseguia administrar e vigiar as populações submetidas, além de formar centros urbanos, que de agrupações indígenas foram aos poucos adquirindo aspectos de cidades romanas (MORENO, 1988).

Isto se fazia possível de maneira que, como analisamos, para o estabelecimento romano nas regiões das províncias da Hispânia Ulterior e Hispânia Citerior foram empreendidas políticas de integração, governo direto, presença militar e muitas guerras que persistiram por muitos anos devido a sua longevidade – até a época de Augusto. Muitas das técnicas empregadas nas conquistas visavam a consolidação de fronteiras, para tanto os romanos se utilizavam de estabelecimentos com acampamentos de legionários e de auxiliares no lado romano da fronteira. Assim, as províncias recebiam o exército e se tornavam pontos centrais e eficazes de romanização, quando os acampamentos de legionários originavam povoações informais, as *canabae*, e nas proximidades geravam povoados civis, as conhecidas *municipia*. A necessidade de manter exércitos na região da Hispânia proporcionou a instalação de acampamentos fixos, que também deram origem a novas cidades coloniais (CORNELL; MATTHEWS, 2008).

Por conseguinte, as principais cidades novas correspondiam ao tipo *colonia* ou *municipium*, e se diferenciavam por sua natureza legal, de administração local (MORRIS, 1984). A fundação de novas colônias propiciava a concessão de estatuto de município a muitas cidades indígenas. Muitas comunidades nativas, principalmente os aglomerados ocidentais, que receberam a cidadania romana e condição de *municipi*, uma vez que já mantinham contato com Roma, adequaram suas estruturas e formas de vida a nova situação (CORNELL; MATTHEWS, 2008; SÁNCHEZ, 2009). O progresso da romanização, mediante a conquista de Roma do território da Península Ibérica, consistia na defesa dos povos pacificados daqueles que estavam livres mais ao norte e oeste da Hispânia. Através dessa concepção, Roma defendia o território urbano e provocava grande aceitação dos romanos pela aristocracia local (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

Ao longo do tempo, as povoações indígenas da Península Ibérica tenderam a imitar e adotar o padrão de organização de assentamentos romanos, organizando-se política e urbanisticamente conforme o modelo implantado pelo governo na província. Algumas comunidades autóctones que se organizavam em entidades tribais maiores tiveram suas estruturas transformadas por Roma, atendendo a criação de novos centros urbanos, via fundações de cidades. Por outro lado, a conquista romana estabeleceu assentamentos de colonos e legionários, que se agrupavam em novas cidades criadas para esse propósito no território (SÁNCHEZ, 2009).

Neste período, o território da Península Ibérica esteve formado por uma rede diversificada de novos centros urbanos fundada por Roma, e uma série de núcleos indígenas que possuíam distintos níveis de romanização, de diferentes concessões e benefícios. Tanto colônias como municípios governavam-se segundo suas próprias instituições. Os municípios podiam ser de dois tipos: bem romanos, onde se concedia cidadania a todos os habitantes e se fornecia novas instituições de governo; ou bem de direito romano, onde se possuía parte dos privilégios dos anteriores (SÁNCHEZ, 2009). No ano de 74 d.C., Vespasiano concederia o estatuto transitório do Direito latino (*Ius Latii minor*) a todas as cidades hispânicas, que logo adotariam as instituições da vida municipal e suas oligarquias ascenderiam à cidadania romana (MORENO, 1988).

2.8 ROMANIZAÇÃO

Roma se impôs pela força e também pelo seu sistema civilizacional, conhecido como o fenômeno de romanização, onde a cidade era o principal instrumento do mecanismo de expansão imperial: desde seu traçado original até sua arquitetura específica.

Este desenvolvimento urbano foi apenas um dos muitos aspectos perenes do processo de ordenamento do território. Estendeu-se a todos os tipos de paisagem, incluindo nivelamento de solos, a construção de estradas e de pontes e, em especial, de aquedutos, que eram indispensáveis à vida nas cidades, à indústria e à irrigação dos campos. Este domínio do homem sobre a natureza caracterizou extensos projectos de drenagem e de aproveitamento de pântanos, navegabilidade de rios e criação de portos seguros, equipados com molhes, armazéns e cisternas, quer para navios mercantes quer para vasos de guerra (STIERLIN, 1997, p. 47).

Desta maneira Roma submeteu esta organização primeiramente à Península Itálica, em seguida à Península Ibérica e, posteriormente, às províncias próximas e distantes do Império, transformando-as homoganeamente, e estabelecendo sua marca ao mundo ocidental e antigo. As regiões conquistadas foram abastecidas de estradas romanas e as terras ganharam a divisão do sistema de centurição (Idem, 1997).

Para analisar o caso das províncias romanas da Hispânia que sofreram este longo processo de romanização, torna-se necessário a compreensão da distinção de épocas e zonas da Península Ibérica que contribuíram para que este processo acontecesse. Observa-se que o território da Hispânia mediterrânea desde a pré-história esteve aberta a colonizadores do Oriente, entre comerciantes gregos e púnicos; estes antecedentes da cultura helenística dissipados por tais colonizadores na região facilitaram a assimilação de correntes da civilização pela população nativa, conseqüentemente, permitiu mais rápida assimilação romana devido a esta ensaiada influência da helenização (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

Como já se verificou, a Península Ibérica com sua extraordinária riqueza em metais, foi submetida a grandes colonizações itálicas, onde Roma buscou explorar suas minas. A presença no território peninsular da população itálica foi fundamental para a romanização e civilização dos povos da Hispânia. Assim, percebemos que a colonização esteve relacionada com a intensa exploração da península, como uma das questões fundamentais para desencadear a profunda romanização da Hispânia. Neste cenário, do século I a.C., destaca-se o período de ouro da exploração e colonização da Hispânia (Idem, 1975).

Uma das questões fundamentais para a compreensão da romanização consiste em também superar a visão tradicional, em que explica a romanização como um processo mecânico de substituição das realidades indígenas pelas romanas; deve-se perceber a romanização como um processo de integração cultural, de mudanças e de continuidades e de validações de tradições ou realidades anteriores, que embora fosse empurrada pelo poder dominante, fora resultante de realidades híbridas, fenômenos de convergência e adaptações, com muitas raízes e protagonistas (BENDALA GALÁN, 2014).

2.8.1 Relações interétnicas: exército, colonos e indígenas

A presença do exército romano na Península Ibérica representou a progressiva conquista do território, ao mesmo tempo que desencadeava o início da romanização, um processo que em grande parte revelou a aculturação através do qual os povos e comunidades indígenas incorporariam e fariam seus costumes e formas de vida ao modo romano (SÁNCHEZ, 2009). A expansão romana pela Hispânia e o

estabelecimento de veteranos do exército em colônias, desencadeou a propagação de elementos itálico-romanos no território. Isto se fazia possível uma vez que a presença romana apresentava também um caráter misto de colonos, comerciantes e soldados, que se concentraram nos primeiros tempos nas regiões do sul e leste da Hispânia (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

Os meios pelos quais foram desenvolvidas as transformações no território foram diversas e cobriram variadas situações em que os habitantes da península tratavam com os colonos ou instituições romanas que os governavam. Uma delas, o exército, que entrou em contato com as populações locais, como também esteve composto de cidadãos romanos, aliados itálicos e auxiliares indígenas. A influência do exército sobre seus soldados ocasionava em uma intensa exposição ao impacto da cultura romana, sobre o idioma, modo de vida e costumes romanos. Também, ao término do serviço militar, aos soldados era concedida cidadania, direitos e prestígios romano (SÁNCHEZ, 2009).

Por outro lado, o exército se fazia presente no território através de acampamentos e guarnições apresentados em cidades, o que proporcionava contato diário com os habitantes e, conseqüentemente, desenvolvia relações de laços familiares entre soldados e mulheres indígenas – mesmo que não reconhecidas legalmente. Muitos destes legionários licenciados, depois de muito tempo de serviço, não regressavam à Itália, permaneciam na Hispânia e se instalavam em colônias. Junto a estes, se somavam colonos que chegavam a Hispânia atraídos por sua riqueza agrária e proteção oferecida pela presença do exército, além também dos indivíduos que se assentavam nas novas províncias com o intuito de fazer negócio e prosperar (Idem, 2009).

Desta forma, a romanização seguia manifestada em diversos elementos da vida cotidiana: na expansão do latim, trocas de vestiário ou tipos construtivos, uso de nomes romanos, aceitação do direito penal, a instauração de uma nova organização provincial, desenvolvimento de costumes, de banhos e espetáculos públicos romanos. Em todo o Império observa-se que a Hispânia por ser uma das primeiras províncias conquistadas por Roma, interessada em controlar o território amplo, variado e rico, manteve em algumas regiões, desde os primórdios, uma profunda romanização. Entretanto, como observamos, considera-se que a romanização não foi um fenômeno imposto pelos conquistadores, mas sim um interesse das elites locais por integrar-se ao novo Estado romano, e garantir assim seus status e privilégios (Ibidem, 2009).

O desenvolvimento e a expansão da administração foram outro elemento romanizador, por abranger a totalidade do território controlado por Roma. O governo provincial seguia uma organização propriamente romana que pretendia unificar as diversas formas de organização social, econômica e política. A criação de novas cidades influenciou, por sua vez, todo o território e arredores que estendia seu poder e autoridade. Deste modo, os indígenas podiam conhecer as formas de governar dos romanos e de seus edifícios e construções, dedicados para diferentes deuses e atividades por eles desconhecidos (SÁNCHEZ, 2009).

A concessão de cidadania à população indígena pode ter impactado a vida dos habitantes do território, pois permitia direitos e privilégios aos que a possuíam, principalmente aos dirigentes autóctones. A concessão da cidadania funcionava como uma isca para integrar a população indígena com a cultura romana.

Entre estos privilegios destacaban el *ius commercii*, o derecho a la propiedad; el *ius connubii*, es decir el derecho a contraer matrimonio reconocido por el estado; el *ius suffragii*, que no era otro que la capacidad de votar en la asamblea de ciudadanos; y el *ius honorum*, el derecho a ejercer los cargos públicos (Idem, 2009, p. 54).

Essas influências diárias e permanentes foram transformando aos poucos o território peninsular e também a forma de vida das populações que habitavam estes espaços. Entretanto, o nível de romanização não atingiu uniformemente toda a Península Ibérica, apresentando diferenças regionais. A romanização na Hispânia foi mais profunda na Bética e atingiu algumas regiões como as áreas do litoral mediterrâneo e o vale do Guadalquivir; ao contrário de algumas zonas mais setentrionais e áreas do interior da península, onde as estruturas e formas de vida indígenas sempre foram mais intensas e enfrentaram maiores resistências (MORENO, 1988; Ibidem, 2009).

Mesmo assim, observa-se que o prolongado domínio romano da Hispânia afetou toda a população provincial. E isto permitiu, a partir do século I d.C., com o termo *hispanorromanos*, designar a população da Hispânia como pertencente a um novo ambiente cultural (Ibidem, 2009). Mesmo com resistências indígenas, a cultura romano-mediterrânea com suas formas e conceitos influenciou todo o território da Hispânia, ocorrendo processos de aculturação, criação de mistificações e sincretismos (MORENO, 1988).

Percebe-se que ao longo do desenvolvimento da história hispânica, com a romanização, ocorreram mudanças e rupturas nos problemas de assimilação cultural e resistência indígena em relação ao âmbito religioso (MORENO, 1988). Nesta esfera do religioso podemos notar o processo de aculturação. Nos primeiros momentos da conquista romana, o panteão romano – já identificado com o grego – foi penetrado. Sob o regime imperial, Augusto estabeleceu que determinados cultos se convertessem em símbolos deste, como uma espécie de religião oficial.

Tales cultos oficiales habrían sido el de la Tríada Capitolina – compuesta por Júpiter, Juno y Minerva –, el de la diosa Roma, el del emperador y el de los genios imperiales deificados tras su muerte. Los templos a ellos dedicados, sobre todo a los tres últimos, ocupaban un lugar preeminente en toda ciudad hispánica de tipo romano, y su culto estaba estrictamente garantizado por sacerdotes jerarquizados por municipios, conventos y provincias (Idem, 1988, p. 58-9).

Paralelamente, a unificação do mundo mediterrâneo via Império Romano significou uma transformação nas ideias e crenças religiosas entre suas diferentes regiões. Verifica-se que desde o século II a.C. as sociedades urbanas do Mediterrâneo vinham aceitando com grande êxito as crenças religiosas de procedência oriental. No Ocidente romano estes cultos orientais foram aceitos por grupos populares e intelectuais, pois não distinguiam diferenças sociais e ofereciam mensagens de consolação e salvação além vida. Entre estes grupos de difusão estavam comerciantes, escravos, artesãos e, principalmente, soldados, que formavam um meio social e cultural mesclado e propenso a esse tipo de crenças. Entre os séculos II d.C. e III d.C. os cultos de Ísis, Mitra e Serápis foram os mais difundidos na Península Ibérica (Ibidem, 1988).

2.8.2 Estradas para romanização

Durante as primeiras fases de expansão imperial romana, na região da Hispânia, o planejamento colonial sofreu com a pacificação e a guerra. À medida que as operações militares penetravam pelo território, se implantava os processos de assentamentos urbanos e, em seguida, se exigia ampliação e melhorias na rede de estradas para as regiões conquistadas (MORRIS, 1984). Esta necessidade permitiu que o exército desempenhasse um papel fundamental na conquista e administração

das províncias da Hispânia. Uma vez que após a submissão do território, o exército ficava encarregado de exercer tarefas de controle e polícia, se converteu, ao longo do tempo, em um corpo de exploração da engenharia, passando a realizar projetos de obras militares e civis. A expansão e o domínio militar romano das províncias esteve muito ligado ao objetivo de controle do território e na rapidez do movimento das tropas (SÁNCHEZ, 2009).

Desta maneira, o emprego das forças militares se somava às funções para a economia, ao assegurar o desenvolvimento do transporte de mercadorias entre as povoações; além de ser também utilizadas na construção de estradas, que adquirem importância como canais de expansão da romanização (Idem, 2009). A construção de novas estradas e a manutenção do sistema existente demandavam uma atividade contínua. No período de Augusto o exército construiu estradas militares e adicionou novas vias comerciais, além de se renovar as já existentes, uma vez que as vias se tornavam fundamentais por permitirem as relações militares e econômicas. A dinastia Júlio-claudiana contribuiu para o progresso hispânico ao investir na extensão e melhoria viária essenciais para as necessidades militares e econômicas (MORRIS, 1984).

A construção de estradas romanas tivera fins militares, mas logo as vias se converteram em artérias da romanização e comércio, revelando-se elementos importantes para a civilização (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975). As estradas romanas permitiam que exércitos e mensageiros oficiais se deslocassem rapidamente, em caso de emergência, assim se constituíram como rápidos meios de comunicação que venciam as distâncias. Por causa de tais finalidades, as estradas sempre seguiam o traçado mais reto possível, podendo ser construídas em nível superior à paisagem que as cercavam para facilitar o deslocamento (RATHBONE, 2011). As vias romanas podiam atravessar todos os tipos de terrenos: pântanos, relevos, galgavam rios; superavam-se as adversidades naturais com diques e pontes, escavando montes e encostas ou desenvolvendo novas estratégias para regular a rota das estradas (STIERLIN, 1997).



Figura 3. O mapa apresenta as principais vias romanas em conexão com os assentamentos urbanos mais importantes da Hispânia. A rede de estradas das províncias peninsulares significou a integração dos territórios no mundo romano. A rede de comunicações garantia rápidos deslocamentos de tropas e, conseqüentemente, estabilidade das fronteiras. (MORENO, 1988, p. 43).

As estradas eram construídas pelos soldados que escavavam uma trilha larga e profunda, em seguida comprimiam o subsolo e depois nivelavam com materiais locais: camadas de entulhos eram intercaladas com areia ou cascalho e a superfície podia ser revestida com cascalho, paralelepípedos ou escória de ferraria (RATHBONE, 2011). Assim a construção de estradas compunha-se de várias camadas ou estratos e podiam alcançar um metro de profundidade. A camada mais profunda era o *statumen*, de grandes pedras, seguida do *rudus*, com pedras de tamanho médio, somada do *nucleos*, com cascalho misturado com pedras menores, e em nível superior o *pavimentum* ou *suma crusta*, de grandes lajes de pedras, destinado aos transeuntes e veículos. As vias eram construídas de forma convexa para evitar acumular águas das chuvas em seu trajeto (SÁNCHEZ, 2009), além de

apresentarem valetas laterais, com boa drenagem para suportar diferentes condições meteorológicas (RATHBONE, 2011).

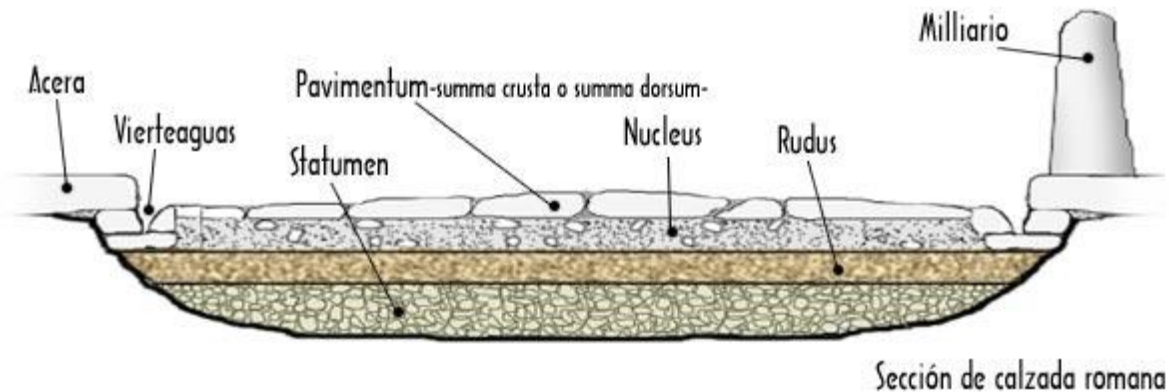


Figura 4. Elementos de uma seção de estrada ideal da época do Império Romano que chegaria em grandes cidades. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/calzada_romana.jpg>. Acesso em: 12/12/2014.

As redes de estradas retas com pavimento profundo caracterizaram-se como grandes realizações duradouras. As estradas romanas também foram marcadas pela organização, visto que ao longo de seus caminhos existiam os marcos miliários, a cada milha romana – mil passadas ou cerca de 1500 metros (Idem, 2011). Os marcos constituíam-se em grandes pedras com inscrições que indicavam o ponto da via que se encontrava e o nome do imperador ou magistrado que a construiu ou realizou sua manutenção (SÁNCHEZ, 2009). As estradas e marcos miliários recebiam maior atenção da política reconstrutora quando as mesmas escoavam as importantes explorações mineiras (PLÁCIDO, 2009).

A Hispânia contava com diversas vias principais que comunicavam as cidades entre si (SÁNCHEZ, 2009). Uma das principais vias da Hispânia era a estrada de Emerita Augusta (Mérida), a capital da Lusitânia, no oeste peninsular, que conectava a rede viária romana com todo o Império. A rede viária permitia intercâmbios de ideias e de mercadorias, que transformaram a Hispânia indígena com a nivelação de estruturas através da romanização. Caminhos públicos e privados se interconectavam como veículos onde a romanização podia alcançar toda a Península Ibérica (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

Desde o início do período do Império romano a Hispânia se organizava mediante o sistema viário e portuário para atender os novos intercâmbios. As estradas

potencializavam as atividades dos portos ao facilitarem as comunicações entre as diferentes localidades, os grandes centros e o Mediterrâneo (PLÁCIDO, 2009). As vias se apresentavam imprescindíveis para os intercâmbios de produtos no interior da Península Ibérica, bastante importante consistia tal comércio centrado nas diferentes cidades, estas que assumiam funções militares e de tributação, colaborando para o desenvolvimento das relações de intercâmbio. O desenvolvimento do comércio exterior mantinha relações estreitas com a reorganização, imposta por Augusto e mantida por seus sucessores, da rede viária das estradas. Grupos de estradas e rotas bordavam a planície peninsular e se ligavam aos principais pontos, que permitiam a comunicação com as regiões do interior, grandes produtoras de matérias-primas, com os mais importantes pontos de embarque, fluviais e costeiros, sobretudo com as costas mediterrâneas que asseguravam as comunicações com a Itália. O comércio de exportação se compunha essencialmente de produtos agrícolas e matérias-primas, principalmente sal, azeite e minerais; o comércio de importação constituía-se principalmente por produtos de luxo provenientes da Itália e Oriente (MORENO, 1988).

2.8.3 Estrutura e modelos urbanos

A romanização apresentou como consequência a transformação da realidade e da estrutura urbana da Hispânia. Isto se sucedeu uma vez que após a conquista romana, realizou-se uma progressiva implantação dos modelos urbanísticos e arquitetônicos romanos no território peninsular (BENDALA GALÁN, 2000-1).

Através da análise da organização territorial e urbana, e as suas mudanças, podemos verificar a integração das culturas hispanas e do Império Romano, em uma convivência das tradições pré-romanas e das novidades fornecidas pela romanização. Deste modo, podemos perceber dados que apontam tanto para a influência da tradição local, quanto o triunfo cultural da potência dominante, com a romanização (Idem, 2000-1).

O estudo das estruturas territoriais, de modelos urbanos e arquitetônicos, permite compreendermos a natureza cultural e sua longa duração, através de uma leitura histórica e arqueológica que valoriza o território e sua transformação antropogênica, cujos elementos mais valorizados constituem-se de aglomerações

populacionais e urbanas. A análise da romanização e sua incidência ou relação com as estruturas territoriais, caracterizadas pelos sistemas de cidade, adquire uma nova importância ao atingir as diferentes culturas hispânicas e sua evolução. Das mudanças mais importantes que ocorrem com a romanização, a mais evidente são as transformações urbanísticas (BENDALA GALÁN, 2000-1).

A conquista de territórios tão distantes e rentáveis como os da Hispânia, foi resultado, como acompanhamos, das ambições e aspirações da aristocracia dirigente de Roma, e causa principal da crise que acabou com a República e deu lugar ao Principado. O controle e o governo das províncias hispânicas, em constante crescimento, se realizavam improvisando soluções de progressos, explorando o poder militar que impunha e mantendo a posição de domínio, por meio da organização das cidades e regiões que incorporavam o Império para satisfazer os interesses de Roma. A existência de uma organização suficiente da Hispânia era uma condição necessária para a conquista romana na época. A estrutura interna cumpria o princípio de autonomia administrativa, subordinada ao estado romano, no caso, a estrutura urbana, próxima aos modelos romanos ou itálicos (Idem, 2000-1).

A existência de uma longa trajetória na implantação de formas de organização urbana no território da Hispânia adquiriu diferente caráter e grau de desenvolvimento segundo suas regiões (Ibidem, 2000-1). A chegada dos romanos trouxe consigo uma grande atividade urbanística, sendo o urbanismo muito desenvolvido na região da Bética (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975). O amplo desenvolvimento urbano desta Hispânia mais “politizada”, da costa mediterrânea, facilitou a conquista e dilatou a romanização, enquanto as terras do interior demonstravam-se limitadas as incorporações urbanas, que sem esta condição estrutural necessária dificultou a conquista dos romanos e o estreitamento da romanização. Estas últimas regiões, por uma dissintonia estrutural, se impulsionaram a rechaçar o domínio estrangeiro romano e a manter sua independência e suas próprias tradições (BENDALA GALÁN, 2000-1).

O ponto de sintonia estrutural da região mais urbanizada sofreu, em primeiro momento, um grande processo de integração helenística pelos cartagineses, e em seguida facilitou a conquista romana e, conseqüentemente, a romanização. A romanização foi possível através da continuidade e aproveitamento da dinâmica cultural em andamento com a presença cartaginesa, facilitando o plano estrutural de Roma para a conquista. Deve-se considerar que a presença cartaginesa em território da Hispânia se organizava econômica e territorialmente com a influência de matriz

helênica, ou de sua projeção de modelos urbanísticos e arquitetônicos. As principias cidades se construíam de forma monumental com modelos urbanos helenísticos, um espaço configurado por uma arquitetura ao serviço do poder, criadora de referências às manifestações helenísticas. Se exaltava a super-humanidade dos príncipes, com projeção no âmbito militar do dirigente soberano, um modelo condutor da trajetória dos líderes da Antiguidades até a consagração do Principado em Roma (BENDALA GALÁN, 2000-1).

Estes fenômenos observados a partir da estrutura urbana em Hispânia, conecta o antes e o depois da conquista romana, permitindo compreendermos que parte do território com configurações helenísticas, consentia os dirigentes romanos a aumentar a absorção imperialista nos territórios hispanos, em termos de conflitos ou encontros com elites urbanas ligadas aos padrões de conduta helenísticos, que se colidiam ou concordavam com as buscas de poder ou influências. Os Cipiões, principais protagonistas da conquista romana da Hispânia, encarnavam em Roma os ideais dos príncipes helenísticos, que como depositários da província de Hispânia e da organização de suas províncias, conduziram-na com grande independência de Roma; coincidindo com os Barca em relação a Cartago, também feitos à figura de príncipe helenístico (Idem, 2000-1).

Para melhor compreensão, nota-se que o contato com a divindade facilitava definitivamente a conversão do soberano em um deus, que garantia a relação necessária ente homens e deuses. À imitação de Alexandre, o Grande, foi o ideal que encorajou os líderes das sociedades expansionistas e imperialista a lutarem pela hegemonia na Antiguidade, no período helenístico. Os líderes cartagineses que aspiravam criar um império praticamente universal, com os Barca, seguiram o modelo de Alexandre. E assim também fizeram os líderes romanos, com os Cipiões, no final da República (Ibidem, 2014).

Encontros entre hispanos e romanos que exaltavam o soberano geravam a fusão de tradições aristocráticas ibéricas, com influxos helenísticos vinculados aos gregos e cartagineses. Disto permaneceu uma base hispana que configurou o mesmo culto imperial romano, precoce na Hispânia pelas próprias tradições, e outros fatores (Ibidem, 2000-1).

Esta Hispânia politizada, cenário de desenvolvimento urbano antes da conquista romana, oferecia as condições adequadas para se integrar ao Império de Roma, uma vez que incluía também incorporações aos padrões culturais helenísticos

que apontavam uma nova potência hegemônica. A região meridional da Península Ibérica fora caracterizada por uma diversidade regional vinculada a correntes culturais e organizativas de influxos coloniais gregos e fenício-púnicos, em que o urbanismo se apresentava de forma helenística. Esta porção da Hispânia constituiu-se como o território de ocupação inicial de Roma, que como verificamos, estruturou as províncias de Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior, consolidadas desde 197 a.C., base logística e militar de uma extensão da conquista do resto do território peninsular, que demandou muito empenho e tempo, muito pela necessidade de proceder a reformas estruturais profundas (BENDALA GALÁN, 2000-1).

Através deste quadro, e ao situarmos a romanização no plano estrutural, compreende-se que corresponde a um plano definido pela existência de formas de vida urbana que entraram em contato na ocasião da conquista. A pesquisa do desenvolvimento da cidade na Hispânia pré-romana permite localizar os fenômenos decorrentes da conquista, começando com sua própria possibilidade: o êxito inicial da conquista romana – resultante dos anos entre 218 a 206 a.C., época da luta contra os cartagineses – deveu-se ao fato de Roma dispor de uma estrutura válida para apoiar seu domínio; além de aliado a estes propósitos, observa-se uma prévia integração de uma parte substancial da Hispânia na corrente helenística, através do domínio dos Barca, que se constituía uma realidade. Assim, a romanização assumia a dinâmica de continuidade da anterior, com um novo significado, de modo que sob a ação de Roma a romanização iniciava um processo de sintonização que facilitava a integração dos principais setores da Hispânia ao Império (Idem, 2014).

Confrontando a ideia de que a conquista de Roma representou uma mudança total ou radical da realidade, quanto mais assentada ou sólida fosse a estrutura urbana que começava, maiores eram as tendências estruturais que persistiam. Dentro da visão tradicional, a província da Bética era a mais romanizada, porém frente a realidade arqueológica e dados históricos e culturais disponíveis demonstram o contrário: uma continuidade substancial do domínio estrutural de época pré-romana em período de domínio de Roma; o território seguiu apresentando uma rede de estrutura urbana, instituições, sistema de organização e de exploração do território, minas e produtos marinhos e etc. Isso aconteceu nos primeiros séculos de dominação romana, contudo, ao longo do tempo, Roma tornou suas contribuições mais substanciais nas culturas ou nas culturas que se iniciaram a dominação, acabando

impostas como determinantes da paisagem cultural da Hispânia (BENDALA GALÁN, 2014).

As contribuições dos romanos ou a romanização devem ser encaradas como adições importantes em todos os seus sentidos a uma realidade prévia, sem que sua existência apagasse necessariamente a anterior. A romanização, muitas vezes, se compreende como algo que manchou ou determinou a totalidade do corpo cultural que se projetava, como o que ocorria com uma cultura ou região, no caso a Bética, que estava em determinado momento “completamente romanizada”, ou seja, que tudo nela havia de romano, porém sem melhorias ou rachaduras. Como se as realidades culturais pré-existentes desaparecessem em uma massa cultural uniforme apresentada como romana. Entretanto, constata-se que as culturas pré-romanas perderam sua entidade ao se introduzirem na cultura romana, desta forma, com a ação dos romanos as culturas pré-romanas permaneceram submissas em uma totalidade dominante, Roma (Idem, 2014).

2.8.4 Formas urbanas

Em uma sociedade predominantemente urbana como a romana, as cidades constituíram-se como um marco onde se desenvolvia sua vida essencial. Graças à força militar romana e sua política urbana, a Península Ibérica entraria, depois de dois séculos de campanhas, na esfera romana. Esta política urbana consistia em manter um equilíbrio entre as terras e as necessidades conquistadoras. Roma pensava na integração urbana dos territórios dominados, adequando-se conforme o grau de desenvolvimento urbano de cada área cultural, para tanto, os romanos se apoiaram, muitas vezes, na tradição urbana peninsular existente. Os critérios de atuação romana seguiam, geralmente, em: primeiro, aproveitar quando possível a estrutura anterior dos núcleos preexistentes, flexibilizando o conceito de cidade para que se adaptasse à fórmula organizativa das próprias nos territórios conquistados; segundo, aumentar as cidades novas a partir do reagrupamento de centros menores já existentes mediante a aglutinação por sinecismo – fusão de pequenas comunidades numa maior que totalmente as substituísse – ou *contributio*, contribuição; terceiro, fundar cidades novas, como o caso de Emerita Augusta (Ibidem, 2000-1).

Estes três critérios se aplicavam segundo a necessidade e eram administrados a partir de um princípio de economia política conforme se avançava a conquista, das primeiras etapas com a República, passando por César e Augusto, até a instauração do segundo, com o Principado como sistema político mais adequado ao governo do Império. Nas primeiras fases da conquista, Roma conformou-se em aplicar sobretudo o primeiro critério e basear-se na organização já existente, ao longo do tempo fora crescendo a capacidade de intervir nela devido a conquista se estender a territórios organizativos menos próximos aos apropriados para o Império; o resultado pela acumulação de mudanças e o acompanhamento de padrões de atuação mais caracterizadamente romanos ocasionaram uma grande transformação no plano organizativo e morfológico. Os casos de continuidade urbana foram paulatinamente sofrendo mudanças com o impacto da romanização. Também foi crescente a incorporação das cidades aos padrões de arquitetura romana (BENDALA GALÁN, 2000-1).

As fundações de cidades novas por Roma podiam acontecer por *ex nihilo*, que só levavam nomes demonstrativos dessa desconexão com a estrutura do povoamento anterior, embora mantivessem um nexos com a rede da povoação preexistente. Mas muitas vezes se fundam cidades novas inteiramente, pois apoiavam sua organização no assentamento anterior, embora com transformações muito mais profundas, tanto que a ampliação ou duplicação destes assentamentos renovados podiam ser feitos mediante à fórmula de dípolis – criação de uma cidade ligada ou próxima a um núcleo preexistente; estas cidades duplas mais tarde se fundiam em uma entidade urbana, como o caso da grega Empóriu absorvida pela romana Ampúrias. Este novo sistema em que cidades novas mostram sua vinculação com assentamentos pré-romanos e que mantêm seus nomes podem ser incluídos na fórmula do sinecismo ou *contributio* – unificação de vários centros menores e entidade em um só, ou vinculação jurídica e administrativa de centros modestos a outro principal, da qual dependem como entidades contributas; esta forma de aglutinação, equivalente ao sinecismo que ocorreu nas polis gregas, recebe o nome de contributo; este sistema implicava na criação de um novo centro urbano, nova planta ou reorganização dos principais núcleos integrantes (Idem, 2000-1).

Uma cidade sob este sistema supunha uma importante mudança em relação à sua organização urbana herdada, embora se apoiasse nela, e tinha o efeito de destacar a criação de um novo centro urbano a partir das aglomerações preexistentes,

muitas vezes em função de um principal, cujo nome se mantinha para a nova cidade, e com frequência aglutinava outros centros urbanos menores da zona física e jurídica, que podia se juntar ao adicionado continente de origem romano ou itálico. Mesmo em cidades de fundações novas, *ex novo*, como a própria Emerita Augusta, se percebem propósitos de integração entre os colonos e a nova colônia e a população indígena da área, que podiam ser convocados em quantidade, de modo conveniente, para incorporar a nova cidade (BENDALA GALÁN, 2000-1).

As aglomerações que se iniciavam podiam estar distantes de um nível organizacional urbano ou podiam ser centros urbanos já consolidados, promovidos a partir de então a uma nova situação por razões geoestratégicas, econômicas ou políticas. Também, estudos arqueológicos de muitas cidades na Hispânia, sobre sua formação urbana e arquitetônica, demonstram que algumas delas foram criações novas promovida por Roma e mantiveram nomes pré-romanos (Idem, 2000-1).

As formas de ação de Roma, de integrar ao Império os territórios progressivamente conquistados, proporcionaram sua estrutura organizativa, e apresentavam tendência em obedecer fórmulas e princípios operativos que em essência eram os mesmos aplicados em todas as partes, embora dependendo das situações iniciais e diferenças segundo os tempos de aplicação, as cidades podiam sofrer processos distintos, resultando num quadro diversificado de situações provinciais em Hispânia (Ibidem, 2000-1).

Em áreas menos desenvolvidas urbanamente pouco se aplicou a fórmula de aproveitamento direto, entretanto foram um grande meio de promoção de cidades mediante à aglutinação ou sinecismo de centros já existentes; sua combinação com uma maior flexibilização da ideia de *civitas*, e a direta fundação de novos centros seriam indispensáveis para a nova articulação dos muitos territórios. Deste modo, o exército desempenhava um papel importante por consolidar os centros urbanos a partir de acampamentos militares, como também pelo papel dos veteranos que formavam a base de *deductio* de muitos centros urbanos, entre os principais, Emerita Augusta, fundada como ponto estratégico e foco de interação social e territorial entre as terras mais e menos urbanizadas (Ibidem, 2000-1).

A fundação da colônia de Emerita Augusta, em 25 a.C., no reinado de Augusto, implementava planejamento urbano e arquitetura típicos de cidades romanas: templos, balneários públicos, teatro, etc. Emerita Augusta determinou por sua estratégica influência que a Hispânia fosse totalmente romanizada (STIERLIN, 1997),

representando a maturidade de Roma como potência imperialista e da própria planificação de Augusto, apoiada em novas instituições, em uma visão unitária do território hispano ao finalizar a conquista. A cidade se converteu em um dos principais pontos fundamentais da rede viária da etapa do imperialismo romano que se iniciava com o Principado (BENDALA GALÁN, 2000-1).

2.8.5 Formas arquitetônicas

A romanização urbanística e arquitetônica foram fatores de mudança na situação prévia da conquista, para além de mudanças na moda ou capacidades econômicas e técnicas das cidades, constituíram-se, ao final da República, como uma forma de fazer política a partir de obras arquitetônicas nas cidades. Os núcleos urbanos formavam um conjunto de edifícios públicos e privados distribuídos por diferentes áreas da cidade, e sua importância dependia da situação jurídica de cada assentamento, assim como de sua condição econômica. Para avaliar o status e prestígio de uma cidade a arquitetura se converteu no principal ponto de referência de influências e, como em época imperial, tornou-se um veículo de propaganda política dos imperadores (Idem, 2000-1).

A relação de impulsos sociais e a arquitetura conduziu as cidades a uma identificação entre a própria cultura e a paisagem antrópica modelado por ela, um dos elementos definidores dos centros urbanos, e todo quanto demonstrava a projeção da cidade a uma natureza interiorizada e dominada, onde se tinham um papel primordial as calçadas, pontes, aquedutos, obras de engenharia de grande interesse aos romanos. Deste modo, Roma queria perceber a todos a realização de um *cosmos* novo, civilizado, estendido a todas as regiões com a expansão do Império (Ibidem, 2000-1).

A arquitetura romana fora convertida num poderoso sistema de linguagem de alta capacidade de transmissão, prestigiada pelos seus elementos formais e materiais, que foram difundidos pelos dirigentes romanos através do Império, e pelo seu prestígio se converteriam também em uma linguagem veicular dos dirigentes provinciais que assumiram tal arquitetura, propagando-a pelos territórios das cidades coloniais romanas (Ibidem, 2000-1).

Roma assumiria a chegada de um fator determinante no papel urbano e da arquitetura no âmbito da cidade, impulsionada pela ação dos conquistadores e pela aceitação progressiva por parte das elites locais que incorporavam a expressão que sintonizavam com a linguagem e os usos dos poderosos. As incorporações dos novos parâmetros arquitetônicos, ao modo romano ou itálico, nas cidades hispânicas formavam expressões de aproximação conveniente para ambas as partes, elites romanas e nacionais. Em época republicana, magistrados locais se uniram com magistrados romanos para custear obras públicas para suas cidades, caminho que se acentuaria a partir do Principado (BENDALA GALÁN, 2000-1).

Para os romanos a arquitetura ocupava uma posição privilegiada, devido tanto ao seu aspecto prático, como também ao significado político que alcançava na escala de valores romano. A arquitetura com sua evidência e inserção no contexto cotidiano, representava a arte romana por excelência, expressão direta da sociedade. Durante o período republicano, Roma procurou se empenhar e se esforçar em resolver os problemas práticos mais necessários, como a construção de ruas, aquedutos, esgotos, termas, pontes e muralhas. Os módulos urbanísticos romanos tiveram uma difusão mais ampla com a anexação de diversas colônias, elevadas ao nível de cidadania romana através do cumprimento de rigorosas diretrizes políticas (BOVO, 2006b).

Com a criação de novas cidades ou novos centros, por transferência e sinecismo de assentamentos ou cidades anteriores, permitiu-se a projeção de novos centros cívicos com aplicação de fórmulas urbanísticas e arquitetônicas romanas (BENDALA GALÁN, 2000-1). Durante o Principado, Augusto alavancou um grande impulso na construção de edifícios, de caráter urbano, pontes e calçadas (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975). A transformação do Estado, por Augusto, foi implementada em Roma de forma rigorosa e levou a uma época de paz interna que permitiu o desenvolvimento econômico e cultural de todo o Império (LIBERATI; BOURBON, 2005). A partir do tempo de Augusto nota-se a ocorrência de um estímulo cultural nas artes plásticas, na literatura e nas ciências (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006).

Neste período começavam os grandes projetos de construção do Império, desenvolvimento de uma vasta política urbanística nas cidades e exaltação do novo soberano e sua família (Idem, 2006). Os centros antigos e de criação foram feitos com programas arquitetônicos ao serviço da política imperial, com atenção à marmorização – como expressão de Roma – para construções de edifícios correspondentes ao

cenário político e à propaganda ao imperador e sua família, como teatros, e um conjunto de fenômenos que impunham novas formas arquitetônicas nas cidades romanas ou romanizadas (BENDALA GALÁN, 2000-1). Após a morte de Augusto e sua divinização pelo Senado, o culto imperial foi adotado pela Itália e as províncias, tornando-se o elo de união entre elas e o Império. Tal fato exprimiria a lealdade de todos a uma dinastia que garantia a perenidade da paz (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006).

Assim como o latim se convertia em língua oficial manifestado nas escrituras, o aparecimento de cidades pelas províncias foi definindo como linguagem comum à arquitetura do Império, linguagem aceita pelas populações que podiam cultivar ao mesmo tempo suas próprias tradições (BENDALA GALÁN, 2000-1). Paralelamente ao desenvolvimento urbano, Augusto iniciava um programa de reformas religiosas que previa a reformulação de antigos cultos, a renovação dos preceitos e o saneamento de velhos templos (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006). Augusto apoiou o culto às divindades romanas e não impediu que se difundissem novas correntes religiosas, um dos fatores que permitiu que vigorasse a paz universal proposta (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Os administradores romanos toleravam as tradições nativas, contanto que as mesmas não interferissem nas prerrogativas imperiais, como o recolhimento de impostos ou a cumprimento dos rituais do Estado. A população que residia nas áreas rurais ficaria mais apegada aos seus costumes locais, diferentemente dos habitantes que moravam nas cidades, que logo aprenderiam a se comportar como os romanos, até na preferência de estilo de roupa, com uso da toga (SÁNCHEZ; ALMARZA, 2008). São muito significativos os avanços da urbanização e transformações das estruturas indígenas: “*La creación de concentraciones urbanas destruía poco a poco la vida indígena tradicional y favorecía la introducción de la cultura romana* (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975, p. 313)”. O desenvolvimento da romanização na Península Ibérica deslanchou, e a manifestação de aceitação da civilização romana pelos nativos ficou expressada nos monumentos e obras importantes realizadas e encontradas nas províncias ibéricas, e também pela difusão e conservação da língua e da religião romana (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Com a passar dos anos, a população das províncias começava a absorver não só a língua e a cultura, mas também as leis romanas, e tornaram-se cidadãos. Os romanos conquistavam a simpatia dos provincianos, em parte, por construírem

pequenas versões completas de Roma por todo o Império, erguia-se templos, anfiteatros, teatros, aquedutos, termas públicas e fóruns pelas cidades coloniais (SÁNCHEZ; ALMARZA, 2008). Deste modo, as colônias romanas se organizavam como uma extensão da pátria-mãe Roma, e se constituíram como uma rede básica de difusão da romanização, uma vez que concentravam a língua, usos e costumes, organização jurídica, arte e cultura, características absorvidas e elaboradas por todo o Império romano (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Portanto, as cidades coloniais romanas representaram símbolos de poder e de sociedades complexas, que se tornaram refinadas e exigentes por abrangerem toda uma heterogeneidade de experiências. Essas cidades se manifestaram em uma monumentalidade constante de desenvolvimento devido à carga de influências filtradas e assimiladas, que ditaram, muitas vezes, o gosto do Império, na arte e na arquitetura, nas ciências e literatura, e também na religião (Idem, 2005). Os monumentos espalhados por todas as províncias romanas passaram a atrair a população pelo estilo de vida romano, ajudando a proliferar a era de prolongada paz relativa, a *Pax Romana*, para o Império forjado por meio de conquistas (SÁNCHEZ; ALMARZA, 2008).

Os romanos obtinham êxito em seus feitos por também se estabelecerem como excelentes viajantes e mercadores, que comerciavam especiarias, metais e objetos, pelas províncias até os confins do extremo Oriente, agente que também contribuía para a difusão da romanização. Em todas as províncias o intercâmbio econômico e cultural esteve presente. Uma das principais características da civilização romana, junto ao grande impulso de expandir o território, era a capacidade de aceitar elementos profundamente diferentes, e os revivificar, mantendo as características da própria cultura. Além de efetivarem sua influência sobre povos e culturas distantes, os romanos levaram para Roma e para as províncias do Império diferentes ideias urbanísticas e arquitetônicas inovadoras (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Em termos de construção arquitetônica as províncias da Hispânia legaram imponentes ruínas monumentais. Encontram-se espetaculares exemplos de arquitetura utilitária e engenharia hidráulica romana com seus aquedutos altivos e extensos, que atravessavam vales e depressões naturais. Um dos anfiteatros com maior capacidade para espectadores do mundo romano foi erguido na Hispânia, em Itálica. A península também foi local de construção da ponte mais resistente e comprida, localizada em Emerita Augusta. Templos com colunas elegantemente

decoradas, restos de teatros, fóruns, circos, palácios, residências e mansões, luxuosas *villas*, arcos, cemitérios, e outros monumentos; estes exemplos ilustram a importância do território, da romanização e são testemunhos da penetração da civilização romana nas províncias ibéricas (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Os edifícios para espetáculos públicos desempenharam um papel importante na sociedade hispanorromana (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975), uma vez que as cidades romanizadas difundiam os espetáculos públicos de tradição romano-mediterrânea: lutas gladiatórias, corridas e jogos circenses, e representações teatrais. Toda cidade de tamanho médio prezava por oferecer lugares para anfiteatros, circos e teatros; tais construções refletiam o refinamento e romanização cultural de sua população. Apresentar construções imponentes como teatro e anfiteatro constituíam-se, frequentemente, como monumentos de orgulho e rivalidade entre as cidades, além de atender às necessidades de seus habitantes (MORENO, 1988).

Outro gênero de monumentos característicos da arte romana eram os relevos de Estado ou históricos, que constituíam-se como portadores e preservadores da ideologia dos governantes. Geralmente eram relevos de grandes dimensões com cenas de guerra e paz, e temas retirados da vida política. Os relevos de Estado faziam parte de monumentos políticos, como altares, templos, colunas, arcos de triunfo, com função decorativa e explicativa que auxiliavam na difusão da romanização. Depois de Augusto, os romanos aperfeiçoaram este tipo de arte política monumental para a manutenção do poder e glorificar o imperador e pessoas importantes (SIEBLER, 2008).

Obras artísticas em grandes mansões e casas romanas, desde pinturas a pisos de mosaicos, foram reveladas através do trabalho arqueológico e também demonstraram difundir a romanização. Todos esses elementos artísticos e cívicos compõem as características que marcaram o esplendor das cidades romanas, a expansão da arte romana, seus destaques sociais e políticos que resistem ainda hoje, em alguns casos, em boas condições – ou até desempenhando suas funcionalidades – em ruínas arqueológicas, testemunhos da durabilidade e qualidade das obras romanas (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Tão profundo e contínuo foi o impacto romano nas províncias que muitos monumentos, edifícios e vestígios sobreviveram em vastas áreas do mundo romano, configurando-se como testemunhos da penetração da civilização romana, que em grande parte ainda são visíveis. Tais resquícios remontam ao esplendor da época em

que Roma propunha sua majestade pelas províncias e ilustram a importância e realçam a qualidade das ruínas que ainda hoje existem (SÁNCHEZ; ALMARZA, 2008; STIERLIN, 1997).

Verifica-se que os dois primeiros séculos dataram a época que ficou caracterizada pelos imensos projetos urbanísticos e monumentos romanos que foram construídos nas cidades provinciais (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006). Através da arqueologia podemos verificar esta integração do urbanismo e arquitetura deixados na paisagem cultural hispana, por meio da conquista romana e da romanização (BENDALA GALÁN, 2000-1).

2.9 IMPÉRIO: PANORAMA URBANO E ARQUITETÔNICO

No período de Augusto as inovações na arquitetura foram quase todas ignoradas por Vitruvius, único teórico romano da arquitetura cujas obras sobreviveram. O pensamento vitruviano refletia a forma como os seus precursores abordavam a arte grega, e não se aproximava das novidades dos empreendimentos grandiosos do fim da República. Vitruvius, natural do século I a.C., viveu um período de alterações fundamentais nas criações arquitetônicas romanas, por isso não poderia então conhecer o apogeu da criatividade romana no domínio arquitetônico, e portanto, seu tratado não poderia refletir o contributo essencial de Roma. Os romanos buscaram inspiração às gregas, nas ordens arquitetônicas dórica, jônica, coríntia e toscana, não atribuíram uma função somente estrutural, mas sobretudo ornamental. A essência do pensamento arquitetônico romano se fazia na criação de espaços conseguidos através do arco, abóbada e cúpula (STIERLIN, 1997).

Entretanto, o fato de Vitruvius não explorar este aspecto em sua obra – surgida no início do Império – deve indicar, provavelmente, que este período marcasse a origem de uma certa contenção na arquitetura romana. Ao dedicar a obra à Augusto o autor encorajou a timidez que caracterizou as primeiras fases da arte augustana. A arquitetura poderia revelar as ambições autocráticas de Augusto, assim se justificaria sua atitude cautelosa em encarar as manifestações de poder, em atitudes reservadas e prudentes, evitando-se ostentações e conflitos na política com senadores. Vitruvius defendeu um estilo tendencialmente clássico e tradicionalista que estagnou temporariamente a criatividade dinâmica dos estilistas romanos do final da República.

A contenção de Augusto em continuar o esplendor imperial em Roma, aliada ao efeito de reação das teorias de Vitruvius, traduziram-se no congelamento da evolução arquitetônica durante o período augustano, em termos espaciais e tecnológicos. O reinado de Augusto, prolongou-se por 46 anos, após o seu falecimento aos 76 anos, em 14 d.C., se iniciou uma nova era na arquitetura romana. A partir de então o poder imperial se encontrava firmemente consolidado e já não se fazia necessário temer a expressão do caráter absoluto do sistema imperial (STIERLIN, 1997).

A arquitetura grandiosa apareceu aos poucos no período de Augusto e seguiu se desenvolvendo livremente, principalmente no reinado de Nero. Através da magnitude das criações, número de monumentos e qualidade, em termos espaciais e técnicos, pode-se constatar a originalidade e o caráter inovador da arquitetura romana. O sucessor de Augusto, Tibério (14-37 d.C.) revelou um gosto acentuado pela riqueza e pelo esplendor expressados na arquitetura deste período. Depois de Tibério, os reinados de Calígula (37-41 d.C.), e de Cláudio (41-54 d.C.), caracterizaram-se pelos aperfeiçoamentos técnicos, alcançados devido as criações utilitárias do século I a.C. Durante o principado de Nero (54-68 d.C.), aconteceu uma verdadeira revolução arquitetônica, baseada em realizações de obras cada vez mais ambiciosas, cujas abóbadas e cúpulas foram construídas em concreto sólido, além de favorecimento urbano de Roma (Idem, 1997).

Deste modo, constata-se que o governo iniciado por Augusto continuou sendo consolidado através de seus descendentes familiares, com a dinastia Júlio-claudiana, que prosseguiram com a política urbanizadora e arquitetônica. Tal prática foi adotada também na Península Ibérica, mesmo que em escala menor, como assinalado por García y Bellido, estes elementos da romanização aconteceram de forma mais lenta sob o período desta dinastia (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975), contudo seguiram ajudando no avanço da romanização pelos seus territórios. O que provocou, ao longo do tempo, a reorganização na distribuição urbana da Hispânia, uma das províncias que mais sofrera, desde o princípio do processo da expansão de Roma, os efeitos da romanização (SÁNCHEZ, 2009).

No período da dinastia Júlio-claudiana o Império continuou a crescer e assistiu a consolidação econômica e social, acompanhadas de um aumento na atividade agrícola, na manufatura e no comércio. As estradas, construídas com finalidades comerciais e militares, traçavam uma rede densa por todo o Império e ligavam as províncias entre si e a Roma (LIBERATI; BOURBON, 2005). Ao longo dos dois séculos

seguinte, sob o reinado dos sucessores de Augusto, Roma estendeu e consolidou sua hegemonia, englobando largas parcelas da Europa, África do Norte e da Ásia Menor. Desta forma, Roma tornou-se a cabeça do mundo, onde o comércio e os impostos canalizaram grandes riquezas para a capital e os imperadores a dotaram de suntuosos edifícios e monumentos, que serviam de inspiração para continuar o desenvolvimento da urbanização e da arquitetura pelas províncias (HINTZENBOHLEN; SORGES, 2006).

No período da dinastia Flaviana, entre 69 d.C. e 96 d.C., Roma enriqueceu arquitetonicamente, de novos monumentos, construções de palácios, templos, arcos, novas regras para estabelecimentos junto das *insulae* que evitavam a propagação de fogo, edificação do anfiteatro Flávio, o Coliseu. O Império construía anfiteatros e demais edifícios romanos em todos os seus grandes centros urbanos, como símbolos da generosidade dos imperadores (STIERLIN, 1997). As fronteiras foram consolidadas por meio de expedições de conquistas (LIBERATI; BOURBON, 2005), e a urbanização e a romanização estiveram muito relacionadas e avançaram juntas no século I d.C. O imperador Vespasiano (69-79 d.C.) implementou a política de criar municípios na Hispânia que favoreciam a romanização e urbanização peninsular, além de facilitar o recrutamento de tropas. Cada cidade possuía em seus arredores um território que formava uma unidade política, social e econômica. A fundação de cidades pelo território hispânico, no período da dinastia Flaviana, fez avançar a assimilação com as cidades da península itálica, podendo ser considerada entre todas uma das regiões mais romanizada (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

No século II d.C. ocorreu um aumento e expansão das atividades produtivas e comerciais, e um considerável desenvolvimento cultural da sociedade do Império (LIBERATI; BOURBON, 2005). A dinastia Antonina, entre 96 d.C. e 192 d.C., representou o século de ouro, por criar um período de estabilidade e excelência. Mesmo com as recomendações de Augusto para não estender o Império, o território continuou aumentando com as conquistas realizadas posteriormente ao seu principado (CORNELL; MATTHEWS, 2008), e sob o governo de Trajano (98-117 d.C.) o Império atingiu sua maior dimensão territorial e coesão, e unidade cultural, devido à integração das várias províncias, além de também erguer grandes complexos arquitetônicos (STIERLIN, 1997).

Através de uma filosofia política de paz, o imperador Adriano (117-138 d.C.) construiu um poderoso sistema de fortificações defensivas e se dedicou à solução dos

problemas administrativos do Império e à sua completa romanização (LIBERATI; BOURBON, 2005). Desta forma o imperador conseguiu se dedicar à sua paixão, a arquitetura. Assim, em suas longas viagens pelas províncias, mandou construir templos, teatros, bibliotecas e estádios, e implementou importantes sistemas de planejamento urbano em muitas cidades, em ambas as zonas ocidental e oriental do Império romano. Dedicado à arte helênica, o imperador manteve suas criações arquitetônicas com o caráter romano, determinou os princípios e as modalidades fundamentais dos projetos e criou uma série de obras-primas (STIERLIN, 1997).

No período romano, uma província geralmente indicava um território situado fora da Itália, anexado a Roma de modo pacífico ou por conquista, e sujeito à competência de um magistrado. No antigo período republicano havia uma separação entre a situação jurídica dos habitantes da Península Itálica, que gozavam de privilégios, e os outros, obrigados a pagar uma contribuição territorial (LIBERATI; BOURBON, 2005). Ao longo do tempo essa diferenciação foi lentamente atenuada, por meio da universalização da cultura desenvolvida pela romanização, até que em 212 d.C., quando o imperador Caracala (211-217 d.C.) concedeu a *Constitutio Antoniana*, que estendia a cidadania romana a todos os habitantes livres do Império, e se completou com Diocleciano, ao assimilar as províncias e o território da Península Itálica (Idem, 2005; TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

No século III d.C. o Império Romano foi marcado por crises econômicas, revoltas e revezes militares. A ordem militar tendeu a declinar e registraram-se algumas invasões germânicas e sassânicas, determinando que o apogeu do Império permaneceria no passado. Mesmo assim, Roma conseguiria se recuperar. O imperador Diocleciano (248-305 d.C.) tentaria apaziguar a situação através de uma completa reorganização do Império e uma descentralização da administração (HINTZEN-BOHLEN; SORGES, 2006). A remodelação total de toda a estrutura da sociedade romana acentuaria a influência do Estado na vida cotidiana dos cidadãos. Assim, os maiores empreendimentos arquitetônicos deste período visaram proporcionar luxo e bem-estar a todos do Império. Grandes obras públicas e utilitárias se afirmaram nesta fase, especialmente construções de muralhas, balneários públicos e basílicas (STIERLIN, 1997).

Mesmo com o fim do esplendor do Império romano, a administração imperial, altamente complexa, chegou a uma eficiência dificilmente igualável. A concessão de cidadania nas províncias tinha aumentado, a economia chegou a um ótimo nível e

se assistia aos mais pobres (LIBERATI; BOURBON, 2005). O fim do Império Romano foi muitas vezes considerado um período de declínio, menos na arquitetura, onde encontra-se o seu apogeu de realização. A criação de espaços interiores, o aperfeiçoamento da tecnologia da construção em concreto, e o luxo das instalações destinadas a população em geral, beneficiaram o conforto e a beleza da decoração em magníficos materiais (STIERLIN, 1997).

3. ARQUITETURA DA CIDADE COLONIAL ROMANA DE EMERITA AUGUSTA

3.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

No século III a.C. os romanos chegaram na Península Ibérica, e a partir do século II a.C. conquistaram as regiões do oeste e sudoeste. Logo os contatos entre romanos e indígenas proporcionou o aparecimento de novas formas de vida e organização territorial, social e econômica que afetaram as zonas urbanas e rurais da Hispânia. A época entre o final do período da República e início da fase imperial do governo em Roma, ocasiona a derradeira conquista romana da península, e dentro de uma política de expansão e controle de territórios, o imperador Augusto instituiria a criação, no ano de 25 a.C., de uma nova cidade que assentaria os veteranos das legiões V e X que participaram das guerras cantábricas – as regiões da Cantábria e Astúrias foram as últimas resistências indígenas contra os romanos (ALGABA, 2009).

A fundação da cidade de Emerita Augusta foi motivada pela nova divisão peninsular que Agripa estabeleceu em nome de Augusto, em 27 a.C. A divisão em Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior que vigorava desde 197 a.C., fora substituída, sofrendo a Hispânia uma nova divisão provincial, pelas três províncias: Terraconense, Bética e Lusitânia. Logo após a criação da província imperial da Lusitânia – entre os anos de 27 a.C. a 13 a.C. –, com a consolidação de Emerita Augusta, a cidade seria designada capital da nova província e capital do convento jurídico de seu mesmo nome; procurou-se uma capital digna da missão política, econômica e educadora dos povos indígenas da região, que eram pouco romanizados e inseguros. Com o avanço do Império, a Lusitânia alcançaria lentamente a romanização plena, e seu território não sofreria alterações constantes em suas fronteiras como as demais províncias (ALMAGRO, 1961).

Emerita Augusta se origina de uma típica fundação imperial romana. Após a guerra cântabra na Península Ibérica, o imperador Otávio Augusto autoriza e designa o general Publio Carisio – que havia participado das guerras contra os astures –, legado e autoridade máxima da fundação da cidade Emerita Augusta no ano de 25 a.C., na região da Lusitânia (Idem, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Tal ano de fundação de Emerita Augusta marca a data do começo de sua

história registrada, distinguindo a cidade por este raro caso de exatidão que permite ser avaliada como um importante dado histórico (GUITIAN, 1977).

O historiador romano Dión Casio (155-235 d.C.) em sua *Historia Romana*, aponta que ao término da guerra dos cântabros e astures, Augusto licenciou os soldados mais veteranos e os concedeu fundar em Lusitânia uma cidade chamada Emerita Augusta. Séculos mais tarde, o filósofo erudito São Isidoro (556-636 d.C.), em suas *Etimologias*, se entenderia em termos semelhantes. Junto a estes principais textos que versam sobre a fundação da colônia de Emerita Augusta, outros documentos oferecidos pela arqueologia ajudam no conhecimento sobre a população, estrutura da cidade e seus primeiros monumentos desde os tempos iniciais. Através destas fontes se aceita largamente a data de fundação da cidade em 25 a.C., após a conclusão de um dos episódios das guerras entre Roma, cântabros e astures, cristalizada com a tomada de Lancia. Alguns autores indicam o ano de 19 a.C., data quando as guerras cântabras chegaram totalmente ao fim (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). A partir de então, Roma aos poucos consolidaria seu domínio na Hispânia, marcando também o fim da resistência dos cântabros e o início da paz de muitos soldados romanos (GUITIAN, 1977).

A fundação de Emerita Augusta fez parte da política de Augusto em distribuir terras aos seus veteranos depois das campanhas militares que se mostraram vitoriosas. Após as campanhas contra cântabros e astures no ano de 25 a.C., Augusto, que conduziu-as pessoalmente, autoriza a fundação de Emerita Augusta na Lusitânia, licenciando os soldados com idade mais avançada e os recompensando com a colônia pela vitória – apenas soldados mais anciões foram premiados, que já não podiam servir com eficiência (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004). Os soldados mais veteranos escolhidos para se estabelecerem na colônia de Emerita Augusta procediam das legiões *V Alaudae* e *X Gemina* – segundo as moedas emeritenses, embora provavelmente também pudessem ter vindo da legião *XX Victoria Victrix* –, licenciados como recompensa pelos seus bons serviços (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O nome da colônia de Emerita Augusta revelava sua condição no período: de sua população e do imperador que estava no poder (GUITIAN, 1977). A denominação da cidade provém em parte do nome Augusta, que referia-se ao imperador Augusto, e Emerita, do termo *emeritus* que designava os soldados veteranos eméritos da significativa guerra, ou seja uma homenagem aos soldados das referidas legiões

(ALMAGRO, 1961; SÁNCHEZ, 2009). Também o nome da cidade aparece em inscrições e moedas com algumas variações. As primeiras aparições são de Emerita como nome inicial e oficial. Entre 23 a.C. e 2 d.C. se adicionou Augusta, que funcionava igualmente como topônimo, e quando ascendeu ao estado de colônia, se denominou Colônia Emerita Augusta. Logo foi elevada à categoria de capital da Lusitânia, depois de 19 a.C. Mais tarde se acrescentou Iulia ao nome, associando a cidade a Augusto. Em um momento a cidade recebeu o *ius italicum*, implicando a *immunitas*, a isenção do *tributum* (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

A fundação da cidade foi uma decorrência da política imperial romana, que também visava tornar a Hispânia uma das províncias mais romanizadas (ALMAGRO, 1961). A cidade emeritense foi fundada a 400 quilômetros do local das guerras e da vitória, apresentava-se em uma situação periférica, em território pouco rico e sem recursos mineiros, em uma zona povoada de inimigos, porém perto do ambiente de algumas cidades de caráter romano. Também se faz relevante notar que o local para a construção da cidade provavelmente se vinculava ao fato de sua contribuição para povoar um território praticamente pouco habitado (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004). Desta forma, uma das intenções de Roma, a partir de Emerita Augusta, era de constituir um novo centro urbano para difundir a romanização nesta região pouco romanizada (GUITIAN, 1977).

Antes da fundação da cidade romana, o território avaliado para se inscrever Emerita Augusta se localizava na zona de fronteira ou contato entre vetões e turdetanos, embora também fosse uma área de incursão de povos lusitanos guerreiros. Desta forma, a população indígena acarretaria a integração de elementos turdetanos, vetões e lusitanos ao cotidiano da cidade romana emeritense. Os soldados veteranos provavelmente se uniram aos indígenas, que de alguma maneira participaram da nova situação, criando assim um núcleo de povoação de caráter semimilitar (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Nota-se que quando assentados nestas terras distantes, os soldados eméritos, que carregavam o selo de Roma, auxiliavam na propagação da órbita do mundo que esta dominava, alimentando a romanização no território (GUITIAN, 1977).

A cidade nasceu como um ponto de vigia romano em terras distantes, que com sua grandeza incutiu, ao longo do tempo, que a região se romanizasse (ALMAGRO, 1961). O espírito que presidiu a fundação foi o de estabelecer uma praça forte – fortificação construída para controlar o ponto estratégico de comunicações –,

evidência tangível das vantagens da romanização. Desta maneira, a nascente colônia se edificava no território dos vetões e se convertia em um enclave estratégico, em meio a terras pouco dominadas e tanto refratárias em princípio a romanização. Assim, o valor de Emerita Augusta era de ser um enclave estratégico na margem do rio Anas (atual Guadiana), marcado pela passagem do rio em local favorável, sobre o qual se construiu uma ponte que servia de eixo de comunicação entre a província Bética, as terras do norte e noroeste peninsular, e as do eixo meridional – tão importantes para o tesouro público romano –, e que rapidamente se converteu numa das cidades mais importantes de Hispânia, tornando-se capital da Lusitânia (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A colônia de Emerita Augusta herdou o papel que em princípio era de Medellín, acabando por se constituir em um epicentro da política romana na Península Ibérica para novas conquistas e difusão da romanização. O extenso território emeritense se limitava com outras províncias hispanas, Terraconenses e Bética, configurando a cidade como um importante nó de comunicação, uma encruzilhada de caminhos que interligavam todo o ocidente peninsular (Idem, 1995).

A cidade de Emerita Augusta foi fundada em um local estratégico com alta finalidade política, no momento de pacificação da Hispânia, após dois longos séculos de guerras de conquista e pacificação (ALMAGRO, 1961). Assim, a cidade ficaria associada à vitória e ao triunfo, obedecendo a política do período de fazer visível a potência e o domínio romano. O interesse na fundação da cidade recaía então ao fato de se conseguir criar um modelo de presença romana, de forma a introduzir um sistema de colônias que se apresentariam como pequenas cidades-estados feitas à semelhança de Roma, e que se encarregariam da difusão da romanização no território, ao mesmo tempo que também se atendiam as exigências de terras como recompensa aos soldados pelos seus serviços. Através do controle de terras se compreenderia uma demonstração pública do poder romano e consequentemente da humilhação do inimigo, uma vez que o território fosse ocupado e dividido aos veteranos também demonstraria os frutos da vitória aos cidadãos e soldados (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

A nova cidade emeritense constituiu-se como uma das expressões da *Pax Augusta* que reinaria por todo o Império Romano após as guerras cântabras, favorecendo o desenvolvimento econômico e cultural de todos sujeitos às leis romanas (ALMAGRO, 1961). A fundação da nova cidade colonial desempenharia

função defensiva, como também sua criação remetia a finalidade romanizadora e simbólica, alertando a todos que sua construção e presença era uma vontade de Roma em dominar e permanecer em território lusitano (SÁNCHEZ, 2009).

Uma vez estabelecida a paz, a cidade emeritense não necessitava ser fundada em um sítio com critérios de defesa e ser construída nas alturas, portanto sua localização estratégica também se remeteu à sua forte situação natural; seu assentamento foi localizado em terreno de planícies com vantagens, configuradas por um bom terreno, limitado e irrigado pelo arroio Abarregas e o rio Anas, que proporcionavam ao sítio terras férteis e permitiam sua eleição para o desenvolvimento de uma nova povoação (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977). O local também se encontrava centrado em comunicações, ligado por importantes vias e com apenas a proteção de uma muralha, portas e torres. Tal localização favoreceu o crescimento da cidade, expandindo seu território para áreas rurais circundante, fator que também contribuiu para que rapidamente Emerita Augusta se tornasse a capital da província da Lusitânia (SÁNCHEZ, 2009).

A cidade de Emerita Augusta, em seus primeiros tempos, começou como um acampamento militar para os veteranos das legiões *V Alaudae* e *X Gemina*; para recompensá-los pelos seus serviços, presentearam-nos com terras para se estabelecerem, ao legado de Publio Carisio, na região lusitana (GUITIAN, 1977). Desta forma, os primeiros colonos da cidade foram os veteranos de tais legiões. Estes veteranos, velhos soldados, serviram a Marco Antônio e em seguida foram postos ao serviço de Augusto, por isso se acredita que foram assentados em uma província periférica (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004). Mesmo assim, a cidade nasceu com nova planta, em meio a esta atitude política e ornada com o poder e magnificência do momento em que se decretou a *deductio* ou condução dos veteranos fundadores (ALMAGRO, 1961). Surgida como colônia de nova fundação, seu território adjacente foi organizado e dividido em lotes ou parcelas de terras para serem repartidos entre os soldados veteranos (ALGABA, 2009).

Posteriormente, com a presença de Marco Agripa, em 15 a.C., a colônia recebeu mais veteranos e/ou civis. Supõe-se que a população inicial da cidade fosse de 6000 veteranos entre as duas legiões e, ao longo do tempo, tivesse aumentado. A cidade acolheu imigrantes vindos de outras províncias da Hispânia, de fora da península e de outros pontos do Império (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004). Após o ano de 69 d.C., em época do imperador Otão, a cidade receberia um novo contingente de

população, de procedência itálica, de famílias patrícias nobres de Roma, que infundiriam sangue novo à cidade, talvez até então parcialmente povoada, a cidade alcançaria assim cerca de 25000 habitantes. Tal incidência itálica na colônia reforçaria novos elementos romanos (ALMAGRO, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Paralelamente ao impulso populacional, a cidade augustana provavelmente também recebeu, em sua evolução histórica, como toda a Hispânia, um forte estímulo monumental, principalmente com o advento da dinastia Flaviana. Desde a época da fundação de Emerita Augusta, importantes edifícios públicos foram planejados e construídos, além da cidade ser protegida por personagens influentes como Marco Vipsânio Agripa – o verdadeiro patrono da colônia, como ilustram diversos documentos arqueológicos (Idem, 1995). A consolidação da cidade em colônia acompanhou um programa urbanístico, impulsionado por Marco Agripa, que tornou Emerita Augusta uma verdadeira urbe à imitação da capital, Roma. Através das manifestações de magnificência pública própria da colônia, esta se converteu em uma urbe catalizadora dos interesses romanos na região (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

A cidade emeritense recebeu investimentos de adornos arquitetônicos e construções monumentais que refletiam a grandiosidade do Estado romano frente aos provinciais. O Estado romano almejava mostrar aos súditos dominados sua ideia de grandeza, a proteção que oferecia a eles e a riqueza da colônia, portanto, em pouco tempo erigiram esplêndidos monumentos: o teatro, o anfiteatro, o circo, monumentos singulares como templos, termas e arcos, considerados os maiores da Península Ibérica e que demonstravam o grande poder público do Estado na cidade. Constata-se através das características das construções e edifícios, que Emerita Augusta emergia como capital das ricas regiões do oeste da Península Ibérica, que formavam a extensa Lusitânia (ALMAGRO, 1961).

Desta forma, o impulso populacional e o crescimento arquitetônico se favoreceram mutuamente, e converteram a cidade em uma grande referência nas províncias ocidentais, que apresentava ser um lugar importante, de residência de governadores e funcionários do Império. A cidade de Emerita Augusta desenvolveu uma boa infraestrutura para uma grande sociedade urbana que se formou ao modo de vida romano. Os assentamentos rurais ao redor da cidade mantiveram o cultivo de cereais, leguminosas, oliva e videira, porém passaram a atender uma maior demanda do exterior; exportando suprimentos para Roma – para a própria cidade e exército – e

suas cidades vizinhas, através de um sistema de redes de estradas que interligavam o Império (ALGABA, 2009).

Emerita Augusta constituiu-se como o centro das comunicações do território hispano, sendo guardiã durante séculos do tráfico entre o Sul da Península Ibérica e Centro e Norte da Hispânia. Da cidade emeritense partiam até nove estradas principais que comunicavam-se com as principais cidades do Império, sua magnífica ponte romana sobre o Anas interligava diversos caminhos que desembocavam em outras cidades da Lusitânia. Tais vias proporcionavam transações econômicas e políticas, escoamento de exportações agrícolas e de gado, permitindo que a região vivesse um grande crescimento econômico e que a cidade se destacasse com grande importância no seu tempo (ALMAGRO, 1961).

A su puente aflúan la ruta de Sevilla a Mérida [Emerita Augusta] y Salamanca, conocida como el "Camino de la Plata". Otra calzada alcanzaba la ciudad, desde Córdoba por Peñarroya, Castuera y Medellín. Hacia el Oeste partían tres vías: una por Evora y Setúbal hasta Lisboa, otra por Santarem y Abrantes y una tercera que cruzaba el Tajo por el puente de Alcántara y se unía a la primera calzada citada cerca de Norba (Cáceres). Aun otra gran calzada llegaba a Toledo desde Mérida, pasando por Trujillo y Talavera de la Reina (Idem, 1961, p. 16).

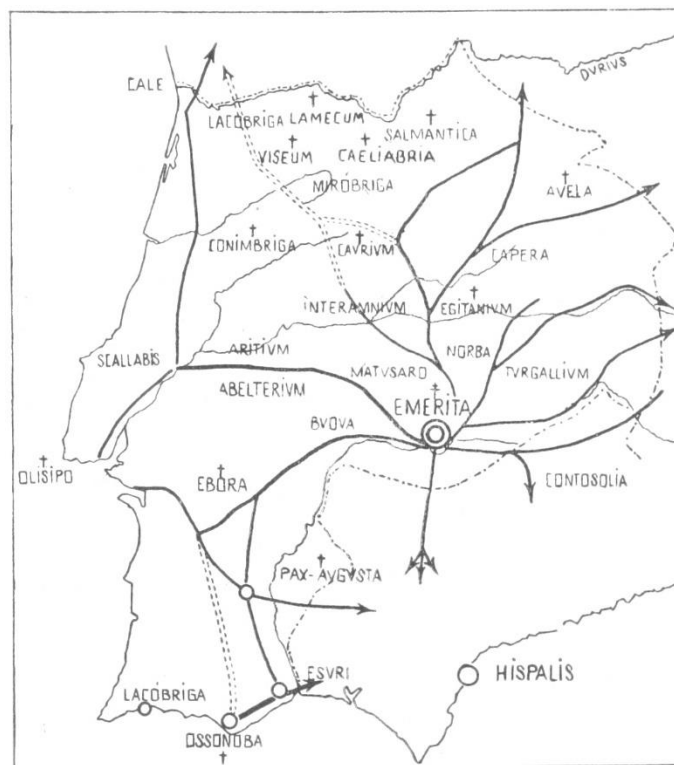


Figura 5. Província da Lusitânia com o traçado das mais importantes estradas romanas que cruzavam o território hispano e indicavam as principais cidades, em destaque Emerita Augusta (ALMAGRO, 1961, p. 13).

A colônia emeritense possuía como ponto de referência a estrada chamada Vía de la Plata que comunicava Sevilla e o Atlântico com as semi-romanizadas terras do norte, assim a cidade conheceu um importante desenvolvimento econômico, comercial e industrial que a converteram, junto à sua categoria de capital administrativa da extensa província da Lusitânia, em um centro político-administrativo de primeira ordem. Sob a proteção do governador provincial se desenvolvia a vida cultural e uma demanda por objetos de primeira necessidade que atraiu os principais artistas e artesãos do Império – algumas de suas criações podem ser vistas nas salas do Museu emeritense (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Por ser um dos grandes centros de comunicação com o Império, através de suas vias e seu porto fluvial do Anas, Emerita Augusta era habitada e visitada por uma população muito heterogênea, sua formação contava com romanos, gregos, sírios, povos de outras origens e hispanos de todas as regiões. As *civitates* e *gentes* de todas as regiões da província da Lusitânia acabaram se fundindo nas assembleias provinciais, celebradas na capital, principalmente para prestar culto ao Imperador, mas também tratar de problemas econômicos, administrativos e políticos. A capital, por também se configurar como um centro administrativo e econômico, ocasionava um foco de encontro de cultos de religiões, romana oficial e oriental, que proporcionaram o legado de notáveis monumentos à cidade. Entre as religiões orientais difundidas pela cidade, as mais importantes deveriam ser relacionadas a Mitra, Ísis e Cibele, seguidos por cultos semelhantes, como o cristianismo. Assim, ao longo dos séculos, Emerita Augusta cumpria sua missão cultural no Império (ALMAGRO, 1961).

Evidências arqueológicas apontam uma crise na segunda metade do século III d.C., quando Emerita Augusta sofreu com as invasões franco-alemãs (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975), entretanto a cidade emeritense ainda manteria sua economia e importância, pouco abalada pela acusada ruína geral que pairava sobre o Império romano neste período (ALMAGRO, 1961). Durante este momento, Emerita Augusta passou por um certo declive, entretanto, conseguiu amenizar sua situação através das reformas administrativas encabeçadas por Diocleciano, onde as três províncias da Hispânia sofreriam uma reorganização para serem agrupadas na chamada *Diócesis*

Hispaniarum, que nomeava Emerita Augusta como sua capital. Tal medida permitiu uma nova revitalização urbana e econômica, e presença militar na cidade colonial emeritense (ALGABA, 2009).

Na fase do Alto Império a cidade manteve conservado seu desenho e características de sua fundação, além de incorporar vários elementos que a acompanharam posteriormente. O fórum, os templos e as zonas de espetáculos públicos constituíram-se criações deste período. A estrutura urbana também não sofreu grandes variações em relação ao projeto inicial, salvo em alguns setores da cidade, onde transformações posteriores modificaram significativamente as ruas e casas (Idem, 2009). Entre o período do fim do século II d.C. até o século IV d.C., a capital emeritense assumiu mudanças urbanísticas importantes, como ampliações, reconstruções e reparações necessárias, especialmente no circo e no teatro (ALMAGRO, 1961).

Nos primeiros anos do século IV d.C. testemunhos assinalariam uma nova reativação da cidade sob o advento da dinastia Constantiniana, monumentos epigráficos apontavam a reconstrução dos mais importantes edifícios de espetáculo públicos: teatro e circo, deteriorados pelo tempo e novamente postos em uso graças à magnificência de Constantino e seus filhos, supervisionada pelo governador da toda a *Diócesis Hispaniarum*, que residia em Emerita Augusta (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). As ruas com arcadas se modificaram, as casas que ocupavam a parte superior dos alpendres passaram a criar galerias e adicionar estes espaços aos seus próprios, para assim expandirem suas casas ou abrirem locais e *tabernae* ou lojas que poderiam administrar ou alugar. Observa-se que no século IV d.C. se perde a uniformidade original nas construções e no traçado da cidade, devido às grandes casas ocuparem vielas e estreitarem as ruas (ALGABA, 2009).

Muitos costumes do Alto Império permanecem durante o Baixo Império, contudo novas transformações sociais, políticas e religiosas se manifestaram no Império romano (Idem, 2009). A cidade de Emerita Augusta ainda seria, no século IV d.C., mencionada pelo poeta Marco Ausonio como detentora da nona posição entre as dezessete cidades mais importantes do seu mundo contemporâneo (ALMAGRO, 1961). Em época cristã e visigoda, a cidade emeritense ainda manteria sua importância, se partirmos da indicação de exemplos históricos, artísticos e epigráficos (LIBERATI; BOURBON, 2005).

A capital da denominada província da Lusitânia, Emerita Augusta, localizava-se a Ocidente do Império Romano, foi fundada como colônia de cidadãos romanos e hoje suas ruínas vivem sob a cidade de Mérida, atual nome da antiga cidade romana de Emerita Augusta (ALGABA, 2009). As ruínas emeritenses apresentam-se como monumentos magníficos, que ainda nos dias atuais podem ser admiradas *in situ*. As ruínas de Emerita Augusta formam um dos mais extensos conjuntos arqueológicos romanos da Espanha e constituem-se como Patrimônio da Humanidade. Desta forma, a análise de seus vestígios arqueológicos e arquitetônicos, que permanecem atualmente duradouros, permite compreendermos tanto a nobreza e excelência da beleza da cidade, como também registram sua importância e influência no mundo da Antiguidade Clássica (GUITIAN, 1977).

3.2 FÓRUNS: ARQUITETURA OFICIAL

No coração da cidade se encontrava o fórum ou praça principal, o centro vital da cidade onde se desenrolavam atos políticos e religiosos, e assuntos políticos e privados dos cidadãos. O fórum constituía-se como um amplo espaço honorífico e de prestígio, que reunia ao seu redor os mais importantes edifícios públicos para os cidadãos realizarem tarefas políticas, legais e de culto oficial. Tais edifícios cívicos eram encontrados em quase todas as cidades do império, principalmente nas capitais de província, como Emerita Augusta: a cúria (onde se reunia o senado local), o *tabularium* ou arquivo municipal, os principais templos da cidade, a basílica (onde se administrava a justiça), termas e mercado ou área comercial (ALGABA, 2009; SÁNCHEZ, 2009).

Segundo Algaba (2009), a cidade de Emerita Augusta contava com dois fóruns, um principal e outro uma área para culto imperial provincial que gerenciava assuntos da Lusitânia. Álvarez Martínez, Antón e Jiménez (1995) nos informam que das áreas públicas da cidade conhecemos um pouco sobre a existência dos dois fóruns, que Dupré Raventós (2004) vai denominar um de “praça central”, o fórum municipal, datado em época fundacional e outro posterior, chamado “dos mármore”, o fórum provincial, construído no período da dinastia Júlio-claudiana.

3.2.1 Fórum municipal

O fórum da Colônia estava localizado na parte central da cidade, no cruzamento das principais artérias: o *decumanus maximus* e *kardo maximus*. Este espaço aberto contava com duas áreas principais, uma grande praça rodeada de edifícios administrativos e um templo dedicado a Augusto e ao culto da casa imperial, e outra, um espaço com pórticos em homenagem e culto à dinastia Júlio-claudiana (ALGABA, 2009).

No traçado urbano original da cidade, na confluência do *decumanus* e do *kardo maximus* se criou um espaço ocupado pelos edifícios que compunham o fórum da Colônia. Provavelmente esta área seria, em tempos de fundação da cidade, o único espaço público para os edifícios do fórum, que seguiriam, pelos seus elementos arquitetônicos, uma organização espacial estabelecida pelos modelos de Augusto: um extremo ocupado pelo *peribolos* – área livre entre um edifício e o muro que o circunda –, delimitado por um pórtico monumental que fecharia um espaço elevado para um templo, e o lado oposto, estaria a basílica oficial, localizando-se ao centro uma grande praça (MATEOS CRUZ, 2004).

O *forum coloniae*, considerado fórum municipal, fazia parte da estrutura urbana (ALGABA, 2009), era destinado aos próprios habitantes da cidade de Emerita Augusta, contava com um templo, conhecido como “de Diana”, uma basílica – provavelmente localizada em frente ao edifício religioso –, uma praça pavimentada com lajes de calcário, umas possíveis termas que estariam situadas nas proximidades da rua Baños, uma cúria ou senado municipal de localização desconhecida, e um pórtico junto à intersecção das ruas Sagasta e San José. O restante da área do fórum permite estabelecer os limites desta singular área pública entre, por um lado, as atuais ruas de San José e a Los Maestros, e por outro, o Templo de Diana e a rua de Viñedos (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A praça do templo era pavimentada com lajes similares a calcário e que se observam na fachada principal do templo imperial, rodeado por colunas de granito de 10,30 metros de altura e revestidas de vermelho. O templo possuía 6 colunas e ficava ligado à frente da praça por uma escadaria (ALGABA, 2009). Do modelo de Augusto para fóruns conhecemos deste apenas o templo, o “de Diana”, construído sobre uma plataforma elevada em relação à praça, ambos os espaços possuem uma diferença de 1,20 metros salvo a construção de um pódio. A plataforma se delimitava por um pórtico em forma de “U” construído possivelmente em dois níveis acessados desde a

praça por duas escadarias laterais localizadas ao extremo do pódio, coincidentes com os limites laterais do templo. Pouco se sabe sobre o outro lado da praça, contudo escavações arqueológicas estão sendo realizadas no local e podem futuramente preencher tais lacunas (MATEOS CRUZ, 2004). O restante da praça se fazia ladeado por edifícios administrativos, exceto a oeste, onde o fórum se conectava com o *decumanus maximus* e este, mais a oeste e abaixo do fórum, com uma área comercial (ALGABA, 2009).

No período de Augusto o complexo era revestido de granito e decorado em bronze, na segunda metade do século I d.C. alguns edifícios principais e o espaço portificado foram cobertos de mármore. As esculturas e relevos de mármore do fórum e do teatro foram confeccionadas em época claudiana. O templo estava decorado com imagens de imperadores e da família imperial, estátuas de gênios da colônia e do senado, uma tribuna e dois tanques laterais para área de culto. O espaço portificado do fórum principal, se decorava com mármore, relevos e estátuas de muitos personagens de Roma e de Emerita Augusta (Idem, 2009).

O fórum de Colônia aparentava-se como um espaço portificado de forma quadrangular e de dimensões pouco conhecidas (MATEOS CRUZ, 2004). A praça configurava-se de forma retangular, com perímetro coberto, *ambulacrum*, e um altar ao centro. A parte superior do pórtico era decorado com relevos figurados, a parede anexa ao *ambulacrum* possuía nichos com estátuas de personagens da dinastia Júlio-claudiana, desde seus antepassados aos fundadores da cidade, e outros personagens ilustres da história de Roma e da colônia. Atualmente, constata-se a provável existência de prédios públicos de caráter provincial na área do fórum da Colônia (ALGABA, 2009).

3.2.2 Fórum provincial

Do fórum principal, em direção oeste, pelo *kardo maximus*, encontra-se o Conjunto Provincial do Culto Imperial ou fórum provincial de Emerita Augusta, este espaço era dedicado aos assuntos da Lusitânia, com dedicações ao culto imperial de caráter provincial (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Nota-se que posteriormente à fundação da colônia, a cidade de Emerita Augusta ergueu novos espaços e estruturas urbanas, não projetadas inicialmente. No caso da área do fórum

provavelmente apareceram estruturas como o pórtico do fórum, fórum dos mármore ou *forum adiectum* e o fórum provincial. Ambos espaços possuem diversas semelhanças: em caráter público, os espaços não foram projetos da fundação da cidade; em caráter cronológico, ambos são prováveis construções da época de Tibério, na primeira metade do século I d.C. (MATEOS CRUZ, 2004).

Desta forma a área pública do fórum provincial apresenta configuração mais problemática (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995), uma vez que para a sua construção foi necessário extinguir algumas casas que ocupavam o espaço, além de obliterar o *kardo maximus* e os *decumani* menores (MATEOS CRUZ, 2004). Assim, a praça do templo constituía-se por uma plataforma artificial que cobria parte de vias e casas originais da cidade, eliminados para estabelecer o espaço provincial do culto imperial, datado então na época de Tibério (14-37 d.C.) (ALGABA, 2009).

Neste conjunto pouco conhecido, o espaço se delimitava por um grande arco monumental, acessado pelos lados leste, oeste e sul – acesso conhecido como arco “de Trajano” (MATEOS CRUZ, 2004). O referido Arco de Trajano, revestido de mármore, se separava da rua por cinco degraus, também de mármore, e introduzia uma plataforma retangular, um pórtico sustentava um muro que fechava o perímetro exterior e uma colunata abria acesso a uma praça portificada, revestida também de mármore, que presidia um templo (ALGABA, 2009). Localizado ao final da rua Holguín, o templo, ao centro da praça, deveria destinar-se ao culto imperial, podendo ser dedicado a *Aeternitas Augusti*, uma virtude imperial característica deste culto (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Com escadaria de subida que partia desde o Arco de Trajano, o templo ficava sobre um alto *podium* ou base de 38 metros de comprimento, com colunas de 1,5 metros de diâmetro e 2,25 metros de espaço entre as colunas da fachada lateral e 3 metros na parte central – dados que podem fornecer uma ideia sobre sua monumentalidade (ALGABA, 2009). O edifício possuía estrutura concretada e superfície de blocos de granito com revestimento de lajes de mármore, sendo o mesmo material também empregado nos elementos de sua arquitetura (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O templo possuía duas partes bem diferenciadas: a *pronaos* ou espaço portificado, com 6 colunas (templo hexastilo) e a *cella* ou espaço sagrado, fechado para o grande público e delimitado por uma parede. O templo seguia a estrutura de *cella barlonga*, ou seja, com a *cella* transversalmente ao *pronaos*, de menor largura.

Uma referência à adaptação do modelo clássico de templo romano, onde a *cella* possuía a mesma orientação do pódio para se adaptar a determinados espaços, porém em Emerita Augusta não existia esse condicionamento espacial, podendo apenas possivelmente seguir o modelo dos edifícios emblemáticos de Roma. Junto ao templo se encontrava o pedestal da Concórdia, com uma grande estátua e representações de outras virtudes imperiais. O templo provavelmente abrigaria estátuas de figuras de imperadores em mármore, também em bronze e até ouro (ALGABA, 2009).

3.3 TEMPLOS

Imediatamente após a fundação de Emerita Augusta – cidade que já fora fundada com grande esplendor e monumentalidade –, surgiram várias construções religiosas. Havia templos dedicados aos superiores deuses oficiais romanos, à deusa Roma e ao divino Imperador, porém poucos vestígios de tais monumentos foram encontrados, assim como informações sobre suas estruturas e situação. Algumas ruínas arquitetônicas de templos nos evidenciam seus vestígios ainda em pé, como o conhecido de Diana e outro de Marte. Ambos nos revelam os belos monumentos emeritenses embora se encontrem desfigurados. O templo de Diana por se apresentar mais completo tornou-se uma estrutura muito importante, visto que o templo de Marte não se conserva mais em seu sítio e revela apenas algumas peças do edifício original (ALMAGRO, 1961).

Percorrendo as ruas da atual cidade de Mérida encontramos vestígios e indícios que apontam que muitos templos existiram na antiga cidade romana de Emerita Augusta, de alguns permanecem algumas ruínas espalhadas pela cidade, outros não deixaram testemunhos (GUITIAN, 1977). Acredita-se que a cidade, centro da província da Lusitânia, abrigasse um templo dedicado ao culto de Júpiter, devido à tradição religiosa romana, porém não existem dados sobre tal suposição. Os templos dedicados às diversas divindades e outros monumentos não nos deixaram seus vestígios visíveis *in situ* para indicarmos sua localização segura no conjunto urbano da cidade (ALMAGRO, 1961).

Alguns vestígios foram encontrados na Praça de Touros, de ruínas de antigas construções de cultos orientais chegados à cidade de Emerita Augusta através do

Império romano, porém nada sabemos sobre seus templos. Também na Praça das Viúvas há indícios de outros templos, altares e lugares sagrados, como por exemplo, através de inscrições que mencionam a deusa Cibele. Estes cultos orientais, muito em voga entre militares, tiveram em Emerita Augusta grande importância e nos legaram vestígios arqueológicos sobre o caráter oriental do Império do século II d.C., de grande valor histórico e artístico (ALMAGRO, 1961).

3.3.1 Templo de Diana

Ao centro do espaço urbano, na área em que foi o fórum da colônia Emerita Augusta, se encontram os majestosos restos do edifício mais notável da cidade, o denominado templo de Diana (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). O monumento está situado numa pequena elevação e próximo à via *decumana* (atual rua Santa Eulália), onde foram encontrados muitos achados arqueológicos pertencentes aos edifícios públicos romanos (ALMAGRO, 1961).

No século XVI grande parte das estruturas antigas do templo foram ocupadas, aproveitadas para a construção de uma nova edificação do conde de Corbos (Idem, 1961). O edifício era a mansão “Casa de los Milagros” denominada posteriormente como “Palacio de los Corbos”, seus restos contemplam a fachada principal do edifício, em uma janela de estilo renascentista, com certos remanescentes góticos onde figurava o escudo da nobre família. A demolição de uma parte da velha casa permitiu a descoberta da galeria do pátio, com capitéis decorados e com divisões de escudo da fachada. A construção desta mansão no lugar do templo – uma atrocidade – evitou a degradação das ruínas e por esta circunstância o monumento chegou aos nossos dias em bom estado de conservação (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995), permitindo nos legar uma parte do templo do século I d.C., que talvez de outra forma nada se tivesse conservado (GUITIAN, 1977).

A restauração do templo emeritense revelou detalhes que o apontam como um santuário (Idem, 1977). O denominado templo de Diana, como ficou conhecido, obteve seu nome de forma puramente arbitrária. Popularmente conhecido como templo de Diana, através da consagração suposta do autor Moreno Vargas que tornou a atribuição mais difundida, possivelmente influenciado pela fama do templo homônimo de Efeso, mesmo que seus argumentos mostrassem infundados. Muitos especialistas

divagaram sobre o tema, sem saber em realidade que divindade esteve dedicada o templo. Atualmente, através de estudos mais aprofundados e especializados, torna-se mais correto considerar o templo dedicado à deusa Roma e ao culto dos Augustos imperadores romanos divinizados (ALMAGRO, 1961), como denotam sua localização e achados, como a efígie do Genio del Senado, exposta no Museu Nacional de Arte Romano, e uma escultura sentada de um imperador, possivelmente Cláudio, atualmente no Museu Arqueológico de Sevilla (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Para reforçar tal perspectiva, verifica-se que as características arquitetônicas – entre elas os capitéis coríntios – e dados da escavação sobre a construção do templo correspondem à época da fundação da cidade ou pouco tempo depois, situando-o em época tardo augusta (ALMAGRO, 1961; Idem, 1995).

O templo de Diana apresenta-se como um típico templo romano períptero-hexastilo; hexastilo por apresentar seis colunas nas duas frentes, e períptero por ser rodeado de colunas em seus quatro lados. A estrutura possuía orientação aproximada de norte a sul, com planta retangular com dimensões de 31,80 metros em seus lados maiores – 40,75 metros contanto com o comprimento total da base ou *podium* – e 21,90 metros nas frentes menores. Sua construção foi realizada com revestimento de granito procedente das pedreiras de Proserpina, e provavelmente estucada de mármore (Idem, 1961; Ibidem, 1995).

O templo possuía um *podium* ou base, de planta retangular, de 2,15 metros, e suas colunas descansam sobre esta base de 3,23 metros de altura, desde seu coroamento até a superfície da base. O templo apresentava 15,60 metros de largura e 21,50 metros de comprimento. O *podium* sustentava 34 colunas: seis colunas nas duas frentes – mais quatro atrás da primeira fila de colunas na frente principal – e 10 colunas nas duas laterais. A altura do edifício com os frontões seria provavelmente de 14 metros a 15 metros. A base exibia superfície de blocos de granito dispostos alternadamente com seu lado mais longo e com outro mais curto, em linhas de igual tamanho formando o *opus quadratum*. O coroamento feito com cornija moldada em saliência ou *cyma reversa*, e a base terminava numa superfície de tipo artístico simples e com igual acabamento. Todo o perímetro do templo foi decorado com pedras (Ibidem, 1961; Ibidem, 1995; GUITIAN, 1977).

A entrada principal se abria para a frente sul, na atual rua de Romero Leal e se orientava até a praça do fórum, onde compreendia uma pequena elevação em forma de êxedra e se iniciava a escadaria de acesso ao edifício. Ao centro da base da êxedra

observa-se vestígios de um altar. Ao redor do templo se configurou uma área sagrada, *temenos*, espaço ajardinado que se fechava por um pórtico e compreendia, nas fachadas ocidental e oriental, tanques retangulares. Parte da planta do espaço foi reintegrada mediante a escavações, na parte ocidental foi possível determinar as ruínas de um pórtico subterrâneo ou criptopórtico (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

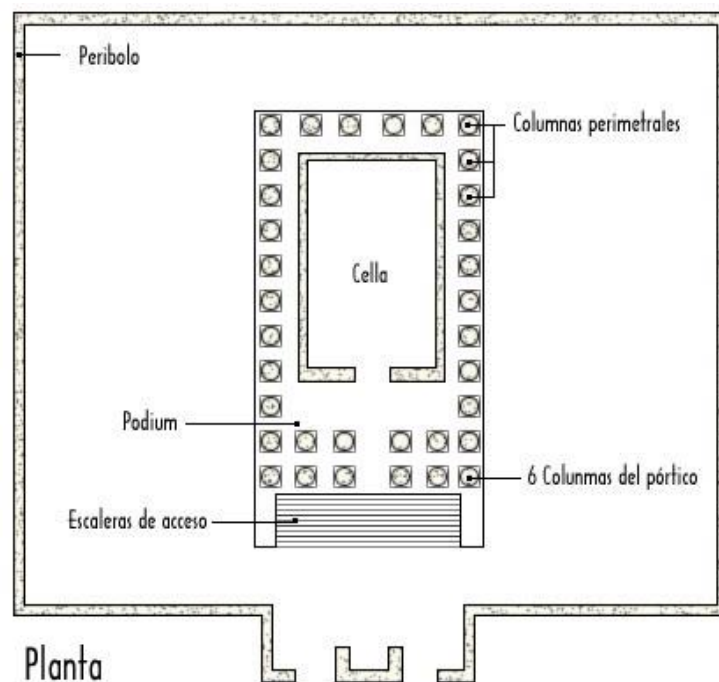


Figura 6. Planta original do Templo de Diana. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_diana_planta.jpg>. Acesso em: 25/11/2014.

No interior do templo, na altura da quarta coluna até a décima coluna, se desenvolvia a *cella* ou habitação destinada ao culto das divindades tutelares. As colunas descansavam sobre bases áticas, sem plinto, com superfície estucada, igual aos tambores que formavam o fuste. As colunas completas – com fustes acanalados e capitéis de estilo coríntio, se compunham de uma tripla coroa de acanto – mediam 8 metros de altura e 85 centímetros de diâmetro em sua parte inferior. Também apresentavam decoração estucada que configurava todas suas particularidades. Se conservam bem as peças de arquitrave que sustentavam o telhado, e se encontra restaurado o frontão principal, que compreendia um arco de descarga de peso, localizado ao centro (tímpano) do mesmo (Idem, 1995).

A estrutura do templo emeritense compara-se a de outros do mundo romano, como o de Évora e Barcelona, configura-se como o único períptero de colunata livre na Península Ibérica (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Como se observou anteriormente, o aproveitamento da estrutura do templo ao palácio de Corbos permitiu que as colunas e capitéis do templo se conservassem – resistem cinco colunas completas com capitéis coríntios e quatro colunas ainda mantêm ruínas de arquitrave –, podendo hoje ser considerado um dos templos romanos mais preservados da Espanha (ALMAGRO, 1961).

3.3.2 Templo de Marte

Seguindo uma ordem topográfica, perto da estrada de Madrid, entre os aquedutos, encontramos o Templo de Marte, denominação parcialmente fundamentada, devido a alguns elementos do templo fazerem referência ao deus, e que portanto nomearam o monumento (GUITIAN, 1977). Do templo emeritense consagrado ao deus Marte não conhecemos a estrutura original do edifício e nem sua localização inicial na cidade de Emerita Augusta. Apenas se conservam uma série de restos de elementos decorativos das ruínas do templo de Marte, que foram reutilizados ao serem colocados em forma de pórtico, junto a outros materiais de variada procedência, erguidos pelos emeritenses durante o século XVII, provavelmente em 1617, em frente à capela *Hornito de Santa Eulalia*, um oratório em homenagem à patrona de Emerita Augusta (ALMAGRO, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). A capela se supõe, segundo a tradição, recordar o local onde enterraram os restos da santa martirizada em época do imperador Diocleciano (GUITIAN, 1977).

As peças originais do singular templo de Marte são compostas por dois fragmentos de colunas de mármore de diferentes diâmetros, sendo os fustes e os dois capitéis coríntios também de mármore, e repousam sobre as colunas – provavelmente remontam à época de Nero devido ao estilo apresentado (ALMAGRO, 1961) –, mais seis peças de arquitrave – uma destas arquitraves antigamente servia de escada, já depositadas no Museu –, e uma cornija, sendo todos as demais peças imitações adicionas à edificação do século XVII (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Os elementos do templo de Marte que constituem as várias peças arquitetônicas formam um entablamento com uma cornija decorada e seis peças de uma arquitrave, todos de ordem coríntia (ALMAGRO, 1961). As peças da arquitrave do templo são de grande valor artístico, pela bela decoração, apresentam em sua frente um friso adornado com cabeças de medusas em medalhões, combinados com motivos florais e palmetas. Na superfície interior, nos relevos, se aglomera um conjunto de elementos com temas decorativos variados, que apresentam motivos bélicos, da indumentária e armamento dos exércitos romanos: escudos adornados, armas de várias classes, rodas de carros, atributos guerreiros, normas militares, etc., e ao centro de todos se dispõem medalhões com troféus de guerra (Idem, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

No frontispício, ao centro do friso, uma epígrafe original narra a consagração do templo a Marte, por parte de Vetila, mulher de Páculo, possivelmente em época dos antoninos, tempo em que Páculo foi governador da Lusitânia e residente da cidade emeritense. Mais abaixo, outra inscrição moderna datada do século XVII, também em latim, faz uma homenagem afirmando que Jesus Cristo e a mártir Santa Eulália consagram o edifício. Outra inscrição, em castelhano, informa que em 1612 a cidade de Mérida reedificou com donativos uma capela chamada “Hornito de Santa Eulalia”, nome que segue conhecida a estrutura na atualidade (Ibidem, 1961; Ibidem, 1995; GUITIAN, 1977).

Sabemos através de uma inscrição, localizada no ângulo esquerdo de uma arquitrave do templo, que afirma que suas pedras de mármore foram encontradas junto às ruínas da cidade de Emerita Augusta (Ibidem, 1995). Mesmo assim, com os poucos dados existentes, torna-se difícil datar seus elementos cronologicamente e supor que a estrutura da planta do antigo templo emeritense fosse dedicada ao deus Marte (ALMAGRO, 1961). Contudo, podemos através dos restos existentes em ruínas, verificar que a construção do autêntico templo de Marte fora em estilo coríntio e seus elementos em mármore, e que compunham um conjunto arquitetônico digno de nos remeter à magnificência que possuía a antiga Emerita Augusta (GUITIAN, 1977).

3.4 EDIFÍCIOS PARA ESPETÁCULOS PÚBLICOS

A cidade de Emerita Augusta contava com um conjunto de monumentos dedicados à recreação pública: teatro, anfiteatro e circo, os três principais edifícios de espetáculo do mundo romano. Tais monumentos romanos são famosos pelo bom estado de conservação que se encontram e por sua grandiosidade, que os tornam monumentos excepcionais da arquitetura romana (ALMAGRO, 1961). Para conhecimento destes principais monumentos de espetáculos romano – teatro, anfiteatro e circo – se faz necessário a relação de sua arquitetura, tecnologia e características de construção, com o urbanismo e a localização dos edifícios no espaço urbano emeritense (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

Um elemento importante sobre o urbanismo emeritense de época romana era a localização dos edifícios de espetáculo na configuração urbana da cidade. Escavações arqueológicas revelaram que, em um primeiro momento, a capital da Lusitânia se desenvolveu a partir de um núcleo primitivo reduzido e foi crescendo e se remodelando como consequência do aumento demográfico. Tal crescimento aumentou as necessidades urbanísticas que deveriam ser supridas pela administração romana. Nesta fase os edifícios de espetáculos se localizaram extramuros da cidade e presume-se que foram incorporados ao interior da mesma ao longo do seu desenvolvimento, em época da dinastia Flaviana (MATEOS CRUZ, 2004).

A reforma urbana acompanharia a restauração e ampliação destes edifícios, junto à implementação de outras construções de mesmo caráter e à transformação do viário urbano para facilitar a comunicação entre os espaços. Tanto as vias que circundavam o anfiteatro, como a via entre este edifício e o teatro, e o trecho da muralha próxima, não correspondiam ao primeiro momento dos monumentos, mas sim às reformas que se realizariam em ambas construções. Com a construção do trecho da muralha abraçando o lado sul dos edifícios, se construiu novas vias de acesso para os mesmos edifícios que primariam a entrada pelos lados norte e oeste, com diferentes pórticos de acesso ao teatro (Idem, 2004).

Assim, faz-se perceptível que uma área bem delimitada no conjunto urbano colonial era a região dos edifícios de espetáculos: teatro e anfiteatro. Os eixos maiores destes singulares edifícios estavam orientados em relação aos principais da cidade, devido à sua planificação se realizar desde o princípio, assim determinam as datas conservadas em suas respectivas inaugurações. Diferentemente do circo, posterior aos monumentos referidos, cujo alinhamento se efetuou de acordo com o traçado da

estrada que ligava Emerita Augusta até Corduba (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O monumento romano do circo para além de constituir-se como um dos edifícios de espetáculo, funcionava também como um eixo central do urbanismo a extramuros da cidade. O circo se localiza próximo ao rio Albarregas, junto a uma das vias mais importantes de acesso à cidade, e aproveitava o aqueduto de “San Lázaro” para valorizar sua construção. O circo constituía-se também como um local de uso comercial, que conferia a esta construção uma grande importância no subúrbio da cidade (MATEOS CRUZ, 2004).

As construções romanas dos edifícios do circo, teatro e anfiteatro, em capitais das províncias do Império, como a da cidade de Emerita Augusta, destinadas ao grande público, deveriam concentrar, além dos próprios habitantes da cidade, também populações de outras regiões da Lusitânia, que seriam deslumbrados por espetáculos públicos organizados pelos representantes do Estado romano. Tais construções de edifícios monumentais, planejados desde a fundação da colônia, nos revelam a grandeza e a influência da cidade emeritense na região (ALMAGRO, 1961).

3.4.1 Teatro

O esplêndido teatro de Emerita Augusta se localiza perto do Mitreo e longe do núcleo da cidade. O teatro foi edificado ao nordeste da cidade, de forma a se avizinhar do anfiteatro, formando um conjunto magnífico, que somados ao circo configuram-se um conjunto de monumentos difíceis de encontrar em outros sítios romanos. Os monumentos foram construídos para dispor aos emeritenses espetáculos sob a fórmula de governo de “Pão e Circo”, para então distrair a população das preocupações políticas. A funcionalidade extrema do conjunto adicionou, igual às obras hidráulicas, uma beleza distinta aos monumentos (GUITIAN, 1977).

No teatro foi encontrado, perante as primeiras descobertas e escavações arqueológicas em 1974, uma lápide sobre a fundação do monumento, com a data de 24 a.C. referente à construção do edifício – um ano após a fundação da cidade, marco que aponta que a construção do teatro fora planejada desde a fundação da cidade emeritense – aos cuidados de Marco Agripa, nomeado nesta ocasião, pela terceira vez, como tribuno e cônsul. Tal personagem deve ser reconhecido, e muito, tanto por

Emerita Augusta como por nós devido sua contribuição à grandeza da cidade (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

O teatro e o anfiteatro foram concebidos pelos romanos de maneira conjunta, elegendo-se para sua construção várias *insulae* ou quadras no ângulo noroeste da cidade, que era o local mais elevado da mesma com 241 metros. Ambas construções aproveitaram do vão e da elevação do terreno para suportarem suas estruturas. O edifício do teatro se construiu aproveitando a pequena colina de San Albín que se inclinava de sul a norte. Assim, se estabilizou a parte inferior do declive e sobre ele se construiu a parte baixa do monumento: *crypta*, *ima cavea*, *proedria* e *orchestra*. Para evitar os ventos do norte e oeste, que poderiam molestar os espectadores e atores, aproveitou-se a topografia do terreno para proteger e apoiar uma arquibancada, a *ima cavea*, na encosta da colina. E se construiu de maneira isenta a partir da *crypta* as arquibancadas: *media cavea* e *summa cavea* (Idem, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

Assim, percebemos o teatro emeritense como uma construção mista, ao ser parcialmente escavado no monte e também erguido para além do mesmo. Portanto, não foi completamente escavado em uma encosta de montanha, como os helênicos, e nem completamente livre, como os romanos (GUITIAN, 1977). Entretanto a estrutura e os detalhes do teatro romano de Emerita Augusta correspondem as ordenações de Vitruvius – arquiteto romano do século I a.C. que influenciaria muito a arquitetura do período renascentista. O teatro emeritense principalmente se aproxima dos cânones apresentados por Vitruvius ao apresentar uma cena reta e monumental frente a um semicírculo ou cávea semicircular (ALMAGRO, 1961; Idem, 1977). A existência de uma frente cênica diferenciava os teatros romanos dos gregos, contudo ambos possuíam arquibancada semicircular, orquestra e cena (ALGABA, 2009).

Na área de localização dos edifícios de espetáculo do teatro e anfiteatro, uma via comunicava e separava os monumentos. Através desta rua romana podemos perceber a solidez e o vigor da fachada externa do teatro, construída com a duríssima argamassa de cal e pedra com superfície de blocos de granito, bem esquadrados e com acabamento típico que confere o aprofundamento de suas bordas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Desta forma, percebemos que o exterior da colossal arquibancada do teatro se apoiava em sua parte inferior, na ladeira da colina, enquanto sua parte superior permanecia sobre uma forte construção de blocos de

granito, que revestiam uma estrutura interna, toda de *opus concretum* (ALMAGRO, 1961).

Para acessar o interior do teatro podia-se utilizar qualquer uma das dezesseis portas que se abriam na fachada do edifício. Através de corredores abobadados, *vomitória*, se chegava à cávea, as ditas arquibancadas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Tais túneis, os denominados vomitórios, constituíam-se como organizadas comunicações e saídas que permitiam o rápido movimento e circulação dos espectadores dentro da estrutura do teatro, estes que se distribuía e se acomodavam pelas arquibancadas conforme sua categoria social (ALGABA, 2009; ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

Através de inscrições nos degraus da *ima cavea* calcula-se que 6000 pessoas se acomodavam folgadamente nos assentos, ocupando cada pessoa um espaço mínimo de 55 centímetros nas arquibancadas do teatro de Emerita Augusta; o espetáculo oferecido pelo teatro não era o mais populoso, entretanto era muito apreciado pelas classes dominantes da cidade que assistiam representações de grandes tragédias e comédias (Idem, 2009; Idem, 1961).

O edifício do teatro possuía cobertura e toldos para abrigar os espectadores. Sobre as fileiras diferenciadas se encontravam as arquibancadas, estas se dividiam em três partes, das quais se conservam as mesmas três zonas: *ima cavea*, *media cavea* e *summa cavea*. Toda essa parte do monumento fora construída em concreto e revestido com cantaria de granito – já roubada em tempos antigos e em uma reconstrução científica com pedra artificial, para não o mistificar, buscou-se conservar a parte antiga do monumento (Ibidem, 1961). As arquibancadas se separavam por amplos corredores internos, *praecinctions*, que comprovavam a fluidez e ordenamento do movimento dos espectadores, e por muros baixos, *baltei*, que correspondiam à estratificação e hierarquização da sociedade romana. Pelas arquibancadas pode-se contemplar a grandiosidade e magnificência deste singular monumento (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A *summa cavea* ou arquibancada alta atualmente se apresenta como a mais deteriorada comparada às demais. Durante séculos o teatro esteve soterrado, mantendo visível apenas a parte superior da arquibancada, ou seja a *summa cavea*. O afundamento das abóbadas dos corredores de acesso à *summa cavea* permitiu que a mesma permanecesse compartimentada em sete grandes paredes de concreto, as “sete cadeiras” como ficou conhecido popularmente o local, segundo o qual nelas

haveria sentado outros tantos reis mouros para decidir os destinos da cidade (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). A *summa cavea* ou zona superior das arquibancadas possuía 5 terraços (ALMAGRO, 1961). Localizada mais acima que as outras arquibancadas, esta área se sobressaía além da colina com vista para uma rua muito bem preservada. Este local destinava-se ao público menos abastado, acomodava escravos, libertos e as classes menos favorecidas (ALGABA, 2009; GUITIAN, 1977).

A *media cavea* compunha-se de cinco fileiras de arquibancadas e acolhia a plebe livre. A *ima cavea* ou arquibancada inferior conta com vinte duas fileiras de arquibancada mais próximas ao cenário, concentradas em 6 *cunei* que estiveram reservadas aos mais privilegiados: patrícios, *equites* ou cavaleiros, segundo uma inscrição gravada em um dos degraus. As três arquibancadas possuíam as mesmas características de divisão interna. As diferentes partes de uma *cavea* se comunicavam entre si por meio de degraus que serviam para compartimentá-la verticalmente em seções ou *cunei*, setores em forma de cunha (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; Idem, 1977).

Assim como hoje, os teatros antigos possuíam duas partes fundamentais em sua estrutura: a cena e as demais áreas e dependências para os atores, e lugares destinados ao público (Ibidem, 1977). Se contrasta a sobriedade da arquibancada com a suntuosa cena do teatro. Entre a *cávea* e a cena se situa a *orquestra* ou *orchestra*, um espaço semicircular com seu solo pavimentado em mármore branco e azulados, e destinado à evolução do coro, elemento muito significativo no teatro clássico, e ao desenvolvimento da representação na cena (ALMAGRO, 1961; Ibidem, 1977).

A *orchestra* se limitava pela arquibancada da *cávea* por três terraços de mármore, que serviam para acomodar os dignitários do Estado (Idem, 1961). Nestas três arquibancadas – feitas em mármore originalmente e atualmente reconstruídas em ladrilho – estavam os assentos móveis, *subsellia*, reservados aos senadores e máximas autoridades que presenciavam as representações (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Duas entradas, denominadas de *parodos*, permitiam o acesso destas mais altas categorias da cidade em suas devidas acomodações dispostas em três fileiras de assentos e presididas pelo legado (GUITIAN, 1977).

Para acessar a *orchestra* desde a rua se fazia necessário ingressar em corredores abobadados, *itineras*, que terminavam em vãos adintelados com uma inscrição mencionando Marco Agripa. Assim, os dintéis das portas laterais do teatro

indicam como promotor da obra Marco Agripa e a epígrafe ainda informa a data de inauguração do monumento, ocorrida entre os anos de 16 a.C. e 15 a.C., talvez coincidissem com o título de capital provincial que recebeu Emerita Augusta. Nas extremidades da câmara, sobre os corredores citados, havia caminhos em honra aos tribunos, *tribunalia*, conforme os tablados de nossos atuais teatros (ALGABA, 2009; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Diante à cávea e à orquestra estava uma complexa estrutura, a cena. Ligado à orquestra e à cena estava o muro da cena, o denominado púlpito ou *pulpitum*, possuía um metro de altura e era recoberto de esculturas de mármore que faziam sua decoração com esmero (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977). Entre a *orchestra* e o cenário, corria o proscênio ou *proscenium*, uma plataforma alta e paralelogramática que alternava vãos semicirculares e retangulares em uma tentativa de melhorar a sonorização. Escadarias localizadas em seus extremos comunicavam esta plataforma com o cenário. O proscênio era o local onde ocorria o movimento dos atores (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A cena propriamente dita possuía medida de 60 metros de comprimento e 7 metros de profundidade, indicando sua amplitude e facilidades cenográficas para montar as obras. Havia doze buracos por onde era instalada uma cortina (GUITIAN, 1977). O piso originalmente era de madeira protegido por uma cobertura, que atuava para ressonância (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). O pavimento de madeira facilitava esconder os cenários e os elementos em cada performance. Importante acrescentar que o espaço semicircular da orquestra, parte mais baixa do teatro, que situava o coro e ligava-se com as arquibancadas, escavadas parcialmente na encosta e cobertas de blocos de granito, que quando combinadas com a forma semicircular da arquibancada e suas escadarias, que se cruzam de um extremo a outro, conseguiam a boa sonoridade; as escadarias também facilitavam a acessibilidade às arquibancadas e a distribuição do som, fato que proporcionou a acústica excepcional do teatro emeritense (ALGABA, 2009).

Ao fundo da cena se encontra a formidável fachada monumental do teatro, a parte mais sobressaliente do edifício que formava a frente do cenário, designada de frente da cena ou *frons scaenae*, sua reconstrução com os materiais encontrados parcialmente *in situ* permitiram nos aproximarmos de sua aparência original. A fachada era coberta de ornamentos e constituía-se de três portas em diferentes níveis, que animavam e produziam agraáveis efeitos de luzes e sombras. Cada um dos lados

da cena do teatro possuía uma porta, denominadas de *valva hospitalium*, e uma maior e ao centro, a porta principal ou *valva regia*. Todas as portas se voltavam para o exterior do monumento, através delas os atores acessavam a parte posterior do teatro e/ou entravam em cena. Além das portas frontais havia duas portas laterais que acessavam o *proscenium*, por onde passavam carros, cavalarias e elementos que complementavam a representação (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

Mesmo com a reconstrução das ruínas da *frons scaenae*, devido à grande destruição desta parte do edifício do teatro, torna-se difícil precisar detalhes sobre as estruturas arquitetônicas do muro exterior da cena e a ornamentação de sua fachada. Entretanto, podemos perceber a riqueza e esplendor deste monumento na antiguidade através de achados arqueológicos de mármore, frisos, cornijas, arquitraves e capitéis, e alguns elementos arquitetônicos ornamentais com belíssimo acabamento, como a fachada decorada com esculturas e os adornos nas portas de acesso. Vestígios arqueológicos indicam que o chão da cena fosse composto de mármore coloridos (Idem, 1961).

A fachada do teatro ou *frons scaenae*, apresentava dois níveis de colunas, realçadas por cúpulas, reentrâncias e saliências (STIERLIN, 1997). Este grandioso pano de fundo conta com um alto pódio de 2,60 metros de altura, acomodado a dois corpos de colunas, que somados aos seus entablamentos se elevam a uma altura de 13 metros (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). O ornamento da fachada de frente da cena se fazia com colunas sobrepostas, em nível inferior e superior, que proporcionam grande altura à fachada. Uma base sólida sustentava colunas de mármore em estilo coríntio de variadas cores, o fuste das colunas de mármore azulado contrastava com o branco de suas bases e capitéis. Sobre elas repousava um entablamento encimado por uma cornija de decoração delicada de diferentes motivos (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

A base da estrutura era coberta com mármore e o muro atrás das colunas possuía relevos. Entre os intercolúnios da fachada arquitetônica inferior existiam uma série de estátuas magníficas, onde se situavam diversas figuras esculpidas de personagens públicos, imperadores heroicizados, com vestimenta militar, ou divinizados, assim como esculturas de deuses do panteão clássico, como por exemplo Ceres, Plutão e Proserpina (Idem, 1961; ALGABA, 2009). Algumas estátuas foram recuperadas e estão atualmente abrigadas no Museu Arqueológico da cidade de Mérida, e compõem uma das coleções mais importantes de estatuária romana da

Espanha. No teatro permanecem algumas reproduções destas estátuas; além das esculturas, muitos fragmentos do teatro foram encontrados nos jardins, posteriores à cena (GUITIAN, 1977).

Ao nos introduzirmos por qualquer porta da frente do cenário, atrás da cena, avistaremos a *choragia* ou vestuário dos atores, que era formada por ambientes para a preparação dos atores e demais serviços do teatro; pode-se detectar que a *choragia* possuía bancos de mármore alinhados ao longo das paredes. Na parte lateral do teatro, em direção ao anfiteatro, havia grandes cômodos que serviam como vestíbulo ou entradas que conduziam à parte baixa do monumento (ALMAGRO, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Teatros importantes, como o de Emerita Augusta, apresentavam em sua parte posterior – do exterior da fachada – um jardim. O pátio ou jardim emeritense possuía um peristilo e um pórtico com dupla colunata revestida de vermelho que lhe rodeava, e se fechava por um muro que circundava três dos quatro lados do jardim. Um telhado o protegia das intempéries do tempo, e os muros, dos barulhos do exterior. O ambiente contava como um dos jardins públicos da cidade, era também utilizado por espectadores do teatro para passear entre um ato e outro, podia ser acessado tanto pelo teatro como por uma escadaria que se liga ao anfiteatro. O jardim possuía um canal em forma de uma lagoa ou piscina com uma fonte de mármore decorada com motivos vegetais, o local era abundantemente decorado com esculturas, além de várias árvores e flores comporem o ambiente, que atualmente se encontra em ruínas. Próximo aos jardins existiam latrinas públicas. No eixo do peristilo, centrado com a *valva regia*, perto das colunas, existe uma pequena câmara sacral pavimentada de mármore, de um importante conjunto escultórico que nos indica ser consagrada ao culto do imperador (ALGABA, 2009; Idem, 1961; Idem, 1995).

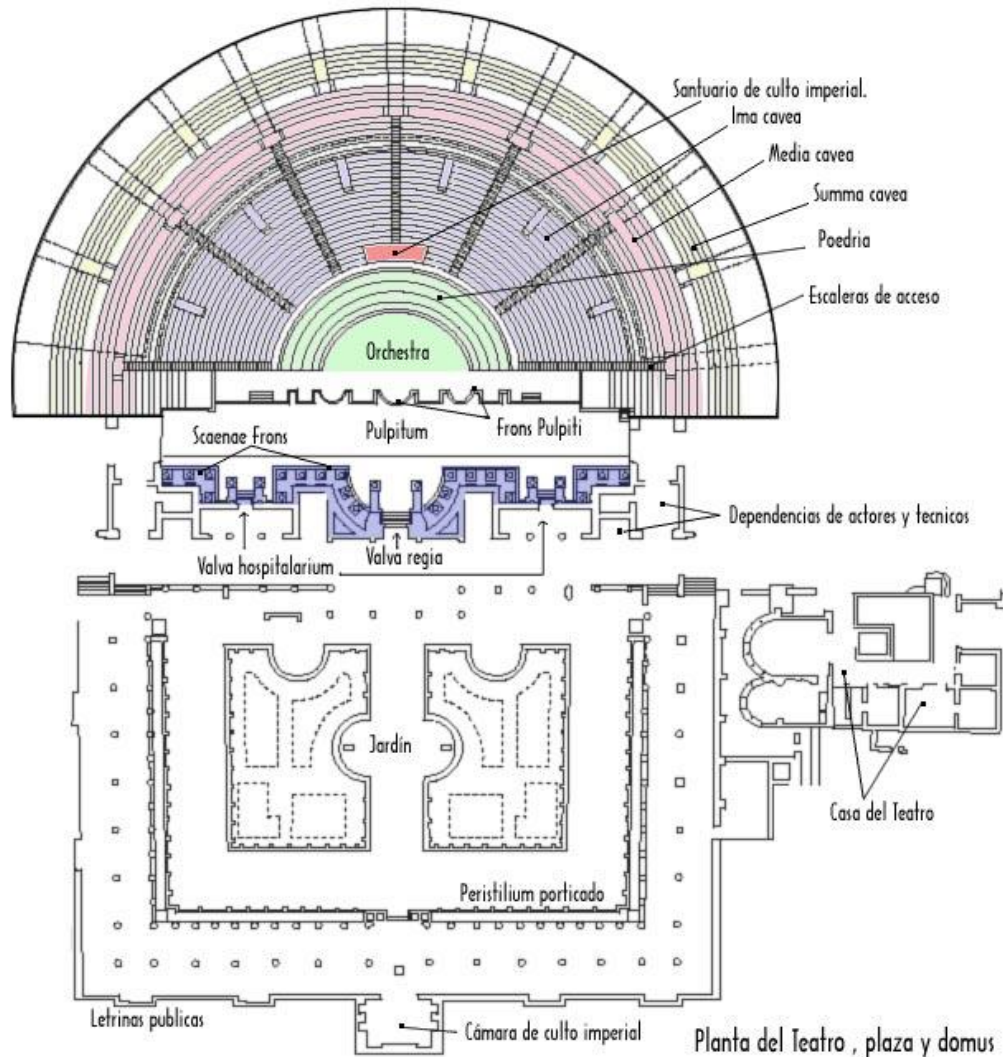


Figura 7. Planta do Teatro de Emerita Augusta e arredores. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_teatro_plano.html>. Acesso em: 28/11/2014.

O teatro romano de Emerita Augusta representa a forma de construção dos arquitetos do período do principado de Augusto, em relação a sua harmonia, estrutura e técnica. Contudo devemos acrescentar que a cena do teatro primitivo provavelmente fora em grande parte de madeira, visto ao registro de incêndio no ano de 135 d.C. (ALMAGRO, 1961). Após essa destruição, no século II d.C., durante o reinado de Trajano e Adriano o teatro foi reconstruído, sobre a arte dos capitéis e esculturas, e enriquecido com um palco majestoso (STIERLIN, 1997). Assim, o teatro romano emeritense sofreu várias remodelações em seu desenho, as mais relevantes entre o século I d.C. e II d.C. (SÁNCHEZ, 2009).

Posteriormente, em tempos de Constantino, no século IV d.C. o teatro fora novamente restaurado, deste período pertencem as cornijas e placas esculpidas da

arte tardo romana (ALMAGRO, 1961). Desta maneira a fachada não se faz original devido ao incêndio que a destruiu no ano de 135 d.C., nem a que substituiu, mas sim outra muito posterior, a datada do século IV d.C., portanto esta análise de restauração nos remete ao grande valor artístico e arquitetônico do edifício (GUITIAN, 1977).

No século IV d.C., o teatro foi restaurado no período de Constantino, entre 333 d.C. e 335 d.C., com a introdução de novos elementos arquitetônicos, decorativos e também da construção de uma via que rodeava o monumento. Posteriormente, em período da antiguidade tardia, o teatro perdeu sua natureza e um particular edificou dentro do recinto sua própria moradia, denominada de Casa-Basilica, uma construção doméstica de época baixo imperial (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Desta forma, percebemos que desde a época romana o teatro continuou passando por muitas eventualidades. Além dos destroços sofrido com as invasões bárbaras e mulçumanas, outras destruições continuaram a comprometer sua configuração ao longo do tempo. Em período moderno a condição do teatro continuou se agravando. Em 1610 muitas de suas pedras foram retiradas para aproveitamento em uma das múltiplas restaurações da ponte sobre o Guadiana. No século XVIII o teatro foi enterrado e seu terreno foi cultivado com cereais e vegetais. Um personagem da época, proprietário do teatro, não teve escrúpulos ao dedicar o espaço ao cultivo de grão de bico e cevada, deste modo verifica-se que a terra cobria quase por inteiro o teatro. Naquela época, como já se observou, apenas sete testemunhos do teatro se projetavam do solo, as chamadas sete cadeiras, em que segundo uma lenda se sentaram sete reis mouros e decidiram o destino da cidade (GUITIAN, 1977).

Ainda neste quadro, muitas das pedras do teatro seriam destinadas a se tornarem areia. Até que tudo mudou com a chegada de um especialista e embaixador inglês, que apontou o sítio como sendo uma nova Herculano. Assim, iniciaram os trabalhos de escavação do local, até que um monarca espanhol revelasse suas ruínas. E desde os primeiros anos do século XX o teatro continuou sendo escavado, estudado, reconstruído e restaurado sistematicamente (Idem, 1977).

O teatro constitui-se por si só como uma construção ampla, harmônica e ornamentada (ALMAGRO, 1961), que ainda hoje causa um efeito deslumbrante devido à sua abundante decoração, de ricos materiais, e também ao seu estado perfeito de sua forma e sua reconstrução (GUITIAN, 1977). Nos dias atuais o teatro ainda possui um sistema tão eficaz que se utiliza seus espaços para eventos culturais, e a cada ano se celebram representações no edifício. O monumento do teatro

constitui-se como um dos mais importante de época romana que se conserva na atual Mérida. Além de o teatro de Mérida ser o mais esplêndido entre os dezoito teatros romanos que se conservam ainda hoje na Espanha (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; GUITIAN, 1977) e um dos mais belos exemplos conhecidos no Ocidente (STIERLIN, 1997).

3.4.2 Anfiteatro

O anfiteatro foi construído junto ao teatro, ambos aproveitando o declive do terreno para suas construções, desta forma o anfiteatro utilizava-se da encosta da colina de San Albín para apoiar sua arquibancada. Para sua construção reservou-se duas *insulae* ou quadras no esquema geral urbano da colônia, situando o edifício a noroeste de Emerita Augusta (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). O anfiteatro se encontra localizado ao lado sul do teatro, onde se separavam e se comunicavam por um pequeno trecho de calçada (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977). O anfiteatro de Emerita Augusta foi construído em 8 a.C. (ALGABA, 2009). Neste monumento aconteciam as populares lutas entre gladiadores, animais, ou entre ambos, muito apreciadas pelo povo (GUITIAN, 1977).

O anfiteatro romano de Emerita Augusta possuía consideráveis dimensões, sua elipse apresenta diâmetro de mais de 126 metros de comprimento pelo eixo maior, e 102 metros por 65 metros de largura pelo eixo menor da planta. A forma elíptica do anfiteatro se apresentava como habitual nesse tipo de edifício. Estimativas apontam que a arena medisse entre 54 metros a 64 metros de comprimento por 41,15 metros de largura, um pouco menor que o anfiteatro da cidade romana Itálica (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; Idem, 1977). O monumento tinha sua estrutura construída em concreto e alvenaria, e o restante em pedras. Embora o edifício também fosse revestido em mármore não seria mais suntuoso que o teatro. As portas do anfiteatro eram de arcos em forma de semicírculos ou adintelados, as escadarias de acesso possuíam janelas para maior iluminação. Uma de suas características originais consiste na ausência de galerias interiores (Ibidem, 1977).

Nos dois extremos do eixo maior do anfiteatro, que seguem aproximadamente de norte a sul, existem dois amplos corredores de 4,65 metros de largura na porta exterior e 4,10 metros em sua porta interior, que acedem o interior do monumento,

visto que a arena e parte da arquibancada permanecem escavadas no solo para evitar o aumento de estruturas livres. Os gladiadores seguiam para a arena através de ambos os grandes corredores de saída, em cujos lados se abriam caminhos para quatro ambientes abobadados que não sabemos suas funções – acredita-se ser talvez uma área para culto da deusa Némesis, protetora dos gladiadores, ou também poderia ser o *spoliaria*, local onde os gladiadores se preparavam para ir a arena, e/ou *carceres*, espaços em que permaneciam as feras até o espetáculo, com reduzidas dimensões e pequenas janelas que permitiam alimentá-las com segurança – e que apoiam os terraços da *ima* cávea. A comunicação destes locais com a arena se fazia por uma porta ao fundo do anfiteatro, as paredes ofereciam janelas para comunicação com os gladiadores e/ou também para introduzir alimento para os animais sem risco (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

O anfiteatro emeritense oferecia, dentro do traçado clássico deste gênero de construção, duas tribunas que se erguiam nos dois extremos de seu eixo central para seu eixo menor. O eixo menor do anfiteatro segue em direção leste a oeste e possui 41,5 metros. No extremo meridional deste eixo, em direção à calçada do teatro, se abria uma ampla porta e sobre ela estava uma tribuna, considerada como *tribuna principalis*, que se combinava emparelhada com outra, denominada de *editoris tribunal*, que se erguia no outro extremo na porta de entrada e que mantinha abaixo talvez uma capela, para os serviços desta tribuna ou dos espetáculos (Idem, 1961).

Nos extremos do eixo menor estavam tribunas, o lado oriental destinava-se ao presidente, a *tribuna principalis*, e no lado ocidental à pessoa que custeava o espetáculo, o *editoris tribunal* (GUITIAN, 1977). Igual acontecia com os outros edifícios para espetáculos, os mais altos dignitários que presidiam os jogos contavam com lugares de exceção para maior comodidade e visão dos jogos (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Cada tribuna possuía em seu parapeito uma inscrição monumental – encontraram-se fragmentos – com menções honoríficas ao imperador governante consignadas nos longos dintéis graníticos, que permitem datar a obra como de Augusto, nos indicando a data de inauguração do teatro em 8 a.C. Escavações arqueológicas encontraram inscrições que apontam a existência de outras tribunas, no lado norte e sul do anfiteatro (Idem, 1995; GUITIAN, 1977).

O desenho do anfiteatro de Emerita Augusta constituía-se como habitual nos anfiteatros romanos: uma arquibancada com *ima*, *media* e *summa cavea*, e uma arena central. O anfiteatro de Emerita Augusta possuía capacidade para acomodar 15000

espectadores em assentos, além de possuir coberturas e toldos para a proteção e abrigo dos mesmos. Desta forma, percebemos que os jogos gladiatórios eram bem recebidos pelo grande público. O edifício de forma oval e com arquibancadas dispostas ao redor do espaço central, a arena, podia ser preparado para o espetáculo com ornamentos de cenário ou recriações paisagísticas (ALGABA, 2009).

A fachada do edifício apresenta dezesseis portas grandes e ornadas, das quais iniciam os *vomitória* ou galerias que desembocam nos diferentes setores da arquibancada (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Dos dezesseis vomitórios, quatro constituíam-se como principais que formam galerias abobadadas em arcos de semicírculos, localizados nos quatro eixos da construção, dividindo assim cada um dos quatro setores em outros tantos *cuneis* ou arquibancadas (GUITIAN, 1977).

A *cavea* ou arquibancada do anfiteatro se articulava com seus três setores. As três ordens de arquibancadas ou *cáveas* se dividiam em: *ima cavea* ou galeria inferior, setor mais próximo da arena, contava com assentos de granito – com apenas alguns conservados –, uma fileira reservada aos magistrados que presidiam os jogos, e 10 fileiras se destinavam aos cavalheiros. As arquibancadas da *media* e da *summa cavea* acolhiam ao público mais heterogêneo. A *media cavea* ou galeria ao meio contava com 10 fileiras para os cidadãos juridicamente livres, e *summa cavea* ou galeria superior abrigava 10 fileiras reservadas à plebe (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; Idem, 1977).

Só se conservam a *ima cavea* – a mais preservada – e a *media cavea*, já toda a *summa cavea* encontra-se destruída, apenas um trecho se conserva inteira, caída entre as arquibancadas inferiores. A arena do anfiteatro estava limitada por um *podium* de granito ricamente adornado com grandes placas de mármore, coroado com uma cornija e um parapeito de blocos decorados com pinturas alusivas aos jogos, que protegia os espectadores na arquibancada do perigo dos jogos – parte dos blocos encontram-se expostos atualmente no Museu Nacional de Arte Romano (ALMAGRO, 1961; Idem, 1995). Sobre o *podium* se erguia a *ima cavea*, depois de sua décima primeira fileira existia um corredor, *praecintio*, que a separava a *media cavea*; o corredor com as escadas, *scalaria*, acessava os espectadores às arquibancadas em forma de setores ou *cunei*, como no teatro, e separava as arquibancadas. Em seguida erguia-se um muro, *balteus*, de ladrilhos que levantava a *media cavea*, atualmente

sem arquibancadas, mas com umas aglomerações em *opus concretum* quebrado que encontram-se em sua posição original (ALMAGRO, 1961).

Na zona da arena, em seu interior foi escavada uma grande fossa que constituía-se por um retângulo central maior e outros menores lateralmente, de planta cruciforme. A *fossa arenaria* servia para armazenar os adereços do espetáculo e as jaulas dos animais ferozes. A fossa ficava oculta por um tablado de madeira e se conectava com a arena através de uma plataforma. As paredes da fossa possuíam uma camada de argamassa hidráulica, *opus siginum*, e se utilizava como depósito de água (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Alguns autores atribuem como sua função, possivelmente, a de tanque para batalhas aquáticas, as *naumáquicas*, e que poderiam ser tapados com madeiras quando não utilizados (GUITIAN, 1977).

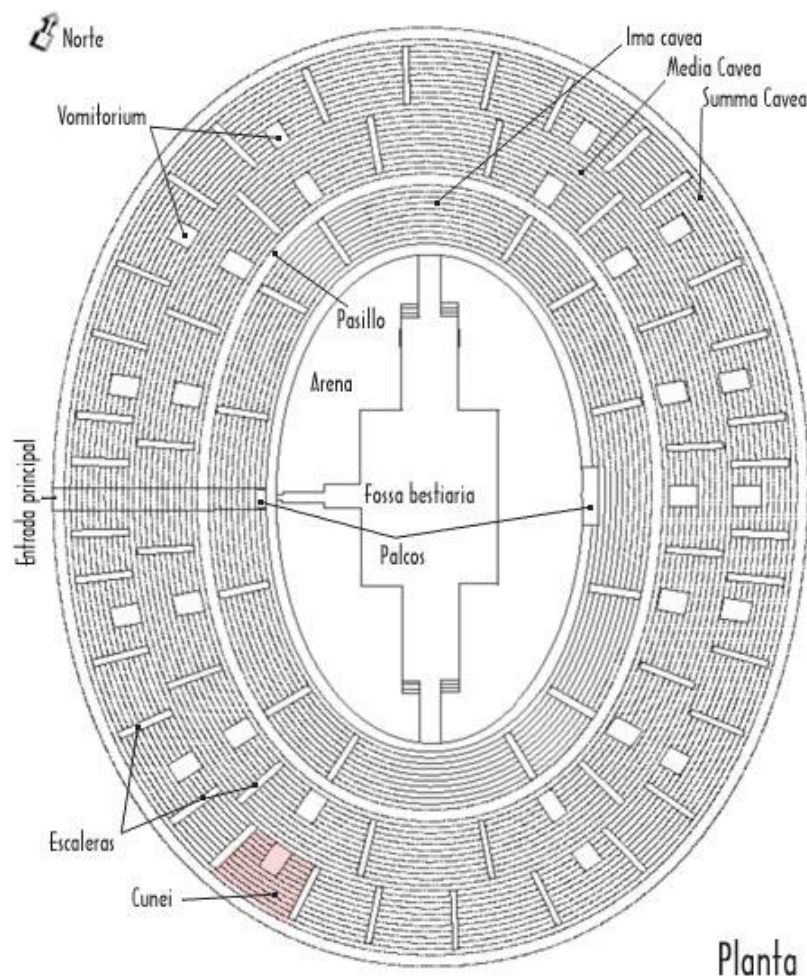


Figura 8. Planta reconstruída do Anfiteatro de Emerita Augusta. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_anfiteatro_plano.jpg>. Acesso em: 01/12/2014.

Os gladiadores que participavam dos jogos eram em grande parte de condição servil, embora existissem os que se vendessem, *auctorati*, como o caso de soldados veteranos familiarizados com o manejo de armas. A condição dos gladiadores se revelava muito diferente entre eles na arena, os gladiadores que se enfrentassem contrapunham armamentos e técnicas distintas com a finalidade de tornar mais atraente o combate. O gladiador que lutava como *retiarius*, possuía uma rede e um tridente, o *secutor* era pesadamente armado, o *venator* enfrentava as feras. O comércio de animais exóticos para os espetáculos, procedente da Ásia e África, se expandiu rapidamente pelo Império e gerou grandes fortunas para os empresários (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O anfiteatro de Emerita Augusta apresenta em sua configuração estrutural resultados de reformas e ampliações ocorridas posteriormente à sua inauguração, como a sucedida em I d.C. que praticamente refez o edifício (ALGABA, 2009). No século V d.C., após o declínio do esplendor da colônia, o anfiteatro foi abandonado e passou, a partir de então, a ser utilizado como canteira para novas edificações. A história do anfiteatro torna-se muito parecida com o destino enfrentado pelo teatro da cidade emeritense. Em época moderna, no século XVIII o anfiteatro foi vítima de explosões com pólvora, que atingiram principalmente sua arquibancada da *summa cavea*, para utilizar de seus materiais dinamitados em construções a baixos preços (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; GUITIAN, 1977). Também neste período se acreditou que o edifício se destinava à naumaquia, hoje se supõe que tais espetáculos fossem apenas ocasionais (Idem, 1977).

Depois de sucessivos saques e destruições, hoje o monumento do anfiteatro da antiga cidade de Emerita Augusta se encontra parcialmente restaurado, deixando à mostra suas ruínas em estado natural. O anfiteatro atualmente encontra-se bem conservado, sendo utilizado somente para eventos ocasionais, permitindo-se na maior parte do tempo demonstrar apenas sua monumentalidade (ALMAGRO, 1961; Ibidem, 1977).

3.4.3 Circo

O circo de Emerita Augusta formava o conjunto de monumentos dedicados aos espetáculos públicos, configurou-se como o maior construído na colônia e um dos mais importante do Império (ALMAGRO, 1961). O circo localizava-se na periferia da cidade romana de Emerita Augusta, o edifício foi construído uns 400 metros a leste da vedação do perímetro da colônia, erigido em um vale próximo ao aqueduto de San Lázaro, onde sua fachada se aproximava do aqueduto, o circo se mostrava bem comunicado por uma via principal, a estrada que unia Emerita Augusta com Corduba e Toledum, com a qual seria alinhada sua fachada setentrional. A grandiosidade de suas proporções, 30000 metros quadrados, motivou seu deslocamento da região de espetáculos públicos, mesmo assim o edifício se situou relativamente próximo do teatro e anfiteatro (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). O grande monumento romano do circo formava um hipódromo destinado às corridas de cavalos, acrobacias com cavalos e corridas de carros, esta última de grande popularidade devido ao risco de capotar os carros em que os participantes enfrentavam nas curvas do espetáculo (ALGABA, 2009; GUITIAN, 1977).

Mesmo com a incerteza sobre a data da construção do edifício do circo, apontamentos sugerem que se aproxime dos outros grandes monumentos da cidade (Idem, 1977). O conhecimento obtido através de escavações no circo e a lógica de construção dos edifícios de espetáculos – teatro e anfiteatro –, sugerem a construção do circo emeritense em época augusta (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Acredita-se que possivelmente sua inauguração tenha ocorrido por volta de 50 d.C. (SÁNCHEZ, 2009).

O circo de Emerita Augusta constituía-se bem grande para uma cidade provincial (ALGABA, 2009). Suas dimensões são bem expressivas, a arena possui 30000 metros quadrados, com 403 metros de comprimento e 96,50 de largura. No contorno do circo estavam as arquibancadas de 9,80 metros de amplitude, oferecendo como comprimento total para a construção 433 metros e largura de 114 metros (ALMAGRO, 1961). O circo de planta retangular, possuía fachada decorada com arcos sobrepostos em paredes, os ditos arcos cegos, e pilares adossadas em paredes, revestidos de placas de granito. A construção interna do circo se constituía de alvenaria e concreto. A forma do circo emeritense era comum neste tipo de monumentos, com duas longas fachadas que corriam paralelas ao terminar em uma extremidade com uma forma semicircular, e em outra, com uma curvatura modulada.

Tais lados maiores serviam para acomodar as arquibancadas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A arquibancada meridional se apoia sobre um terreno natural, e a arquibancada do lado setentrional, sobre grandes abóbadas de concreto. A arquibancada do circo se estruturava sobre um *podium*, que limitava a arena, e se levantava em cáveas, cada *cavea* acomodava e distribuía os espectadores ao redor da pista, conforme a clássica divisão de *cavea*, apresentando o circo capacidade total para 30000 espectadores sentados, todos protegidos por coberturas e toldos. Também possuía lugares preferenciais, a tribuna se encontrava em local principal, para o *editor* ou a pessoa que custeasse os jogos para os juízes; o juiz permanecia no *tribunal judicum* arbitrando as competições circenses, localizado em lado à frente da outra tribuna (Idem, 1995; GUITIAN, 1977). O grande público apreciava as corridas no circo, configurando-se como o espetáculo com maior número de espectadores (ALGABA, 2009).

As bordas curvas da cabeceira do circo formavam um anel de locais de 9 metros de largura. Os dois lados maiores se uniam formando um semicírculo, por um extremo, e pelo outro um arco curvo. Ao centro do lado menor, a noroeste, se entrava ao recinto através da grande porta *pompae*, local por onde também saíam os vencedores e se abria para várias *carceres*, onde permaneciam carros e cavalos das competições. Ao outro lado, no extremo semicírculo do monumento, a sudeste, estava a porta *triumphalis*, para a entrada dos carros e talvez uma saída secundária da arena (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

A porta *pompae* ou porta dos desfiles, por onde começava a procissão solene, era uma das mais monumentais, sua largura era maior que 4 metros e era construída em concreto. Nela se dispunham doze *carceres* ou garagens que acolhiam outros tantos carros. As *carceres* do circo de Emerita Augusta estavam formadas por quatro pilares, um em cada esquina, rodeadas por um muro decorado ao exterior, talvez com colunas ou pilastras. No corredor que acessava por um largo vão, as equipes se dirigiam por espaçosos corredores para ocupar os postos designados em sorteio. Quando o árbitro que presidia as corridas agitava o estandarte branco, *mappa*, os mecanismos de abertura das garagens se levantavam, permitindo a saída dos carros para a arena, local onde se desenvolviam as corridas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A arena do circo de Emerita Augusta era espetacular, suas medidas a situam entre as maiores de seu tempo. A arena do circo se delimitava por dois muros paralelos e unidos no extremo por um muro curvo, onde se situavam a entrada e os serviços do circo, e no outro extremo os conectava um semicírculo que servia para voltar a espinha central que dividia a área da arena. Ao redor desta que se realizam as corridas. Desta forma, ao centro da arena estava a espinha ou *spina* que constituía-se em uma plataforma de concreto de 8,50 metros de largura levantada sobre um comprido *podium* de 95 centímetros de altura que corria ao longo de 233 metros de comprimento, situado longitudinalmente na pista, em posição excêntrica e oblíqua para proporcionar maior amplitude à pista onde iniciavam as competições e onde os participantes eram mais numerosos. A *spina* se encarregava de dividir em dois a arena, de maneira de eixo central, dela só restam as fundações de concreto (ALMAGRO, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; GUITIAN, 1977).

A *spina* se localiza um pouco mais próxima do lado sudeste da arquibancada, pois ao lado noroeste era onde começavam as corridas. Os extremos da *spina* eram semicirculares e entrantes, em sua parte superior existiam elementos decorativos (Idem, 1961). Provavelmente tal como os demais circos da época, a *spina* do circo de Emerita Augusta deveria ser o espaço mais decorado do edifício, revestido com placas de mármore, com o espaço interior pavimentado de *opus signinum* ou talvez de mármore; adornado com esculturas, mosaicos e obeliscos, dos quais permaneceram vestígios preservados (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; GUITIAN, 1977).

A competição de corridas consistia em dar sete voltas na *spina*, e terminava na linha *metrae*, situada no começo da *spina*. Em ambos os lados da *spina* se localizam os alvos candelabros, *metrae*, dos quais marcavam as voltas dos carros que deveriam girar ao seu redor. O espetáculo da corrida era presidido e regulado por uma autoridade, *tribunal judicium*, a partir de um palco, com localização provável ao lado que se encontrava a linha de chegada (ALMAGRO, 1961; Idem, 1977).

Ao redor da grande arena existia um *podium* de 1,40 metros de altura, onde se levantava uma cávea de pelo menos oito arquibancadas. Sob estas arquibancadas existiam onze portas que acessavam um *podium* inferior, que se acredita que serviam para desague da arena em caso de inundações, também consideradas como *carceres* (Idem, 1961).

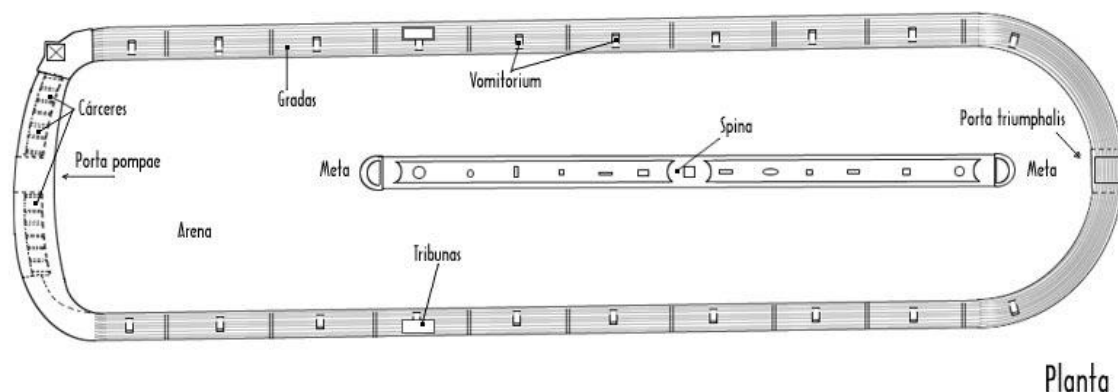


Figura 9. Planta original do Circo de Emerita Augusta. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_circo_plano.jpg>. Acesso em: 02/12/2014.

As corridas do circo, tinham seus carros estabelecidos por categorias dependendo do número de cavalos que os puxavam, podendo ser de 2, 3, 4, 6, 8 ou 10 cavalos (ALGABA, 2009). Os carros mais comuns poderiam ser puxados por dois cavalos, *bigas*, ou por quatro cavalos, *cuadrigas*, e eram conduzidos por aurigas, que se agrupavam em partidos esportivos ou *factiones*, identificados cada um por uma das quatro cores (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Quatro equipes ou *factiones* eram representadas cada uma por uma cor e eram agrupadas de dois em dois: a *factio albalata* (branca) e *prasina* (verde) enfrentava a *veneta* (azul) e *russata* (vermelha). O *mandatario* presidia os jogos e se encarregava de iniciar a corrida. Ao início da corrida, os carros saíam dos *carceres* e corriam pela pista dando voltas em torno de um eixo central, a *spina*. As corridas se completavam por sete voltas, em um total de 568 metros cada uma delas, percorrendo assim 4 quilômetros de espetáculo (ALGABA, 2009).

Alguns aurigas que alcançaram a glória no circo de Emerita Augusta permanecem conhecidos através de fontes, como em pavimentos e mosaicos. Os aurigas vestiam couraças com faixas de couro e largo cingulo que garantiam que, em caso de necessidade, as tiras fossem cortadas com uma faca pequena para, deste modo, evitar serem arrastados pela arena quando o carro capotava. Também usavam um elmo metálico, que protegia a cabeça, e um chicote (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Com o estudo arqueológico podemos verificar que o circo de Emerita Augusta foi restaurado no século IV d.C. com magnificência, segundo uma inscrição em mármore achada originariamente na área dos *carceres* e atualmente disposta no

Museu Nacional de Arte Romano. A inscrição assinala a reconstrução do circo no ano de 337 d.C., seu conteúdo revela que a mando de Constantino e Constante o edifício fora reconstruído, rodeado de novas ornamentações e inundado com água, talvez o circo tenha se transformado em uma *naumaquia* ou *naumanchia*, local que simulava batalhas navais, ou apenas partes da arena foram inundadas e transformadas em tanques, ou talvez apenas foram instaladas simples fontes no recinto (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A reconstrução do circo no século VI d.C. comprova a importância do monumento, que foi testemunha da influência e esplendor que a colônia emeritense possuía no período romano (GUITIAN, 1977). A utilização do circo foi mais extensa que a do teatro e anfiteatro, devido as normas cristãs serem mais benevolentes com os espetáculos de corrida. Assim, o circo de Emerita Augusta continuou sendo cenário de corridas de carros pelo menos até o século VI d.C., quando finalmente foram proibidas, começando uma lenta agonia que não terminaria até sua revalorização atual (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Depois de muito tempo de abandono, o circo acabou cortado pelo traçado da estrada que liga Mérida a Madrid, construída desconsiderando o monumento. A estrada passava por cima da cabeceira do circo, atravessando uma de suas extremidades e desconfigurando seu traçado. Infelizmente este constitui-se como o único circo romano da Espanha. A necessidade de respeitar os interesses deste monumento levou ao resgate do circo emeritense, um monumento quase único (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

O edifício se abalou com o peso dos anos, e se encontra muito diferente do momento de seu esplendor. Pode-se verificar que até começos do século XX a arquibancada se conservava mais completa que atualmente, com onze fileiras, hoje se contemplam apenas as do setor mais próximo à arena (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Contudo a descoberta de parte da fachada do monumento, construída em delicada alvenaria, nos remete a indícios eloquentes sobre a importância do monumento (GUITIAN, 1977). Mesmo com todo o risco sofrido e com escassos restos *in situ*, o circo de Emerita Augusta se encontra bem conservado, o que o torna um monumento romano singular para se conhecer a estrutura e disposição desta grande construção (ALMAGRO, 1961). O monumento do circo emeritense constitui-se como o melhor conservado na Península Ibérica e configura-se como um

dos maiores do mundo romano (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; SÁNCHEZ, 2009).

3.5 PONTES

As pontes de Emerita Augusta remontam ao período fundacional da colônia e, portanto, foram construídas segundo a tradição da engenharia romana dos finais da República e início do Império de Augusto. A cidade emeritense possuía três pontes romanas que apresentam as seguintes características bem definidas: pouca elevação (aspecto atarracado); pilares robustos e flancos fornecidos com diques arredondados; execução que marcava o coroamento dos pilares; a presença de arcos de alívio sobre os pilares; arcos com aduelas chaves bem assinaladas; paramento com estrutura revestida (ALGABA, 2009).

Dois pontes faziam o acesso à cidade. Uma ponte cruzava o rio Anas, de noroeste a sudeste, e comunicava-se diretamente com a porta da muralha da cidade, convertendo-se em seu eixo principal, o *decumanus maximus*. A outra ponte sobre o rio Albarregas, localizada ao norte da colônia, conectava-se ao *kardo maximus* da cidade e com a importantíssima Vía de la Plata (SÁNCHEZ, 2009). Ambas são construções com blocos de granito, de dimensões diferentes, mas feitas para resistir ao longo do tempo e aguentar as cheias do rio, com a chegada das chuvas. A travessia das pontes podia ser realizada em todos os períodos do ano – com conforto e prestígio, de acordo com as obras construídas pelo Império romano –, permitindo que todos que transitassem pela Vía de la Plata rumo à cidade, chegassem ao destino sem se molhar. Os engenheiros romanos planejaram e construíram as pontes conforme o traçado da cidade (ALGABA, 2009).

Emerita Augusta dispunha de grandes pontes, das quais ainda são visíveis atualmente. A ponte que cruza o Albarregas apresenta-se menor e possui quatro arcos. A ponte que cruza o Guadiana está disposta de forma perpendicular à corrente do rio, possui comprimento de 792 metros, sessenta arcos que se apoiam em pilastras e vertedouros entre esses arcos – exceto a seção oeste –, as pilastras são construídas sobre uma base de concreto, com faixas entre elas, criando uma plataforma base de toda a ponte. A largura da calçada permitia a circulação de pessoas e carros nas duas direções. A terceira ponte, denominada de Acantarilla, próxima a ponte de Albarregas,

constitui-se muito simples e salva um riacho, permitindo o antigo trânsito da população (ALGABA, 2009).

3.5.1 Ponte sobre o rio Anas

Em época romana a ponte que cruzava o rio nomeado Anas, passou posteriormente, em período árabe, a adicionar o prefixo “Guad” ao seu nome, com significado de rio em árabe, originando sua atual denominação de rio Guadiana (GUITIAN, 1977). A ponte sobre o rio romano Anas foi definidora do local de instalação de Emerita Augusta e de seu esquema urbano, que faz deste monumento um dos mais antigos da cidade e consideráveis do conjunto arqueológico emeritense. A ponte se comunicava diretamente com a porta da muralha do *decumanus maximus*, convertendo-se com este em eixo principal da cidade. A ponte foi construída de acordo com uma favorável topografia, no lugar onde existia duas ilhas e um fluxo mais escasso do rio (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O monumento grandioso da ponte possui atualmente 792 metros de comprimento e uma calçada de 8 metros de largura, e encontra-se em sua maior altura a 12 metros do nível médio da água. Indícios apontam que erguesse dois arcos triunfais em seus extremos. A ponte conserva ainda hoje 60 arcos, que contam com vertedouros entre eles, sendo que três deles, mais distantes da cidade, se encontram quase enterrados. Na época de sua construção pelos romanos, a obra poderia ter ostentado 64 arcos (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977). A ponte sobre o Anas provavelmente foi construída no período de planejamento urbano da cidade, do começo do Principado de Augusto. Entretanto, devido ao alto custo da obra, a ponte seria construída em momentos distintos e em diferentes trechos (MARTÍN, 2004; TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

O primeiro trecho da ponte construído unia duas ilhas – “A ilha” e “ilha do Bairro San Antonio” – e erguia-se sobre o leito principal do Anas. Este trecho conta atualmente conta 26 arcos (arco 11 ao 36), e foi muito castigado pelas inundações, o que poderia contribuir para apresentar um aspecto diferente do que poderia ter em princípio. Também podemos visualizar as restaurações que foram realizadas ao longo do tempo. Mesmo com todas as mudanças em sua fisionomia primitiva, ainda permanecem restos da obra originária nos arcos 23, 20, 19 e 18. Com base nestes

restos, ao traçarmos uma linha reta que una os vestígios do parapeito primitivo, o desenho revela uma ponte de dupla vertente. Partindo de um arco central, atual número 23, seguiria descendo para ambos os lados até as respectivas margens das ilhas. O número total de arcos possivelmente deveria ser de 13; o trecho partiria do atual arco 17 e concluiria no 29, tendo o eixo central o arco 23 (MARTÍN, 2004).

O segundo trecho da ponte unia a cidade com a “A ilha” e apresenta-se o melhor conservado e que menos sofreu reformas. Sua execução deve ter sido temporalmente próxima ao outro trecho da ponte, pois ambas edíficas são de seções similares. Atualmente conta com 10 arcos (1-10). Também adota a forma de dupla vertente, embora neste caso o método configure-se distinto, devido um dos lados descansar em um muro de blocos de granito. O muro apresentava dupla função, de acolher o primeiro arco e intermediar a porta da cidade. Ao traçarmos uma linha sobre o parapeito primitivo deste trecho da ponte distinguimos o arco 5 como o central, a partir do qual por um lado segue para a cidade e por outro até a ilha. Do arco 5 em direção à ilha havia 4 arcos, que evidenciam que em um primeiro momento o trecho da ponte contaria com 9 arcos (Idem, 2004).

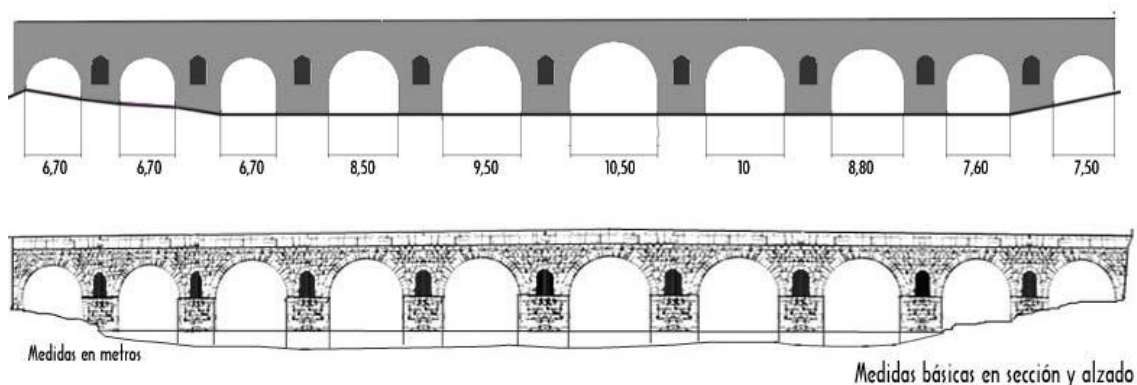


Figura 10. Alçado do segundo trecho da ponte romana sobre o rio Anas.

Disponível em:

<http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_puente_plano.jpg>.

Acesso em: 12/12/2014.

O terceiro trecho da ponte unia a “ilha do Bairro de San Antonio” com a margem contrária da cidade. Atualmente este trecho conta com 24 arcos e indica que sofreu distintas intervenções, apesar de sugerir menos restaurações modernas. Verifica-se que este trecho foi construído posteriormente que os demais trechos da ponte, e que a obra apresenta as mesmas características técnicas que as anteriores, porém com

diferenças edáficas. Este trecho da ponte também configura-se de dupla vertente, apresenta como arco central o número 55 de onde se inclina de um lado para a ilha, e por outro para a margem em terra firme. A construção do terceiro trecho da ponte garantia a comunicação com as duas margens. Os materiais e técnicas empregadas nas construções dos primeiros trechos da ponte indicam que foram realizadas em época de Augusto, Tibério ou Cláudio, antes da cidade receber uma nova onda de população itálica (MARTÍN, 2004).

Assim, a cidade passaria por um processo de embelezamento: união dos trechos da ponte, construção de um talha-mar na “A ilha”, e um enorme muro, dique, na margem próxima à cidade. Obras que foram muito custosas e que se desenvolveram em distintas fases. A união dos dois primeiros trechos da ponte necessitou da construção de novos arcos e reformas de alguns já construídos. Para melhorar a zona do Anas, buscou-se unir o terceiro trecho da ponte com o central, emendando vários arcos, desmontando alguns para elevá-los e poder conseguir assim uma boa nivelção da ponte. Com a completa união dos trechos da ponte os arcos serviam para aliviar as grandes e fortes cheias do rio (Idem, 2004).

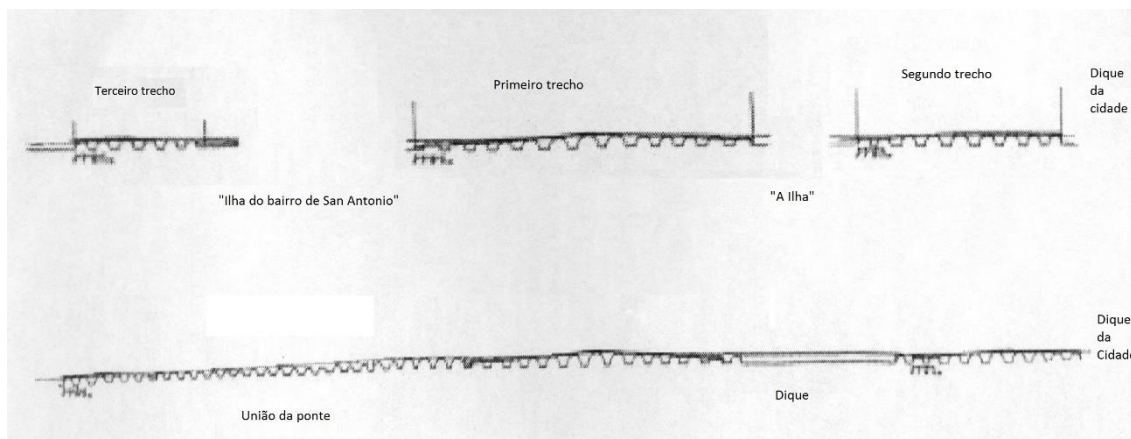


Figura 11. Reconstrução da ponte romana sobre o Anas: seus trechos, acima, e sua união, abaixo, sem os arcos do dique (Ibidem, 2004, p. 371).

Uma vez na ponte se podia acessar, através de duas rampas, uma das ilhas em meio as águas, a dita “A ilha”, que era um importante centro comercial, por isto esta parte da ponte apresentaria um dique, mostrando-se muito bem protegida. Nesta ilha se apoiava a ponte, uma circunstância decisiva para a escolha do local para o estabelecimento da cidade que se projetava favorecendo os emeritenses, assim a ponte constituiu-se de forma vital para o desenvolvimento da cidade. Ao centro da

ponte existia uma torre e em uma de suas cabeceiras encontrava-se uma das entradas da cidade (GUITIAN, 1977).

O trecho da estrutura da ponte que compreendia o espaço entre as muralhas da cidade e a atual primeira rampa apresenta-se como a parte melhor conservada da obra, por se situar no braço menor do rio e, portanto, ser menos exposta às violentas águas. Dez arcos salvavam este espaço sobre nove pilares de fundação, que estavam incluídos de diques arredondados – oito ainda se conservam em bom estado. Os pilares estão perfurados por vertedouros ou arcos de alívio, para facilitar o fluir da corrente nas subidas do rio. O outro trecho que se desenvolvia entre o atual pilar de encosto, construído no século XIX, em direção até o final da obra, compreende um total de cinquenta arcos na atualidade. As características de pilares e arcos até a segunda rampa são idênticas às descritas no trecho anterior, enquanto que a partir da referida rampa os pilares não compreendem nem vertedouros nem diques, o que explica que apenas as grandes correntes de água chegavam na área (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O núcleo da construção da ponte foi construído em concreto romano e as paredes foram revestidas por grandes blocos de granito procedente de pedreiras próximas. Os blocos dos tímpanos formam cursos regulares e se ligam com os segmentos de pedras dos arcos e com as aduelas dos arcos de alívio. O acabamento exterior dos blocos rompe com a monotonia dos tímpanos e cria jogos de luzes e sombras notáveis (Idem, 1995).

Tanto os arcos como os pilares foram fabricados em grandes blocos de granito, bem esculpidos e revestidos. A significativa obra de engenharia da ponte se repartia em vários trechos de arcos, realizados sucessivamente, construindo ou substituindo os arcos ou os diques dependendo dos adiantamentos técnicos da época. Todos os arcos foram apoiados em grandes pilares, que através de seus vãos curvos favoreciam o rápido desague do Anas (ALMAGRO, 1961).

Os arcos formam saliências nas paredes da ponte, que compõem a linha de coroação dos pilares. Os segmentos de pedras dos arcos ou aduelas são uniformes, com a pedra principal bem marcada. A superfície externa do arco se assinala com seu bocal bem pronunciado, sem ultrapassar a superfície dos tímpanos. Da cornija original da ponte, a que encimava as fileiras de pedras e marcava o início da mureta de proteção, foi preservada apenas fragmentos (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Os pilares adotam formas retangulares e possuem largura consideráveis, visíveis tanto pelo tamanho das aberturas dos arcos que suportavam, como pela precária fundação em alguns pontos. Os diques são arredondados, porém em alguns locais modernos adotam ou uma estrutura piramidal em correspondência com as reformas do século XVII, ou de forma cônica com cobertura pontiaguda no trecho do século XIX. A arquitetura da ponte que constituía o dique, este que protegia o paredão que ligava os trechos de arcos, era excepcional. Suas ruínas são visíveis, atualmente espalhadas pelos cascalhos da “A ilha” do rio, águas acima, depois de sua destruição nos passados séculos (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A ponte romana sobre o Guadiana contemplou toda a história de Mérida e da região. Durante a Antiguidade, a partir dessa grande ponte se encontrava o porto fluvial emeritense, que organizava um ativo tráfico comercial do rio para sua união com o mar Mediterrâneo (ALMAGRO, 1961).

Desde sua construção a ponte foi por diversas vezes, ao longo da história, reformada (GUITIAN, 1977). Tal notável obra de engenharia sofreu transformações que podem ser avistadas em alguns arcos, que foram reparados em épocas distintas e apresentam tamanho menor que os romanos (ALMAGRO, 1961). Os arcos romanos foram construídos com sólidos blocos de alvenaria, apoiados sobre bases semicirculares, as obras visigodas também podem ser observadas nos arcos que ultrapassam sua forma de semicírculos na ponte romana. As obras originais são mais visíveis nos arcos próximos à cidade, um trecho formado por oito arcos com outros intermediários menores, que aliviam e servem para apaziguar a estrutura da ponte (GUITIAN, 1977).

Uma obra tão considerável como a ponte de Emerita Augusta sobre o rio Anas, eminentemente utilitária, sofreu uma grande deterioração provocados pelas cheias do rio e pelos estragos de guerras, que aconteceram imediatamente de acordo com as possibilidades da época (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Além dos reparos na ponte referentes às destruições de guerras e inundações (GUITIAN, 1977), o fator do constante tráfico que essa ponte suportou também motivou significativamente alterações na estrutura original (ALMAGRO, 1961). Graças aos documentos conservados no Arquivo Histórico Municipal se pode documentar várias das restaurações efetuadas. Entre as mais importantes, uma em período visigodo, uma em período árabe e nos séculos XVI, XVII e XIX (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A ponte possuiu estrutura suficiente para absorver o trânsito até data muito recente, quando dividia o tráfico com uma ponte de construção moderna. Sua utilização foi incessante até o ano de 1993, quando se restringiu seu uso, exclusivamente para pedestres (GUITIAN, 1977). Assim, hoje uma ponte moderna suporta o tráfico da cidade, porém através dos séculos – mais de dois mil anos de história – a ponte romana ainda revela a incrível engenharia que Roma registrou em suas obras, construções que mesmo após enfrentar todos os reveses continuam persistindo, mantendo suas imagens na paisagem atual (ALMAGRO, 1961). A ponte romana de Emerita Augusta, sobre o atual Guadiana, constitui-se como a de maior comprimento em toda a Espanha e uma das maiores pontes do mundo romano (GUITIAN, 1977).

3.5.2 A ponte sobre o arroio Albarregas

Em época romana a ponte cruzava o rio Fluminus Barraeca, transformado pelos muçulmanos em uma palavra com prefixo “Al”, dando origem ao seu nome tal como se conhecesse atualmente, Albarregas. Nas imediações do reservatório de Cornalvo se origina o arroio Albarregas, menor que o rio Guadiana, e sobre ele ergue-se uma ponte de menor contexto monumental na cidade. Pela ponte começava a Vía de la Plata e sua orientação determinou de alguma maneira o traçado do *kardo maximus* de Emerita Augusta (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Também, pela ponte romana do Albarregas ultrapassam os aquedutos San Lázaro e Los Milagros (GUITIAN, 1977).

A estrutura da ponte romana sobre o arroio Albarregas constitui-se menos grandiosa que a da ponte do Guadiana, apresenta-se sobre um viaduto de 145 metros de comprimento e um caminho de 8 metros de largura, em seu centro se levantou a ponte que ainda mede 7 metros de altura, mas parece menor devido sua base estar coberta de sedimentos e ao enterramento de seus pilares pelo riacho (ALMAGRO, 1961; Idem, 1977).

A ponte começa com uma mureta de proteção moderna e apresenta revestimento de blocos retangulares e cornija. Dois vertedouros, reconstruídos no século XIX, nos fornecessem uma amostra das violentas cheias do arroio no passado. Percebe-se que a qualidade da obra reflete sua constituição: a ponte suporta uma

calçada por meio de quatro arcos medianos de 5 metros de altura e mais outros dois arcos de menores dimensões em seus extremos, que permitem salvar a corrente de água (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977). Todos os arcos possuem as mesmas características e bom estado de conservação; apresentam-se semicirculares e suas cavidades variam entre os 5,20 metros do primeiro até 3,80 metros do quarto, com base pouco pronunciada. Os arcos estão formados por aduelas ou segmentos de blocos de números variados, alguns com acabamento exterior, com a pedra principal bem marcada e bocal pouco perceptível (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Os pilares são de paredes bem estruturadas em onze linhas gerais, e não possuem diques e vertedouros, por se constituírem desnecessários. Os tímpanos ou os espaços de muros entre arco e arco se conservam em boa parte, com blocos em acabamento exterior em correspondência com as aduelas ou os segmentos de pedra dos arcos (Idem, 1995).

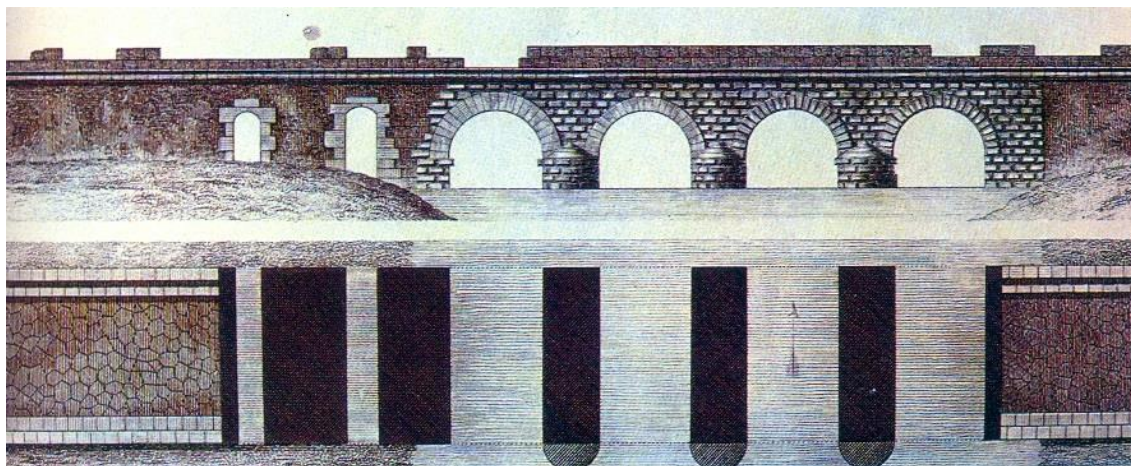


Figura 12. A planta e o alçado da ponte romana sobre o arroio Albarregas (Ibidem, 1995, p. 63).

A ponte sobre o Albarregas pode ser datada do último quarto do século I a.C., e hoje em dia conclui-se com a mureta de proteção moderna e com paredes de alvenaria. Atualmente possuíamos poucas notícias sobre sua história, além de suas restaurações efetuadas terem sido pouco documentadas (Ibidem, 1995). Entretanto, mesmo se percebendo que a ponte foi reparada várias vezes, a obra ainda conserva o traçado e o aparelhamento de grandes blocos de granito romano (ALMAGRO, 1961).

Pela ponte do arroio Albarregas passa a estrada de Cáceres, a antiga Vía de la Plata, que se estendia para o norte, e mais adiante, se bifurcava em outras vias que permitiam o caminho para o norte e oeste, constituindo-se numa das numerosas estradas que faziam contato com a cidade e o restante da Hispânia (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

3.5.3 A ponte denominada de “Alcantarilla romana”

Uma terceira ponte foi construída em Emerita Augusta pelos romanos na estrada que se dirigia a Olisipo (Lisboa), a uns 500 metros do bairro de Las Abadías e próximo da ponte sobre o Albarregas. A ponte foi construída no século I a.C. para salvar um pequeno riacho, apresenta um arco único e possui comprimento de 7 metros e uma largura de 4,35 metros, que com as muretas de proteção se amplia para 6 metros. As numerosas restaurações desvirtuaram seu caráter original, embora no trecho das águas, acima da corrente, se possa ainda apreciar suas particularidades construtivas, semelhantes às descritas para os outros dois exemplos de pontes emeritenses (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O núcleo da construção da ponte “alcantarilla romana” constitui-se de concreto romano e o arco começa a partir de alicerces de pedras, dos quais só restam ruínas. As aduelas ou segmentos de blocos do arco são de granito lavrados, sendo que a cavidade do arco consiste em 4,20 metros. A ponte possui uma mureta de proteção moderna, como também certas partes da obra apresentam estrutura em ladrilho. Pode-se observar as características do caminho romano refeito posteriormente na ponte e nos arredores (Idem, 1995).

3.6 BARRAGENS E AÇUDES

A colônia romana de Emerita Augusta possuía diversos monumentos de primeira ordem (GUITIAN, 1977). Dentre os grandes monumentos emeritenses podemos verificar a grandeza da fundação da cidade através das obras de engenharia hidráulica. Embora a cidade se localizasse junto ao rio Anas e o arroio Albarregas, foi necessário construir reservatórios que coletassem água de arroios a longas distâncias da cidade, para assim abastecê-la com água salubre (ALMAGRO, 1961).

A cidade de Emerita Augusta contava com duas grandes e principais construções de barragens ao seu entorno para armazenar água para a cidade, denominadas de Proserpina e Cornalvo, foram constituídas por muros que anexavam taludes de terra que ajudavam a resistir à pressão da água. A colônia também possuía barragens menores e açudes que desviavam suas águas para canais artificiais; a água coletada era destinada para irrigação e uso industrial fora da cidade. Tal condução era realizada por canais a céu aberto, em trincheiras junto ao solo. As barragens continham água das chuvas para abastecer a cidade em dias de estiagem, evidentes no verão. A cidade também contava com as barragens de Araya, formada por muros com contrafortes, e a de Esparraglejo, com muro de múltiplas abóbadas e contrafortes (ALGABA, 2009).

3.6.1 Reservatório de Proserpina

O nome tradicional do reservatório de Proserpina foi Charca de la Albuera, famoso pela batalha deste nome entre reis católicos e portugueses. O reservatório se localiza de uns 6 a 5 quilômetros da ponte sobre o Albarregas e do aqueduto de Los Milagros de Emerita Augusta. A colossal obra de engenharia conhecida pelo nome de Proserpina deve-se ao fato de se encontrar uma inscrição em uma lápide dedicada à deusa no local, sobre roubos onde uma vítima invocava a mesma, assim no século XVIII, o reservatório tomou este nome. O reservatório se localiza em um ambiente luminoso, ao pé da Serra de Carija, talvez tal denominação derive de Publio Carisio, o legado romano encarregado de fundar Emerita Augusta (GUITIAN, 1977). A represa se aproxima pelo norte da cidade, e pode ser acessada por uma estrada pavimentada, que parte de um cruzamento da atual Mérida a Montijo (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Com este reservatório os romanos abasteciam os bairros a noroeste de Emerita Augusta. A barragem de Proserpina tinha suas águas conduzidas pelo aqueduto de Los Milagros, o conjunto da condução da água do início do reservatório de Proserpina ao final do aqueduto de Los Milagros possui uns 12 quilômetros de comprimento, e ainda subsistem bastantes trechos, em boa parte cobertos por abóbadas de ladrilho. O reservatório possui uns 5 quilômetros de perímetro irregular (ALMAGRO, 1961) e pode armazenar até dez milhões de metros cúbicos de água; as águas recolhidas

procediam de chuvas e dos fluxos dos arroios próximos, como os de Adelfas e de Pardillas. Para aproveitar melhor as contribuições destas correntes de água se efetuaram consideráveis obras de canalização, hoje bem evidentes. A represa conduzia as águas a partir de seu ambiente através de calhas, que ainda se conservam em parte (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; GUITIAN, 1977).

O muro de contenção do reservatório possui medidas consideráveis que tornam esta obra de engenharia romana como a maior desse gênero na Espanha; encontra-se hoje incompleto e mesmo assim mede quase meio quilômetro, com 427 metros de comprimento, se eleva a uma altura de 8 metros sobre o nível médio da água, e possui 6 metros de espessura. A obra de engenharia deste reservatório apresenta-se notável, assim como o caso de Cornalvo, compreende uma poderosa proteção de terra e um dique em paredão, com declive escalonado, núcleo construído em concreto romano e revestido de blocos graníticos, além de ser reforçado com nove contrafortes (ALMAGRO, 1961; Idem, 1977).

A integridade das paredes do reservatório e também de sua estrutura, se asseguram por meio dos contrafortes de seção retangular, estabelecidos em cada um dos lados em ângulos do muro. Os contrafortes ultrapassam em altura o dique, cuja fisionomia atual se deve em boa parte às obras de reconstrução empreendidas no século XVII, porém com características das obras romanas. Ligadas à parede do dique, as torres quadradas, também refeitas neste período, providas de escadas, permitiam descer até o fundo, onde se encontravam comportas de saída do duto. Estudos sobre o dique apontam que seus paredões eram do tipo arredondados, referentes ao período de Augusto (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Apesar de sua origem romana, a barragem de Proserpina sofreu, ao longo dos séculos, várias renovações, sendo inclusive campo de batalha no século XV, e modernamente, no século passado (GUITIAN, 1977).

3.6.2 Reservatório de Cornalvo

Outro grande complexo da engenharia hidráulica e romana da cidade era o reservatório de Cornalvo e sua condução de água ou *speculum* que juntos formavam 25 quilômetros de comprimento. A obra da represa de Cornalvo se localizava a uns

15 quilômetros a nordeste da colônia emeritense. O reservatório se conserva em excelente estado, depois das reformas efetuadas há alguns anos atrás. O reservatório de Cornalvo possuía uns 10 quilômetros de perímetro e forma alongada, e seu dique de contenção foi estabelecido entre duas colinas que fechavam o reservatório, com 222 metros de comprimento, não chegando a 4 quilômetros, e sua altura alcançava 18 metros e sua largura 3 metros (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

A forma do reservatório de Cornalvo desenha um declive para suportar melhor a pressão das águas, com configuração escalonada e ao centro um contraforte permitia o acesso da entrada da água, e unia um arco semicircular à condução de água. Suas características resultam semelhantes as outras construções, tanto deste aspecto como defensivas, do final da República e começo do Império, podendo desta forma ser datada no final do século I a.C. O reservatório sofreu uma reforma por volta do século XX, originalmente compreendia um poderoso aterro que reforçava a construção, com núcleo de concreto e terra e com paredes revestidas com blocos de granito (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). A água saía do reservatório de Cornalvo e era conduzida pelo aqueduto romano de *Aqua Augusta*, que abastecia os bairros orientais de Emerita Augusta (ALMAGRO, 1961).

3.7 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Para a fundação de Emerita Augusta, observa-se o sentido utilitário dos romanos manifestado no planejamento das suas três construções hidráulicas, cujas ruínas ainda se conservam em boa parte e explicam os esforços por dotar suficientemente de água as casas da nova colônia. Tais esforços configuravam-se dentro do conceito de grandeza imperial e de ampla confiança no futuro que presidiram as orientações do urbanismo de Augusto (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Desta forma, os romanos construíram aquedutos monumentais que uniram a graça da arquitetura e o caráter utilitário em suas obras de engenharia. Tais monumentos, por constituírem uma necessidade primária, foram projetados e erigidos na fundação da cidade emeritense por engenheiros da época de Augusto. Aquedutos e reservatórios romanos foram construções originais e monumentais e que transformaram a cidade de Emerita Augusta (ALMAGRO, 1961).

A cidade de Emerita Augusta possuía três aquedutos para seu abastecimento de água, dois transportavam a água, em parte, sobre arcadas construídas, e um por via subterrânea (SÁNCHEZ, 2009). Os aquedutos emeritenses: ao norte, o de Los Milagros, e o Rabo de Buey-San Lázaro, e ao nordeste da cidade, o *Aqua Augusta* ou Cornalvo (ALGABA, 2009). Um dos problemas mais debatidos sobre as construções hidráulicas emeritenses se vinculam a cronologia. Ainda que necessite de um estudo mais aprofundado sobre todos os traçados e as escavações, seus caracteres construtivos são expressivos e poderiam fixar a data de realização destas grandes obras de engenharia. Contudo não existe consenso, visto que para alguns são construções do período de Augusto, para uns, correspondentes ao século II d.C. e, para outros, ao século IV d.C. (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Em linhas gerais, sem prejuízo de que se observam perfeitamente reformas sucessivas, a impressão que produz este magnífico conjunto hidráulico consiste em sua construção se efetuar no período de Augusto ou logo após. O aqueduto *Aqua Augusta* proveniente da represa de Cornalvo, analisado sem se ater aos caracteres construtivos do dique, e sim ao feito de uma inscrição com seu nome, não oferece problemas para o situar a data neste período augustano, sendo provavelmente a primeira condução hidráulica a se construir na cidade. Igualmente acontece com a construção do aqueduto conhecido como Rabo de Buey-San Lázaro, onde se efetuam escavações que oferecem documentos inequívocos que corresponde também a essa época; este aqueduto proveniente de nascentes próximas à cidade, conduzia a água as imediações dos edifícios dos espetáculos, que mesmo se introduzindo na cidade intramuros, se aproveitava a água para uso das *domus* suburbanas. A construção do aqueduto de Los Milagros, proveniente do reservatório de Proserpina, mesmo sendo muito estudado, constitui-se como o de datação mais problemática por faltar dados seguros, entretanto estudos costumam o situar geralmente neste mesmo período ou pós-Augusto, mas no século I d.C. (Idem, 1995; MATEOS CRUZ, 2004).

Os aquedutos que canalizavam águas potáveis para os habitantes de Emerita Augusta abasteciam prioritariamente as fontes públicas e termas, mas também o fórum, o anfiteatro, o circo e as casas privadas. O abastecimento de água seguia todo um planejamento, para projetar um aqueduto precisava-se se certificar que a fonte ou manancial de água possuísse uma cota superior à necessidade da cidade. A condução da água precisava seguir uma ligeira inclinação descendente do local até ela. Por manter tal inclinação constante, o trajeto da água podia circular por conduções

subterrâneas, superfícies, sobre arcos ou *arquationes*. Este último é o caso do aqueduto de Los Milagros, onde a condução de Proserpina se eleva para atravessar o vale do Albarregas. O canal em que corre a água, o *specus*, deveria ser coberto para manter a qualidade da água. E para eliminar as impurezas da água, se construíam depósitos ou *castella* que diminuía a velocidade da água; nestes locais a água era distribuída para as diferentes zonas da cidade (ALGABA, 2009).

A distribuição de água pela cidade se realizava por via de dutos que partiam dos depósitos ou *castellum aquae*, abastecidos pelos três aquedutos. Os *castellum* se encontram nas zonas altas de Emerita Augusta, permitindo que um fluxo da água adequado corresse para baixo em direção às ruas, pelos dutos de cerâmica, chumbo ou bronze. Um dos aquedutos conduz a água até um *castellum* ao norte da cidade, que leva a um *nymphaeum*, uma fonte monumental localizada junto ao *kardo maximus*. Outras fontes são encontradas pela cidade com intuito de oferecer água aos visitantes e aos que não possuíssem água corrente em suas casas. A água destas fontes também era aproveitada para dar de beber aos animais, abastecer oficinas têxteis e de tinturaria, e latrinas públicas, limpar cloacas e extinguir incêndios. Para obtenção de água potável, muitas casas mantinham cisternas subterrâneas e cobertas, que armazenavam água da chuva salubre. Poços de água escavados no terreno igualmente podiam ser encontrados nas casas emeritenses, entretanto devido ao risco de contaminação por filtração, acabavam utilizados para outras funções (Idem, 2009).

3.7.1 Aqueduto Aqua Augusta

O aqueduto de *Aqua Augusta* constitui-se como a primeira condução hidráulica da cidade emeritense, e se denomina atualmente de Cornalvo, por ter sua origem no reservatório do mesmo nome, que se encontra, como observamos, a uns 15 quilômetros a nordeste da cidade de Emerita Augusta (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

No centro do dique do Cornalvo, e submergida em boa parte das águas, destaca-se uma torre de planta quadrada, de 9,50 metros de lado e 20 metros de altura, onde se localizam as portas de controle do duto. As paredes da construção são de granito lavrado, com cursos de blocos dispostos na horizontal de lado mais longo

e seguido do mais curto, em uma estrutura muito semelhante aos primeiros monumentos levantados na cidade: a ponte sobre o Anas e o anfiteatro. Um arco, composto de aduelas ou segmentos de pedras do mesmo material sustentava a passarela de ligação entre o dique e a torre. Atualmente, mesmo se conservando as peças, uma estrutura metálica substitui o antigo arco. O duto partia desde o fundo da torre através de uma galeria de construção de blocos de granito, de 1,70 metros de altura e 0,70 metros de largura (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A 300 metros da saída do aqueduto, este se ligava a um duto geral que procedia de El Borbollón, lugar situado a uns 3 quilômetros ao norte da cidade, e que fornecia um bom canal de água. Deste duto se conservam, ao longo da fazenda Campomanes, bons trechos de galeria de construção de alvenaria com abóbada semicircular (Idem, 1995).

Através do campo emeritense, seguindo o curso do rio Albarregas, o aqueduto prosseguia até a cidade emeritense. Diversos impedimentos topográficos, como depressões ou cursos de águas, foram solucionados com a construção de arcos e estruturas de engenharia, e também com correções do traçado sinuoso. Atualmente são significativos os restos do aqueduto que se encontram, já próximo a Mérida, conhecidos como Caño Quebrado (Ibidem, 1995).

Depois de percorrer cerca de 25 quilômetros, o duto chegava a cidade por seu limite oriental, atravessava parte da necrópole de Los Bodegones e penetrava na cerca murada pelo antigo Depósito Municipal de Águas. Nesta área encontrou-se trechos com cobertura abobadada em direção ao teatro, que chegavam para abastecimento de água. No entanto, o duto principal continuava através da linha das muralhas pela necrópole de Los Columbarios, para desaguar em um depósito terminal ou *castellum aquae*, aparentemente localizado nos arredores da Plaza de Toros (Ibidem, 1995).

3.7.2 Aqueduto de San Lázaro

A segunda condução hidráulica que abastecia a cidade, conhecida atualmente como Rabo de Buey-San Lázaro, se originava a uns 5 quilômetros ao norte da cidade, onde se encontravam mananciais subterrâneos e correntes de água, nos prédios de Casa Herrera, Las Tomas e Valhondo, convenientemente canalizados, constituíam o

aporte fundamental para o duto. Também, no começo de seu percurso, igual como sucedia em Cornalvo, o duto foi alimentado por outras contribuições consideráveis, cujas as canalizações se conservam em parte (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Desta forma o aqueduto de San Lázaro recebia água de diversas fontes e arroios ao redor de Emerita Augusta. Atualmente a obra se encontra bastante destruída, mantendo conservado algumas seções, conhecidas como de Casa Herrera e a de Tomas. A captação de Tomas termina num depósito, que cobre por 4 quilômetros uma galeria romana média de alvenaria. Junto à condução Tomas se une a de Casa Herrera, onde ambas conduções passavam a formar uma só corrente caudal, que através do aqueduto de San Lázaro abastecia Emerita Augusta. Os primeiros trechos do aqueduto são subterrâneos, mas para salvar o vale do rio Albarregas se levantou uma potente arcada dos quais só se conservam três pilares e dois arcos (ALMAGRO, 1961).

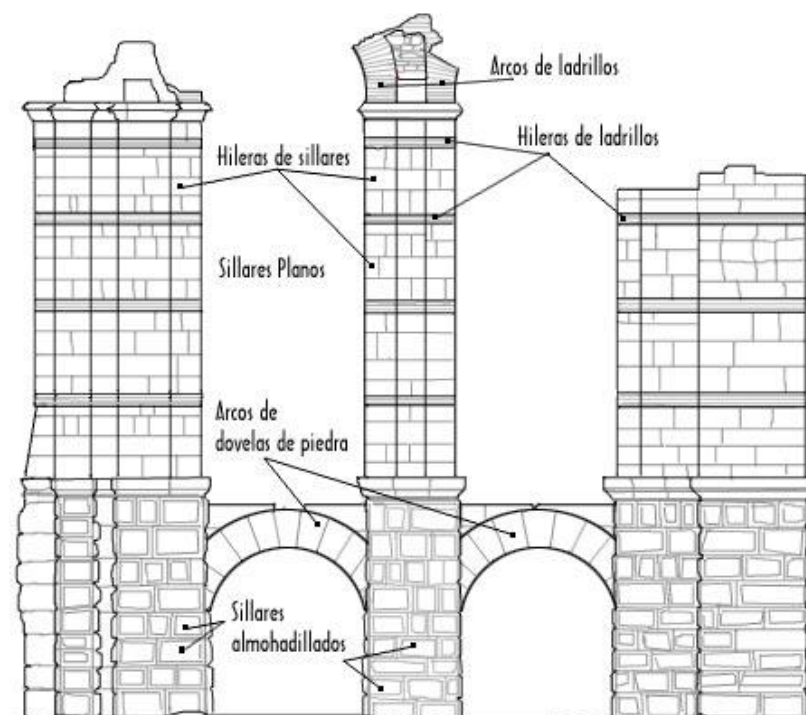
Mesmo encontrando-se atualmente incompleto e mais deteriorado que o aqueduto de Los Milagros, o aqueduto de San Lázaro também constituiu-se como uma obra grandiosa da arquitetura romana, medindo 1600 metros de comprimento. Os restos que se conservam da condução de água permitem que possamos perceber a viagem de 25 quilômetros que faziam as águas até chegarem próximo ao circo (GUITIAN, 1977). O aqueduto de San Lázaro, mesmo constituindo-se mais largo e baixo que o de Los Milagros, indica pela sua técnica construtiva e seus revestimentos que a obra fosse da mesma época que a do aqueduto de Los Milagros (ALMAGRO, 1961).

O aqueduto de 4 quilômetros de traçado encontra-se em bom estado de conservação e seus vestígios são espetaculares. De grande altura, a galeria principal foi construída em alvenaria com abóbada semicircular e cursos do mesmo material. De trecho em trecho se localizam aberturas de planta quadrada, fechadas com blocos de granito, que se complementavam com entradas que forneciam escadarias para auxiliar na limpeza do duto. O canal, *specus*, com largura de 0,60 metros apresenta-se coberto por uma camada de argamassa hidráulica (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O duto sobe para a altura da fazenda La Godina até que atinja o reservatório como Rabo de Buey, a área mais alta do atual bairro La Paz, onde provavelmente existiu uma câmara de decantação de impurezas ou *piscina limaria*. Infelizmente a

parte final deste trecho foi destruída, pode-se observar junto ao moderno duto os restos da antiga canalização. Todo o traçado, desde sua origem, foi reparado no final do século XIX para que a água seguisse chegando – como na época romana – à cidade, circunstância que se manteve até pouco anos atrás (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O obstáculo apresentado pelo vale do Albarregas foi salvo com a construção de elevados arcos que ligavam os pilares de sustentação do canal. A obra foi grandiosa, apresentava mais de 1 quilômetro de comprimento, embora hoje encontre-se muito destruída pela ação do tempo e por também servir de pedreira para seu aqueduto substituto construído no século XVI; mesmo assim, ainda apresenta persistentes e importantes ruínas romanas, como alguns pilares com seus arcos inferiores. As duas arcadas inferiores medem 3,85 metros de altura e seus três pilares ainda hoje alcançam 16 metros de altura. Igual as características do aqueduto de Los Milagros, o aqueduto de San Lázaro está construído com amplos cursos de blocos graníticos e cursos estreitos de ladrilhos, sendo deste material os arcos superiores que conduziam a água. A combinação de granito e ladrilho na construção proporcionaria beleza ao monumento. Sob o aqueduto corria a via que ligava Emerita Augusta com Toletum (Toledo) e Corduba (Córdoba) (ALMAGRO, 1961; Idem, 1995).



Alzado

Figura 13. Alçado dos restos em ruínas do aqueduto de San Lázaro. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_sanlazaroplano.jpg>. Acesso em: 12/12/2014.

Na área denominada Casa do Anfiteatro encontra-se uma torre de decantação e distribuição de água, de planta retangular e construída com mistura de blocos de alvenaria e ladrilho, e coberta por uma abóbada também de ladrilho. Em seu interior, suas paredes estavam decroadas com pinturas. O monumento possuía altura máxima de 4,80 metros e largura de 2,30 metros (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A localização exata do *castellum* ou depósito terminal ainda constitui-se desconhecida, embora se suponha suas imediações. Ao escavar-se a casa de Las Torres, sobre a qual se construiu o Museu Nacional de Arte Romano, se achou um bom trecho do duto com ventilação, *spiramen*, de boa altura que se dirigia até a parte central da cidade e que fundamentalmente provia os edifícios de espetáculos do anfiteatro e teatro, estes que também foram alimentados pelo Cornalvo (Idem, 1995).

Durante a Idade Média o aqueduto fora destruído, dos 100 arcos que possuía, hoje restam poucos, apenas dois arcos em forma de semicírculos e suportes de outros arcos superiores, de segmentos resistentes que apresentam a mesma construção, alternando o estilo emeritense de pedra granítica e ladrilhos. Acredita-se que sua altura não teria ultrapassado os 17 metros (GUITIAN, 1977).

No século XVI, em 1504, o duto se encontrava arruinado, a cidade determinou então construir outro aqueduto, o renascentista ou de San Lázaro – nome proveniente de uma capela demolida no século XX –, para que a água seguisse chegando sem problemas para a população. Seu traçado se faz paralelo ao romano e pode ser observado junto aos pilares existentes no vale do Albarregas. O aqueduto constitui-se como uma obra pouco prática, pois os dutos de tubos de barro, por onde se discorria a água, ao longo do tempo se fecharam pelos sedimentos e esta circunstância motivou sua inutilidade (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

3.7.3 Aqueduto de Los Milagros

As águas do aqueduto de Los Milagros chegavam do reservatório denominado de Proserpina, e entrava na cidade passando pelo rio Albarregas (GUITIAN, 1977). A

partir do reservatório de Proserpina, a condução do aqueduto de Los Milagros se iniciava perfazendo um percurso total de 9 quilômetros até sua chegada à cidade emeritense, sempre buscando proporcionar o normal fluxo das águas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Nas fazendas de Cuarto de la Charca, Carija e La Calera se conservam restos expressivos do aqueduto. Na primeira delas se descobriu em escavações uma passagem do canal sobre um sólido granito. Para salvar depressões se construíram arcos elevados, hoje desaparecidos, embora se conservem seus inícios que podem ser avistados nas tais fazendas. A condução era coberta por uma pequena abóbada de tijolos ou pedras, conforme a zona não se conserva completa e, em tempos recentes, o traçado da rodovia Madrid-Badajoz também tem contribuído para sua destruição (Idem, 1995).

Próximo ao cemitério municipal, nos bairros de Santa Eulalia, se conservam as ruínas de um depósito de decantação com câmara de comportas e saída superior em vertedouro, a *piscina limaria*, desde onde o duto começa a tomar altura para salvar, novamente, o obstáculo do vale do Albarregas (Ibidem, 1995). Segundo indícios o comprimento do aqueduto desde seu trecho de arcos do citado depósito de decantação até o terminal existente na colina do Calvario compreende 827 metros, enquanto que sua altura máxima desde o início do vale chega atualmente aos 25 metros (ALMAGRO, 1961; Ibidem, 1995; GUITIAN, 1977).

O aqueduto possui estrutura simples, elegante e original, que revela a perfeição e domínio que os engenheiros romanos chegaram a alcançar neste tipo de obra. Consiste basicamente na formação de uma série de altíssimos pilares de seção retangulares, reforçados por frentes opostas por um estribo, construídos em ligeiro trecho. O núcleo dos pilares constituía-se de concreto romano e se revestia por um ornamento, este que alterna cinco fileiras de pedra de granito com uma faixa de cinco fileiras de ladrilho. Esta combinação torna o monumento singular entre os aquedutos romanos (Idem, 1961; Ibidem, 1995).

Os pilares possuem 3 metros de lado e as vezes contavam com um contraforte inclinado, de 2 metros de largura e 2,50 metros de comprimento (Ibidem, 1995). As arcadas trabalhavam os apoios oferecendo solidez, muito necessária para sua grande altura, reforçando o equilíbrio dos contrafortes laterais usados uma vez nesta estrutura – hoje se encontram na mesquita de Córdoba. Observa-se que muitos materiais

romanos e visigodos da cidade foram usados em outras construções posteriores (GUITIAN, 1977).

Os pilares se entrelaçavam por meios de arcos de diversas alturas. O aqueduto possuía galerias de arcos triplas, formadas por arcos em forma de semicírculos, também com núcleo de concreto revestido de alvenaria e granito, alternados em cinco fileiras respectivamente. Os arcos superiores que ligam os pilares são de granito – onde correria a condução da água, atualmente interrompida –, e os arcos médios e inferiores são de ladrilhos – destes apenas restam seus inícios. Os arcos que flanqueavam a corrente do Albarregas foram construídos em pedra. Na parte superior dos arcos se localizava o canal, o *specus* (ALMAGRO, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

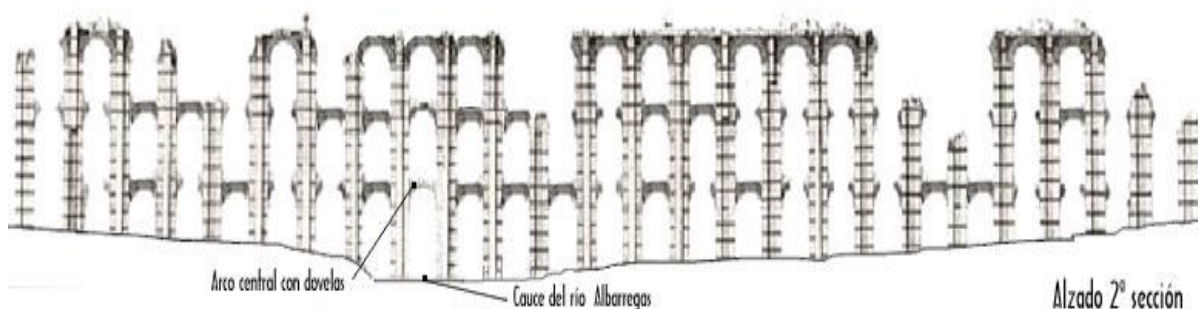


Figura 14. Alçado dos restos em ruínas da segunda seção do aqueduto de Los Milagros.

Disponível em:

<http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_milagros_plano.jpg>.

Acesso em: 12/12/2014.

O aqueduto encontra-se bastante deteriorado, entretanto permanecem em pé 73 pilares, em grande parte incompletos e mais ou menos arruinados. A parte central constitui-se a mais importante e melhor conservada, com 26 pilares e muitos arcos; perto da cidade ainda se conservam 7 pilares. Através das significativas ruínas do aqueduto podemos precisar o traçado da obra romana (Idem, 1961) e observar na construção suas partes fundamentais, com seu interior provido de degraus de decantação em mármore e com características construtivas semelhantes às referidas arcadas elevadas, uma vez que repetem as fileiras de pedras e tijolos (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O nome do aqueduto refere-se a condição rara de estabilidade de seus pilares (ALMAGRO, 1961), onde 38 pilares quebrados, dos quais os mais espessos, são chamados de “Milagro Gordo”, o nome do aqueduto se alude ao milagre por ainda se

conservar em difícil equilíbrio (GUITIAN, 1977). O aqueduto de Los Milagros ficou conhecido desta forma devido aos emeritenses considerarem esta obra de engenharia como milagrosa por ter se mantido erguida durante tantos séculos, e também chegar aos nossos dias quase que em excelente estado de conservação (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Como obra de engenharia o aqueduto configura-se como esplêndido frente ao seu antigo equilíbrio perfeito e sua estética. Infelizmente não se conserva mais completo, entretanto ainda se pode verificar sua monumentalidade (GUITIAN, 1977). Por justamente apresentar esta grandiosidade, o aqueduto de Los Milagros, depois do teatro, é considerado o segundo monumento em importância do conjunto emeritense. Assim, há alguns anos, empreendeu-se trabalhos de consolidação e restauração de vários arcos e da cornija de coroamento do monumento (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A obra foi concluída na elevação da cidade, na colina do Calvario, onde nos começos da década de 70 se descobriram as ruínas de seu depósito terminal; hoje este depósito pode ser contemplado junto a uma pequena capela da confraria do Calvario, na rua do mesmo nome (Idem, 1995).

A cidade de Emerita Augusta apresentou monumentos de enorme suntuosidade, e seus vestígios e ruínas nos indicam a capacidade técnica dos romanos e a eficiência com que atendiam seus cidadãos. Percebe-se que mesmo em construções de caráter utilitário não se desprezou o fator estético, convertendo-as em autênticos monumentos artísticos, em obra de arte (GUITIAN, 1977). Os aquedutos de Los Milagros e o de San Lázaro foram possivelmente estas construções imponentes, que provavelmente impressionavam a todos que passavam pela colônia emeritense, especialmente devido às principais estradas do território cruzarem a cidade, percorrendo de norte a sul a Hispânia (ALMAGRO, 1961).

3.8 DIQUE

A cidade de Emerita Augusta ao passar por um processo de plano de embelezamento da área do rio Anas, investiu na construção de um grande muro, um dique, que corria na margem próxima à cidade (MARTÍN, 2004). Um declive corria desde a zona amuralhada até o rio formando um dique, que se levantava do rio Anas

até 4 metros na altura da ponte. A partir daí, o terreno seguia escalonado, com um muro que continha a água e também seguia formando um caminho horizontal em circunvalação entre a cidade e o Anas. Através deste caminho, se cruzava a ponte sem necessitar entrar na cidade, podendo-se conectar com uma via ou acessar uma porta específica de Emerita Augusta que interessasse. A presença do dique permitia ganhar terreno a uma margem perdida, sendo o mesmo construído para proteger a cidade do alargamento do Anas conforme as chuvas de inverno (ALGABA, 2009), porém o dique não evitava que uma forte cheia do rio entrasse na cidade. Contudo, formava um caminho externo que conectava toda a cidade através de suas portas. Devido à topografia do terreno acredita-se que o dique também estivesse presente no outro lado da ponte (MARTÍN, 2004).

O dique constitui-se como uma obra em *opus concretum* com revestimento exterior de blocos de granito. Os blocos de granito dispunham-se com seu lado mais longo e reduziam a base composta de 5 filas, sobre elas seguiam ornamentos de alvenaria distribuídas em bancos. Na estrutura, as camadas apresentam-se escalonadas de forma a se retrancarem sutilmente, assim recuavam e afinavam conforme o dique ganhava altura. A cada trecho encontram-se contrafortes que delimitam o muro em vários murais, construídos ambos em *opus mixtum*, de blocos de pedra, na base com alternância em seu lado mais longo com o lado mais curto, e alvenaria. Os murais superiores se dispunham com reforços de blocos com a mesma alternância. O dique possuía na parte inferior de sua parede de entorno de 4 metros de altura, saídas das cloacas perpendiculares ao canal. Estudiosos divergem sobre a construção do dique, considerado da época de Augusto ou posterior, pois os testemunhos materiais do dique não garantem enfaticamente estas datas (ALGABA, 2009; Idem, 2004).

3.9 REDE DE SANEAMENTO E LATRINAS

Toda grande cidade romana era abastecida com uma eficiente rede de esgotos. A colônia de Emerita Augusta contava com uma rede de cloacas no subsolo dos principais eixos centrais das ruas. Os esgotos emeritenses apresentavam-se distribuídos em quatorze redes de esgotos de norte a sul, e nove em direção leste a oeste, que desaguava nos rios Anas e Albarregas. Algumas destas redes de esgotos

ainda hoje são usadas na cidade de Mérida, comprovando a capacidade dos romanos na arte da construção (ALMAGRO, 1961).

As cloacas que pertenciam aos *kardos* vertiam para os *decumanus*, e estes desaguavam para fora da cidade, nos rios. As cloacas mediam 0,80 metros de largura e entre 1,20 metros e 1,30 metros de altura, foram construídas com alvenaria e cal, em parte escavadas na rocha e cobertas com abóbadas. As dimensões das cloacas permitiam a coleta de água das chuvas e aproveitavam os desperdícios dos esgotos, da água das casas, de oficinas, banhos públicos e fontes da cidade. As saídas das cloacas se encaminhavam para o canal secundário do rio Anas. Tal rio corria para cima da cidade e com caminho paralelo à mesma, com fluidez constante que impedia que se acumulassem dejetos da urbe e odores, prevenindo o risco de infecção da população e conservando a salubridade da cidade (ALGABA, 2009).

Vestígios apontam que a colônia emeritense, para amenizar o calor, contava com um canal, fontes nas calçadas e banheiros públicos (GUITIAN, 1977). Os locais públicos que apresentavam grande fluxo de pessoas possuíam latrinas acondicionadas, cujos os dejetos se conectavam diretamente com a rede de esgotos. Como por exemplo os edifícios de espetáculos, que absorviam grande público, e abrigavam três áreas com latrinas para evitar que os espectadores urinassem nas fachadas dos edifícios. A latrina mais simples se ligava ao anfiteatro, fora do eixo da rua, consistindo numa canalização impermeável com argamassa hidráulica. Havia outra latrina junto ao anfiteatro, mais completa e com assentos. E um serviço de latrina na parte de trás do peristilo do teatro. Além de edifícios públicos, algumas casas particulares podiam dispor de latrinas que se conectavam com a rede de saneamento da cidade (ALGABA, 2009).

3.10 BANHOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Os banhos públicos ou termas estiveram presentes em Emerita Augusta, como também nas demais cidades romanas. Estas construções eram concebidas para abrigar várias piscinas e salas destinadas para os romanos relaxarem e cuidarem de sua saúde e higiene pessoal, portanto tais estruturas se constituíram fundamentais para o urbanismo de uma cidade. Para além de uma estrutura imponente, a construção do edifício requeria cuidados: as termas contavam com calefação, dutos

que aqueciam a água, revestimentos hidráulicos para evitar filtrações, uma palestra ou área para exercícios ao ar livre. No verão, os banhos podiam ajudar amenizar o calor e, no inverno, acolher com lugares quentes contra o frio. As zonas de banho começavam com o *caldarium*, a sala com piscinas quente, a seguir, o *tepidarium*, a sala com piscinas de água morna e, por último o *frigidarium*, a sala com piscina de água fria. As termas também possuíam salas de vestiário, descanso, biblioteca e lojas (ALGABA, 2009).

Na cidade de Emerita Augusta existiam conjuntos termais tanto públicos, *thermae*, como privados, *balneum*. Os banhos privados contavam com menos benefícios que as termas públicas. Próximo ao fórum existiam termas imponentes, com uma piscina exterior de água fria, *natatio*, e um *caldarium* dividido em três espaços, cada um com uma piscina para mergulho (Idem, 2009). Perto do anfiteatro encontra-se um recinto subterrâneo redondo, que devia cobrir-se de cúpula e poderia ser o *tepidarium* de uma terma. Ao lado, existiam várias galerias subterrâneas provavelmente para captar a água e servir de *frigidarium* (ALMAGRO, 1961).

3.10.1 Edifício termal da rua Reyes Huertas

O monumento em sua origem localizava-se em um bairro extramuros da cidade, rodeado por um extensa necrópole e próximo à Casa do Anfiteatro. Seus restos apontam que abrigava um edifício de tipo termal ou industrial. Atualmente o conjunto consta, em um nível inferior, com três grandes fundações de concreto, uma quadrangular com uma escadaria de 8 degraus que comunicava por uma pequena porta com outra octogonal, e ligava uma terceira mediante um corredor subterrâneo de 13 metros de comprimento. Esta terceira apresenta uma rotunda de 7,20 metros de diâmetro, cuja abóboda só resta a saliência circular, e ao centro se conservam oito pilares de granito dispostos em círculo, entorno de um parapeito de alvenaria, quase totalmente perdido. Em direção a noroeste, outro corredor com parecidas características termina, depois de 2 metros, em uma parede com nicho; um terceiro corredor na área oposta do primeiro, conduz a uma sala de 4 metros por 5 metros quadrados, fechada em forma de abside na parte leste, aberta ao lado ocidental por um corredor que desemboca em um poço de 2,5 metros de diâmetro e 8 metros de profundidade (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Todo o monumento se cobria com uma abóbada semicircular e a ventilação se realizava por meio de três chaminés. Alguns trechos revestidos revelam a decoração. O nível superior, ao redor da rotunda, mesmo rompendo parte da estrutura original, se detecta ainda alguns restos de banhos de água quente, com suas correspondentes *hypocausta*, que se supõe que sua origem fosse industrial, e ao longo do tempo, o edifício se adaptou para uso termal, possivelmente nos séculos III d.C. ou começo do IV d.C. (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

3.10.2 Termas de Alange

Próximo a cidade de Alange, a 18 quilômetros de Mérida, se encontram as expressivas ruínas de um considerável complexo termal romano, que por sua relevância foi declarado Monumento Nacional. O balneário romano, denominado na antiguidade *Aquae*, foi abandonado provavelmente na Idade Média, e a partir do século XVIII voltou ao seu uso tradicional ao se construir, junto aos seus restos romanos, novas dependências que configuram a fisionomia atual da estrutura (Idem, 1995).

O conjunto termal de Alange deveria receber muitos membros da aristocracia romana de Emerita Augusta. O manancial, cujas águas chegam a temperatura de 28 graus Celsius e com caudal de 216 litros por minuto, possui características eminentemente radiativas, que constituem-se de excepcional qualidade e com propriedades muito reconhecidas para pacientes que sofrem em sua maioria de transtornos nervosos; estes provavelmente se dirigiam ao local em bom número durante a temporada de banhos (Ibidem, 1995).

O conjunto de construções do balneário encerram-se por uma boa extensão, que corresponde a um amplo e agradável passeio nas dependências modernas e ao edifício romano. Seu aspecto exterior de figura irregular não demonstra a sua grandiosidade interna. As termas romanas compõem um corpo de edifícios retangulares, de 33 metros em seus lados maiores e de 16 metros nos menores. O edifício possui orientação de leste a oeste, e nele se inscrevem duas rotundas ou câmaras gêmeas (Ibidem, 1995).

Uma escada íngreme, ligada modernamente a um dos lados menores do edifício, desemboca em um corredor coberto por uma abóbada semicircular, onde se

encontram as entradas das câmaras termais. Ambas, atualmente em uso, oferecem as mesmas características e proporções de 10,9 metros de diâmetro e 13,86 metros de altura. Em seu centro se localizam caminhos de piscinas circulares, providas de degraus que conduzem para dentro delas. A cobertura de cada ambiente se constitui por uma abóbada em cúpula hemisférica, cujo centro se praticou um *oculus* ou abertura circular. As abóbadas estiveram decoradas com pinturas das quais podiam ser observadas por alguns de seus indícios no final do século XVIII. As abóbadas se distribuía simetricamente nas paredes de cada sala, se abriam quatro êxedras a modo de absides ou nichos, alguns semelhantes em suas dimensões pela construção de paredes divisórias de tijolos, para se aproveitar o espaço como vestiário de banhistas. Sua finalidade não era outra que a arquitetônica, pois estabeleciam o suporte do peso da abóbada (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

No pátio do balneário, embutido na parede do muro oriental, junto à área de banhos individuais modernos, estava um altar votivo dedicado à deusa *Iuno Regina*. Junto às termas, a capela de Cristo dos banhos, de grande veneração entre o povo e banhistas, se ergueu num possível local de culto romano, que se perpetuou em época visigoda, destacando-se a imagem do Santíssimo Cristo dos banhos. As termas poderiam ter sido construídas no século I d.C., no período flaviano, como denotam suas características construtivas (Idem, 1995).

3.11 CASAS E VILAS ROMANAS

A arquitetura doméstica romana de Emerita Augusta pode ser analisada pelas suas características e decorações a partir de três exemplos possíveis: vila romana, casa abastada e casa humilde. O entorno de Emerita Augusta era povoado de pequenos assentamentos de propriedades particulares que se dedicavam à agricultura e à criação de animais domésticos. Estas propriedades foram as conhecidas vilas romanas, áreas apreciadas pela sua boa localização geográfica e terrenos férteis. As vilas mantiveram produção de alimentos destinados ao consumo interno, venda na cidade emeritense e a exportação para além da colônia – muito beneficiada pela rede de estradas romanas. A vila romana se dividia em uma casa principal, *pars urbana*, para moradia do proprietário; um terreno com vários hectares, o *fundus* – algumas áreas do *fundus* eram reservadas para cemitério. Outras

edificações e instalações para realizar as atividades de *pars rustica* (cozinha e estábulos) e *fructuaria* (armazenamento e processamento): áreas domésticas para o trabalho como estábulos para o gado, armazéns de ferramentas, celeiros, lagares e moinhos de azeite, poços e canalizações de água, fornos e pequenas oficinas metalúrgicas para fabricação de ferramentas (ALGABA, 2009).

Una hectárea (ha) equivale a 10.000 metros cuadrados. Los terrenos o *fundus* de las villas se basan en las parcelaciones establecidas por las leyes romanas para la colonia. Cada centuria era dividida entre varios colonos, oscilando el reparto entre las 50 *iugera* (12,5 ha) y las 133,33 *iugera* (33,33 ha). No obstante, era frecuente la compraventa de terrenos, y muchos latifundistas se hicieron con territorios mucho mayores (Idem, 2009, p. 87).

As casas principais das vilas romanas não apresentam estruturas definidas, se caracterizavam por apresentar residências amplas, com pátio central ou um pórtico e até termas (Ibidem, 2009). As *villas* romanas apresentavam-se diferentes entre si contudo possuíam duas características comuns que se consolidaram como características da casa romana: um átrio e um peristilo. O átrio era um largo cômodo descoberto localizado na entrada principal, funcionava como um saguão de entrada e fazia parte de um sistema de recolhimento de água pluvial para encher as cisternas da casa. O átrio servia como condução a uma área de jardins e colunatas, denominada de peristilo, que permitia que os cômodos ao seu redor estivessem junto ao verde e à luminosidade a estes proporcionado. Os cômodos tendiam a ser pequenos e contavam com pouca mobília, apesar desta conferir status, como objetos importados e de luxo, cerâmicas, esculturas e joias. As decorações dos ambientes de uma casa acabavam ocorrendo nas paredes e no piso, através de pinturas e mosaicos (SÁNCHEZ; ALMARZA, 2008).

As casas abastadas de Emerita Augusta são muito semelhantes as *domus* de todo o Império. As residências foram construídas com fortes paredes trabalhadas com cal, possuíam um ou dois andares, além de poucas janelas para o exterior. As casas, voltavam-se para o interior, com habitações distribuídas em torno de um pequeno pátio central, o átrio, que acessava à porta principal e depois atravessa o vestibulo. O átrio em tetrastilo, em que a abertura no telhado, o *compluvium*, se apoiava em quatro colunas, permitia a entrada de luz, arejar e proteger das intempéries a casa, além de canalizar água da chuva para o tanque ornamental ao centro, o *impluvium*. Tais

residências eram amplas, divididas entre os espaços para receber as visitas e os aposentos privados. A sala localizava-se ao lado oposto da porta de acesso da casa, o *triclinium*, e se destinava a acolher as visitas e realizar reuniões e banquetes. Algumas casas maiores apresentavam mais de um espaço aberto com estadias ao redor. As *domus* extramuros possuíam um ou vários peristilos – pátios rodeados de colunas e ajardinados. Uma sala era utilizada para escritório ou biblioteca, o *tablinum*, e cômodos mais privados destinados ao uso de dormitório, cozinha e banheiros (ALGABA, 2009).

As cozinhas das casas abastadas contavam com uma chapa retangular, que variava sua composição de tijolos ou pedra, para cozinhar. Nem todas as casas continham banheiros, estes estavam atrelados ao poder econômico do proprietário. Algumas casas podiam dispor de latrinas, estas que ficavam conectadas com a rede de saneamento da cidade, e um pequeno espaço termal, formado por duas piscinas, fria e quente, e piso térmico, o *hipocaustrum* (Idem, 2009).

As casas localizadas nas ruas principais muitas vezes serviam de *tabernae* ou armazéns. Nesse caso, as casas podiam ser aproveitadas pelos próprios donos ou alugadas para terceiros. Estes espaços de negócios se abriam para o exterior e não se comunicavam com o interior da *domus* (Ibidem, 2009).

Para refrescar o ambiente algumas casas foram construídas com paredes espessas e jardins com canais que circulavam a água. Algumas casas possuíam ambientes subterrâneos que eram mais frescos. Os jardins das casas abastadas eram espaços com pórticos, que proporcionavam sombra, com colunas de estuque sobrepostas em pisos de mosaicos, trabalhados com ladrilhos de modo a formar desenhos geométricos, as paredes podiam ser pintadas com afrescos de plantas. Muitas plantas variadas decoravam o ambiente, refrescado por um tanque, localizado junto ao centro do jardim. Algumas árvores eram podadas para formar uma espécie de cerca, que separava a área ajardinada do caminho perimetral. Algumas esculturas também podiam decorar o local do jardim (Ibidem, 2009).

Nas casas das famílias plebeias, o número de cômodos e mobiliário se fazia reduzido. Estas casas não possuíam banheiros, sala de jantar, escritório, e em muitas a cozinha se localiza junto à sala principal. Algumas casas eram mais humildes que outras, mas em geral apresentavam-se como casas baixas, com um ou dois pisos, diferente da cidade de Roma e outras do Império, onde as casas podiam ter mais de três pisos, chamadas de *insulae* (Ibidem, 2009).

Um dos principais elementos decorativos das casas de Emerita Augusta era a pintura das paredes das casas. Quem ditava as tendências era Roma, tanto de repertórios como de moda, que se espalhavam pelas cidades do Império até chegar na província da Lusitânia. Para a pintura de edifícios e casas modestas se utilizavam uma ou duas cores, porém as *domus* abastadas possuíam decoração elaborada. As paredes das casas modestas se dividiam em painéis pintados predominantemente de preto e vermelho, que em alguns casos imitavam revestimento de mármore e formavam motivos geométricos. Os painéis apresentavam pinturas de aves, plantas e personagens sobre um cenário próximo ao fictício. As pinturas representadas nos painéis se repetiam com pequenas variações, composições e desenhos, contudo não configuravam-se idênticas e também não apresentam as mesmas posições, além de todas serem combinadas com variado repertório ornamental (ALGABA, 2009).

A maioria das paredes das casas de romanos abastados se enfeitavam com pinturas de cenas da natureza, figuras mitológicas e naturezas-mortas. As cenas mais complexas e realistas adornavam os cômodos principais: o átrio, a sala de jantar e o quarto principal. Os trabalhos artísticos em perspectivas, sombreamento e encurtamento criavam paisagens realistas; outros utilizavam o estuque e pinturas para criar aparências de mármore polido, pedra trabalhada ou paredes lisas de gesso. Os mosaicos podiam decorar pisos e paredes, com desenhos coloridos da flora, fauna ou geométricos (SÁNCHEZ; ALMARZA, 2008). Os mosaicos estiveram presentes no embelezamento das casas das cidades hispânicas entre os anos de 193 d.C. e 235 d.C., nota-se também que os mosaicos da cidade colonial de Emerita Augusta revelaram forte influência itálica (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

Diferentemente da arquitetura pública, de grande monumentalidade, diversidade e bom estado de conservação, a arquitetura doméstica das cidades, como de Emerita Augusta, depende de escavações urbanas e de achados de vestígios domésticos, em muitos casos parciais, para conhecimento das casas romanas, entretanto constitui-se como um elemento fundamental que forma toda a urbe (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004). O conhecimento sobre as casas romanas mostra-se muito fragmentado, contudo o conjunto urbano revelou a construção de casas, restos de mansões com pavimentos de mosaicos, possibilitando perceber a evolução dos exemplos conservados das casas romanas emeritenses ao longo dos séculos I d.C. ao IV d.C. As casas mais conservadas, geralmente constituem-se como mansões estabelecidas entorno de um pátio portificado ou peristilo que proporcionava luz às

importantes estâncias, algumas com dimensões espetaculares, como a *domus* próxima do Anfiteatro (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Também percebe-se que as *domus* suburbanas emeritenses foram construídas e ocupadas poucos anos depois da fundação da colônia, e verifica-se que a construção destas casas se relaciona com a própria eleição do proprietário do que com problemas de ocupação na área intramuros (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

Dos exemplos de casas na colônia emeritense que se conservam, todos ofereceram mostras da divisão espacial dos ambientes, arquitetura empregada e das decorações que ornamentavam às paredes e superfícies, em forma de pinturas, afrescos e fundamentalmente mosaicos (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Os vestígios ornamentais formam valiosas contribuições para o estudo dos mosaicos, pinturas, estuques, mármore, peças escultóricas, que são utilizadas para determinar os elementos que podem datar uma determinada *domus*, visto que a cidade foi superposta durante séculos. Através da arquitetura doméstica podemos compreendermos o âmbito doméstico romano, sua origem, as transformações, funcionalidade, sua vigência e extinção (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

3.11.1 Casa do Teatro ou Casa Basílica

A denominada Casa do Teatro ou Casa Basílica apresenta-se como uma simples e típica construção doméstica de época mais tardia, baixo imperial (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). A casa basílica se localiza na parte posterior do teatro, junto aos seus jardins, e foi descoberta em escavações no início do século XX. A porta de entrada da habitação, a *fauces*, se abre a uma rua pavimentada que comunica-se com um pátio ou átrio com colunas nos lados, peristilo, com um *impluvium*. Na parte esquerda da habitação e do peristilo que a precede encontram-se algumas termas privadas. Do átrio acessava-se os cômodos, as *cubiculae*, onde em alguns deles encontravam-se pinturas (GUITIAN, 1977).

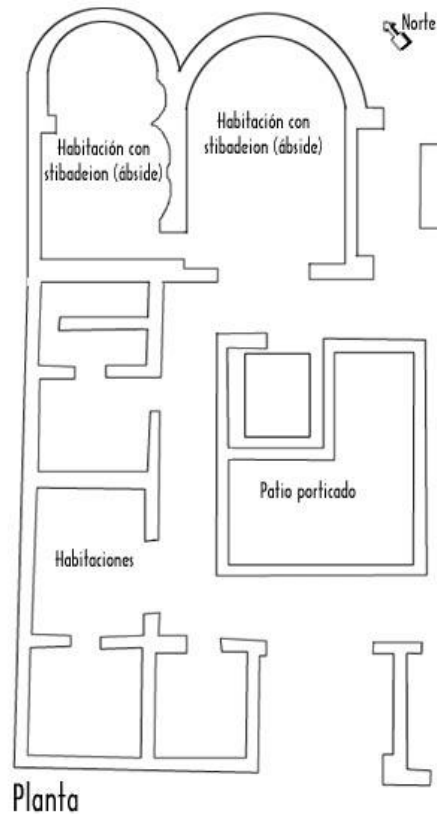


Figura 15. Planta da *domus* romana do Teatro, a Casa Basílica. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_casa_teatro_plano.html>. Acesso em: 05/12/2014.

No pátio ao fundo e em cada um de seus lados existem duas absides. Ambas possuem janelas envasadas e uma constitui-se maior que a outra, além de ser mais decorada. A menor apresenta na parede comum a elas três nichos, a mais ampla possui pavimento de mosaicos e restos de pinturas, com motivos arquitetônicos e figuras humanas e de animais, indicando sua utilização para cultos, acredita-se que se celebravam cultos cristãos. Os mosaicos em trabalhos geométricos e diferentes cores formam pequenos cubos de mármores. Tal estilo pode ser observado em outras partes da cidade (GUITIAN, 1977).

3.11.2 Casa do Anfiteatro

A casa do anfiteatro foi denominada assim devido à sua localização junto ao monumento, esta casa representa um conjunto de casas. A “casa da torre de água” localizada junto ao depósito do aqueduto de San Lázaro configura-se propriamente a dita “casa do Anfiteatro”. Da mansão se conservam dois cômodos situados em um

pátio portificado ou peristilo, muito destruído, onde também estão as demais dependências que formavam parte da casa. O primeiro dos cômodos, de planta quadrangular e pavimentado com um mosaico branco e preto, do final do século I d.C. e começo do II d.C., encontra-se muito destruído. De uma estância contígua, em um nível levemente superior, podemos perceber restos de pavimentação similar ao da câmara vizinha. As paredes destes dois cômodos conservam restos de estuque pintado, com motivos em lajes de mármore que desenhavam composições retangulares com figuras romboidais. Do pátio pouco permaneceu, apenas restos de colunas de ladrilho com revestimento de estuque e parte do pequeno canal estabelecido em seu perímetro. Ao sul do pátio observa-se outras estruturas da casa, entre elas um pátio e alguns cômodos. Mediante escavações nota-se que sua construção realizou-se no final do século I d.C. e não passou do III d.C., data em que foi substituída pela vizinha “Casa do Anfiteatro” (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A “Casa do Anfiteatro”, devido às suas grandes proporções e cercania com o Anfiteatro, poderia se tratar de algum edifício dedicado à formação de jovens ou com caráter semioficial. De acordo com escavações a construção e estilo dos pavimentos e outros detalhes remontam ao século III d.C. e final do século V d.C., estabelecendo uma necrópole sobre ela. Sua localização era suburbana, pois encontrava-se fora do recinto murado junto à rua do Anfiteatro. O acesso atual à casa se realiza por uma ampla porta, nada parecida com a de origem, e junto a ela um cômodo de grandes proporções, planta quadrangular, pavimento de argamassa de cal e tijolo, e resto de gesso nas paredes. Deste cômodo se acessava o grande peristilo da casa ao redor da qual se distribuían as mencionadas estâncias (Idem, 1995).

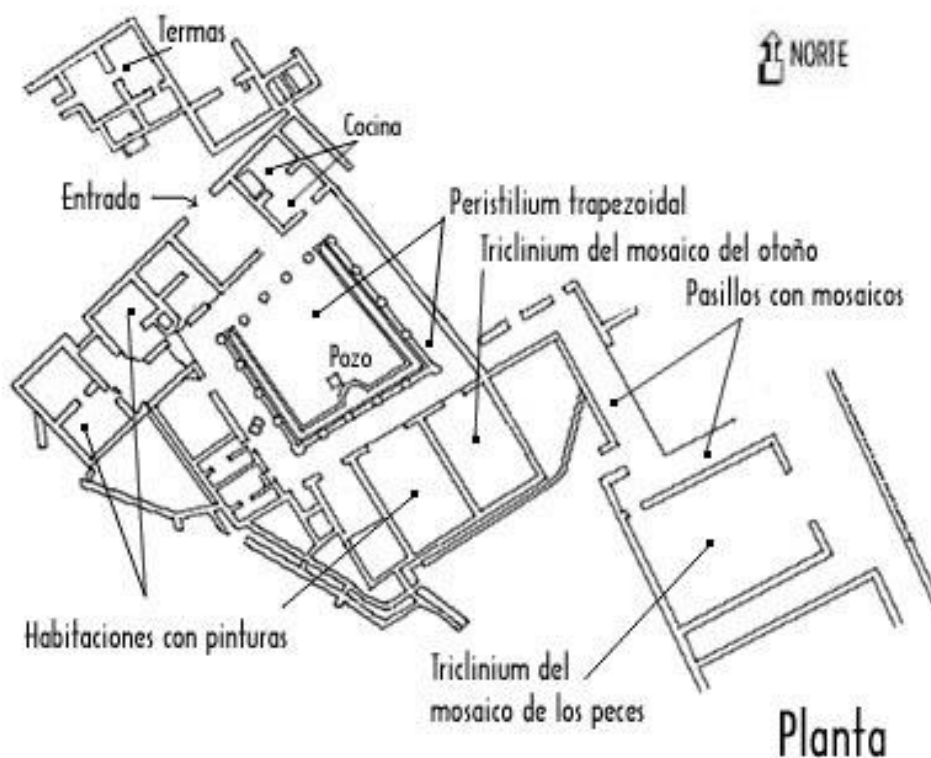


Figura 16. Planta das ruínas romanas da Casa do Anfiteatro. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_casa_anf_plano.jpg>. Acesso em: 05/12/2014.

O pátio com arcadas compreende ao centro um jardim, *viridarium*, e corredores sustentados por colunas de granito; estes em três áreas aparecem pavimentados com mosaicos de temas ornamentais e geométricos, sendo um deles composto com argamassa de cal e tijolo. Os corredores indicavam os principais cômodos. À direita, encontram-se dois cômodos quase geminados, com piso de argamassa hidráulico e restos de gesso pintado nas paredes. Do corredor ocidental se podia acessar uma parte mais elevada da mansão, onde se localizavam vários cômodos. Os melhores cômodos conservados também possuíam pavimentos de argamassa de cal e tijolo, e se abriam a um pequeno corredor. Os cômodos apresentam paredes decoradas com ilustrações mal conservadas, e com pisos imitando *crustae* ou cortes de mármore (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

No corredor ocidental um mosaico formava junto ao solo um motivo central de suásticas. Deste corredor se podia acessar outros cômodos com pavimentos de argamassa, cal e tijolo. A ala meridional do corredor, também do mesmo mosaico anterior, alinhava vários cômodos, os de maiores dimensões possuíam características notáveis, provavelmente as de um *triclinium* ou sala de jantar, esta contava com um

mosaico e decoração pictórica. O fundo do mosaico se fazia formado por triângulos e quadrados em vermelho, branco e preto, sendo o quadro central dividido em duas partes ou registros, onde se apreciam as figuras de Vênus e Cupido em um dos quadros, e em outro, uma cena de adega com três operários que pisoteiam a uva que está sendo recolhida em três recipientes. Entorno da cena se desenvolvem outras relacionadas com o recolhimento da fruta por pequenos Eroles, que sobem nos parreirais por escadarias, enquanto outros transportam os cachos para a adega. Observa-se restaurações realizadas no mosaico com ladrilhos mais claros que os originalmente empregados (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Por um corredor se acessava outra parte da casa e outros cômodos com pavimentos de argamassa. O mosaico deste corredor apresentava motivos quadrados em bicromia, com dois segmentos triangulares vermelhos e pretos cada um em alternância com quadrados brancos que configuravam ampulhetas. A ala seguinte, do mesmo corredor, possui outro pavimento de mosaico com interior rômbo em vermelho, preto e branco. O corredor desemboca em outro amplo corredor com pavimento de mosaico, com motivo de círculos em branco rodeados de duplos eixos unidos entorno de um quadrado curvilíneo. Tal corredor e mosaico se repetem no lado oposto (Idem, 1995).

O corredor conduz a uma antessala ou vestíbulo de um grande cômodo, de abundante decoração em mosaico, com margem sinuosa gamada e cinco setores definidos: nos extremos aparecem imagens de escudos, ao centro surgem medalhões em molduras quadradas, com um labirinto e duas rosáceas de triângulos e rômboes ladeando o quadro central. Nas pontas dos quadrados que contêm as rosáceas se dispõem duas vasilhas grandes, e nas do labirinto apresentam-se estruturas com aspecto de torres. O vestíbulo se completa com outro corredor pavimentado e com outro mosaico com esquema de quadrados dispostos na extremidade e de tons vermelhos, preto, branco-vermelho e preto-branco (Ibidem, 1995).

O cômodo situado junto ao vestíbulo, por suas amplas dimensões torna-se o maior da casa. Aparenta caráter de sala de recepção, mas também, devido à estrutura do mosaico, poderia ter função de *triclinium* ou sala de jantar. Seu mosaico apresenta um fundo que simulava um pavimento de quadrados grandes vermelhos e pretos, com pequenas tonalidades pretas sobre o fundo branco. O quadro central desenvolvia um esquema de quadrados formados por cruzadas sequências, compondo estrelas de oito pontas e delimitando medalhões octogonais, deixando entre eles rômboes e

pequenos octógonos. No interior dos espaços definidos pelos quadrados cruzados, em círculos e com quadros de ondas, estavam diversas espécies marinhas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O final da casa encontra-se ocupado por outros cômodos com pavimentos de mosaico alinhadas em um corredor que aparece pavimentado por outro mosaico com imagens de flores de quatro pétalas e círculos com cruces de Malta. O conjunto se completa com umas câmeras de caráter termal que foram estabelecidas ao longo do muro do aqueduto de San Lázaro. Se conserva a infraestrutura: *hypocaustum*, de um cômodo destinado ao banho de água quente; *calidarium*, da que permanece uma piscina; o forno ou *praefurnium*, para esquentar a água e outras dependências. Junto às termas, entre outras estâncias, estava a cozinha com seu fogão e diversas peças de serviço (Idem, 1995).

3.11.3 Casa do Mitreo

Perto da ponte nova de Mérida encontramos a Casa do Mitreo, um espaço com um pavimento de mosaico com temas complexos e pinturas que atestam a suntuosidade que mantinha a casa (GUITIAN, 1977). O local denomina-se Casa do Mitreo devido à sua proximidade com as ruínas de um santuário consagrado a Mitra e os deuses orientais. Poderia se tratar se uma mansão do sacerdote do santuário ou mesmo parte do mesmo. Sua construção possui situação suburbana e data de finais do século I d.C. ou começos do século II d.C., e seu abandono provavelmente ocorreu ao longo do século IV d.C. ou no século anterior (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Sua entrada atual nada parece com a primitiva. O primeiro núcleo aparece estruturado entorno de um pátio portificado, com jardim central ou *viridarium*, e um tanque com êxedras. Ao redor discorrem corredores que um dia tiveram pavimentos de mosaicos, estes que conservam leves restos na ala ocidental, distribuindo-se em cômodos. Os mais considerados são três, dois pequenos, de semelhantes dimensões que ladeiam o cômodo principal que pode ter uma função de *triclinium*. Os pequenos conservam em suas paredes bases com decorações pictóricas com elementos vegetais e de aves. O cômodo situado à direita do principal possuía um pavimento de mosaico dividido em três partes que delimitavam um quadro central com combinação

de triângulos, rômnicos e quadrados de dois tamanhos. Uma obra do século II d.C. como os cômodos contíguos. O cômodo da esquerda apresenta várias faixas de ornamentações em tiras dobradas em ângulos retos e sinuosos, e um quadro central com um quadrado preenchido de sinuosos gamados. Pode-se observar uma espécie de tapete de estrelas de quatro pontas na entrada do cômodo (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

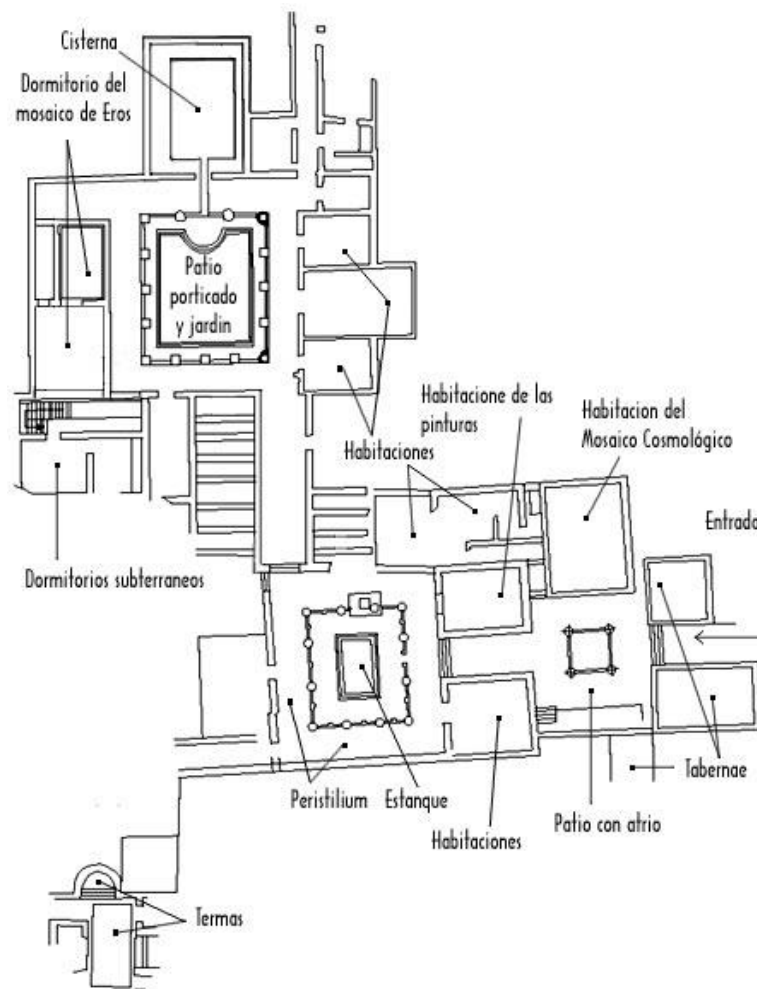


Figura 17. Planta das ruínas romanas da Casa do Mitreo. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_casa_mitreo_plano.jpg>. Acesso em: 05/12/2014.

O cômodo principal conta com outro mosaico que compreende uma margem de quadrados em ponta e dois tapetes, com sinuoso gamado e margem de sinuoso gamado respectivamente. Junto a eles também estavam outros cômodos bastantes destruídos. No corredor ocidental aparecem restos de um mosaico de esquema de quadrados e retângulos, onde estava uma grande cisterna com abóbada semicircular,

sobre a qual se dispôs outro cômodo que oferece fragmentos pictóricos conservados no Museu Nacional de Arte Romano. O corredor meridional conduz a outros cômodos, um deles com pavimento de mosaico com figuras de Eros com uma pomba nas mãos. Seguindo, encontramos uma área de onde parte uma escadaria com paredes decoradas com pinturas que imitam estruturas de mármore mosqueado, e que conduz a dois cômodos, talvez fossem utilizados para descanso na estação de verão, *cubicula diurna* (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

No final da casa, junto a uma calçada que parece a prolongação do *kardo maximus* da cidade, se localizam estâncias termiais, que ainda conservam o forno, a infraestrutura de sustentação de uma estância com estrutura de ladrilho ou *hypocaustum*, e uns banhos de água quente com seu cômodo ou *calidarium*, pavimentado com mosaico de esquema de quadrados e triângulos. Entorno de um peristilo com tanque e colunas, revestidas com estuque pintado, se desenvolvia outro setor da casa. Desde o peristilo podemos acessar a área de entrada original, na área setentrional da casa. Uma escadaria de blocos de granitos salva o desnível existente entre a entrada e um átrio tetrastilo, entorno do qual se distribuíam diversos cômodos. Um pequeno átrio ou *atriolum*, que apresentava colunas de granito e um pequeno tanque ou *impluvium* com revestimento de mármore moldado, fazia o acesso aos cômodos. Dependências com suas portas com batentes de granito compunham a frente oriental deste espaço (Idem, 1995).

Na frente oposta, centrada em relação ao espaço do átrio, encontra-se o cômodo onde foi descoberto o denominado “Mosaico Cósmico”, o mais importante do mundo romano. No interior do cômodo percebe-se suas particularidades construtivas, um piso de alvenaria, com elevação de adobe e reforço de pedras nos ângulos. As paredes conservam a decoração com pinturas em algumas zonas. O mosaico oferece uma representação alegórica do Cosmos, presidida pela figura do Tempo e seus filhos, o Céu e o Caos, junto aos titãs, filhos de Céu e Terra: o Polo e Trovão. Ao redor das figuras do Sol, a Lua, os Ventos e as Nuvens. Ao centro encontra-se a representação de *Aion*, a Eternidade, acompanhado da Natureza, das Estações, da Morte e da Neve. Ao centro da composição se destaca a figura de Aurora, *Oriens*, montada em sua carruagem e disposta a correr a abóbada celeste. Na área inferior, as personificações aquáticas, os rios (o Nilo e o Eufrates), um Porto, um Farol, o Mar, a Navegação. Na composição os elementos da natureza aparecem identificados com seus nomes latinos. O material empregado para sua realização constitui-se de

primeira qualidade, até vidro transparente foi usado, com folha de ouro para destacar os ornamentos das figuras. Toda a alegoria possui finalidade de explicar os fenômenos da natureza (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Observa-se que nas paredes do exterior do cômodo existem restos de decorações pictóricas. Através de uma escadaria de granito se acessava a área contígua, onde à direita pode-se verificar o restante da casa, o denominado “cômodo das pinturas”, nomeação devido à sua decoração pictórica conservada. Em sua base observam-se motivos vegetais e de aves, na parte central da parede, nota-se diversos quadros separados por candelabros (Idem, 1995).

3.12 NECRÓPOLES

As necrópoles ou cemitérios se assentavam fora dos muros das cidades romanas, pois assim se pensava manter os espíritos em distância segura dos vivos. Para a sepultura cavava-se no chão do sítio um fosso onde as cinzas seriam depositadas e forradas com paredes de tijolos. O morto recebia um funeral apropriado e um túmulo, que serviria de lar para seu espírito. O túmulo então era fechado com uma grande laje de pedra que levava uma inscrição em honra ao defunto. O local se configurava como um memorial duradouro que poderia ser visto e visitado. No mundo romano coexistiram dois tipos principais de enterramentos: incineração e inumação, sendo o primeiro mais comum até o século II d.C., e o segundo a partir desta data (ALGABA, 2009; RATHBONE, 2011).

As necrópoles se dispunham ao redor da cidade de Emerita Augusta, junto às estradas, à maneira de coroa funerária. Em diferentes áreas pode-se observar alinhamentos conseguidos com os sepulcros, como uma espécie de uma estrutura quase urbana. A tipologia dos enterramentos de Emerita Augusta revela-se muito abrangente e variada. As áreas mais importantes de enterramentos se encontram estabelecidas na saída da ponte sobre o Anas, onde se encontram diversos mausoléus de planta quadrangular dos séculos I d.C. e II d.C., no vale do Albarregas, e nas imediações do teatro, a denominada necrópole oriental, cujo limite se estende até o circo e que pode ser considerada a mais espetacular das estruturas conservadas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Seguindo ao sul da topografia da cidade de Emerita Augusta, na parte detrás da casa do Mitreo e próximo da Plaza de Toros, se localiza um recinto funerário, que segundo suas inscrições remonta ao século I d.C., e abriga duas sepulturas monumentais denominadas de *columbarios*. Ambos mausoléus se encontram próximos, separados por 4,10 metros, o de tamanho menor apresenta-se em forma quase de um quadrado, e o outro, de maiores dimensões, possui planta como um trapézio, cujo lado menor possui outra construção triangular (ALMAGRO, 1961).

Os espetaculares *columbarios* constituem-se como monumentos funerários, com recintos destinados a conter urnas com restos incinerados de alguns membros de duas famílias, a dos Júlios e Voconios. Os sepulcros das famílias Júlios, de maiores dimensões, e Voconios, de menor tamanho, são conhecidos atualmente pelo nome incorreto de *columbarios*, tal denominação refere-se aos enterramentos coletivos em nichos e não ao caráter nobre destes túmulos (ALGABA, 2009).

Assim, os *columbarios* foram sepulturas com espaço interior para depósito das cinzas dos defuntos, mas construídas a céu aberto, contudo foram cobertas em tempos modernos para melhor conservação (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Estas sepulturas apresentam-se construídas com blocos de pedra regular, trabalhadas em cantaria e lâminas de muretas, e revestidas em estuque. Os interiores das tumbas estavam decorados com pinturas murais, possivelmente com os retratos dos defuntos, atualmente muito deteriorados e mal conservados (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

Um jardim funerário da área da necrópole abrigava uma estela sepulcral de uma jovem, datada também do mesmo período, assim como outras edificações funerárias de menor entidade, que nos oferecem vestígios para verificarmos o mundo funerário romano em Emerita Augusta (Idem, 1961). Os *columbarios* são atualmente visíveis e se destacam como as sepulturas mais importantes da antiga província da Lusitânia (GUITIAN, 1977).

3.13 OUTRO MONUMENTOS

3.13.1 Arco de Trajano

Atualmente o arco de Trajano encontra-se imerso nas construções modernas de Mérida, situando-se atualmente entre o Parador Nacional de Turismo e a Plaza Mayor (GUITIAN, 1977). O monumento despertou muita admiração entre viajantes e historiadores de outras épocas, fato que contribuiu para desenvolver sua denominação totalmente arbitrária, que responde sua origem unicamente proveniente de um produto da tradição popular emeritense (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). O Arco de Trajano também apresenta-se, menos conhecidamente, como Arco de Santiago (GUITIAN, 1977).

O arco de Trajano foi erigido em blocos de granito que provavelmente continham inscrições latinas com informações sobre o monumento, conforme o costume das construções de arcos romano. Entretanto, não se conservaram nenhuma das inscrições comemorativas do monumento, o que logo impediria de sabermos o motivo de sua construção (Idem, 1977), e tão pouco conhecermos o imperador que o levantou. Apesar disso, analisando a técnica construtiva utilizada no arco pode-se apontar se tratar de uma construção tipicamente augustana (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Desta forma, o arco de Trajano se exhibe incompleto, mas ainda ergue-se grandioso e bastante sólido, constituindo-se como um monumento colossal. O arco detém uma resistente parede que se abóbada em 23 segmentos, possui altura de 13,7 metros e largura de 5,70 metros, e com uma abertura de passagem de 8,67 metros (Idem, 1995). A construção foi realizada inteiramente em granito, provavelmente revestido de mármore e ornamentação, para realçar sua monumentalidade e demonstrar para todos o prestígio da colônia emeritense (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

A fisionomia do arco deveria ser na Antiguidade muito diferente da atual. Em ambos os lados do vão central se abririam outros dois de tamanho menor. Pode-se observar em certos blocos do arco a distribuição de orifícios que indicam revestimento em mármore, com a exceção que talvez muitos deles fossem apenas simples buracos onde se agarravam os ganchos que serviam para içar os pesados blocos (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Uma rua passava sob o arco de Trajano, que em época romana deveria ser um dos extremos do *kardo maximus*, uma das ruas principais dos tempos de glória de Emerita Augusta (GUITIAN, 1977).

No século XVIII, através de escavações no local e do desenho da planta de elevação do arco, acreditou-se que uma das principais artérias viárias, o *kardo*

maximus que cruzava de norte a sul a cidade, atravessava o arco. A funcionalidade do monumento em princípio poderia se comparar com a dos antigos troféus, mas logo se difundiu a teoria de que fora uma das portas da cidade, que aparecia representada nas moedas e emblemas da cidade. Entretanto, verificou-se que logo abaixo do arco se encontrava um piso em mármore e uma monumental escada que alcançava as portas de um templo, na rua Holguín. Assim, o arco se incorporava dentro do plano urbanístico da época de Augusto, em perfeito eixo com o precipitado templo e o *kardo máximo* (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Desta forma, Moreno de Vargas e Richmond sugeriram que o arco tivesse caráter triunfal, servindo de antessala a um recinto público importante, o fórum provincial ou praça pública onde se localizavam os principais edifícios em que se atendiam as necessidades dos administradores da província da Lusitânia, de que Emerita Augusta era sua capital. O caráter honorífico e sua grandiosidade do arco eram suficientes para definir e enfatizar a área do fórum, ao mesmo tempo que a obra atuava como importante elemento integrador entre áreas de caráter diferente dentro da mesma cidade (Idem, 1995).

3.13.2 Monumento de Santa Eulália

O monumento em memória à patrona de Mérida foi erguido no século XVII, em forma de uma espécie de obelisco e denominado de Triunfo de Santa Eulália. A obra constituía-se de peças heterogêneas, importante para esta análise, por apresentar dentre seus diversos materiais, peças romanas (GUITIAN, 1977) referentes a um templo dedicado à Concórdia de Augusto, que nos deixou um pedestal consagrado à divindade (ALMAGRO, 1961).

As peças de tal monumento possuem procedência desconhecida; o cronista da cidade, Bernabé Moreno Vargas, menciona em sua obra “Historia da ciudad de Mérida” do ano de 1633 que as aras tivessem vindo do templo de Diana, mas sem segurança (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). A antiga pedra base do monumento faz referência à *Concondia Augusti*, assinalando que sua origem fosse do templo romano dedicado à Concórdia de Augusto, com provável antiga localização no edifício do Parador Nacional, localizado próximo à Plaza Mayor e ao Arco de Trajano. Outra inscrição moderna acrescenta que esta base de mármore precedia de uma

descoberta na Praça de Santiago, ao escavar-se uma ruína romana no ano de 1646. As duas peças romanas possuem boa decoração e uma vez foram utilizadas para erguer, sobre as mesmas, a imagem da santa emeritense (GUITIAN, 1977).

A aparição de uma ara votiva em mármore branco com veios em vermelho, com menção à Concórdia de Augusto, serviu para expirar a ideia do monumento ser levantado originalmente para a donzela emeritense. Contudo, esta peça junto com outras de grande estima e trabalho antigo foram colocadas de maneira a formarem parte de uma pirâmide, que se levantaria sobre etapas, situando ao topo uma imagem de Santa Eulália (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A obra se iniciou sob os auspícios da cidade, com a construção em etapas de degraus sobre a base com as letras da Concórdia de Augusto, três aras cilíndricas, duas das quais estavam ornadas com crânios de gado sacrificado, guirlandas e instrumentos de liturgia romana, um capitel, um bloco com três escudos – da Coroa, de Mérida e do governador – e uma epígrafe de triunfo à patrona Santa Eulália, e, finalmente, coroando o conjunto, a imagem da mártir Santa Eulália em mármore branco revestido de dourado (Idem, 1995).

A obra foi restaurada em 1661 e no final do século XIX foi novamente reparada em suas partes afetadas, utilizando-se argamassa de mármore. O monumento sofreu uma modificação no seu primitivo local, sendo deslocado para 40 metros mais acima, também sofreria substituições de suas etapas de construção por uma base de pedra que guarnecia suas esquinas com médias colunas toscanas, que se adornavam com guirlandas, acordando assim com o trabalho de alguma das nobres peças que sustentava. Contudo, hoje em dia, o monumento afetado pela remodelação urbanística do entorno fora desmontado e teve suas peças romanas depositadas no Museu Nacional de Arte Romano, onde se encontram expostas. Atualmente existe a intenção de fazer cópias das peças para assim reerguer novamente o monumento (Ibidem, 1995).

3.13.3 Pórtico do fórum

Entorno do templo de Diana existia um pórtico monumental, hoje reconstruído em parte, que formava o conjunto do fórum. Uma série de peças de arquitetura decorativa foram descobertas por escavações, sendo uma delas a efígie de Augusto

e outra talvez do patrono da colônia, Marco Agripa. O pórtico compreendia um jardim com um canal revestido de argamassa hidráulica e mármore – que serviam para recolher as águas vertidas a partir do cobertura do corredor ou *ambulacrum*, por onde passavam os emeritenses da época –, um muro interno com nichos que abrigavam esculturas de personagens reais e mitológicos, e por fim uma fachada externa com um friso em que se alternavam medalhões ou escudos com efígies de Júpiter Amon e de Medusa, símbolos do poder supremo de Roma, e cariátides, femininas vestidas com o clássico *peplos* grego, que as individualizam à maneira de métopas. O pórtico do fórum municipal emeritense foi concebido em uma segunda fase de enobrecimento do mesmo, no século I d.C., com a introdução de edificações em mármore e não em granito como até então se havia realizado (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

3.14 MUSEU ARQUEOLÓGICO: ESCULTURAS

Além dos grandiosos monumentos que analisamos e que nos revelaram a grandeza que a antiga cidade de Emerita Augusta apresentou em seu auge, os diversos achados arqueológicos também desvendam a antiga colônia romana (ALMAGRO, 1961). Dentre esta cultura material emeritense destacam-se os achados escultóricos que possuem grande valor não só pela sua qualidade estética, mas também pela informação que a estatuária proporciona, devido ao seu conteúdo simbólico e sua missão na comunicação e difusão das mensagens públicas ou privadas, para qual foi criada desde a essência da mentalidade romana. Para abrigar as esculturas, grandes complexos romanos, edifícios de espetáculos, fóruns e recintos de caráter público, essencialmente cultural, foram definidos no plano urbano da cidade de Emerita Augusta, ao serviço da mensagem política romana que continham (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

Entretanto, em época árabe a cidade foi saqueada e seus ruinosos monumentos serviram de pedra para abastecimento de construções em Córdoba. Nos séculos seguintes continuou sendo destruída, sofrendo o mesmo destino infeliz, além de também ter seus achados aproveitados ou perdidos. Apenas no século XVIII iniciam-se as atividades de conservação de seu patrimônio com a formação de uma coleção de antiguidades em um convento de frades hospitalares de Jesus, atual

Parador Nacional. No local se estabeleceu a primeira coleção epigráfica da cidade. Em 1838 o convento de Santa Clara foi transformado no Museu Arqueológico de Mérida, assim recebeu a coleção do Parador e armazenou uma série de antiguidades das escavações e achados acidentais, tornando-se o mais rico em antiguidades romanas e hispano-visigodas da Península Ibérica. Quase todos os achados da cidade de Mérida foram reunidos neste museu, mas também outras antiguidades emeritenses de expressivo interesse podem ser encontradas no Museu Arqueológico Nacional de Madrid e nos Museus de Badajoz e Sevilla (ALMAGRO, 1961; GUITIAN, 1977).

Deste modo percebemos que a história de investigação da arqueologia de Mérida se caracterizou, ao longo dos últimos tempos, pelo acentuado interesse no passado clássico greco-romano, visigodo e islâmico, em convivência com a espoliação, destruição e dispersão de seus restos arquitetônicos, escultóricos, epigráficos e numismáticos (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004). Mesmo assim, através do museu arqueológico de Mérida reuniu-se muitos objetos emeritenses que nos trouxeram à memória uma história gloriosa, recriada neste espaço: uma série de estátuas referentes aos deuses romanos e outros de importação, retratos escultóricos imperiais, de personagens importantes e desconhecidos. Igualmente, encontraram-se representados no museu numerosos restos arquitetônicos que testemunharam o esplendor da Mérida romana e visigótica (GUITIAN, 1977).

A partir de 1986 um novo prédio passaria a conservar e expor a coleção das ricas séries de peças romanas emeritenses, denominado de Museu Nacional de Arte Romano. O complexo abriga peças de arte, arqueológicas e arquitetônicas das referidas construções urbanas emeritenses analisadas e trabalhadas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Assim, o conjunto das instituições do Museo Nacional de Arte Romano, o Consorcio de la Ciudad Monumental e o Instituto de Arqueología configuram-se nas fortes organizações que atualmente estudam e protegem o patrimônio emeritense, para que o futuro da arqueologia de Mérida e seu território se mantenham perpetuados, e alcancem o conhecimento de todos (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

3.15 ARQUITETURA ROMANA: MATERIAIS, MÉTODOS E CONSTRUÇÕES

A arquitetura romana do período entre República e Império reflete diferentes influências gregas. A familiaridade com métodos e materiais, estilos e ornamentos, constituem-se testemunhos que apontam que a escola etrusco-latina absorveu duas vagas sucessivas de influências grega tardia: a primeira, principalmente proveniente do sul da Itália e da Sicília, no século III a.C., e a segunda helenização, procedente da Grécia, Ásia Menor, Síria e Egito, nos dois séculos seguintes. Estas datas refletem os fatos históricos da expansão romana para o sul e para o oeste, nas Guerras Púnicas, e para leste, em seguida à queda de Cartago (ROBERTSON, 1997). Entre esses períodos a influência grega atingiu a arte romana, que produziu muitas obras arquitetônicas (MARTÍN, 1992).

O mundo romano nasce da influência grega, entretanto outros influxos contribuíram para o florescimento da civilização romana. As características provenientes das tribos itálicas combinaram-se com influências externas das colônias helênicas. A civilização etrusca apresentou forte influência grega devido seus laços comerciais com os mercados da Magna Grécia. A arquitetura romana se caracteriza, deste modo, muito pelas várias influências absorvidas das tribos itálicas e dos etruscos, e sua criação artística derivou essencialmente do legado do período helenístico, contribuições que revelaram a evolução do pensamento arquitetônico romano. Novos elementos importados foram introduzidos na cultura romana: cerâmica, pintura, trabalhos em bronze, esculturas, estilo da estatuária, estrutura e decoração dos templos inspirados nos santuários gregos (STIERLIN, 1997).

Tais influências arquitetônicas foram decisivas e penetraram no cotidiano romano. Os edifícios da República geralmente foram marcados pelo estilo helênico desenvolvido na Grécia e no Próximo Oriente entre os séculos III a.C. e I a.C., em virtude das campanhas vitoriosas de Alexandre na Ásia. E esta influência também ocorreu em Roma em consequência de vários acontecimentos históricos, entre tomadas de cidades no Oriente, campanhas militares nas regiões helenizadas e na criação da província da Ásia (Idem, 1997).

Um aspecto importante do período helenístico foi sua caracterização pela construção de monumentos com tendência colossal (LÉVÊQUE, 1987). E este elemento foi muito explorado pelos romanos à medida que a arquitetura religiosa da República evoluía, paralelamente também se aperfeiçoavam as técnicas utilizadas em projetos civis de grande dimensão. Deste modo, os romanos construíram em escala maior que os gregos, com o objetivo de superá-los e atingirem a monumentalidade

(RATHBONE, 2011). A arquitetura romana, expressão da cultura artística desta sociedade, teve como característica fazer com que o belo coexistisse com o útil (TARELLA, 1978). Foi com edifícios de caráter utilitário, como armazéns e depósitos, que a abóbada foi sendo empregada. A partir do princípio das arcadas e das abóbadas, uma característica essencial da arquitetura romana, esta continuou a evoluir, sendo utilizada em basílicas, armazéns portuários, construção de caves por baixo de santuários e palácios. Este avanço técnico introduziu estruturas de grande solidez e permitiu a cobertura sólida de extensas áreas (STIERLIN, 1997).

No final da República as técnicas de construção conheceram grandes progressos através do uso generalizado do *opus caementicium* ou concreto, em vez da pedra talhada. O que permitiu que os edifícios dinástico-religiosos fossem marcados pela monumentalidade. A instabilidade política durante o domínio de Pompeu e César provocou a aceleração na evolução estilística da arquitetura romana e da urbanização da capital. A chegada da era imperial assinalou uma mudança em todos os aspectos: os chefes das dinastias Júlio-claudiana e Flaviana dariam impulso considerável à arquitetura (Idem, 1997).

Na arquitetura, o domínio de Roma não determinou o rompimento helenístico de raiz do leste grego no período do Império. Entretanto a centralização do governo e a influência de Roma pelos territórios se intensificava, apresentando nas edificações seus novos métodos construtivos e tendências de ornamento e projeto, que se difundiam pela capital e seguiam em direção às províncias, sobretudo no Ocidente. Nesta área construtiva pode-se observar que a maioria dos arquitetos eram gregos, diferentemente dos engenheiros, que revolucionaram os ideais da arquitetura, que geralmente eram romanos (ROBERTSON, 1997).

Quando Augusto chegou ao poder, iniciando o período imperial, o estilo da arquitetura disseminou-se pelas regiões conquistadas através das legiões romanas, em reflexo dos empreendimentos de Roma. Iniciaram-se construções de estruturas enormes e grandes projetos de planejamento urbano, de centros urbanos que despertavam com o aparecimento do fórum, capitólio, templos, arenas culturais e desportivas. A influência de Roma refletia-se pelas províncias através do planejamento urbano e a criação de cidades, à imagem do centro do poder imperial, Roma. Os romanos continuaram com as obras do período da República e levaram-nas para as províncias do Império, onde eram estabelecidas como melhoramentos territoriais de grandes dimensões, com criações de estradas de importância comercial

e estratégica, e construções de pontes, aquedutos e reservatórios de água (STIERLIN, 1997).

A arquitetura romana do apogeu do Império, dos descendentes de Augusto, seguia além do conhecimento deixado registrado na obra do teórico romano de arquitetura Vitruvius. O estilo caracterizou-se pela criação de construções monumentais, de grandes espaços interiores em templos e palácios, em balneários e anfiteatros, para exaltar o poder do Império em Roma e nas províncias ocidentais (STIERLIN, 1997). Os romanos exploraram as vantagens das novas técnicas construtivas do arco, da abóbada e da cúpula, empregadas em seus edifícios. Através destas estruturas os romanos conseguiam superar as limitações de comprimento dos edifícios gregos, estes feitos com vigas de madeira nos tetos que formavam um triângulo. As estruturas romanas com paredes altas permitiram erguer espaços enormes e complexos, ao mesmo tempo que equilibrados e contrabalançados; entre os edifícios romanos mais relevantes que empregavam as principais técnicas curvas destacam-se: templos, termas públicas, basílicas, teatros, anfiteatros, termas, aquedutos e arcos monumentais (MARTÍN, 1992; ROBERTSON, 1997).

O helenismo grego adequava a arquitetura de seus conjuntos urbanísticos com a paisagem natural. Os romanos adotaram essas ideias à sua concepção de organização de espaço – influenciada pelos etruscos –, que quando aplicadas às suas técnicas de construção, seus monumentos se destacavam, principalmente pela relação entre espaços internos e externos. Deve-se lembrar que os interiores dos ambientes – com organização geométrica e paredes que relacionavam nichos e êxedras – se conectavam aos exteriores através de vãos amplos e flexíveis, proporcionando boa iluminação para os interiores e visibilidade para o exterior. A qualidade do espaço visava a funcionalidade como também sua percepção (Idem, 1992).

A evolução da arquitetura romana foi determinada pela necessidade de grandes salas e recintos cobertos para destinos civis e religiosos. Tais recintos se traduziam na criação de espaços interiores maiores e com soluções mais ousadas para as abóbadas que realizavam suas coberturas. Para tanto, a técnica de talhar a pedra progrediu, primeiramente, desde as paredes poligonais até alcançar as obras construídas em grandes blocos quadrados. Os romanos conheciam a arte de cortar a pedra aplicada a arcos com aduelas e a abóbadas, e depois a cúpulas. Mestres nas construções em grandes blocos unidos sem argamassa ou argila, geralmente

utilizavam grampos de ferro ou bronze para garantir a coesão das estruturas (STIERLIN, 1997).

O uso do tijolo surgiu na fase inicial do Império. Conhecido antes dessa data, era usado apenas nas estruturas de suporte e telhados de monumentos e edifícios públicos. Em grande parte o tijolo foi utilizado nos edifícios utilitários, estabelecimentos, *insulae*, edifícios industriais e oficinas; também estruturas em tijolos e fachada em mármore apareceram empregadas em templos e palácios imperiais. Uma estrutura em tijolo oferecia vantagens ao ser mais leve, fácil de moldar e trabalhar. O revestimento poderia ocultar diversos materiais utilizados por motivos de ordem prática. Esta técnica de alvenaria variada apresentava uma aparência de unidade (Idem, 1997).

Os edifícios romanos não oficiais possuíam camadas de estuque que substituíam o revestimento de mármore, este sistema foi também utilizado para decorar monumentos gregos e para ocultar pedras de qualidade inferiores, principalmente em regiões onde não existiam jazidas de mármore. O estuque cobria colunas e paredes e se encontrava utilizado, em grande parte, nas construções de casas particulares. O estuque esculpido também fora empregado na decoração de residências e basílicas (Ibidem, 1997).

A arquitetura romana em seu desenvolvimento abrangeu uma série de técnicas distintas que variaram dependendo de épocas e regiões. Os materiais básicos dedicados para as construções dessas técnicas eram a pedra, madeira, cal e argila. Para o emprego destes elementos avaliava-se o que o terreno oferecia, e caso necessário, importava-se o material em estado bruto ou já elaborado. A pedra constituía-se como o material mais tradicional e foi utilizada em diferentes formas: as menores para alvenaria, e as maiores para socos de fortificações – o mármore de cor e outras pedras ornamentais marcaram o interesse pela policromia. A madeira se fazia empregada em obras provisórias e definitivas, em armações ou entalhes. A argila era encontrada facilmente e proporcionou a fabricação de materiais em larga escala, além de desenvolver técnicas com taipa, adobe, tijolos e telhas. A cal misturada com areia cimentava os conjuntos de edifícios, revestindo e adequando estruturas, compondo assim uma arquitetura veementemente resistente e permitindo erigir formas abobadadas mais complexas (MARTÍN, 1992).

A principal revolução tecnológica da arquitetura romana ocidental consistiu na utilização do cimento sólido. A arquitetura e a arte helenísticas marcaram

profundamente o mundo romano, mas diferentemente do mundo grego, onde se usava a pedra, especialmente o mármore, como material principal, os romanos utilizavam principalmente o concreto e tijolos, reservando a pedra para as fachadas decorativas. No início, os romanos utilizariam a *toba*, uma rocha pobre e macia (BOVO, 2006b), e a partir do século III a.C., inventariam o concreto romano, uma criação surgida a partir da mistura de argamassa feita de cal (realizada com água, cal e areia), e da *pozzolana* (feita de pedras ou cascalhos, fragmentos cerâmicos e tijolo), juntos formavam a chamada *opus caementicium*, utilizado na construção de estruturas, muros e pisos. A composição da *pozzolana* variava conforme a função do concreto: em fundações, usava-se entulho pesado de calcário, já em abóbadas, optava-se pela leveza da pedra-pomes (ALGABA, 2009; Idem, 2006b; STIERLIN, 1997).

O concreto romano, material muito sólido e maleável, adaptava às formas arquitetônicas curvas, além de permitir levantar grandes estruturas abobadadas. Tal material podia ser vertido para moldes de madeira, assim permitindo a construção de abóbadas e cúpulas monolíticas; e com a técnica de criação de abóbadas circulares de caixotões, permitia-se erguer estruturas mais leves e sem fragilidades. Assim, através deste meio, se difundiu a implementação do arco, abóbada e cúpula na arquitetura romana. O cimento também permitiu a criação de espaços livres e amplos sem precisar recorrer a tirania dos arcos na base de uma cúpula. A utilização de tijolos, concreto, abóbadas e arcos possibilitou levantar estruturas maciças, como aquedutos, pontes, termas e anfiteatros (RATHBONE, 2011; Idem, 1997).

As técnicas de sistemas construtivos de paredes e muros eram diversas. Os romanos utilizavam vários tipos de paramentos sobre as paredes de concreto, de pedra, e de tijolo, ou combinação dos mesmos. O *opus quadratum* correspondia às pedras grandes de alvenaria, quadradas, dispostas em camadas horizontais, com blocos de acabamento liso ou estofados; ou blocos quadrados e colocados ordenadamente, o *opus africanum*; ou blocos colocados em curso, o *opus vittatum*; ou quando o revestimento de concreto era conseguido através de pequenos blocos de pedras ou alvenaria de formatos irregulares, não trabalhados e sem curso, a técnica denominava-se *opus incertum* ou alvenaria tosca, a mais antiga (ALGABA, 2009; Idem, 2011; Ibidem, 1997).

O *opus reticulatum*, realizado a partir do século II a.C., se assemelhava ao *opus incertum*, porém formava na zona visível uma rede de blocos poligonais regulares,

fazia-se com pedras cortadas em quadrados e dispostas em ângulos de 45 graus; o *opus latericium* era de alvenaria de tijolo; o *opus testaceum cinsisitia*, feito a partir do século I d.C., consistia em um núcleo de concreto revestido de tijolo queimado, cozidos em forno. Além dos tijolos retangulares havia outros com borda curva, práticos para construir pilastras e colunas. As vezes podia-se combinar cursos de pedra com outras de tijolo, o chamado *opus mixtum*. Independente do paramento em geral as paredes e os muros eram revestidos de estuque branco feitos de calcário moído, ou de painéis de mármore ou de calcário (ALGABA, 2009; RATHBONE, 2011; STIERLIN, 1997).

Os pisos e pavimentos mais modestos podiam ser de terra, barro ou tijolo, os mais elaborados para espaços exteriores, eram construídos mais frequentemente com pedra. Dentre estes últimos pisos destacava-se o *opus sectile*, um piso decorativo de luxo formado por calcário, mármore e outras pedras coloridas, distribuídas a formar desenhos geométricos simples. No interior dos ambientes, das *domus* e edifícios públicos, o piso preferido para os revestir era o mármore e o *opus musivarium*, colocado nas salas e pontos principais. Uma argamassa de cal era utilizada como reboco, o *opus signinum*, que impermeabilizava as superfícies que poderiam ficar em contato com a água. Às vezes se utilizava a argila, que acrescentava um ar rosado. Ao final da República e início do Império, algumas vilas e principalmente termas incorporam às suas arquiteturas *oculos* ou janelas abertas ao exterior, que se fechavam com materiais transparentes, os *lapis speculares* ou gesso espelhado – muito resistente e fácil de trabalhar – e, no final do século I d.C., o vidro. Obras de alvenaria e concreto em massa, que não exigiam conhecimento específico do trabalho da pedra, eram realizados por *structores* ou pedreiros (Idem, 2009).

O *opus concretarium* correspondia às fundações de blocos de cimento, que permitia a construção de abóbadas e cúpulas criadas por meio de caixotões. Para a construção de elementos curvilíneos como o arco, a abóbada e a cúpula, os arquitetos e engenheiros romanos possuíam muitos materiais e fórmulas tecnológicas que permitiam a obtenção de estruturas complexas (STIERLIN, 1997). O sistema de construção do arco, *opus arcuatum* permitia a construção de pontes de pedra duradouras e resistentes, e também dos viadutos dos aquedutos (ALGABA, 2009).

Na segunda metade do século II a.C. Roma adquiria um aspecto monumental, sua arquitetura se modificava com a introdução de colunatas, frisos e planos destacados que se tornavam mais elegantes com a construção de pórticos. Os tetos

planos foram substituídos pelo arco semicircular, que também começou a ser utilizado isoladamente como monumento celebratório (LIBERATI; BOURBON, 2005). O arco se converteu na forma básica da arquitetura romana e adquiriu autonomia estrutural, sendo erigido com fins celebrativos até se transformar em arcos triunfais na época imperial, alternando-se com as portas como sinal de entrada no núcleo cidadão, para comemorar realizações civis dos governantes, como por exemplo a construção de uma estrada ou porto (BOVO, 2006b; RATHBONE, 2011). As aberturas dos arcos de triunfos sustentam uma abóboda, apoiada por pilares, sobreposta à cornija e acrescentando os elementos arquitetônicos como colunas e arquivadas (TARELLA, 1978). O Oriente helênico não conhecia arcos de triunfo que configuram-se como uma invenção italiana, apenas no século II a.C. se espalhou o costume de erigir arcos simbólicos nas cidades romanas (GRIMAL, 2003).

A arte romana de baixo-relevo era muito utilizada e se encontrava nos frisos decorativos dos edifícios, o mesmo aconteceu com os arcos de triunfo, que no período imperial se difundiram como ato propagandístico. Principalmente no século I a.C., onde ocorreu o encontro da estrutura com a ornamentação e surgiu a arquitetura de propaganda. Diferentemente dos arquitetos, os escultores romanos não adquiriram maiores inovações, as obras de arte romanas deveram muito às gregas, pois tomaram emprestadas suas manifestações artísticas. Estas receberam influências de modelos etruscos e gregos, explorando principalmente as características do retrato (TARELLA, 1978). A retratística romana nasceu junto a utilização em larga escala de estátuas famosas para embelezamento de residências particulares e prédios públicos (LIBERATI; BOURBON, 2005).

Para os romanos uma estátua tinha valor como ornamentação, não para valores plásticos, mas como elemento decorativo subordinado à estrutura arquitetônica, ou seja as estátuas tinham função de complementar uma obra arquitetônica. Nos baixos-relevos ficava explícita a ideia de uma arte plástica subordinada à arquitetura, com finalidades de ornamentar os monumentos. Apenas no reinado de Trajano (em 113 d.C.) o baixo-relevo atinge uma plena autonomia, onde em uma coluna a arquitetura conseguiu se tornar suporte para os baixos-relevos esculpidos (TARELLA, 1978). Desta forma conseguimos perceber a arte romana caracterizada pela capacidade de assimilação e integração, adoção e adaptação, que geravam um intenso sincretismo em todo o império por valorizar a contribuição de

outras culturas, assim transformando suas próprias características artísticas (MARTÍN, 1992).

Através da combinação do arco e da abóbada os arquitetos romanos modificaram estruturas típicas do mundo grego, como o teatro, que poderia dispensar ser construído em ladeiras, e assim se estabelecer em terrenos planos. Também os teatros podiam ser fechados e transformados em anfiteatros. As construções de teatros e anfiteatros eram muito importantes, pois os espetáculos dos jogos eram necessidades das plebes urbanas, além de estarem conectados com a religião. Desde modo, os romanos levaram estas atrações para as províncias, que fomentavam ainda mais a expansão da romanização; assim, qualquer cidade dispunha de um teatro, para comédias, tragédias e mímica e, as cidades mais importantes, de um anfiteatro, para exposições violentas de combates de gladiadores e caçadas na arena. Os edifícios provinciais como o teatro e o anfiteatro permitiam disciplinar as peregrinações, substituindo crenças nativas pela influência romana dos jogos e ritos, aos quais contribuíram muito para a romanização (GRIMAL, 2003).

Durante o século II a.C., com o aperfeiçoamento das técnicas romanas dos arcos e das abóbodas, foi possível conceber e consolidar teatros e arenas – inicialmente em pedra e depois em tijolos. A arquitetura explorou no conforto da planta do edifício, circular ou elíptico, para alcançar maior visibilidade de qualquer ponto da escadaria da plateia. Os arcos conquistaram espaço e revelaram características fundamentais em suas ornamentações conforme o aperfeiçoamento da prática à técnica estética, formando um conjunto articulado com a abóboda e a cúpula. Esta característica curva da arquitetura romana se distinguiu veementemente da arquitetura grega (TARELLA, 1978).

As corridas de bigas e quadrigas foram inventadas pelos gregos quando os carros eram utilizados na guerra. O esporte ganhou adesão dos romanos, que devido à popularidade construíram grandes pistas de circos pelas cidades do Império. Também a maioria das grandes cidades romanas possuíam um anfiteatro, onde os governantes financiavam os jogos e ofereciam ao povo espetáculos gratuitos para ganharem popularidade, apresentando execuções públicas, caçadas aos animais selvagens e lutas de gladiadores (RATHBONE, 2011).

Primitivamente os fóruns romanos compunham-se por um espaço vazio para desenvolver as atividades comerciais e da vida pública, posteriormente, com o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional, as cidades romanas criaram

novos fóruns, as ditas grandes praças retangulares, rodeadas de pórticos e circundadas pelos principais edifícios civis e religiosos, além de instalações de lojas duradouras. Nota-se que já a partir do século III a.C., as cidades romanas começaram a se espelhar nas colônias gregas e passaram a usar colunatas, os pórticos, tal como se usavam nas ágoras ou *agorai* helênicas. Geralmente o fórum situava-se ao centro, no ponto do cruzamento do *kardo* e *decumanus maximus* (GRIMAL, 2003). Nos fóruns apareceram as primeiras basílicas, construídas com elementos essenciais dos arcos e abóbadas, reservadas aos negócios e à administração da justiça (BOVO, 2006b; TARELLA, 1978).

O templo romano derivava do grego por mediação etrusca, com uma função diferente ao permitir que sacerdotes, autoridades e a população participassem das cerimônias, estas que eram realizadas diante do templo numa ampla esplanada levantada sobre um alto pedestal, o pódio. Os templos romanos destacaram-se por duas características: o pórtico, de colunas que formavam a fachada, e a *cella*, totalmente fechada com entrecolúnios. Esses elementos contribuíam para que os edifícios romanos destacassem a visão frontal do conjunto, para definir a orientação do espaço e indicar uma via de acesso ao edifício (MARTÍN 1992). Como um ornamento, o templo ítalo-etrusco possuía fachada majestosa e cenográfica. As colunas eram em princípio de ordem toscana, sem estrias e com capitel derivado do dórico e do jônico (BOVO, 2006b).

No período helenístico, a arquitetura religiosa mantinha predileção pela clássica, fazendo poucas inovações, construiu-se muitos templos novos e segundo as normas tradicionais. Contudo, o dórico empregava-se cada vez menos na evolução das construções, preferindo-se o jônico, que se tornava a ordem por excelência (LÉVÊQUE, 1987). A arquitetura grega sempre foi muito respeitada e estimada pelos romanos, que por este motivo continuaram reproduzindo suas ordens arquitetônicas. Entretanto, por influência helenística, os romanos preferiam o emprego do estilo coríntio, mais ornamentado, em detrimento da ordem dórica e jônica. O capitel compósito, inventado pelos romanos, constituía-se de folhas coríntias e volutas jônicas (RATHBONE, 2011).

Na arquitetura, os romanos desenvolveram uma ordem denominada toscana, da qual percebemos a influência etrusca, que segundo o Tratado de Arquitetura de Vitrúvio seria diferente das três ordens gregas clássicas – dórica, jônica e coríntia – sendo atribuída à típica arquitetura etrusca, possivelmente uma teorização tardia

influenciada por sugestões helenísticas (STACCIOLI, 1991). Tais influências tornam-se possíveis de verificar ao percebermos que a ordem toscana se parecia com uma forma esguia de coluna grega dórica, porém não possuía caneluras, apenas uma base e uma saliência horizontal sob o capitel, e muitas vezes era destituída de ornamento (RATHBONE, 2011).

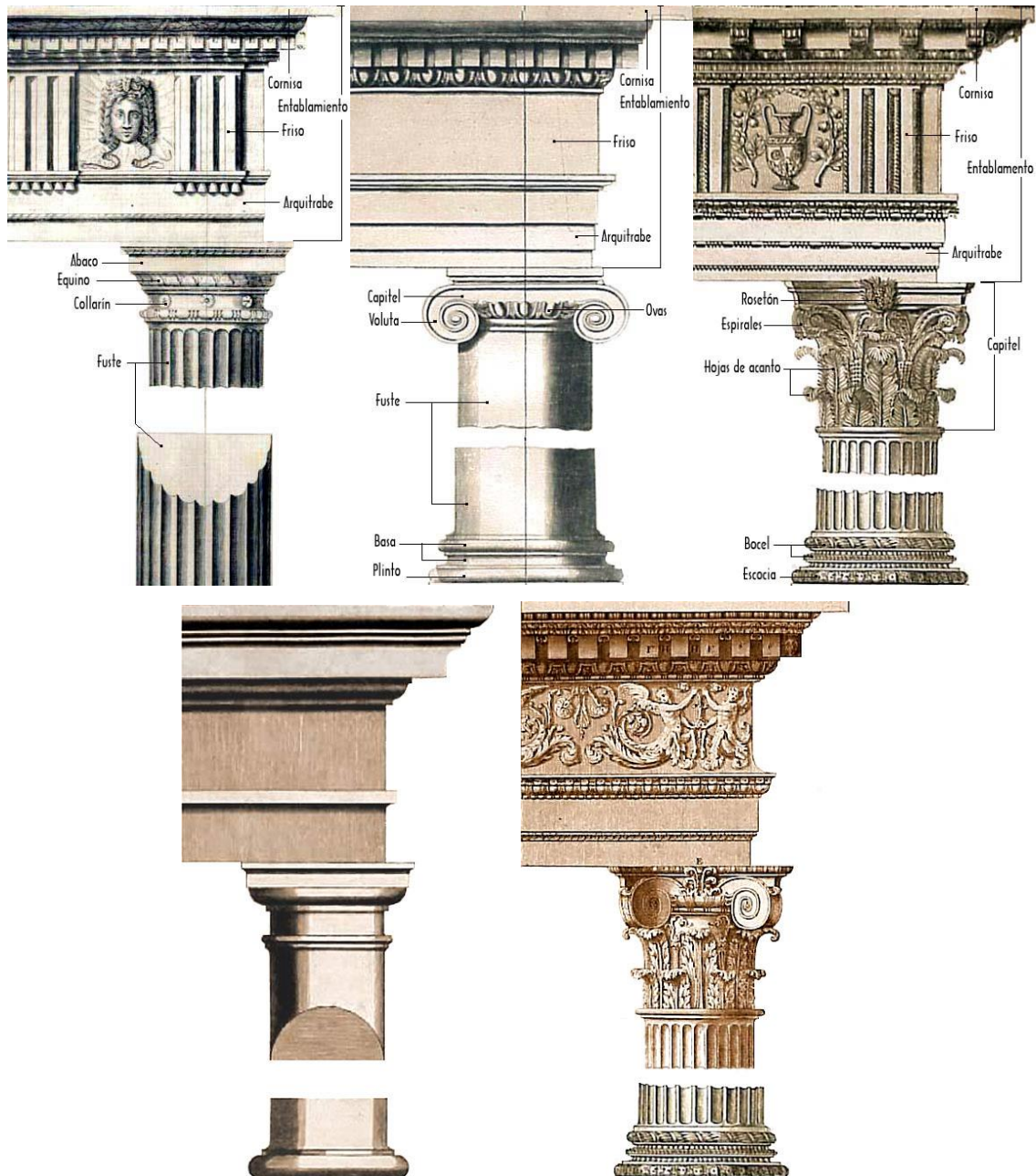


Figura 18. As colunas em suas respectivas ordens: dórica, jônica, coríntia, toscana e compósita. As ordens gregas foram usadas extensivamente, mas não uniformemente em um edifício. A ordem compósita configurou-se como uma mistura da coríntia e jônica, e a toscana, uma evolução da dórica. Disponível em: <<http://www.spanisharts.com/arquitectura/roma.html#>>. Acesso em: 12/12/2014.

Os romanos fizeram muitos avanços tecnológicos, como a invenção do concreto, da cúpula e de sistemas de aquecimento por baixo do piso. As termas ou banhos públicos surgiram no mundo grego, onde no século IV a.C. as cidades passaram a oferecer locais públicos para banhos. Por volta de 100 a.C. os romanos inventaram os sistemas de aquecimentos, o *hipocausto*, por debaixo do piso, e nas paredes. Assim, se construiu casas de banho com salas diferentes e temperaturas diversas. Cada cidade romana apresentava pelo menos um estabelecimento como este. As termas funcionavam como um local para realizar a higiene, como um centro de lazer e também de encontros com os amigos; tais edifícios desempenharam assim um papel importante na difusão da cultura romana (RATHBONE, 2011).

Os gregos construíram os primeiros aquedutos, entretanto a engenharia hidráulica foi levada a outro nível pelos romanos, que fizeram aquedutos elevados sobre arcadas para transportar a água de fontes nas montanhas até as cidades (Idem, 2011). A técnica para edificar um aqueduto consistia na aplicação de arcos formados por aduelas, com as pedras dispostas em uma perfeita semicircunferência, oferecendo ao conjunto funcionalidade e, ao mesmo tempo, composição estética. Conforme se aperfeiçoavam e se aprofundavam as técnicas de construção e engenharia, os arcos dos aquedutos adquiriam formas mais amplas, apresentando conjunções de aberturas em diferentes formas e dimensões, pequenas e grandes, gerando motivos ornamentais, além de conciliar com harmonia estética a arquitetura e a paisagem. A população das cidades romanas consumia água em suas termas, fontes de rua, banheiros públicos e privados, e jardins (TARELLA, 1978).

A casa privada romana, em sua origem era muito diminuta, compunha-se de uma ou duas divisões, inseridas em uma espécie de tabuleiro de xadrez, em que cada quadrado representava uma casa. O conjunto rodeado por quatro ruas chamava-se *vicus*. No século II a.C. se desenvolve um novo tipo de habitação, a casa com átrio ou *domus itálica*, dotava por vezes de um peristilo, mesmo que apresentasse outros tipos de variedades, continha um átrio retangular com tanque para armazenar água das chuvas, e a partir dele seguiam outros cômodos. Este pátio central era o antigo ambiente onde se depositava o fogo doméstico. Com influência da Grécia e principalmente da arquitetura helenística, a *domus* recebe uma modificação em sua figura, tornando-se mais complexa com a introdução e o emprego do peristilo,

formando um pátio com colunas que circundavam um jardim (BOVO, 2007; GRIMAL, 2011; TARELLA, 1978).

A generalização da casa romana, *domus*, se observa nas cidades coloniais romanas, também em Emerita Augusta, onde tais residências apresentam átrio, peristilo, *tablinum*, *triclinium* e *cubicula* (PLÁCIDO, 2009). Junto ao desenvolvimento da *domus* surge, no período de Augusto, a evolução da casa e a aparição de uma moradia intermediária, a *insulae*, prédios de vários andares, uma espécie de *vici* nos quais cada célula foi dotada de superestruturas. No início do Império propagou-se as casas suburbanas, a vila, uma parcela de terra longe da cidade (BOVO, 2007; GRIMAL, 2011; TARELLA, 1978).

Na cidade colonial romana de Emerita Augusta podemos observar muitas das técnicas de construções romanas analisadas, a do arco talvez constitua-se como o elemento construtivo mais importante que os romanos trouxeram e empregaram na Península Ibérica (ALGABA, 2009). Entre as novas cidades fundadas pelo imperador Augusto, Emerita Augusta foi o exemplo mais claro e excelente do emprego da arquitetura que explorava o concreto, material romano imprescindível e barato, que possibilitava erguer estruturas grandiosas combinadas ao arco. Através dos edifícios emeritenses em ruínas podemos constatar que a cidade foi muito próspera e de arquitetura magnificente. Disponha de edifícios públicos e obras de engenharias com estruturas monumentais: um teatro, um anfiteatro, um circo, três aquedutos, sendo dois com reservatórios anexos, assim como duas importantes pontes, uma sobre o rio Anas e outro sobre o arroio Albarregas (MORRIS, 1984).

As construções romanas de Emerita Augusta serviam-se do emprego de madeira, adobe e taipa. As vigas de madeira sustentaram *domus* e construções, sobretudo, particulares; as estruturas mais humildes, localizadas aos arredores da cidade, foram construídas com adobe e taipa. Entretanto os edifícios públicos de grande destaque na cidade, como os fóruns, termas, teatro, anfiteatro e circo, foram erguidos com materiais mais duráveis e recobertos por placas de mármore (ALGABA, 2009).

4. URBANISMO EMERITENSE E SUA RELAÇÃO COM OS MODELOS DE CIDADES HIPODÂMICAS E CASTROS ROMANOS

4.1 CONTRIBUIÇÃO GREGA E ETRUSCA

4.1.1 Planejamento urbano grego

No período obscuro, a população grega se organizou em simples e pequenos povoados, a cabana constituía-se como a principal moradia, sendo que nessa fase não existia características arquitetônicas e urbanas. Assim, as habitações foram geralmente construídas em lugares montanhosos, longe do mar, modestamente, e com disposição desordenada. Após este momento, em período Geométrico, começa o processo de reaglutinação de população e de casas, mesmo com poucas informações sabemos que essas moradias ainda se caracterizavam pela simplicidade (BENDALA GALÁN, 1991).

Na Grécia oriental e continental observam-se o aparecimento de alguns centros de relevante importância, porém Bendala Galán (1991) ressalta que ainda se conheceria mais as necrópoles do que os ambientes habitacionais. Mesmo frente as dificuldades em trabalhar com tais sítios, ainda mais antigos, Robertson (1997) afirma que em relação aos séculos VII a.C. e VI a.C., as cidades existentes na Grécia e suas colônias da Ásia Menor tenham se desenvolvido e apresentado um planejamento urbano irregular. Podemos apresentar em ressalva o complexo da ágora, que aparece constantemente nesses sítios. Flacelière (1970) descreve a cidade de Atenas e explica quando os planos urbanos de uma cidade grega antiga se diferenciaram:

Assim, como a maior parte das cidades antigas e modernas, com exceção das colônias e das fundações, nasceu, portanto, Atenas, sem qualquer plano preconcebido, e o seu desenvolvimento ulterior nada possui de racional; reflete, no terreno, o crescimento do e certo modo orgânico do povo antigo, no cenário que lhe delimitavam, em torno da Acrópole, o outeiro de Colonos Agoraios, a colina das Ninfas, a da Pnix, o Museu e o Ardetos, pelo que Atenas podia, com razão, ser também conhecida como <a cidade das sete colinas> (FLACELIÈRE, 1970, p. 10-1).

Segundo Finley (1963) a população da Grécia estava concentrada nos principais núcleos urbanos e, também, nas zonas rurais; porém nessas zonas rurais não se encontravam estruturas arquitetônicas, apenas alguns eventuais templos construídos longe das cidades. Os principais e mais importantes edifícios estavam localizados nos grandes centros. Com o aumento demográfico desses núcleos populacionais, as cidades foram crescendo e adquirindo formas muito desorganizadas. Esse fator desvirtuou o perímetro das muralhas, e suas portas passaram a não atingir as principais artérias das cidades. As ruas se caracterizavam pela estreiteza e a aparência labiríntica. A ágora das cidades podia se encontrar em meio à confusão dos cruzamentos das ruas, devido à proximidade das construções das casas gregas.

Atenas é um bom exemplo: à parte a existência de uma superfície aberta sem pavimento, com cerca de 10 acres, em pleno centro, não consegue discernir-se uma única idéia por detrás da arquitetura da sua Ágora. Ou então, a desordem de Delfos, onde o Caminho Sagrado que levava à colina do principal Templo de Apolo era delimitado por edifícios e objetos dedicatórios, que se acumulavam século após século, enquanto os antigos se desfaziam e alguns eram demolidos (FINLEY, 1963, p. 133).

Nota-se que as construções dos edifícios públicos, quando singulares, principalmente os templos, eram erguidos com perfeita exatidão matemática e com proporções harmoniosas; todavia, quando nos remetemos aos conjuntos de habitações gregas, percebemos uma gritante desarmonia e desequilíbrio em relação à estética e funcionamento das mesmas dentro das cidades (Idem, 1963).

Algumas construções como a fortificada acrópole e, em muitos casos, a de um palácio, proporcionava abrigo aos cidadãos quando ameaçados. Os templos foram as únicas edificações importantes, seu interior era fechado e de dimensões e formas que variaram. Robertson (1997) acredita que as ruas e os espaços públicos das polis eram projetados separadamente das construções dos templos, sendo a planificação dos mesmos, independentes. Observa-se que algumas cidades gregas constituíam-se muradas, porém nem todas. Entre os séculos V a.C. e IV a.C. os muros dessas cidades eram construídos com tijolos secos ao sol e madeiras, após o século IV a.C. e com a chegada do helenismo uma nova marca configuraria as fortificações em questões de planejamento científico.

Junto a essas iniciais características urbanas os gregos passariam a fomentar novas contribuições para o urbanismo mediante à atividade colonizadora, que continha o crescimento urbano através do envio de emigrantes expedicionários para o estrangeiro com o objetivo de fundar novas cidades em outras partes do Mediterrâneo. O processo de crescimento urbano das cidades-estados gregas favorecia a criação de novas cidades-estados colônias, uma vez que aliviava o excesso de população de uma cidade mãe, metrópole. Neste contexto, as pressões motivadas pelo crescimento populacional incidiriam também no desenvolvimento de contatos comerciais com as colônias estabelecidas ao longo do Mediterrâneo (MORRIS, 1984).

Guzzo (1997) nos alerta para a importância do fenômeno de colonização. Para ele, principalmente na Magna Grécia, o fato de implementar uma cidade em um território que nunca fora ocupado anteriormente permitia projetar e executar estruturas regulares, distribuir lotes suficientes para abrigar uma unidade familiar – podendo acomodar várias gerações –, além de selecionar a melhor direção de usar as possibilidades do terreno, as rotas de comunicação, a proximidade de um porto ou fontes de água permanente. Estas realizações no final do século VIII a.C., demonstraram uma concepção extremamente desenvolvida de planejamento urbano, que na cidade-mãe não poderia ser realizada de forma tão clara devido aos seus edifícios preexistentes.

Assim, observamos que a exploração agrícola progressiva da campanha, localizada em torno das imediações da cidade, se intensificaram com o estabelecimento de regras de habitação e urbanismo. Uma vez que se determinava as partes que constituiriam a propriedade pública – ou seja, o local para as ruas e para o mercado e reuniões (ágora) – e aqueles atribuídos à propriedade privada – onde as casas seriam construídas – fazia-se então a designação e a distribuição dos lotes (GUZZO, 1997).

Os verdadeiros centros com disposição dos locais públicos – a rua, a ágora ou praça pública – vão aparecer bem estabelecidos e organizados com a expansão da colonização grega. Esse acontecimento marcaria a necessidade de introduzir um novo programa urbanístico para fundar cidades gregas – especialmente encontrado nas colônias magno-gregas – importantes e funcionais (BENDALA GALÁN, 1991). Desta forma, as colônias, novas cidades-estados, se organizavam segundo o modelo social e econômico da metrópole, porém a maioria das colônias se desenvolviam segundo

diretrizes planejadas, diferentemente das metrópoles, de modelo de crescimento orgânico geralmente incontrolado (MORRIS, 1984).

[...] acarretou a aplicação de fórmulas de certo modo bastante simples, porém muito eficazes, entre elas a do **projeto do assentamento segundo um traçado de ruas regulares e espaços públicos e privados bem definidos**. A imagem do tabuleiro de damas, ou de ruas traçadas com esquadro, surge como solução mais prática. Logo, pelo menos no século VI, colônias como Agrigento, Metaponto, Selinunte, Posidônia e outras apresentam plantas com ruas perpendiculares e distribuição racional, com uma nítida separação das áreas habitacionais, da ágora para as atividades públicas – reuniões, comércio, festas –, dos espaços reservados aos templos, etc. (BENDALA GALÁN, 1991, p. 27).

No século V a.C., entre os aspectos que promoveram a difusão da cultura e da língua grega, aparecem a intensificação das relações humanas, o comércio florescente, os contatos culturais entre todos os povos helenizados, o cosmopolitismo helenístico, aspectos estes que se refletiram na intensa atividade construtora e na proliferação de novas cidades, de uma só cultura. Desta forma, cidades velhas e novas sentiam-se parte do mundo comum que envolvia-se com a cultura clássica, tratando-se de desenvolver suas características. Assim, a cidade helenística refletia a situação contemporânea e o dinamismo social, culminando em uma vontade de renovação. A polis clássica estava sendo substituída por um novo modelo de cidade, que em certas características anteciperia as soluções modernas: planejamento de novos bairros, urbanismo e viabilidade (BOVO, 2006b).

Segundo Bendala Galán (1991) o êxito cultural e econômico experienciado nesse momento, proporcionou as consequências naturais para a ocorrência significativa no desenvolvimento avançado de um plano urbano de cidade e sua organização no século V a.C. Em meio a estas concepções inovadoras de urbanismo surge Hipodamo de Mileto, a ele seria atribuída à planta regular denominada de hipodâmica.

4.1.2 A planta reticulada: Hipodamo de Mileto

O plano típico de uma cidade grega compreendia como componentes essenciais uma acrópole, como centro religioso, e uma ágora, como centro cotidiano, ambos componentes inseparáveis da forma urbana de uma cidade grega; e outros

corpos básicos, como uma muralha que rodeava a cidade, os bairros residenciais, uma ou mais áreas para fins recreativos e culturais, um recinto religioso, porto e cais, e um bairro industrial. Tais elementos em uma cidade colonial ficavam dispostos e subordinados ao plano hipodâmico. Os urbanistas gregos utilizavam a retícula de princípios do século V a.C. como base de um método sistemático de organização de novas cidades gregas (MORRIS, 1984).

As primeiras cidades de planta urbana regular, ortogonal, denominadas hipodâmicas, apresentaram as novas concepções urbanas que se figuravam no mundo grego, onde se pretendia ordenar e regularizar um plano urbano. A cidade regular nasceu naturalmente onde se chegou a uma maturidade urbana e foi possível a planificação de uma cidade *ex novo*. Como destacamos, a ideia de cidade com planta regular colocou-se em prática nas numerosas ocasiões das atividades colonizadoras e fundadoras gregas, entre os séculos IX a VI a.C., pelas orlas do Mediterrâneo e Mar Negro. Os helenos planejaram muitas colônias que, quando nasciam *de nihilo* ou nada, podiam conceber-se livres do aparelho histórico, topográfico, pois os *oikístai* ou fundadores, podiam eleger ao seu gosto o local mais adequado para fundar a nova cidade, já previamente concebida e traçada. A expansão colonial no Oriente proporcionou a criação de várias cidades de planta regular, assim como também no Ocidente se aplicou o plano organicamente delineado nas novas colônias (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Nos novos centros impunha-se o modelo dominante, elaborado por Hipodamo de Mileto: de planta quadriculada, em que as zonas de moradias estavam separadas das zonas dedicadas ao culto e ao comércio. Este esquema urbano, de planejamento ortogonal, já estava presente nas civilizações orientais, podendo ser encontrado nas cidades desde antes do Império Médio do Egito (cerca 2000 a.C.) e nas necrópoles egípcias do Império Antigo (cerca de 2600 a.C.), indicando que provavelmente as cidades se organizavam através do sistema de grelha; entretanto sem o mérito de Hipodamo de aplicá-lo de forma rigorosa, tratando de criar a cidade ideal e ao mesmo tempo concreta (BOVO, 2006b; STIERLIN, 1997).

Provavelmente Hipodamo de Mileto generalizou este planejamento, já praticado no Oriente, da qual a tradição lhe concedeu a honra da invenção dos planos urbanos baseados na intersecção das ruas em ângulo reto (GRIMAL, 1988). Acredita-se que o novo planejamento urbano fora empregado justamente quando novas cidades apareciam com a expansão colonizadora dos jônicos do século VI a.C.

Contudo, descarta-se a possibilidade de esta ideia ter surgido na Itália ou emprestada do Oriente (ROBERTSON, 1997). O sistema de grelhas retangular era empreendido nas cidades novas, principalmente nas cidades coloniais, pois como analisamos anteriormente, seu modelo fundacional se diferenciava das cidades gregas tradicionais (FINLEY, 1963).

Hipodamo de Mileto realizava o planejamento urbano como um estratagema prático, fundamentando sua técnica em abstrações matemáticas, não se apegava ao terreno – visto que os solos gregos eram muito irregulares –, como também à maneira de viver grega. Sob essa perspectiva, as cidades que eram construídas sob essa planificação hipodamiana ficavam suscetíveis a invasores; a cidade tradicional, construída ao longo do tempo pela marca da desorganização e labirintos de ruas e construções, confundia o inimigo ao entrarem e buscarem pela saída. Contudo, a cidade hipodamiana se constituía mais organizada e funcional do que a tradicional (Idem, 1963).

Sobre a obra e vida de Hipodamo sabemos pouco, entretanto o conhecimento sobre sua personalidade de arquiteto e urbanista se atribui à invenção da cidade de planta ortogonal. Hipodamo de Mileto aparece na literatura antiga, como através de Aristóteles, onde podemos conhecê-lo como um reformador, planejador, inovador e sistematizador de ideias. Hipodamo nasceu em Mileto, provavelmente por volta de 500 a.C. ou 490 a.C., e suas principais atividades se desenvolveram no século V a.C., onde a arquitetura moldou seus fundamentos no classicismo grego, entre 460 a.C. e 440 a.C. O arquiteto foi um produto de seu tempo, encarregado em tipificar a urbanística do momento, reconstruindo cidades arruinadas pelos persas e construindo outras criadas pelo novo período (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

A partir de Hipodamo de Mileto, a forma e a norma das novas correntes se propagaram pela Hélade. De tal modo que coube a Hipodamo o título de inventor da cidade de planta regular, de ordenação racional de seus elementos e partes, assim, constituiu-se como o criador do urbanismo funcional. Atualmente se analisa Hipodamo como um criador *ex novo*, um arquiteto e matemático capaz de conferir clareza e ordem, lógica e sistema, à planta de uma cidade. Logo, seria um teórico e filósofo do conjunto de ideias já correntes no ambiente da época. Estas normas estéticas e matemáticas, também filosóficas, costumavam oferecer ruas com orientação de acordo com o sol e direção predominante de ventos, além de introduzir uma monumentalidade e certa preocupação pela harmonia e proporções do todo e suas

partes, seguindo certas teorias baseadas nos números e relações com o corpo humano, em que seus membros possuíssem partes fixas, determinados por fórmulas matemático-religiosas de origem pitagóricas (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Segundo Bovo (2006a) o urbanismo fundado até o final do século V a.C. por Hipodamo, baseou-se também em estudos sociológicos relativos às distinções e às várias exigências da população, características que envolviam o tipo de trabalho e a vinculação de uma categoria social, que determinavam padrões ou modelos urbanísticos:

Ele [Hipodamo] considerava perfeita uma comunidade de não mais de 10.000 habitantes – dividida nas categorias de camponeses, artesãos e soldados – à qual correspondia um planejamento urbanístico com uma clara divisão entre áreas públicas, privadas e religiosas. Atribui-se a Hipodamo o plano de divisão da cidade em *insulae*, quer dizer, em construções delimitadas por ruas que cruzam em ângulo reto, embora esta disposição de edifícios fosse conhecida havia milênios no mundo antigo (BOVO, 2006a, p. 62-3).

Esse planejamento urbano mantinha especial importância no estabelecimento da ágora quadrangular, local por onde se iniciava a rede viária. As vias estabeleciam um paralelismo mútuo, sem se preocupar com a natureza do terreno, pois utilizavam das obras de reforço, muros de contenção e escadas, para cuidar dos acidentes do terreno. Todos os edifícios gregos mantinham suas proporções matemáticas englobando estas concepções (Idem, 2006a).

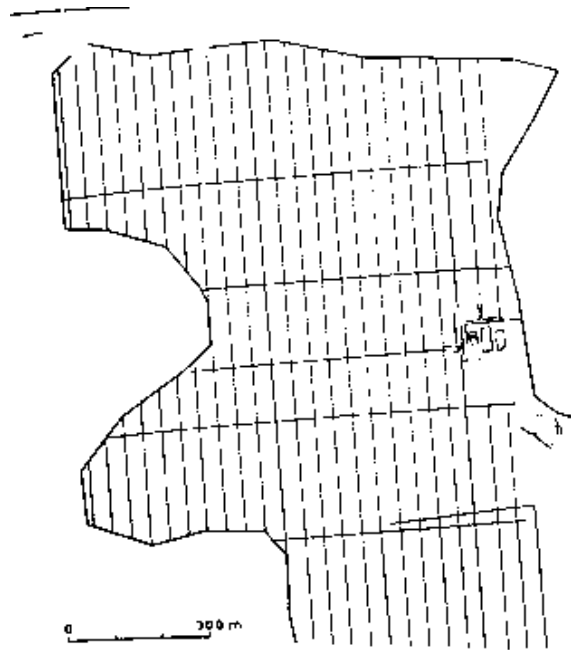


Figura 19. O planejamento urbano das cidades coloniais da Magna Grécia se apresentavam bem fundamentados, com grades de ruas mostrando blocos retangulares de casas ao longo de um plano perpendicular, que foram aperfeiçoadas no século V a.C. por Hipodamo de Mileto (GUZZO, 1997, p. 19).

Bendala Galán (1991) afirma que diversas cidades desfrutaram desse novo urbanismo prático, e uma das cidades gregas do século V a.C. que oferece melhor testemunho deste urbanismo foi Olinto, na Península Calcídica, com planta regular e casas de concepção padronizada. As grandes cidades, como Atenas, tentavam se adequar a essa planificação, pelo menos aplicavam esse raciocínio nos centros de maior relevância, como a ágora. Conforme Robertson (1997), mediante a essa planificação urbana geométrica, as regiões centrais de cidades já existentes quase não podiam ser alteradas, dificultando a aplicação desta nova planificação. Frente a essa questão, nota-se também que poucas regiões conseguiram se organizar e se atualizar antes do período romano.

A forma urbana grega do período helenístico foi essencialmente o resultado da aplicação de princípios de planejamento para o local de assentamento, e a aceitação de que o urbanismo constituía-se uma arte prática. O espaço urbano como tal não teria um valor estético, apenas se encarregaria de situar alguns edifícios em torno de um espaço, e os edifícios ficariam imersos em um sistema de referências mútuas. Os arquitetos gregos se dedicavam ao interesse na massa física dos edifícios considerados individualmente. Assim, surgia o interesse em modelar o espaço, que a

partir do século V a.C., se situou na ágora e raramente se aplicava aos templos e monumentos em uma acrópole (MORRIS, 1984).

As cidades coloniais do mundo helenístico foram construídas, conforme analisado, segundo o modelo e as regras estritas do urbanismo hipodâmico. O urbanismo hipodâmico apareceu por volta de 480 a.C., com a tradição ligando-o ao nome de Hipodamo de Mileto, o filósofo – talvez pitagórico – que pareceu ter sintetizado estudos anteriores efetuados especialmente nas cidades coloniais. Os princípios novos estabeleceram dois pontos para aplicação:

- 1) As ruas cortam-se em ângulos recto, o que produz uma disposição em tabuleiro de xadrez, sem que, aliás, existam dois eixos principais, como virá a ser o caso nas criações romanas;
- 2) O plano quer-se funcional e reserva, por exemplo, bairros especiais no porto, nos edifícios públicos, no habitat (LÉVÊQUE, 1987, p. 62).

Desta forma a planta hipodâmica das cidades helenísticas apresentavam vias retilíneas que se cruzavam entre si, formando quadrículas como uma rede. As casas se situavam distribuídas em ruas largas e retilíneas, constituindo o traçado de tipo reticular, que pareciam aludir a um tabuleiro de xadrez ou de damas. No centro se encontrava a ágora, a praça maior das cidades gregas, onde se localizavam os principais edifícios públicos; este local se configurava como o coração administrativo, econômico e social destas cidades.

As cidades fundadas pelo helenismo obedeceram, na maior parte das vezes, às regras hipodâmicas: com vias ortogonais e plano funcional. Percebe-se que neste período o urbanismo tornou-se regra. Os planos das cidades coloniais hipodâmicas helenísticas buscavam sempre se adaptar à paisagem (Idem, 1987). Assim, o novo espaço urbano de uma cidade regida por esta influência deveria ser adaptado à paisagem e ao clima, com ruas alinhadas de forma ordenada a grandes perspectivas cenográficas, centradas nos edifícios mais representativos. Os monumentos mesmo independentes, formavam parte de um todo, e sua localização determinava seu papel, por exemplo: num cruzamento de ruas importantes, no centro de uma praça ou ao fundo de uma rua principal (BOVO, 2006b).

A planta urbana denominada hipodâmica designa a origem do termo que atualmente serve para aludir a uma cidade ortogonal, regular e reticulada. O modelo hipodâmico foi propagado no século IV a.C. e, posteriormente, se converteu na

configuração geral adotada pelas cidades helenísticas com nova fundação. Apesar disso, de forma natural, o modelo hipodâmico não se aplicava de um modo uniforme, pois compreendia variações provenientes das condições especiais de cada uma das cidades. Muito mais que um planejamento rígido, a planta urbana hipodâmica foi uma concepção simples de como planejar o cruzamento de vias em ângulos retos e localizar na área central os edifícios públicos, como o mercado, templos, *agorá* ou praça, deixando para a área periférica os edifícios de recreação, como teatros, estádios e etc. (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Segundo o pouco conhecimento que temos sobre Hipodamo de Mileto, podemos apontá-lo como aquele que estabeleceu um precedente urbanismo de cidades planificadas, e assim considerá-lo como um dos primeiros a, em um determinado momento, organizar os elementos que compunham uma nova cidade, sua área central, a localização das casas, do comércio, de equipamentos culturais e de descanso, e o limite da muralha defensiva, oferecendo forma a uma entidade urbana integrada com o planejamento urbano geométrico (MORRIS, 1984).

No século IV a.C. o urbanismo grego continuaria sendo estudado e ainda se desenvolveria, fato observado por Platão (defensor da cidade agrícola) e Aristóteles (defensor da cidade comercial e de traçado regular). Uma das estruturas urbanísticas principalmente desenvolvidas no período helenístico, fora as dedicadas à cenografia urbana, construídas com terraços. As mudanças do período helenístico trouxeram para as novas cidades a metodologia hipodâmica, ainda que ampliando a escala em proporção à época (BENDALA GALÁN, 1991). As soluções urbanísticas do período não se limitavam ao ideal racionalista do modelo hipodâmico, às vezes os desníveis do terreno da cidade inspiravam soluções audazes e criativas aos arquitetos, resoluções estas que ainda hoje nos instigam (BOVO, 2006b).

Mesmo assim, buscava-se regularizar o máximo possível o nível da cidade fazendo obras de preenchimentos, limpeza, terraplanagem, muros de contenção e terraços para obter superfícies horizontais. Assim, as cidades coloniais gregas eram construídas com planejamento de tabuleiro de xadrez sempre que o terreno permitia. As praças possuíam alpendres e pavimentação, e certas vias também. As ruas e os espaços públicos das cidades se tornaram maiores e suntuosos, geralmente as vias maiores possuíam 8 metros e as menores 4 metros. Nas cidades helenísticas, fundadas após Alexandre, este modelo se ampliou em dimensões referentes à largura

das ruas. As estruturas arquitetônicas também se uniam à natureza, compondo a paisagem urbana (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

As ruas de uma cidade grega eram tão retas quanto o terreno permitia, mas, a menos que a cidade tivesse sido deliberadamente planejada, o traçado exato era determinado pelas características naturais: tipo de terreno, obstáculos, etc. Nas cidades planejadas as ruas eram retas e se cruzavam em ângulo reto. Qualquer que fosse seu alinhamento, porém, cercavam ou um edifício individual ou um bloco contínuo de casas (LAWRENCE, 1998, p. 60).

As cidades apresentavam geralmente uma praça central, senado, templos, teatro, lojas, residências, bibliotecas, parques, jardins, e palácios. A arquitetura dos edifícios encontrados nestas cidades se manifestava em elementos desde o dórico e jônico até o coríntio – presente, como vimos, principalmente no período helenístico (BOWRA, 1969). Nesta nova concepção de espaço urbano se destacariam os elementos decorativos e ao mesmo tempo funcionais, como as fachadas dos edifícios, os pórticos, as escadas exteriores, etc. Ao combinar elementos da síntese arquitetônica tradicional, obtinha-se soluções inéditas, como praças, altares monumentais, ginásios, bibliotecas e palestras, em que podiam aparecer o pórtico típico do helenismo. Os arquitetos tinham incumbência de atender lugares de culto público e toda a cidade com os distintos componentes oferecidos pela arquitetura (BOVO, 2006b).

Além das construções de edifícios públicos e privados, engenheiros e arquitetos se encarregavam da construção de uma rede de serviços que permitiam o abastecimento de água de poços e cisternas, que através de seu fluxo de águas, usado em tubos e calhas, drenavam os esgotos, mantendo o pleno funcionamento da cidade. Também realizava-se a pavimentação de ruas firmes, que incluíam a construção de calçadas. No plano doméstico, nota-se que primeiramente os planos das casas do período arcaico eram bastante simples: de formas retangulares, casas rodeadas por um quintal ou jardim – onde ficavam instalados os jarros usados para armazenamento de alimentos, o galpão de ferramentas e sumidouros (GUZZO, 1997) –; posteriormente, as residências apresentavam uma só planta, duas em casos excepcionais, ou mais nas grandes metrópoles (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

O centro de cada casa era ocupado por um pátio, com uma galeria ou colunata ao longo de um dos lados pelo menos; os quartos,

que ficavam entre o pátio e a parede externa, permaneceram relativamente pequenos, mesmo até o século IV [a.C.]. Com o passar do tempo, o tamanho dos quartos aumentou e a qualidade dos materiais de construção melhorou, conferindo-se melhor elaboração aos pisos de mosaico e às decorações murais. O plano, contudo, permaneceu essencialmente inalterado, embora o pátio apresentasse, com frequência, colunatas dos quatro lados. Devido a essa concentração no pátio, a aparência externa das casas pode ter tido pouco ou nenhum interesse arquitetônico, a não ser que tivesse escala palaciana (LAWRENCE, 1998, p. 60).

No século V a.C. os edifícios simétricos e de grandes proporções já antecipavam a visão romana. Um traço típico da época do helenismo foi a tendência ao gigantismo, ao monumento imponente e impressionante, aspectos que também seriam explorados pelos arquitetos romanos. Os testemunhos arquitetônicos helenísticos mostram a qualidade das obras artísticas e o caráter inovador e dinâmico das ideias deste período. A arte influenciou todos os domínios da sociedade, ocupando-se do público e do privado, convertendo-se em objeto cotidiano, ditando gostos e o regulamentando com modalidades originais (BOVO, 2006b).

O período helenístico optou por desenvolver tradições mais simples, do ideal do planejamento axial e da simetria mecânica, em relação à subsequente arquitetura romana. Tais modelos helênicos de construções se encontravam bem difundidos na Itália antes do estabelecimento do Império romano, implícitos na planta do templo etrusco, onde tudo era sacrificado em nome da fachada, as ideias encontravam suas expressões mais acabadas em obras como as termas e fóruns imperiais, onde a prática italiana foi reforçada pela concentração de poder e pelas tradições teocráticas do Egito e Oriente (ROBERTSON, 1997).

A partir de Alexandre Magno, muitas cidades foram refundadas em locais com grandes possibilidades de defesa e, em sua maioria, possuíam planificação hipodamiana. Observa-se que existia uma consonância nas características das cidades com planificações geométricas, visto que estavam de acordo com os métodos hipodâmicos. Desta forma, Hipodamo de Mileto foi o primeiro arquiteto grego a conceber um planejamento urbano geométrico da estrutura de uma cidade, a partir de um ponto de vista que privilegiava a funcionalidade, e onde o plano configurava-se em forma de tabuleiro de xadrez que refletia as divisões lógicas e matemáticas da época. Hipodamo foi o introdutor de uma planificação apoiada em ruas principais largas que se cruzavam em ângulos retos (Idem, 1997). Tanto a forma do urbanismo, como da

arquitetura e da arte helenísticas, marcariam profundamente o mundo romano (BOVO, 2006b).

4.1.3 Influências etruscas e gregas: Inovações romanas

No Oriente grego a planta hipodâmica teve uma repercussão considerável, favorecida pelas fundações dos monarcas helenísticos. Do mesmo modo, as novas ideias urbanísticas de planta ortogonal hipodâmica também passaram para a área Ocidental do mundo grego, nas cidades coloniais da Sicília e Magna Grécia (GARCÍA Y BELLIDO, 2009). A civilização etrusca configurou-se muito marcada por elementos importados da cultura grega devido seus fortes laços comerciais com os mercados da Magna Grécia (STIERLIN, 1997).

Aos etruscos são atribuídas características originais dentro da visão do período da Antiguidade. A absorção cultural do Oriente Próximo transformou o desenvolvimento das cidades da Península Itálica, já no século VIII a.C. misturavam-se elementos etruscos, romanos e gregos. No século VI a.C. estas cidades formavam uma confederação, sob um santuário nacional aos moldes dos gregos contemporâneos. A evidente influência grega se estabeleceu no século V a.C. devido ao crescimento das cidades coloniais gregas localizadas ao sul da Etrúria, que lhe infligiram o comércio (MARTÍN, 1992).

O domínio marítimo grego aconteceu junto à expansão territorial de Roma, esta última detentora de poder econômico e político que propiciaria a anexação do território etrusco ao romano, com sua conquista no século IV a.C. A cultura etrusca muito periférica, mas com personalidade própria e intensa influência grega, logo se incorporou à romana (Idem, 1992). Entre o período dos séculos VII a.C. e III a.C. se difundiu na Etrúria, já submetida à hegemonia romana, o ornamentalismo orientalizante, onde se verificou uma ruptura com o passado e uma progressiva helenização geral da Itália, emanada por Roma, rumo a formar uma unidade da cultura etrusco-latina (STACCIOLI, 1991).

Tal aspecto da helenização peninsular indicaria a semelhança na base organizacional da civilização etrusca e grega: cidade soberana, murada e autossuficiente. Na Etrúria o espaço natural, ritualmente escolhido e localizado, permitia que as cidades apresentassem alinhamento nas ruas, delimitação ao espaço

religioso, especificação para os ambientes das necrópoles e as relações territoriais; esses limites urbanos, herança etrusca, foram integrados a Roma e que portanto, mais tarde, seriam disseminados por toda a cultura ocidental europeia. A colonização etrusca seguiu modelos espaciais de assentamentos urbanos e agrícolas: escolha da malha retangular como traçado regulador de ruas e caminhos de toda a fundação (MARTÍN, 1992).

No início do desenvolvimento do território etrusco, seu crescimento apresentou-se orgânico devido às necessidades topográficas de defesa. As ruas das cidades mais antigas se ajeitavam com traçados sinuosos e irregulares, junto também às necrópoles com distribuição anárquicas. Entretanto nos locais de colonização etrusca, os terrenos eram abertos e amplos, traçados por esquadro e cordel, e o território oferecia traçado quadricular, próximos aos conhecidos como hipodâmicos. Igualmente pode-se supor que a repartição das extensas propriedades agrícolas romanas buscasse nessa experiência sua origem (Idem, 1992).

Stierlin (1997) também afirma que os etruscos, por formarem uma civilização genuína, tiveram forte influência grega devido aos profundos laços comerciais com a Grécia e a Magna Grécia. Assim, as artes etruscas e romanas foram com o tempo absorvendo o modelo grego, da arte helênica. Diversos foram os elementos culturais etruscos inspirados na arte grega, assim como o planejamento retilíneo de suas cidades do século IV a.C., a exemplo de Hipodamo de Mileto. Torna-se provável que a influência grega só não foi maior na Península Itálica devido à resistência imposta pelas tribos localizadas mais ao norte das colônias magno-gregas.

Assim como plantas retilíneas de cidades do século IV a.C. se espalhavam pelo mundo antigo, a influência de Hipodamo de Mileto se fazia presente na Península Itálica, onde como por exemplo, projetou a colônia grega de Turi, situada na Magna Grécia (ROBERTSON, 1997; STIERLIN, 1997). Tais cidades que evocam as ideias formuladas por Hipodamo também se manifestaram na urbanização etrusca, onde podemos encontrar estruturas urbanas traçadas com regularidade, com cruzamento de ruas em ângulo reto, vias amplas e casas alinhadas ao longo dos seus dois lados. Estas cidades caracterizadas segundo um plano regulador, conjugavam os esquemas urbanísticos gregos com as exigências etruscas (STACCIOLI, 1991).

O mundo romano seria então marcado pela influência grega e também pelas características provenientes das tribos itálicas, juntas e combinadas com influências externas das colônias helênicas (STIERLIN, 1997). Em algumas cidades antigas

podemos perceber antecedentes helenísticos, como o exemplo dos alpendres e as inovações de época romana em cidades de última etapa, que apresentam ruas portificadas e praças redondas ou elípticas. Mesmo assim, o que menos variou nestas cidades antigas foram suas plantas urbanas, uma marca helenística que permaneceu bem fixa (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

A influência etrusca pode ter sido considerável no urbanismo romano, mas a supremacia parece pertencer a Grécia. Como analisamos, nos séculos VI a.C. e V a.C., juntamente com o sistema ortogonal simples, oriundo do Oriente, surge o plano em quadrados, *per strigas*. O nome de Hipodamo de Mileto constitui-se sobretudo como um símbolo, o arquiteto conseguiu transformar em teoria um sistema preexistente, dedicando especial atenção ao caráter monumental e aos efeitos cenográficos. Certas cidades romanas derivam do tipo hipodâmico, com *insulae* de uma *iugera* por duas ou mais (GRIMAL, 1988). A arquitetura militar itálica recorreu às técnicas de construção derivadas dos gregos e serviu de modelo às primeiras cidades romanas, em padrão de grelha (STIERLIN, 1997).

Analisando casos conhecidos de cidades itálicas com planta regular podemos apontá-las como de criação autóctone ou sustentar – atualmente uma ideia mais aceita – que receberam influências dos gregos vindos da Grécia e de suas colônias ao sul da Itália e Sicília. Algumas cidades, do século V a.C., como Cápua e Marzabotto apresentam planejamento regular com base de dois eixos ortogonais que se cruzavam ao centro, como o *kardo* e o *decumanus* dos acampamentos romanos. No século IV a.C. a cidade de Óstia apresentava, em seu urbanismo, um primitivo *castrum*, um retângulo dividido em quartéis por duas vias que se cruzavam, já indicando a introdução do modelo de acampamento romano que haveria de nascer nas guerras do século III a.C. (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

A criação de cidades romanas permitiu o surgimento de variantes, relacionadas com o tipo de *castrum* ou acampamento militar frequente na origem das colônias romanas (GRIMAL, 1988). Este modelo de cidade se dividia em quatro grandes quartéis ou bairros pelo cruzamento de duas artérias verticais entre si, mais amplas que as demais vias, padronizando a rede viária menor. Esse fator, se supõe como uma influência direta romana, uma vez que toda fundação urbana romana recebia este preceito (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Procedente ou não, tais vias, conhecidas como *kardo* e *decumanus maximus*, constituíam-se como uma solução urbanística lógica, com eixos principais de mesma

simetria que se acentuavam e se cruzavam no centro do assentamento, permitindo valorizar e monumentalizar a cidade, através de quatro portas abertas pelos quatro pontos finais das duas vias principais, formando o *tetrapylon*. As grandes ruas retas e largas tinham como plano de fundo colunas isoladas nos cruzamentos das ruas, as *nymphaia* ou fontes monumentais como elemento urbano decorativo (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Diferentemente das cidades-mães gregas descentralizadas, a disciplina militar e política romana permitiram que seu urbanismo se aproximasse do planejamento urbano hipodâmico das cidades coloniais gregas, ordenando suas habitações em volta de um fórum – o centro político da cidade –, situado no cruzamento dos eixos principais (GRIMAL, 1988). A cidade romana conservaria esta estrutura, com o fórum equivalente à ágora grega, com os edifícios públicos no centro da cidade e também com ruas em um traçado retilíneo, considerando que a diferença das cidades gregas para a cidade romana estaria na divisão por duas grandes avenidas principais, o *kardo maximus* e *decumanus maximus*. Na intersecção entre estas duas grandes avenidas era onde se dispunha o fórum, a praça maior dos romanos e o centro político-administrativo, comercial e também social, pois igual às cidades gregas, constituíam-se como locais em que confluíam todo o mundo. Posteriormente, as praças públicas retangulares ou quadradas foram sendo preferidas pelas redondas ou ovaladas, com a arte urbana monumental de forte repercussão em Roma e na Idade Moderna (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Desta forma, podemos constatar que na Antiguidade, em época de hegemonia romana, existiram dois tipos de urbanismo empregado nas cidades: o hipodâmico, ortogonal, e o etrusco-itálico, também ortogonal, porém com a particularidade de ser orientado por duas vias principais: o *kardo* e o *decumanus* (ROBERTSON, 1997). Esta disposição urbana em duas vias principais podia ser encontrada nos acampamentos militares romanos, mesmo assim, não apenas este exemplo determinaria sua adoção pelos fundadores das cidades coloniais romanas (GRIMAL, 1988).

Provavelmente, as suas origens situam-se no urbanismo oriental, do qual nasceu o sistema hipodâmico e se espalhou pela Itália por intermédio dos Etruscos e a exemplo das colônias helênicas da Magna Grécia e da Sicília. É possível que este plano geométrico, sistematizado por Hipódamo de Mileto, casasse bem com certas práticas itálicas, particularmente com a orientação das cidades segundo os pontos cardeais – na medida em que cada cidade, cada

assembleia humana sujeita ao olhar dos deuses se deve reunir num *templum* (GRIMAL, 1988, p. 267).

Os assentamentos urbanos seguiam a linha de Hipodamo de Mileto, que introduziu a urbanização baseada em uma planificação geométrica apoiada em ruas principais largas que se cruzavam em ângulos retos. Os planejamentos urbanos primitivos na Itália, com traçados geométricos, eram conhecidos como *terremare* na Idade do Bronze, sendo este tipo de planejamento também aplicado nas cidades etruscas (ROBERTSON, 1997). A orientação do *kardo* e do *decumanus*, e uma preferência por uma muralha quadrada, demonstram uma certa origem nas *terremare*, mas principalmente apontam uma provável influência augural nos ritos de fundação etrusca, e no próprio urbanismo de exemplos italianos fornecidos a partir do século VI a.C. pelas colônias gregas do sul da península (GRIMAL, 1988).

Assim, em Roma, a evolução urbana instauraria um novo plano regulador (Idem, 1988). Segundo Robertson (1997), ao longo do tempo no Ocidente, a urbanização se transformaria com a influência da planificação romana, que surgiu inicialmente com sua expansão territorial e se distinguiu com seus acampamentos militares; assim como aconteceu inicialmente com as colônias gregas, o urbanismo antigo mais uma vez seria desenvolvido nas colônias romanas:

Não há dúvidas de que um sistema de duas vias principais que se entrecruzavam, orientadas nos sentidos norte-sul e leste-oeste, e inscritas em uma área murada quadrada ou retangular era tradicional nos acampamentos militares e fortalezas romanas, e que diversas cidades romanas se desenvolveram a partir de tais assentamentos. [...] ...novas cidades segundo esse traçado, que possuía um caráter religioso e provavelmente se originara na Etrúria... [...] A via principal no sentido norte-sul recebia o nome de *cardo*, e a via principal no sentido leste-oeste, *decumano* um espaço vazio, ou *pomérico*, de largura predeterminada, separava das muralhas as casas mais periféricas. Nos acampamentos, o pretório ou quartel-general, que dominava o todo, situava-se nas proximidades do cruzamento central, e bloqueava um dos acessos principais (ROBERTSON, 1997, p. 221-2).

O cruzamento de *kardo* e *decumanus* proporcionaram às cidades italianas direcioná-las de forma a se centralizarem, e o planejamento axial, que se encontrava explícito nas plantas dos templos etruscos, permitia sujeitar tudo para realçar a fachada. No período do Império, diversos acampamentos romanos apresentavam características de cidades, e se destacavam por possuírem *kardo* e *decumanus*. Estas

idades foram projetadas por quadrados ou retângulos murados, porém quando se expandiam de forma aleatória, posteriormente eram cercadas por muralhas de traçado irregular. Já em toda a Grécia, a planificação grega se desenvolvia por esquemas que variavam em algumas características de cidade para cidade, contudo, seguiam com a urbanização geométrica de Hipodamo, mas sem sanção especial aplicada pela tradição (ROBERTSON, 1997).

A questão da urbanização das cidades antigas não apresenta consenso sobre influências de relação entre planificação romana e a planificação grega – difundida por Hipodamo –, pois são, como vimos, muito parecidas, mas também podem ter surgido como criações de inspirações autênticas e independentes. Mesmo assim, torna-se provável que os traçados gregos e italianos, bastante parecidos, mantiveram em origem finalidades e intenções semelhantes, planejados principalmente para promover uma partição igualitária dos novos sítios urbanos, embora o cruzamento do *kardo* e *decumanus* tenham apressado esse interesse, emprestando às novas cidades italianas um impulso inicial em direção à centralização e ao planejamento axial (Idem, 1997).

Interessante notar que tais configurações itálicas apontam que os gregos do período clássico não subordinavam suas ruas ou mercados aos edifícios dominantes, axialmente localizados, visto que para eles cada edifício era um fim em si, sendo belo e acessível, não pretendiam vistas panorâmicas e efeitos centralizadores. Contudo, tais efeitos não conseguiriam ser praticados nas antigas cidades espontâneas da Grécia pré-helenística. A difusão do plano regular atribuído a Hipodamo começaria a mudar esta realidade, apostando em um urbanismo cenográfico (Ibidem, 1997).

As planificações gregas e italianas configuraram-se semelhantes. Mas se avaliarmos que o sistema que orientava o planejamento urbano romano adicionou em sua base dois eixos perpendiculares que formavam ângulos retos, o *kardo* – em direção norte-sul – e o *decumanus* – em sentido leste-oeste –, os quais se cruzavam ao centro, onde ficava o fórum, e que o plano regular em grelha, atribuído a Hipodamo de Mileto, apresentava-se muito mais antigo, verificaremos que este sistema de organização na perpendicular derivava do planejamento urbano retilíneo de Hipodamo e/ou da cidade etrusca – já bastante influenciada pelo contato com a Magna Grécia. Possivelmente, a conjunção desses dois urbanismos influenciou e gerou a disposição adotada posteriormente nos acampamentos militares romanos. Sendo assim, o

modelo urbano difundido e utilizado pelos gregos seria em essência o adotado pelo Império romano com algumas adições (STIERLIN, 1997).

4.2 ACAMPAMENTOS ROMANOS E CIDADES CASTRENSES

Apesar das ruas principais de Roma revelarem-se bem evidentes no sítio, o planejamento urbano da cidade de Roma não se formou sob o sistema de unidades dispostas em ângulo reto, justamente devido às antigas cidades-mães itálicas e também antigas cidades-mães gregas, em seus primórdios, caracterizarem-se pela urbe em constante desenvolvimento sem ordenamento específico, modelada conforme o crescimento da população e, conseqüentemente, com suas cabanas dispostas desordenadamente. O planejamento urbano desenvolvido e aplicado na Antiguidade foi utilizado principalmente com os fenômenos de colonização greco-romana, nas fundações de cidades novas, geralmente construídas com pressa, baseado em programas de concepções militares ou econômicas (Idem, 1997).

Assim como as numerosas cidades gregas foram sistematicamente planejadas no período pós-hipodâmico, as cidades provinciais romanas também se configuraram formalmente reguladas. Os engenheiros romanos adotaram traçados de planejamento simples para os assentamentos urbanos das provinciais. Para Roma impor e manter sua autoridade em todo o seu vasto império, os romanos estabeleceram princípios básicos que foram colocados em prática no urbanismo romano, edificando numerosos e fortificados acampamentos de legionários denominados de *castra*. Muitos acampamentos existiram apenas como centros de aprovisionamento para atividades militares locais, que assim deviam funcionar em tempo mínimo, mas seguindo estritamente as normas aplicadas da castrametação – arte de traçar acampamentos militares –, sempre traçados segundo um modelo de retícula dentro de um perímetro defensivo, retilíneo e predeterminado (MORRIS, 1984).

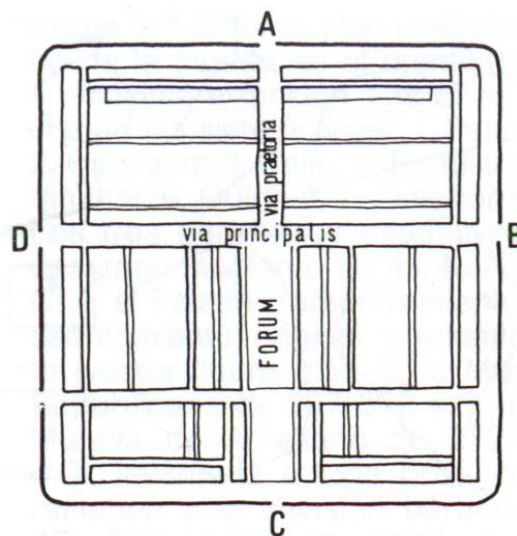


Figura 20. Modelo simples de uma planta de um *castrum* romano com suas vias principais e portas de acesso (MORRIS, 1984, p. 59).

Embora muitos acampamentos militares ou *castra* fossem provisionais, um grande número deles formara a base de cidades permanentes. Também, outras cidades foram fundadas por razões econômicas e políticas. Os assentamentos urbanos permanentes, tanto se desenvolveram através de um acampamento, como tiveram sua origem seguida de outros fins, contudo, ambos foram dotados dos mesmos planos, simples e normalizados do urbanismo romano (Idem, 1984). A construção de acampamentos militares garantia o domínio romano sobre os territórios conquistados. Frente a isto, após as conquistas, muitos acampamentos transformaram-se em importantes cidades do Império romano. Para a manutenção da paz e segurança, os romanos investiam em uma cidade bem planejada, como seus acampamentos militares (MACAULAY, 1989).

O historiador grego Políbio, que viveu por cerca de 203 a.C. a 120 a.C., conviveu muitos anos com os romanos e nos legou um importante estudo detalhado sobre os acampamentos militares. Em sua descrição, todo o acampamento romano era construído segundo um mesmo modelo, embora acidentes naturais fizessem parte do acampamento, geralmente era levantado em um local plano, constituído como uma fortaleza, sem rios e penhascos que ajudassem na defesa. Os acampamentos romanos tinham função mais ofensiva que defensiva, pois se tratavam de quartéis para as tropas e também funcionavam como bases de abastecimento para exércitos, muito dependentes da mobilidade (MORRIS, 1984).

O acampamento romano era montado para conter duas legiões com tropas aliadas, a cavalaria e os corpos especiais. Segundo Políbio, as dimensões e as condições – efetivo e situação geográfica – do acampamento podiam variar, contudo os princípios gerais se mantinham, e nesta disposição do campo podemos encontrar a origem da arquitetura militar romana do Império. Optava-se por um local elevado para evitar um ataque surpresa, com água nas proximidades e campos para alimentação dos cavalos (GRIMAL, 1988). A facilidade de acesso era fundamental para sua localização, em lugar de colinas isoladas e de fácil defesa, os romanos preferiam instalar os acampamentos em travessias de rios e cruzamentos de estradas. As cidades que se desenvolveram a partir destes *castra*, situados em locais favoráveis, são os que com maior frequência sobreviveram ao longo dos séculos (MORRIS, 1984).

Após as cerimônias de fundação, os soldados assentavam um acampamento militar ou *castrum*. Os legionários demarcavam um espaço com perímetro geralmente quadrado ou retangular, cavando um fosso de proteção e erguendo uma paliçada ao redor do acampamento. Em seguida, dentro do perímetro, traçava-se as duas ruas principais, de norte a sul, a *principalis* ou o *kardo*, e de leste a oeste, o *decumanus*, ambas alargadas e prolongadas. Estas vias se cruzavam em ângulo reto e em suas esquinas, formada pela intersecção do *decumanus* e *principalis*, consistia em um terreno alongado e descoberto, que indicava o centro do *castrum*, equivalente ao fórum da cidade, onde os soldados se reuniam para receber as ordens. Em um ponto deste espaço estava localizado o *praetorium* ou alojamento do comandante, e o restante do *castrum* era ocupado pelas fileiras de instalações que abrigavam os soldados e os demais (MACAULAY, 1989). A partir do ponto do *praetorium* ou tenda do general, se distribuía o conjunto castrense segundo as regras fixas do urbanismo romano (GRIMAL, 1988).

Começava por se traçar o *praetorium*: um quadrado de 60 metros de lado, depois desenhavam-se duas grandes vias perpendiculares, que se cruzavam à frente do *praetorium*. Uma destas vias, orientada de norte para sul, chamava-se *via principalis*; correspondia ao *cardo* das cidades fundadas ritualmente. A outra era o *decumanus maximus* e o seu traçado teórico prolongava, para leste e oeste, o eixo do *praetorium*. A *via principalis* conduzia às portas principais direita e esquerda, o *decumanus maximus* à porta *praetoria* (porta do general) voltada para leste, e à porta *decumana* (porta decúmana) aberta a ocidente (Idem, 1988, p. 121).

As duas vias principais que se cruzavam formavam a base da estrutura viária: o *decumanus*, atravessava o centro do assentamento castrense, e a via *principalis* cortava ortogonalmente o *decumanus* em duas partes a partir do ponto médio de um dos seus lados. Ruas secundárias completavam o traçado em grelha – conforme o planejamento hipodâmico – e formavam as quadras dos quartéis (MORRIS, 1984). O traçado do acampamento era muito semelhante ao do *templum* urbano, entretanto, na prática, a disposição do terreno comandava a orientação (GRIMAL, 1988).

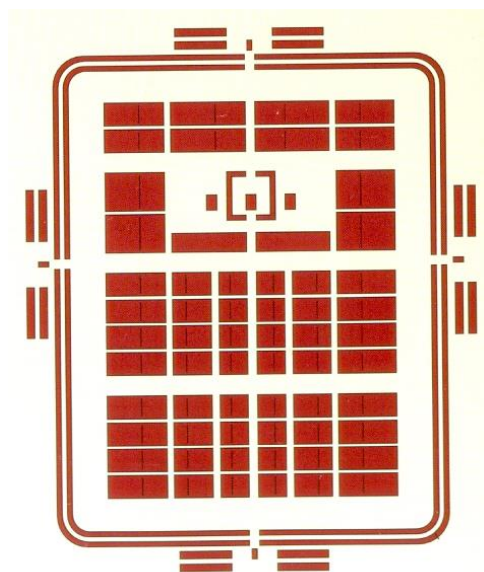


Figura 21. A planta de um acampamento romano típico (castro) era formada por um cercado retangular, com quatro portas em cada parte que ligava-as ao centro pelas principais ruas: *principalis* e *decumanus*. Ao centro estava o pretório do general, ao redor organizava-se o restante do acampamento (STIERLIN, 1997, p. 48).

Após determinar os eixos do acampamento se distribuía as diferentes unidades militares pelo espaço. Os oficiais se instalavam ao longo da *via principalis*, todo o ambiente entre esta via e a porta pretoriana era destinado às tropas legionárias e aos aliados, suas tendas dispunham-se em filas e em ruas secundárias, paralelas ao *decumanus maximus*. Os cavaleiros alinhados em esquadrões permaneciam no *decumanus maximus*; atrás deles, os *triarii* ou soldados de infantaria de alta patente; seguidos dos *principes* e depois os *hastati*. As posições mais afastadas do *decumanus maximus* e próximas das trincheiras eram ocupadas pelas tropas dos aliados, cavaleiros e soldados de infantaria (GRIMAL, 1988).

Atrás da *via principalis* situava-se o bairro dos oficiais, com o *praetorium* ao centro, ladeado pelo *forum* e *questorium*. Tal *forum* era uma praça pública em que se

realizavam as reuniões. O *questorium* era o local onde se realizava as distribuições de víveres e todos os serviços materiais. Em ambos os lados do *forum* e *questorium* acampavam as tropas de elite, cavaleiros, soldados de infantaria e tropas auxiliares. No acampamento, entre as trincheiras e as primeiras filas de tendas, existia uma distância de aproximadamente 60 metros, protegendo as tendas do arremesso de armas inimigas (GRIMAL, 1988).



Figura 22. Planta de acampamento romano especificando sua estrutura e a localização de seus componentes (RATHBONE, 2011, p. 218).

A planta do acampamento se fazia quadrada, com 656 metros de lateral e guarnecida com um portão. Na parte interior, em cada trecho próximo à muralha, haviam espaços livres no acampamento para que assim se evitasse que armas lançadas do exterior alcançassem as tendas dos soldados. A planta do terreno era

sempre a mesma com ruas retas e um mercado, com a sede de comando ocupando sempre o mesmo espaço, ao centro, como o fórum na cidade. As tropas sempre ocupavam uma localização específica, de forma que um soldado sempre pudesse encontrar seu alojamento ao término da construção do acampamento (MORRIS, 1984), além disso, esta facilidade permitia que os soldados sempre soubessem onde estavam, mesmo quando fossem atacados à noite. Tal familiaridade era tanto, que Políbio escreveu que quando um exército romano montava acampamento era como se tivesse voltado para casa (RATHBONE, 2011).

As cidades de origem militar e derivadas de acampamentos militares eram, segundo o historiador e geógrafo grego Políbio, do mesmo modo como os romanos planejavam suas cidades civis, também assim, os romanos projetavam e construíam as cidades militares, os *castra*. Como nas cidades civis, os *castra* apresentavam divisão principal e normativa a partir das ruas principais que se interferiam em cruz: *kardo maximus* e *decumanus maximus*. As cidades nascidas de acampamentos militares tiveram e conservaram durante muito tempo a marca clara de sua origem castrense, militar, além de muito parecida com as demais cidades de origem colonial (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

4.2.1 Acampamento militar romano transformado em uma cidade

Observa-se que os acampamentos romanos estáveis e fixos, *castra stativa*, serviam para alojamento de uma ou mais legiões. Em época imperial, uma legião contava, teoricamente, com 6000 homens, mas na prática era formada de 4000 a 5000 homens. Os *castra* fixos atraíam uma significativa população civil que os acompanhavam, constituindo a chamada *cannaba*. A *cannaba* compunha uma variada população de ambos os gêneros: comerciantes, mercadores, vendedores, prostitutas, veteranos do exército, esposas, filhos e parentes dos legionários ativos e etc.; além de pessoas que mantinham os estabelecimentos de banhos, santuários e etc. (Idem, 2009).

Tal população civil e heterogênea era, em muitos casos, maior que a militar do mesmo acampamento em que viviam, e frequentemente obtinham o status civil com que regiam, sendo os castros promovidos a *municipia* e, inclusive, a *coloniae*. As ordens militares proibiam os soldados em serviço de contrair matrimônio (*iustus*

connubium), porém se tolerava e permitia que tivessem mulher própria sob o artifício da chamada *focaria*, uma espécie de governanta ou cozinheira. De fato a *focaria* se tornava a esposa legítima pela lei ao licenciamento do soldado. Posteriormente, a partir da dinastia dos Severos, o soldado podia formar família ligada à *cannaba* do acampamento, tanto que as legiões estáveis passaram a se nutrir com os próprios filhos dos legionários, os *ex castris*. Se por qualquer motivo a legião abandonasse o local, uma significativa parcela da população ocupava o acampamento, convertendo-o em um núcleo urbano civil (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Como consequência, a nova cidade romana se transformava dentro do molde da matriz: a exata cópia do acampamento militar. Assim, se criaram direitos e deveres para os *cannabarii*, convertendo-os em cidadãos de uma nova cidade. Em virtude das legiões romanas terem se fixado nas zonas de maior perigo, foram estas áreas que geraram cidades oriundas de *cannabae* que se constituíram, no caso da Hispânia, nos *limes* interno do norte e oeste da península. Nota-se que também os acampamentos das unidades auxiliares (*alea* e *cohortes*) possuíam suas *cannabae* e deram lugar a cidades (Idem, 2009).

4.3 FUNDAÇÃO DE UMA CIDADE COLONIAL ROMANA

A construção de uma cidade romana poderia ser em local virgem ou uma aldeia, por isso já se podia planejar o tamanho e o número de sua população desde sua concepção. Os urbanistas se encarregavam da distribuição dos espaços necessários para as casas, lojas, praças e templos; determinavam as necessidades de água, número e extensão de ruas, calçadas e esgotos. Estes projetos supririam as necessidades de toda a população. Uma cidade com superpopulação sobrecarregaria a rede de sistemas que sustentariam sua população (MACAULAY, 1989).

Um projeto e a arquitetura de uma cidade romana fundada entre III a.C. e II d.C. seguia um planejamento e construção que atendesse as necessidades de todos seus habitantes. E esta concepção formava a base de qualquer cidade bem sucedida. Para iniciar a construção, os geômetras escolhiam o local da nova cidade: um lugar plano, mas em ligeiro declive, para garantir uma boa drenagem e evitar inundações (Idem, 1989). A fundação de uma colônia se estabelecia por meio de uma fundação ritual por parte do augure sobre o *mundus* (PLÁCIDO, 2009).

O ritual de fundação de uma cidade colonial, de cidadãos romanos, uma *colonia ciuium romanorum*, era presidido por uma consulta de presságios, um sacerdote romano examinava o fígado de animais capturados na região para determinar se o local era salubre. Ao constatar que os animais estavam sadios, explorava-se a região para verificar se não existiam pântanos, assim se agradecia aos deuses e o local no terreno do sítio era eleito, *templum*, e confirmado oficialmente para a construção da nova cidade (GARCÍA Y BELLIDO, 2009; MACAULAY, 1989). Em Vitruvius podemos encontrar registros que apontam que a atividade para a fundação de uma cidade colonial romana compreendia os alicerces da arquitetura, da geometria e outras áreas do conhecimento, para constituir um diálogo interdisciplinar e então, deste modo, dispor e escolher o melhor local para fixar o assentamento.

Primeiro, a eleição de um lugar o mais saudável o possível. Ele será alto e não nebuloso, sem geadas e voltado para um quadrante que não seja nem quente nem frio, mas temperado. Depois, a vizinhança de pântanos será evitada (VITRÚVIO, 2007, p. 83).

Os acampamentos fortificados, *castra stativa*, só eram estabelecidos com fortificações a partir da imolação e análise das entranhas dos animais que pastavam junto ao local. Através dos resultados positivos da natureza da água e pastos ingeridos pelos animais podia-se detectar se o ambiente analisado era suscetível à fundação de assentamentos permanentes que não viessem a prejudicar os futuros habitantes. Essa escolha definia a grande preocupação dos antigos em procurar zonas salubres para fundar uma nova cidade (Idem, 2007).

Após estabelecer os recintos urbanos, *templum*, de acordo com a regra da salubridade, da abundância de alimentos, da localização favorável de rios ou comunicações marítimas, para construções de vias e portos que facilitassem o transporte, dava-se autorização para erguer as muralhas e torres resistentes em defesa da cidade (Ibidem, 2007). Um sacerdote com um arado puxado por uma vaca e um touro traçavam a marcação do sulco ao redor do local do assentamento, assinalando o perímetro da cidade, um ritual que demarcava o traçado das muralhas e assegurava a proteção dos deuses. Esta cerimônia era denominada de *inauguratio*. Ao redor da cidade, na parte intramuros, dispunham-se estacas em uma faixa de terra de nove metros de largura, o *pomerium*. O perímetro ou *pomerium*, da futura cidade representava a fronteira sagrada, pois demarcava um lugar habitado e protegido pelos

deuses pátrios, portanto, não se sepultava e nem se alojava divindades estranhas neste ambiente (GARCÍA Y BELLIDO, 2009; MACAULAY, 1989).

Após o rito, *inauguratio*, se delimitava as partes internas da cidade, *limitatio*. Os geômetras faziam o traçado das ruas com um instrumento topográfico, a *groma*, para se certificarem de que as vias se cruzariam em ângulos retos. No campo o mesmo método era utilizado para traçar as estradas e delimitar as propriedades (Idem, 2009; Idem, 1989). Dentro das muralhas, a cidade se dividia em áreas que se ajustavam segundo as orientações das praças e das ruas. O traçado do interior da cidade tinha de estar conformado habilmente à natureza dos ventos, para que não gerassem ambientes favoráveis à disseminação de doenças. Com o auxílio de um gnômon, que media a sombra em diferentes partes do dia, se descobria as orientações dos ventos, permitindo o alinhamento das ruas com as direções dos ventos. Sabendo-se que os antigos acreditavam em oito ventos importantes, o ordenamento das praças e das vielas era alinhado pelos ângulos entre duas direções de ventos, a planta dos *castra* e das primitivas implantações de cidades romanas revelava-se octogonal. Através dessa metodologia a força nociva dos ventos se afastava das habitações e das ruas (VITRÚVIO, 2007).

As cidades romanas podiam se cercar por altas muralhas, com portas fortificadas nas passagens das duas ruas principais (MACAULAY, 1989). A área urbana era partida em quatro partes por meio de dois eixos construídos por duas ruas principais, uma corria de norte a sul, denominada de *kardo maximus*, e outra, com curso de leste a oeste, e que cruzava o *kardo* pelo seu centro, chamada de *decumanus maximus*. O local de intersecção das duas ruas se abria uma praça chamada *forum*. As ruas principais que despontavam a partir do *forum* em direção aos quatro extremos da cidade alcançavam quatro portas, localizadas no centro dos limites dos quatro lados, de modo que a área pública fosse dividida em quatro quadrantes iguais. Esta etapa constituía a designada *orientatio*. Escritores romanos de agrimensura, os *gromatici*, estipulavam ao *decumanus maximus* uns 12 metros de largura e ao *kardo maximus* uns 6 metros. Em seguida, se assinalava as ruas secundárias que se traçavam de forma paralela ao *kardo* e *decumanus*. A intersecção destas ruas resultava na formação das quadras ou *insulae* da cidade (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Sempre que o terreno permitia, conferia-se à cidade um plano racional, geométrico: o fórum situava-se no centro na intersecção de duas vias perpendiculares chamadas *cardo* e *decumanus maximus*. A primeira, o *cardo*, estava orientada no sentido norte-sul; a segunda, de oeste para leste. As outras ruas eram traçadas de maneira a desenhar uma quadrícula regular; à volta, a muralha possuía a forma de um rectângulo (GRIMAL, 1988, p. 267).

Assim, se concebia uma cidade regular, de traçado geométrico e significativo, orientada em sua forma à semelhança de uma rede de ruas em um tabuleiro de xadrez ou de damas. As quadras ou *insulae* geralmente se apresentavam quadradas, em uma divisão por *centuriatio* (GARCÍA Y BELLIDO, 2009; MACAULAY, 1989); entretanto, podiam também mostrar formas não tão frequentes, como as retangulares. Neste último caso, quando as *insulae* retangulares tinham seus lados mais longos paralelos ao *cardo maximus* (norte a sul), esta disposição se denominada de *per strigas*; quando os lados mais longos eram paralelos ao *decumanus maximus* (leste a oeste) se designava de *per scamma* (Idem, 2009).

Estes constituíram-se os procedimentos ordinários sob circunstâncias normais de uma cidade, contudo a natureza do terreno e outras contingências podiam fazer variar a *orientatio* como a *limitatio*, o que provocava certas adaptações na planta da cidade, apresentando-se então não muito regular e esquemática como as normas romanas estabelecidas. Em alguns casos a orientação do *cardo* não se mostrava rigorosamente norte a sul como a regra; em outros, as vezes o reticulado formado pelo cruzamento das ruas decumanas e cardinais davam lugar a *insulae* desiguais; também, nem sempre o perímetro das fundações urbanas formava um quadrado ou retângulo regulares, como o caso de Emerita Augusta (Mérida), apresentando-se mais ou menos irregulares; também percebe-se que ocorriam fundações criadas a partir de cidades preexistentes, onde se impunha adaptações forçadas ao velho núcleo urbano (Ibidem, 2009).

Observa-se que se conhece a presença de agrimensores, agrupados em colégios, encarregados de estabelecer a distribuição do território entre os colonos, sobre a base das centúrias, unidades de censo com medidas uniformes e orientação geométrica, o que introduz uma imagem equilibrada em relação com a propriedade, e racial enquanto a ordenação do território. Os agrimensores eram encarregados de estabelecer o território da colônia segundo critérios geométricos que buscavam racionalizar a produção e criar sistemas de conveniência equilibrados, como se

recuperam os equilíbrios sociais das comunidades agrárias primitivas. A *pertica* servia de eixo central para lograr a distribuição geométrica do espaço, chamada forma. Todas essas informações permaneceram arquivadas nos livros dos antigos agrimensores (PLÁCIDO, 2009).

Com as formas da cidade já constituídas, com vielas e praças distribuídas, seguia-se a construção e conclusão de espaços de utilidade pública e interesse comum. A escolha de áreas para os templos sagrados, fóruns e demais espaços:

Se o recinto fortificado se encontrar junto ao mar, a zona onde se implantará o foro deverá ser escolhida próximo do porto; mas, se estiver no meio das terras, deverá ser implantado no meio do ópido (VITRÚVIO, 2007, p. 104).

A última etapa do ritual de fundação do novo assentamento se referia à consagração da cidade criada, onde o *Pontifex* ou sacerdote oferecia sacrifício para as três divindades capitolinas e máximas do panteão romano: Júpiter, Juno e Minerva (GARCÍA Y BELLIDO, 2009). Para tanto, percebe-se o urbanismo de César, retomado segundo os mesmos princípios de Augusto, que estivera em origem no urbanismo imperial. Assentada em uma concepção mais ideológica do que material, a cidade constituía-se não apenas como um conjunto de edifícios reunidos ao longo do tempo, mas também como um ser espiritual, com seu centro místico, o Capitólio. Dentro deste quadro, os modelos urbanos helenísticos podiam ser modificados e adaptados ao sistema ideológico da cidade romana, uma entidade material e espiritual. Assim, nascia um tipo urbano que se desenvolveu por todo Império, pelo menos nas regiões onde não preexistia um urbanismo grego (GRIMAL, 2011). Os templos seguiam alguns critérios de construção de acordo com os deuses e seus atributos:

Quanto aos templos sagrados dos deuses, considerados a mais alta tutela da cidade, Júpiter, Juno e Minerva, devem lhes ser atribuídas zonas no lugar mais elevado, de onde se possa observar a maior extensão do recinto fortificado. No que diz respeito a Mercúrio, no foro; ou, então, como a Ísis e a Serápis, no empório; a Apolo e ao deus Líbero, junto do teatro; a Hércules, naquelas cidades onde não há ginásios nem anfiteatros, junto do circo, a Marte fora da urbe, mas junto de um terreno plano; do mesmo modo, a Vênus, junto do porto. [...] Igualmente, para Ceres será fora da urbe, num lugar aonde ninguém vá com frequência, a não ser quando necessário para o sacrifício; esse lugar deverá ser honrado com uma consciência piedosa e pureza de costumes. Aos restantes deuses, deverão ser distribuídos locais de recintos sagrados adaptados às especificidades dos seus sacrifícios (VITRÚVIO, 2007, p. 104-5).

As cidades provinciais romanas do Ocidente eram fundadas à imagem de Roma, adotando edifícios e espaços característicos da metrópole. Assim, como Roma nascera ao redor de um *forum*, também bastava um *forum* para formar uma cidade romana, a partir de então se desenvolvia a prática da justiça e do comércio no mercado, fixação de residências e formação de instituições semelhantes às da metrópole (GRIMAL, 1988). Entre os significativos edifícios construídos estavam um Capitólio, sede da religião oficial e símbolo da unidade do Império; uma cúria, destinada às reuniões dos decuriões (Senado local); uma praça, em redor da qual se erguiam edifícios públicos, desempenhando o papel do fórum e orlada de uma ou mais basílicas, que serviam para as transações comerciais, local de encontro, e por vezes de tribunal (Idem, 2011). Além dos urbanistas reservarem locais para instalações de um fórum, futuro centro administrativo e religioso da cidade, também concebiam espaços para chafarizes públicos, aquedutos – para fornecimento de água –, um mercado central, banhos públicos e sanitários, e edifícios de espetáculos que deveriam servir a todos (MACAULAY, 1989).

A altura de construções particulares não poderiam ultrapassar o dobro da largura das ruas em que se encontrassem, para desta forma as vias permanecerem ensolaradas. As ruas principais contavam com pórticos acima das calçadas, para o conforto e proteção dos pedestres. Cada *insula* deixada vazia pelo projeto urbano deveria ser preenchida por construções de todos os tamanhos, e cortada por ruas secundárias e passagens estreitas. Algumas *insulae* se destinavam aos particulares, soldados, comerciantes e camponeses. Geralmente a terra era doada aos colonos, porém as construções de suas casas ficavam ao encargo de cada proprietário (Idem, 1989).

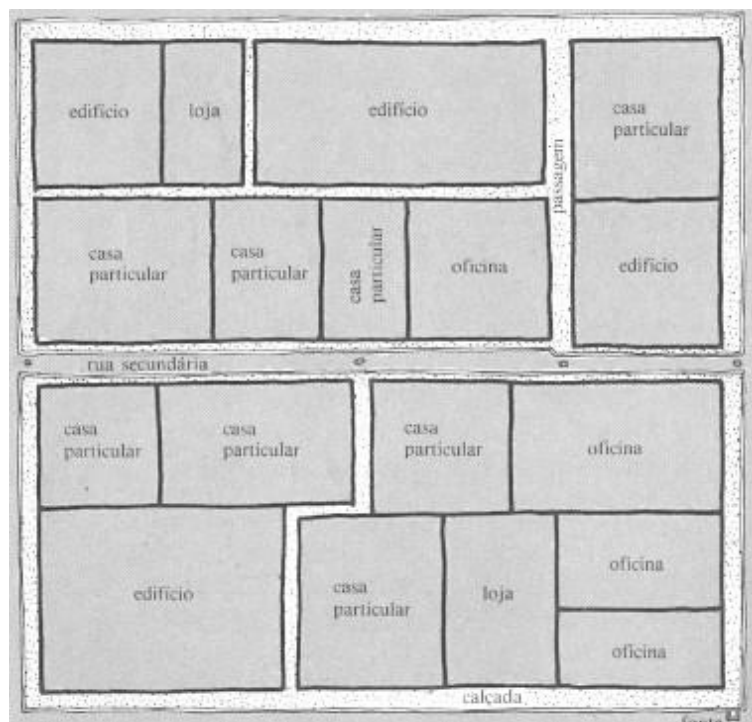


Figura 23. Ilustração de uma típica *insula* romana (MACAULAY, 1989, p. 14).

A planta de uma casa romana apresentava muitos cômodos, geralmente com dois maiores que os demais: o primeiro, na parte da frente da casa, era o *atrium*, que se comunicava com a rua por uma passagem estreita; o segundo, na parte detrás, era o peristilo, um jardim cercado por uma colunata. Na maioria das vezes a sala de jantar, a biblioteca, a cozinha e a despensa se conectavam ao *atrium*, enquanto os quartos e as acomodações dos criados se encontravam no andar superior. No *atrium*, a claridade entrava por uma abertura quadrada no teto, sob esta estrutura, o *compluvium*, se situava o reservatório pouco profundo, o *impluvium*. Tanto o *atrium* e o peristilo apresentavam mosaicos junto ao chão, que compunham desenhos geométricos. As casas eram encostadas umas nas outras e com janelas pequenas apenas nas fachadas. Para iluminar os cômodos, as paredes eram recobertas de pinturas coloridas de cenas de animais, plantas ou imitando janelas. Algumas casas se transformaram em grandes edifícios, contudo permaneciam dentro dos limites estabelecidos pelas normas de altura. Assim como nas casas, os apartamentos desses prédios eram dispostos ao redor de um poço de luz (Idem, 1989).

As estrada e pontes ficavam prontas antes que se iniciasse a construção da cidade. Os geômetras estaqueavam uma estrada para, em seguida, cavar uma valeta de cada lado, onde uma fileira de blocos formaria a borda da calçada. Depois cavava-

se uma valeta mais profunda entre as duas bordas que era preenchida por camadas de pedras menores. A camada superior formava o revestimento da estrada, levemente convexa no centro para o escoamento da água da chuva em direção às valetas. A junção das pedras planas formava a calçada, e as fendas eram preenchidas com pedras menores (MACAULAY, 1989).

Após a realização destes organismos, construía-se a muralha da cidade e torres de vigia para reforçar a proteção. Uma porta da cidade geralmente possuía três passagens em arcos, uma para a estrada ao meio, e duas para pedestres nas laterais; as portas da cidade eram fechadas por pesadas portas de madeira e grades, recobertas por placas de bronze. Depois de resolvidas as questões de proteção da cidade, escolhia-se o melhor traçado para os aquedutos, que de início ao fim deveriam ter uma inclinação contínua para assegurar a circulação da água. Os aquedutos eram erguidos por cerca de 15 metros de altura, repousando sobre fileiras de arcos construídos sobre altos pilares apoiados em alicerces (Idem, 1989).

Como analisamos, as primeiras ruas construídas nas cidades eram o *kardo* e o *decumanus*, depois as outras vias à medida que os bairros correspondentes se desenvolviam. A construção das ruas era acompanhada, ao mesmo tempo, das calçadas, que permaneciam em média a 45 centímetros acima das vias para impedirem que veículos subissem nelas acidentalmente. Blocos de pedras encaixados nas ruas ligavam as calçadas entre si, ao mesmo tempo que auxiliavam os pedestres na passagem, não causavam danos aos veículos. A água da chuva escoava das ruas para os esgotos, encontrados abaixo das mesmas (Ibidem, 1989).

A construção de uma rede de abastecimento de água para cidade permitia que os aquedutos desaguassem em cisternas, os profundos reservatórios, que através de tubos distribuía água para fontes públicas, latrinas, termas e casas abastadas. A rede de evacuação de água, os ditos esgotos, localizavam-se abaixo das calçadas, e edifícios públicos e particulares, que despejavam a água em rios. Além da área do fórum e de seus edifícios públicos, circundada por pórticos, uma cidade também contava com um mercado, com lojas, oficinas e escritórios colunados (Ibidem, 1989).

Os banhos públicos ou termas serviam para as pessoas se higienizarem e se encontrarem com outras. O banho compreendia três fases: primeiro os romanos se banhavam em uma piscina de água quente, o *caldarium*, em seguida em uma piscina de água morna, o *tepidarium*, e terminavam o banho em uma piscina fria, o *frigidarium*. Um espaço abaixo do piso do *caldarium* e *tepidarium*, denominado *hipocausto*,

canalizava os gases quentes de uma fornalha externa e permitia o aquecimento das salas, a liberação dos gases se realizava pelos orifícios nas abóbadas das termas. Contíguo às termas estava a palestra, destinada a realização de exercícios físicos e lutas. Uma biblioteca também formava o local (MACAULAY, 1989).

A cidade configurava-se como um centro comercial, político e religioso, mas também um local onde as pessoas gostavam de viver. O templo e os banhos públicos ficavam próximo ao fórum, mais ao centro da cidade, enquanto estruturas maiores, como o teatro e anfiteatro, podiam se localizar periféricamente à cidade ou fora da mesma (MORRIS, 1984). O projeto de uma cidade colonial visava dois pontos que eram importantes e elaborados com cuidado: a rede de ruas, que permitia o rápido acesso aos diversos pontos da cidade, ao mesmo tempo que a mantinham organizada; e os terrenos reservados para o lazer e os espetáculos, que acolhiam grande público e apresentavam grande estrutura (MACAULAY, 1989).

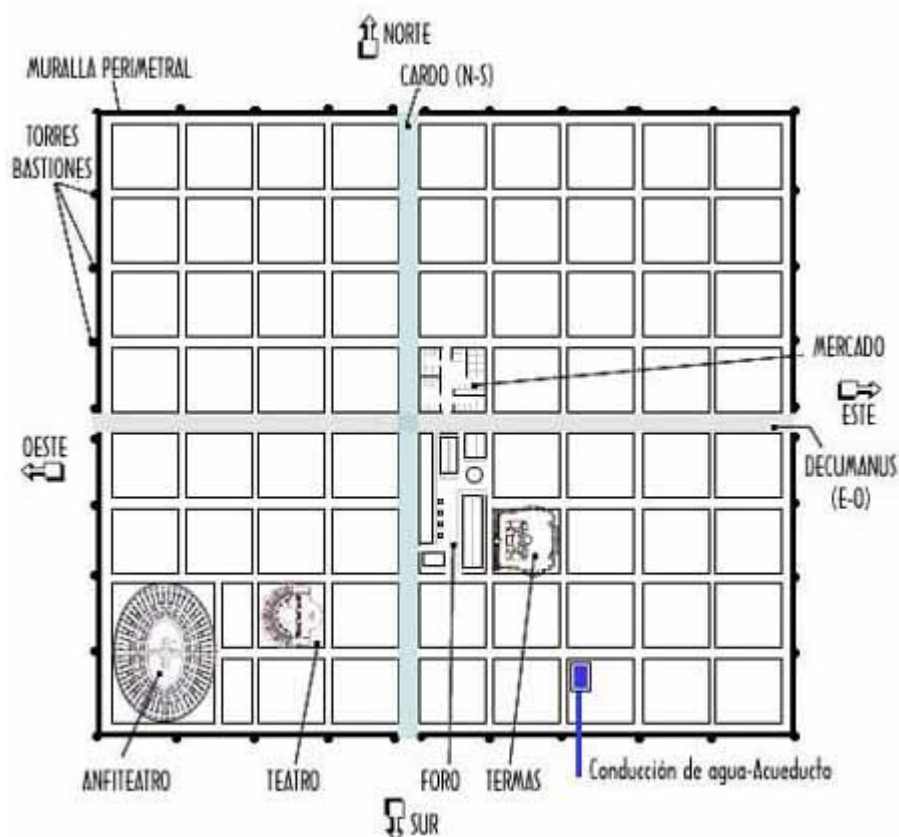


Figura 24. Plano urbano ideal de uma cidade colonial romana, com planta retangular e influências hipodâmicas e castrenses, rodeada de uma muralha e com torres de vigia. A cidade dividia-se em módulos separados entre si por ruas ortogonais de dimensões iguais. Porém com duas ruas principais com dimensões maiores: o *kardo* (N-S) e o *decumanus* (L-O), ligando cada uma as quatro portas da cidade. Ao centro, onde as ruas se cruzam, localizava-se o fórum e o mercado, espaço dos edifícios mais importante, e as termas. Na

extremidade, os edifícios públicos do teatro e anfiteatro. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/ciudad_plano.jpg>. Acesso em: 18/12/2014.

Os locais de espetáculos públicos apresentavam um teatro, anfiteatro e circo – os primeiros dois edifícios apresentavam-se mais frequentes. Nos anfiteatros, tanques profundos podiam ser preenchidos para encenarem batalhas navais, quando não usados eram cobertos por um piso que seria o palco das lutas. O edifício possuía latrinas, salas que se ligavam a arena e abrigavam as feras e o material utilizado para as apresentações. Uma grande lona, o *velarium*, podia ser estendida por cima das arquibancadas, servindo de cobertura. Anfiteatros e teatros se apoiavam em uma rede de corredores com abóbadas. Nos teatros, as arquibancadas se configuravam em forma semicircular, a *cavea*, diante dela erguia-se um grande palco, dos dois lados do palco havia vestiário e depósitos de acessórios. A parede do fundo do palco, a *frons scaenae*, apresentava colunatas de mármore e um cenário arquitetônico, esta parede se erguia no mesmo nível que a colunata construída no último degrau da *cavea* (MACAULAY, 1989).

4.3.1 *Civitas romana*

A cidade antiga não se criou com o urbanismo, mas com a *politeía* ou república, que institui um corpo legal de deveres e direitos que obrigaram os cidadãos a cumprirem e aos magistrados concluírem, tanto em regimes monárquicos como democráticos. Existiram cidades dispersas que não necessitaram de edifícios públicos, pórticos ou foros – muitos dos quais se converteriam em emblemas de uma cidade –, mas sim um espaço para reunir a população e discutir temas comunais, porém nem isso foi necessário para a existência de cidades em sentido político do termo (GARCÍA DE DIEGO, 2009).

Mesmo assim, o urbanismo contribuiu materialmente para que as instituições criassem os edifícios, praças, pórticos e, por fim, cidades belíssimas *a fundamentis*. A concepção dos antigos se tornou diferente do que havia de ser denominado cidade, homologaram *civitas* com *urbs* e tudo com civilização. Utilizaram *urbs* em relação à *civitas* para definir teoricamente a cidade construída em relação à cidade institucional. Verifica-se que os termos não estavam claros na antiguidade, onde utilizou-se mais

urbs que *civitas* para descrever cidades importantes, não pelo seu urbanismo, mas por sua antiguidade institucional. As próprias elites cívicas elegeram para descrever seu nome como *urbs* e não *civitas*. Cidades, municípios e até colônias preferiam se denominar de *urbs*. Contudo, hoje utilizamos o termo *civitas* para designar uma cidade construída (GARCÍA DE DIEGO, 2009).

Sobre a *civitas* romana, o conceito de *deductio* refere-se como uma ação que determinou e conduziu a colonização, em sentido que a cidade se reproduziu em outro local, em uma colônia, mediante o traslado de uma parte dela mesma que se “reduziu” ou se subtraiu do corpo originário da cidade formado por cidadãos. Assim, constituiu-se como a repetição clônica da cidade mediante a reprodução indefinida de seu próprio corpo de cidadãos, a partir de fragmentos dela que se moveram fora do local originário (BENDALA GALÁN, 2009).

O complexo ritual que seguia a fundação das cidades romanas, com etapa da *inauguratio* como a *conregio*, em que o áugure traçava um diagrama no solo para delimitar as regiões – divididas e montadas por eixos perpendiculares vinculados aos pontos cardiais do universo –, ajustava o modelo urbano a uma regularidade do eixo, de orientação astronômica, reproduzindo o *templum* ou templo celeste – domínio regular, imóvel e eterno dos astros e dos deuses. O ritual garantia a transferência da terra a essa esfera superior, convertendo o território demarcado da cidade com o *sulcus* ou sulco perimetral também em um *templum*, um terreno sagrado e assim inviolável. A inviolabilidade do *templum* da cidade fazia seus moradores terem expectativas sobre as garantias da eternidade e seguridade, confiadas aos seus deuses protetores (Idem, 2009).

A organização da cidade, com ruas bem traçadas, paralelas e perpendiculares entre si, que determinam espaços regulares de onde localizar as casas, os edifícios públicos, os templos, os espaços abertos e precedidos pelo fórum, representavam além dos critérios de racionalização organizacional, também uma forma de obter e manter tangível a vinculação da cidade com a ordem cósmica que garantia sua perduração; a cidade concebida à imagem do *cosmos* se constituía uma microcosmo em escala humana, de onde se fazia perceptível e habitável o infinito universo (Ibidem, 2009).

Para os antigos, o universo era julgado como um todo harmonioso que se baseava em uma série de proporções. O conjunto de proporções resultava numa estrutura, ou seja, a estrutura do mundo. Praticamente ao mesmo tempo, as estruturas

harmônicas e semelhantes se constituíam como quase padrões geométricos similares aos utilizados em comunidades humanas com a constituição das cidades. Podemos exprimir que foi com as cidades coloniais gregas que se começaram a se exemplificar tal embasamento; a partir do século VI a.C. quando foram fundadas cidades com nova planta e segundo um traçado geométrico, que de alguma forma seria similar aos padrões geométricos que compunham a distribuição dos elementos que configuram o universo. Portanto, pode-se apontar que esta visão do universo ordenado, em que as partes se correspondem bem, parece aplicar-se à concepção das cidades e da estruturação do território (AZARA, 2014).

A urbe foi também um foco definidor de um território programado a partir dela e interligado com ela segundo a distribuição do campo em parcelas, formando as denominadas *centuriationes*, que eram organizadas a partir da prolongação dos dois eixos, Norte-Sul e Leste-Oeste, que se distinguiam na cidade pelas vias principais, denominadas de *kardo maximus* e *decumanus maximus*, nomes que os agrimensores intitulavam aos eixos principais de distribuição das parcelas da *centuriatio*. Urbe e campo permaneciam organizados em uma retícula comum que destacava a integração da ambos os domínios em uma estrutura unitária; do ponto de vista funcional, tais domínios não afetavam tanto a vida coletiva, quanto estado (uma sociedade ou cultura), pois aparecem como dois componentes unidos (BENDALA GALÁN, 2009).

Para além do resultado dos rituais fundamentais e de concepção inicial da cidade, o triunfo de Roma, como centro de um Império que se estendeu por quase todo o Velho Mundo, consistiu em enfatizar a ideia de Urbe e de civilização representadas pela projeção como praticamente universal de um *cosmos* novo, ordenado e perfeito. Assim, a cidade espelhava em sua configuração este cosmo ordenado que o Império representava, estímulo para progressos urbanos desenvolvidos por Roma e multiplicados pelas cidades do Império. A esse serviço se concentraram os esforços técnicos e materiais empregados na arquitetura e engenharia, desenvolvidas em suas construções e obras. Se Roma traduzia o *cosmos*, os materiais utilizados por ela, como por exemplo o mármore, constituíam-se uma prova material da dignidade da civilização que Roma representava e de sua capacidade demiúrgica (Idem, 2009).

4.4 CIDADES ANTIGAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

Encontramos dois tipos de cidades na Hispânia, as indígenas e as fundações coloniais. Os assentamentos indígenas correspondem ao período anterior à romanização e às fundações coloniais, que correspondem as cidades exógenas de fundação púnica, grega e romana. As cidades indígenas são caracterizadas por se apresentarem como irregulares, de origem natural e espontâneas. As cidades de fundações púnicas são pouco conhecidas, onde os indícios apontam-nas como cidades de plantas irregulares (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Na Península Ibérica, entre os Iberos conservados na costa mediterrânea da Hispânia, a helenização já se apresentava muito antiga. A cidade de fundação grega, como exemplo no extremo ocidente, Empóron (Ampúrias), foi a principal colônia grega de Marselha e conheceu uma brilhante expansão através de relações com o interior da região peninsular; a cidade apresentava planta irregular com certa tendência a regularidade, legando-nos vestígios dos fundamentos das cidades helenístico-romana. Supõem-se que sua irregularidade seja proveniente de uma planta de uma colônia grega primitiva ou que, provavelmente, seu planejamento seguro obedeça o emprego de influxos do sistema hipodâmico em seu urbanismo (Idem, 2009; LÉVÊQUE, 1987).

Através de transações comerciais e, conseqüentemente, da difusão da cultura grega, a cidade de Empóron e outras colônias gregas passaram a exercer influências nas regiões da Península Ibérica que se encontravam sob suas atuações. Tais áreas passaram a absorver as influências das estruturas urbanas dos gregos em suas concepções urbanas hipodamianas, contribuindo ainda mais para expansão da helenização entre os indígenas (PLÁCIDO, 2009; GUZZO, 1997). Após a Segunda Guerra Púnica, a Península Ibérica já bastante marcada pelos influxos helenísticos vinculados a presença de gregos e cartagineses no território, passaria também a receber a colonização de itálicos-helenizados, desencadeando, com mais facilidade, o processo romanizador e a difusão das novas características do urbanismo colonial romano pela Hispânia (BENDALA GALÁN, 2000-1; MORENO, 1988).

Os processos de helenização e romanização permitiram que mesmo o urbanismo grego das cidades da Península Ibérica, como Empóron, para além de sua influência sobre o ibérico e as demais culturas hispanas, adquiriu em seu próprio planejamento urbano uma significativa evolução urbanística ao enfrentar ampliações

sucessivas e processos de monumentalização até o auge da época romana (BENDALA GALÁN, 2009). De tal modo que se verifica que em marcos urbanísticos a Península Ibérica explorou grandes obras urbanísticas e arquitetônicas na construção das cidades, que seguiram influências de modelos helenistas e/ou originadas de guarnições militares romanas (LIBERATI; BOURBON, 2005).

4.5 CIDADES HISPANO-ROMANAS

O estabelecimento de colonos romanos nas províncias do Império se comprovou eficaz onde discorreu a romanização por ter se constituído como um dos fatores mais importantes para a criação e fundação de núcleos urbanos romanos (GARCÍA Y BELLIDO, 2009). Desta forma, o estudo histórico-arqueológico das colônias romanas na Hispânia torna-se fundamental para o conhecimento do processo de romanização na Península Ibérica (Idem, 1958).

Os romanos formaram entre o século II a.C. e I d.C. uma Hispânia dividida em três províncias: Bética, Lusitânia e Terraconense; e criaram um notável número de colônias romanas pelos territórios hispanos, umas nutridas com os *emeriti* ou veteranos das legiões romanas, e algumas com elementos civis da própria cidade de Roma. A quantidade de colônias romanas fundadas na Hispânia equivale ao número de 34, sendo oito fundadas antes de César, oito criadas no período de César e do primeiro triunvirato, quinze como fundações de Augusto – entre elas Emerita Augusta –, e três entre Augusto e os Flávios (Ibidem, 2009).

Algumas destas cidades coloniais romanas se fixaram junto a cidades indígenas preexistentes, conservando, na maioria dos casos, seus nomes. Outras colônias se criaram *ex novo*, como o caso de Emerita Augusta. Os nomes latinos das colônias podem revelar a sua origem romana e, portanto, seu caráter como novas, mesmo que algumas delas fossem fundadas em um assentamento ou perto de uma povoação indígena. Entre estas cidades romanas ainda existem aquelas que conservam e apresentam seu traçado sobreposto à cidade atual, e configuram-se como testemunhos do antigo plano urbano romano. A cidade de Emerita Augusta constitui-se como uma das cidades coloniais romanas que melhor exemplifica e manifesta esta característica quando analisamos seus vestígios sobre a atual cidade de Mérida (Ibidem, 2009).

4.5.1 Romanização e urbanização

Os romanos dominavam os territórios recém adquiridos, não através do emprego da força militar, pois podia-se gerar guerras de guerrilha que distrairiam as legiões da missão de ampliar e manter as fronteiras imperiais, assim prejudicando o comércio. Portanto, integrava-se as populações autóctones ao Império sob condições vantajosas, e isto era alcançado igualando romanização e urbanização (MORRIS, 1984). A maioria das cidades coloniais romanas foram construídas mediante a um planejamento urbano em forma de tabuleiro e localizada dentro de um sítio com muralhas de defesa. Para marcar o terreno, os romanos se utilizavam de um instrumento topográfico chamado de *groma*, esse permitia desenhar linhas cruzadas em ângulo reto, quando olhado de um ponto central. Vejamos como se realizava a divisão de terras das cidades coloniais encontradas tanto na Península Itálica como nas províncias romanas:

A distribuição de terras aos colonos romanos era baseada num processo de medição e divisão, conhecido como centurição, pelo qual a terra era sinalizada em grandes quadros de 200 *iugera* (50 hectares), chamados *centuriae* (quer dizer, áreas que abarcavam cem *iugera*) (CORNELL; MATTHEWS, 2008, p. 49).

Através destas medidas de planejamento as fronteiras urbanas e romanas se expandiram. A colonização romana – principalmente de veteranos de guerra – disseminou a construção de estradas nas terras conquistadas, que foram organizadas pelo sistema rigoroso de divisão em centúrias (STIERLIN, 1997).

A par da rede viária, criada a partir do século IV a.C., a terra foi dividida em unidades com 700 metros de lado. Esse sistema estendeu-se a todo o mundo romano. A divisão em quadrados foi aplicada à via Appia (Ápio foi censor em 310 a.C.) até Cápua, e depois estendeu-se a Taranto e a Bridisi entre 270 e 225. A divisão em quadrados também é visível na via Flaminia que conduzia a Narni, uma extensão construída em 299 que ia até Spoleto. A via Aurelia, que desembocava em Modena e Aquilea e que foi construída em 177, também tem vestígios deste sistema, tal como muitas outras estradas no norte de África e em Espanha. Em toda a parte a construção de estradas foi acompanhada pelo processo de romanização e de planeamento (Idem, 1997, p. 48).

As cidades importantes se conectavam por redes viárias principais, e cidades de menor importância se uniam por vias secundárias, este sistema facilitava as comunicações militares, estratégicas e comerciais por todas as províncias do Império romano (MORRIS, 1984).

Roma abria estradas onde quer que exercesse sua autoridade, para facilitar tanto o comércio quanto o movimento das tropas. Cinco séculos levaram os romanos para completar seu sistema rodoviário, que ligava todos os pontos do império. As estradas por eles construídas cobriam uma distância aproximadamente igual a 10 vezes a circunferência da Terra no equador, o que bem demonstra o cuidado que dispensavam a esse ramo da administração do império (HADAS, 1969, p. 175).

As redes de estradas militares e comerciais cobriram todo o Império romano, do mesmo modo que as divisões em centúrias preenchiam as planícies mediterrâneas. Esse sistema de racionalização da terra transformou o ambiente colonial, que se tornou mais humanizado, desencadeou a supremacia de Roma, e o progresso e a difusão da romanização. Ao contrário dos malefícios que a cidade com planejamento desordenado oferecia, a preferência romana visava valorizar as cidades com urbanismo de organização criteriosa, pois se tornava uma solução universal ao propiciar o bem-estar e a prosperidade de seus habitantes (STIERLIN, 1997).

Aos povos submetidos não se impunha língua, religião, nem os costumes romanos, entretanto devido à eficiente rede viária de Roma, estas exerceram influência em áreas cada vez mais extensas. O comércio no Império começou a alcançar considerável volume e inevitavelmente favoreceu a romanização pelos territórios onde tivera grande atuação. O uso do latim como língua franca contribuía neste processo, assim como os soldados estabelecidos nas províncias, que colaboraram simultaneamente com a sua difusão. As instituições romanas exerceram um grande poder de atração sobre o Ocidente, razão que permitiu a forte propagação da romanização nestes territórios (MORRIS, 1984).

O governo central de Roma utilizava o governo local de tipo urbano, permitindo que seus súditos gerenciassem seus assuntos, enquanto centrava sua atenção principal em proteger a *Pax Romana*, que por si mesma possibilitava o autogoverno local (Idem, 1984). A cidade de Roma disseminou o modelo de sua organização urbana, nutrida desses ideais de prosperidade, e todas as cidades coloniais do Império desejavam utilizar e continuar a recriar esse arquétipo metropolitano

(STIERLIN, 1997). O estabelecimento de colônias por diferentes regiões do Império servia para consolidar o processo de romanização, iniciado por César. Com efeito, as populações locais se inclinaram à integração através dos instrumentos da hegemonia cultural, entre os quais se destacava o uso do latim, unido das transformações sociais de fundo (PLÁCIDO, 2009).

4.5.2 Cidades romanas provinciais

A expansão imperial de Roma pelo ocidente europeu resultou na romanização dos povos indígenas que incorporaram, mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor permeabilidade, a cultura romana. Uma das consequências do processo romanizador foi a reorganização de muitas cidades indígenas, as quais mudaram radicalmente seus aspectos fundamentais, tanto de status político como sua planta urbana (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Roma fundou por todo lugar e *ex novo*, muitas cidades, por meio de colônias civis ou de assentamentos militares licenciados (Idem, 2009). Nas colônias romanas de nova criação, o traçado urbano apresentava origem ou influência nos acampamentos romanos, os *castra*, com as ruas formando uma quadrícula, divididos em dois eixos principais, o *kardo*, orientado de norte a sul, e o *decumanus*, de oeste a leste. Esta planta retangular foi empregada em muitos centros históricos de cidades com fundação romana. Desta forma, atualmente ainda se faz possível verificar a antiga divisão de terras, *centuriatio* (BOVO, 2006b).

As cidades que já existiam ao serem conquistadas pelos romanos tinham a situação anterior do seu traçado urbano levada em consideração, contudo a intervenção acontecia de forma racional para concentrar os principais focos da vida econômica, social, política e religiosa (Idem, 2006b). Os núcleos tribais eram urbanizados como cidades romanas de diversas categorias e seus membros mais destacados compartilhavam as vantagens da cultura urbana romana e perspectivas comerciais. Outras cidades foram fundadas por motivos políticos e econômicos, com populações formadas por legionários licenciados ou colonos procedentes de Roma e de outras cidades antigas, como Emerita Augusta (MORRIS, 1984).

O Império apresentava três classes principais de povoações: *coloniae*, assentamentos de recente fundação ou núcleos de população autóctone, aliada a

Roma com status e privilégios romanos plenos; *municipia*, geralmente centros tribais importantes, com status oficial e habitantes que desfrutavam apenas de parte da cidadania romana; *civitates*, capitais de mercado e centros administrativos das divisões tribais, que se organizavam em forma romanizada. Observa-se que no Império o status urbano não era consequência do tamanho da cidade, além de o status não ter efeito significativo sobre a forma urbana. A urbanização romana invariavelmente adotava traçados em grade tanto em cidades novas, como nas reconstruídas, embora a topografia do local geralmente determinasse os detalhes do traçado em cada cidade (MORRIS, 1984).

A fundação de colônias romanas consistia em cidades concebidas à imagem de Roma e povoadas por cidadãos que se instalavam nas terras conquistadas. Portanto, a romanização seguia as fundações de novas cidades coloniais. O Império Romano não conheceu problema coloniais, sua história conta com poucas rebeliões que sempre fracassaram. O Império configurava-se com um conjunto ordenado de cidades livres que eram integradas sob a autoridade do Príncipe. Um poder central forte proporcionou que os particularismos locais fossem gradualmente substituídos pelo mesmo ideal e concepções idênticas que se espalharam por toda a parte graças a multiplicação das imagens de Roma nas cidades provinciais (GRIMAL, 1988).

Na prática, o plano retangular teórico só se encontra em um escasso número de cidades romanas. Na maior parte das vezes, fatores como a configuração do terreno e a preexistência de uma colônia indígena impunham restrições que impediam a construção de uma cidade perfeitamente regular. Outro fator que criava obstáculos ao planejamento consistia em frequentemente uma cidade apresentar uma primeira fundação, encerrada dentro das muralhas retangulares, e que em segundo momento, acabava ultrapassada pelos progressos do aglomerado populacional, e assim se desenvolvia com liberdade às regras (Idem, 1988).

Roma também não impunha formas acabadas, de um quadro rígido, ao urbanismo provincial; desta forma, os urbanistas e arquitetos locais possuíam liberdade para ornamentar e desenvolver as cidades. Os edifícios e monumentos não eram impostos às cidades provinciais, contudo imitações dos mesmos da capital eram recriados: termas, teatros, anfiteatros, arcos de triunfo, basílicas junto ao fórum, templos, santuários, pórticos, mercados, cúrias, tudo o que se destinava as funções de vida social, política e comercial se concebia ao modelo romano. Todo os edifícios urbanos de Roma reproduzidos nas cidades provinciais remetiam a um sentimento de

reconhecimento para com os Imperadores, ao mesmo tempo que se apresentavam como belas e prestigiosas criações do espírito humano (GRIMAL, 1988).

[...] o modelo assim proposto aos provinciais do Ocidente devia muito à tradição das cidades helenísticas e que a conquista romana, em vez de provocar uma ruptura na evolução da cidade antiga a fez amadurecer mais rapidamente e contribuiu para a sua difusão em todo o mundo (Idem, 1988, p. 271).

Desta forma percebemos que era natural a população das cidades provinciais desejarem dotar sua pátria de monumentos suscetíveis de se igualar à Roma e também às grandes metrópoles do Oriente. Nota-se também que para além de influxos helenísticos, a romanização das cidades também poderia provocar uma certa uniformidade em relação aos seus caracteres locais de uma cidade quando comparada com outra de uma região diferente, subsistindo tipos arquiteturais indígenas estranhos à arte e aos costumes romanos, ocorrendo por vezes uma adaptação de formas arquitetônicas romanas às exigências indígenas (Ibidem, 1988).

O sistema urbano funcionava como uma forma dominante e unificadora de todo o território imperial, ao mesmo tempo que integrava espaços não urbanizados, configurando a complexidade da romanização. O conceito de *oppida* em princípio referia-se a uma fortificação protetora da terra destinada a agricultura, desde o período pré-romano. O *ópido* seria muito utilizado como infraestrutura para administração do império em terras conquistadas, sendo muitos deles transformados em grandes cidades. Entretanto, normalmente se impunha o modelo romano de cidade amuralhada: com *kardo*, *decumanus*, fórum, basílica, templo, capitólio, culto ao imperador, *tabernae*, *macellum*, teatros e anfiteatros, termas. No território hispano se generalizou este último sistema, muito representado pelas vilas. A *contributio* se desenvolveu em um novo sistema como forma de criar entidades maiores, sobre várias unidades mais reduzidas, fenômeno considerado importante para a romanização dos territórios, ao integrar os *oppida* em um sistema hierarquizado mais complexo (PLÁCIDO, 2009).

A urbanização de colônias resultou na manifestação do modo de organizar as populações e os territórios como culminação do período de conquistas, por meio da *deductio* se distribuía as terras e se atribuía as funções. A cidade de Emerita Augusta destacou-se como fundação augustana, assim como as colônias anteriores que possuíram elementos importantes da urbanização como fóruns e basílicas. As

transformações das obras de urbanização com a concessão do *ius Latii* e a atribuição do epíteto *Flavia*, constituiu a época que se atribuiu às cidades coloniais romanas outros elementos romanizadores como termas, anfiteatros, cúrias, pórticos monumentais com estabelecimentos comerciais, templos de Roma e Augusto, e também de novos fóruns (PLÁCIDO, 2009).

4.5.3 Origens e formas das colônias romanas em Hispânia

Para compreendermos a formação das cidades coloniais da Hispânia faz-se necessário alguns apontamentos históricos. Roma se atribuía a faculdade de libertadora para se apoderar de todas ou de parte das terras pertencentes às cidades inimigas, tanto por direito de guerra como a título de castigo ou represália; segundo o grau de afinco de resistência oposta pela tal cidade frente à sua vontade ou intenções, ou em caso de guerra civil, a causa do que resultava em seguida o vencedor (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Esses diferentes graus proporcionavam distintas situações entre o vencedor e o vencido. O mais grave e oneroso para estas cidades era que em virtude de uma *deditio* ou rendição incondicional ficava-se à mercê da vencedora. Nestes casos, Roma se atribuía a soberania plena e total da propriedade dos bens que pertenciam ao vencido, inclusive seus deuses; já os habitantes eram exterminados, escravizados ou transferidos para outros locais. Em alguns casos os vencidos permaneciam com seus bens, mas sob a soberania de Roma, sendo obrigados a pagar um *stipendium* ou *vectigal*. Todavia o mais comum era Roma permanecer com dois terços ou metade das terras, ou, mais frequentemente, com o terço das terras. Parte das terras podiam ser vendidas ou arrendadas, mas em geral eram usadas oportunamente para distribuição gratuita entre os cidadãos romanos necessitados ou indigentes, ou entre soldados veteranos, já licenciados de suas legiões, e por este meio, a título de recompensa por seus serviços militares, assim se convertendo em *coloni* de terras recebidas como propriedade (Idem, 2009).

No período final da República prevaleceram muitas colônias compostas por militares licenciados, que ao cumprirem o serviço militar passavam ao estado civil com nomes de *veterani* ou de *emeriti*. Assim, recobravam todos os direitos civis antes rebaixados por motivos disciplinares em serviço das legiões. As cidades formadas por

estes antigos soldados eram denominadas de colônias militares ou de veteranos, para distinção das colônias formadas por elementos de origem urbana (GARCÍA Y BELLIDO, 2009). Desde as colônias da época de Augusto, os colonos configuravam-se principalmente como veteranos, estes poderiam se estabelecer em locais sem estatuto colonial, assim como também em localidades que levavam em seu nome a palavra *castra* (PLÁCIDO, 2009).

Os assentamentos coloniais eram coletivos, formados por grupos de 3000 indivíduos. Estes grupos de colonos militares, tanto por sua origem como por direitos adquiridos no serviço militar, eram cidadãos romanos em pleno disfrute de seus benefícios. Sendo assim, o status jurídico da colônia revelava um desdobramento da própria Roma, além de apresentar idêntica organização civil e religiosa. Aos colonos também eram atribuídas tribos tradicionais de Roma, expressando o vínculo da colônia com a capital romana; no caso da Espanha, supõe-se que César usou a tribo *Galería*, empregada como corrente por Augusto, Cláudio e Nero, que utilizaram a tribo *Quirina* para criações municipais, a mesma empregada pela dinastia dos Flávios, o que proporcionava cidadania romana para os portadores das tribos (GARCÍA Y BELLIDO, 2009). A Emerita Augusta se atribuiu a tribo Papiria, uma das trinta e cinco tribos que integravam o sistema de governo romano em uso durante os três primeiros séculos do Império (ALGABA, 2009).

Uma cidade colonial de cidadãos romanos era, de fato e direito, em qualquer lugar que se erguesse, uma espécie de nova Roma. Os colonos possuíam um planejamento urbano romano e edifícios tradicionais que compunham uma cidade colonial à imagem de Roma, além de uma vida de costumes romanos, com um Senado, eleição de seus próprios magistrados e atuação na vida pública à semelhança de Roma (Idem, 2009).

A fundação de uma colônia implicava na distribuição do *ager publicus* como propriedade do povo romano, geralmente sobre o *ager provincialis*, produto da ocupação ou submissão das populações locais. Entre os veteranos a terra se distribuía em parcelas centuriadas (PLÁCIDO, 2009). Como observamos, em vista do preparo da distribuição de terras para os civis e veteranos, *agrimensores* eram enviados ao local do assentamento, encarregados de dividir as terras em parcelas (*centuriae*) e estas, em seguida, eram repartidas em lotes ou *sortes* (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

A centúria possuía termo médio de 200 *iugera* (antiga medida romana da superfície que equivalia a umas 25 áreas, 2500 metros quadrados), as vezes podia ser maior. As centúrias de Emerita Augusta chegaram a ser de 400 *iugera*, o dobro das normais, possuindo as mais conhecidas pela arqueologia e com maior extensão. Os *iugera* se distribuíam em *sortes*, que também variavam em extensão dependendo da colônia. Em princípio, as *sortes* continham dois *iugera*, mas podiam chegar até 70 *iugera*. Estas parcelas se distribuíam individualmente e eram “sorteadas”. A distribuição dessas *cortes* ou lotes entre os veteranos seguia de acordo com sua graduação militar (*secundum gradum militiae*) ou sua condição social; as parcelas maiores e melhores ficavam para os de categoria mais nobre. A repartição dos lotes e assentamentos de colonos (*deductio, deducere coloniam*) se realizava por meio da administração de certos funcionários (*ocuratores coloniae deducendae*) (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Os limites de uma colônia de fundação militar também se marcavam segundo uma cerimônia religiosa muito significativa para a nova cidade romana. Primeiro se elegia e media o terreno escolhido, mediante a observação das aves, animais e outros signos reveladores. A seguir se celebrava com uma procissão militar, em que os novos colonos seguiam seus *vexilla* ou *estandartes*; prontamente, de forma solene, se afundava a terra do local com um arado puxado por um boi e uma vaca, e se marcava o perímetro sagrado dentro do qual se ergueria a nova cidade colonial romana (Idem, 2009).

Não se sabe o número exato de veteranos assentados nas colônias romanas da Espanha, o número de colonos podia variar conforme os seguintes fatores: extensão do *ager publicus* ou área pública a parcelar, o poder aquisitivo do Estado quando comprasse este *ager*, circunstâncias políticas e econômicas sensíveis à plebe romana da capital, entre outras. A princípio, o número de colonos oscilava em 300 homens nos primeiros movimentos coloniais, mas esta quantidade logo aumentou. Em Emerita Augusta, o *ager publicus* foi muito extenso, tanto que foi possível fazer pelo menos três assentamentos, acredita-se que sua extensão abrangesse praticamente toda a atual província de Badajoz, com 22000 quilômetros quadrados (Ibidem, 2009).

Conforme alguns relatos de Estrabão, historiador, geógrafo e filósofo grego, estimaríamos que cada colônia recebeu 1500 homens, entre cidadãos romanos e talvez veteranos, uma quantidade relativamente insignificante em relação ao tamanho

das grandes cidades coloniais. Entretanto, se utilizarmos esta quantidade para verificar o total aproximado de pessoas assentadas em colônias militares e urbanas criadas na Espanha, alcançaríamos uns 50000 cidadãos romanos trazidos como colonos para a Espanha, referentes a Roma, Itália em geral, sem contar mulheres, filhos e serviçais que os acompanharam. Tal número populacional corresponderia a nove legiões romanas completas, ou um pouco menos se pensarmos não serem compostas com veteranos, mas pessoas da plebe romana. Percebe-se que são cálculos muito arriscados sem fortes fundamentos, mas mesmo hipotéticos, o número não deveria variar substancialmente pelo fato de ter existido algumas colônias sem *deductio*, em compensação também existiram várias colônias que receberam dois, três e até quatro reduções de colonos, e outras que ainda tiveram *deductio* e não receberam o título de colônia (GARCÍA Y BELLIDO, 2009).

Em Hispânia as colônias romanas tiveram distintas modalidades de fundação: reduções militares que não receberam o título de colônia, colônias com dois ou mais assentamentos – o caso de Emerita Augusta que recebeu, provavelmente, quatro assentamentos sendo o último de extração civil –, colônias com reduções de veteranos procedentes de uma ou mais legiões – Emerita Augusta recebeu veteranos de duas legiões, *Legio V Alaudae* e *Legio X Gemina*, sendo a primeira *deductio* em 25 a.C., tal colônia cunhou moedas com *signa* ou padrões legionários –, colônias com assentamento militar conhecido em parte, provavelmente por serem colônias titulares, colônias criadas total ou parcialmente com elementos de extração civil – Emerita Augusta teve ao menos uma redução de elementos civis –, e colônias de composições ignoradas mas provavelmente militares (Idem, 2009).

4.6 EMERITA AUGUSTA

4.6.1 Topografia emeritense

A colônia de Emerita Augusta foi fundada, provavelmente, em 25 a.C., a nova cidade não assimilou ou incorporou antigos moradores indígenas, constituiu-se realizada a *ex novo*, sobre um terreno não ocupado por um centro populacional importante. Entretanto, ao longo do tempo, o território da cidade recebeu populações

autóctones (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

As razões de tipo político, militar, social e administrativo foram primadas para a fundação da colônia de Emerita Augusta, além dos motivos de caráter topográfico. A topografia emeritense apresentou duas particularidades: o rio Anas (Guadiana) e as colinas, onde se estabeleceu a cidade (Idem, 1995). O legado de Augusto, Publio Carisio, seguiu alguns critérios geográficos para a escolha do local de fundação da cidade:

[...] eligió para fundar la ciudad de *Augusta Emerita* el declive que hacia el Guadiana formaban unas colinas que alcanzaban por el Este el altozano de 241 metros de altura, donde está emplazado actualmente el cuartel de la Guardia civil, cercano al Teatro y Anfiteatro. Este cerrillo se prolonga hacia el río y lleva el nombre de cerro de San Albín, llegando a la curva de nivel de 202 metros. Al Norte este declive, hacia el río, quedaba limitado por la colina del Calvario, que domina con sus 227 metros el vértice que forma el valle del Albarregas al desembocar en el Guadiana. Entre ambas cotas otro altozano intermedio de 233 metros de altura cerraba la línea divisoria que entre estos dos altozanos limita el valle del Guadiana y el Albarregas. La ciudad se asentó desde estas alturas hacia el río Guadiana, que corre por la cota de 202 metros (ALMAGRO, 1961, p. 29).

A cidade de Emerita Augusta se assentou num ambiente natural e estabeleceu sua distribuição (Idem, 1961). Como tantas cidades da antiguidade, Emerita Augusta deveu seu nascimento a um estratégico rio, o Anas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). O local eleito para construir a cidade foi a costa direita da margem do rio Anas, entre as encostas e espaços existentes entre as duas colinas de San Albín e Calvario, aproveitando as elevações e declives que desaguavam até o Anas (ALGABA, 2009; MARTÍN, 2004). Os romanos foram conscientes das irregularidades do rio e das possibilidades que poderiam sofrer com o local. Devido ao amplo canal, ergueram a cidade a uma altura considerada propícia para evitar enchentes, prova do conhecimento que tinham da situação. A cidade fora projetada sobre um promontório distante da costa do rio, aproveitando suas curvas em nível mais seguro, medida superior a 200 metros, e sobre essa medida foi construída as muralhas da cidade (Idem, 2004).

A colina estratégica de El Calvario, banhada pelos rios Anas e Albarregas, poderia possuir um pequeno *castellum*, que exercesse papel de controle e vigia do

cruzamento do rio, em local muito vadeável, de maneira que protegesse a cidade colonial. A área da cidade de Emerita Augusta constitui-se um dos poucos locais em quilômetros que se faz possível passar pelo rio Anas sem muita dificuldade. O lugar se somava à existência de duas ilhas em meio à margem do rio Anas, com pouca profundidade que configuravam-nas águas rasas, que proporcionavam a travessia a vau por este ponto. Neste espaço se estabeleceu uma longa ponte, de acordo com a largura do canal que permitia a livre passagem pelo rio. Assim, a importância deste caminho tornou-se vital para o controle das estradas e impunha a razão da escolha do local para a nova cidade e o seu grande valor estratégico (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Assim, a paisagem da cidade seria caracterizada pela presença de um leito central, por onde correria o verdadeiro rio, e duas ramificações, uma cercado a cidade (Guadiana) e outra, de baixo fluxo pelo bairro San Antonio, entre estas duas correntes se situavam as duas ilhas. Ao planejar e localizar os limites urbanos da cidade, por uma cerca amuralhada, aproveitaram-se das elevações do terreno mais significantes para sua construção. A cidade se limitava pelos rios Anas e Albarregas, além de algumas colinas, e seu interior permanecia em linhas gerais com as encostas que iniciavam o rio até as elevações do Cerro de San Albín, Teatro, Puerta de la Villa, Arzobispo Mausona, Concordia ou Calvario. Rota que seguia aproximadamente o traçado da muralha romana. O espaço do interior da cidade, obrigava a nivelar o terreno para poder adaptar as construções. As muralhas obedeciam um critério de defesa, visto que seu traçado aproveitava lugares elevados, de forma que para chegar à cidade, de qualquer ponto externo, se percebia como íngreme, com exceção do rio, situação que permitia a defesa e o controle do espaço (MARTÍN, 2004).

A topografia de Emerita Augusta oferecia esta série de colinas bem ventiladas que serviam para estabelecer instalações de importância. Assim, a elevação da colina de San Albín permitiu a construção, de forma grega, das arquibancadas do teatro e parte das do vizinho anfiteatro. O local também se fazia apropriado para a defesa da cidade emeritense, de modo que os muros puderam ser bem estruturados, seguindo o contorno sinuoso das colinas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Provavelmente existiram diversas fases de construção da cidade, os últimos achados apontam que a estrutura do espaço que se levantou a cidade obedecia a um programa completo, de cerca amuralhada, ruas, espaços públicos e etc., independentemente de sua ocupação e execução. Assim, em um primeiro momento

se planejou toda a cidade, tomando como base o traçado do *decumanus* (MARTÍN, 2004). Em época fundacional da cidade, o vau do rio Anas facilitou sustentar uma longa ponte que determinou o local do assentamento e foi definidor de seu traçado urbano, visto que uma das vias principais da nova povoação, o *decumanus maximus*, constituía-se da prolongação da estrada da ponte (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

O local escolhido para a localização da cidade, na margem direita do rio Anas, oferecia algumas dificuldades, mas apresentava-se mais adequado. A principal dificuldade mostrava-se com os caminhos da corrente fluvial atestadas no período antigo, como demonstra a restauração da ponte em época visigoda. Para evitar os estragos e reforçar a elevação que oferecia o terraço do rio, os colonizadores romanos construíram, ao longo da fachada ribeirinha, um forte dique de alvenaria com contrafortes de cantaria. Através destas defesas a população emeritense permaneceria abrigada das inundações que muito assolaram as cidades antigas (Idem, 1995).

O estabelecimento da cidade de Emerita Augusta na margem direita do rio Anas foi vantajoso, devido a zona ser rica em água, o que não se evidenciava na outra margem. A colônia romana contava com numerosos mananciais, onde foram construídas, para grande aproveitamento, várias cisternas. O terreno apresentava certas depressões junto a vários arroios e correntes de água, e tais recursos naturais foram utilizados para a construção de três conduções hidráulicas emeritenses, os aquedutos de *Aqua Augusta* (Cornalvo), Rabo de Buey-San Lázaro e Los Milagros (Ibidem, 1995).

O território em que se inscreveu Emerita Augusta possuiu características de terras de qualidade, de terrenos bons e próprios para o cultivo, com pastos para o gado e de abundância em caça. A cidade contava com muitos recursos em minérios e pedreiras, que os romanos utilizaram para a construção da nova urbe: mármore, granito, diorito, areias, cascalho e etc. Além da viabilidade bem definida de estradas, que uniam os diversos pontos do território e proporcionaram, ao longo do período romano, que se ampliasse a atividade econômica e marcasse o desenvolvimento da colônia emeritense (Ibidem, 1995).

A recuperação do esquema urbano da colônia augustana possibilitou conhecermos algumas características de sua rede urbana, através da conjugação de fotografias aéreas da cidade atual com o traçado do serviço de cloacas romano, que

ainda se conservam em ótimo estado (GARCÍA Y BELLIDO, 2009). São poucos os restos de monumentos que permanecem em pé referentes à organização urbana da fundação romana da cidade. Contudo, atualmente pode-se perceber seu traçado através da rede romana de esgotos, uma cloaca para evacuação das águas residuais, muito bem conservada e localizada sob as vias, onde detecta-se um plano bastante completo: quatorze redes de esgotos de norte a sul, apresentadas com orientação perpendicularmente ao rio, enquanto nove eram paralelas ao córrego da água, em direção leste a oeste, o que nos revela e indica a melhor configuração de Emerita Augusta (ALMAGRO, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A maior parte dos *kardines* desaguavam nos *decumani*, alguns no rio Albarregas, esvaziando o conteúdo no rio Ana. Apenas uma, correspondente ao *kardo maximus*, desaguava no arroio Albarregas. Este esvaziamento era possível graças à topografia original das vias, que desde a zona alta da cidade baixavam em linha reta até o rio, todos os *decumani* apresentavam-se em declive acelerado ou minimizado, sem a presença de escadarias ou terraços que impedissem o caminho (MATEOS CRUZ, 2004). A uniformidade preside a construção desses condutos, cujas saídas são observadas no dique de contenção das águas do Anas. As quadrículas apresentam-se de forma quase regular, proporcionando uma divisão normal da *insulae* que se adaptaram sem muitas variações ao terreno (ALMAGRO, 1961; ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A planta da cidade emeritense comparasse com a habitual utilizadas nas povoações romanas, levemente irregular (GUITIAN, 1977). As ruas determinavam as *insulae* ou quadras de 100 metros a 110 metros de comprimento por 50 metros ou 60 metros de largura. Algumas quadras, de acordo com as ruas, seriam mais curtas e próximas a planta quadrangular, chegando a medir apenas 80 metros por 70 metros a 75 metros. De todo o conjunto urbano se conhece bem o traçado de várias ruas, sobretudo a existência das duas vias principais: o *decumanus* e o *kardo maximus* (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). O *kardo*, em direção norte-sul – atualmente constituído pelas ruas chamadas de Trajano e Bastimentos –, e o *decumanus* em direção leste-oeste – Puente a Santa Eulalia. Ambas eram ruas perpendiculares e formavam uma cruz no centro, na parte principal da cidade, onde ainda hoje, como no passado, se desenvolve a vida mais intensa (GUITIAN, 1977).

Apesar das dificuldades do estudo da topografia e urbanismo emeritense, devido a cidade moderna (Mérida) estar superposta a antiga (Emerita Augusta), as

recentes investigações permitem conhecermos e traçarmos um esquema aproximado da planta do tecido urbano colonial antigo (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). As ruas atuais de Mérida conservam muito do traçado das ruas romanas de Emerita Augusta. Abaixo do Arco de Trajano existe uma grande cloaca que mostra o eixo de uma rua importante, o *kardo maximus*. Ao admitirmos o traçado do *kardo* e *decumanus* da cidade, podemos supor que deviam se cruzar não longe da atual Praça Maior e, em suas imediações, o Fórum. Pelos indícios e vestígios arqueológicos, podemos verificar que Emerita Augusta possuía um traçado hipodâmico regular do tipo empregado nas cidades coloniais romanas. Sobre a extensão da antiga Emerita Augusta não existem muitas informações, do traçado da muralha resta apenas alguns vestígios conservados (ALMAGRO, 1961).

Segundo alusões de moedas da época da cidade romana e vestígios arqueológicos da cidade lusitana de Emerita Augusta, obtemos indicação que sua urbanização contava com monumentos como a muralha da cidade, com quatro portas principais (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975). Assim, Emerita Augusta apresentava-se circundada por muralhas monumentais onde aproveitavam, no limite de seu traçado, as colinas e o rio. A muralha possuía 2,80 metros de largura e uns 6 metros de altura, com várias portas de acesso ao longo de 4 quilômetros de perímetro. Os intervalos da fachada da muralha eram flanqueados por torres de planta arredondada (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995), e em algumas portas principais de acesso à cidade, foram construídas duas torres de planta quadrangular. A grande parte que se conserva da muralha nos permite conhecer o traçado original da cidade e as reformas realizadas posteriormente, como na área dos edifícios dos espetáculos (MATEOS CRUZ, 2004).

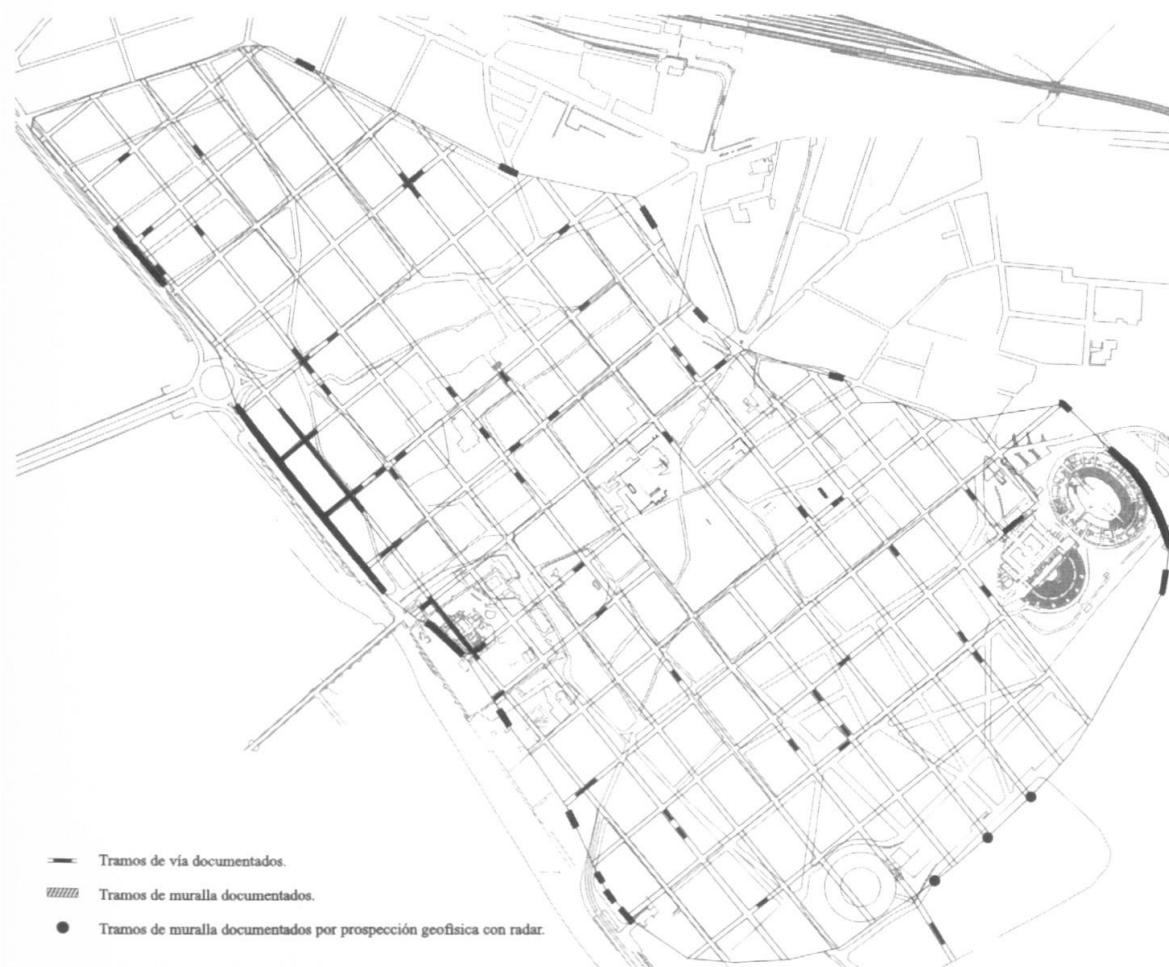


Figura 25. Planta de Emerita Augusta em época romana demonstrando a reconstrução da trama urbana, segundo Mateos Cruz, a partir de vestígios viários, do traçado da muralha e da localização dos principais edifícios públicos (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004, lám. I).

No interior das muralhas, a cidade se concebeu como uma rede ortogonal de vias, que ao longo do traçado do *decumanus* e o *kardo maximus* configuraram áreas de similares características e dimensões em toda a cidade, podendo algumas apresentar diferentes larguras, como o caso dos *decumani* de acesso ao fórum municipal (MATEOS CRUZ, 2004). A cidade de Emerita Augusta contava com ruas largas e bem preparadas para receber o tráfego de pessoas, carros, cavalos, liteiras e, também de instalações de ambulantes e artesãos. As vias apresentavam-se firmes e pavimentadas com pedras duras, ligeiramente curvas para não se encharcarem. A água escorria para as laterais da calçada, onde era encaminhada para as cloacas (ALGABA, 2009).

Sobre a largura que as vias emeritenses possuíam estudos apontam dimensões variadas, entre 4,70 metros a 6 metros, podendo alcançar até 9 metros em

pontos especiais da cidade, como por exemplo nas portas localizadas em frente as pontes ou nas áreas dos edifícios para espetáculos. Levando-se em conta que os carros mais utilizados possuíam largura de 1,30 metros a 1,40 metros, logo podemos concluir que a circulação dos carros em ambas as direções podia ser possível (ALGABA, 2009).

As vias emeritenses apresentavam uma superfície de terra batida e cobertura de lajes grandes de pedra, sendo muito usado o diorito ou diorito azulado que configuravam pavimentação de duas cores, com pedras em tons cinzas e brancos, ladeadas por pórticos na forma dos atuais portais, com calçadas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; MATEOS CRUZ, 2004). Mas em geral, as pedras destinadas à pavimentação das ruas de Emerita Augusta configuravam-se multicoloridas: quartzito alaranjados, dioritos cinzas, gabros escuros e anfíbolito esverdeado. Todas as pedras empregadas para pavimentação eram extraídas da própria Emerita Augusta e/ou procedentes de arredores ou pedreiras próximas (ALGABA, 2009).

A pavimentação das vias foi realizada com grandes lajes de pedra, adequadas para a circulação do tráfego em velocidade moderada. Um dos elementos que melhoravam a circulação era o emprego de grandes pedras colocadas em cruzamentos de duas ruas, obrigando o tráfego a rodear este eixo, além de servir de tampa para cloacas e evitar movimento neste ponto. Outros limitadores de velocidade podiam ser feitos com os pequenos buracos dispostos perpendicularmente ao sentido da circulação, além de possuírem objetivo de guia. Também, sobre a superfície das vias, se esculpiam sulcos denominados de *orbitae*, encarregados de manter as rodas dos carros sempre no caminho (Idem, 2009).

A cidade de Emerita Augusta se destacava por possuir amplas vias arcadas, ocorrência não muito comum entre as cidades romanas, que reservavam tal detalhe arquitetônico para apenas as ruas principais. As arcadas protegiam os transeuntes do calor do sol e impediam que as calçadas ficassem muito aquecidas. A cidade apresentava traçado uniforme, com calçadas arcadas de 3 metros de largura e ruas de uns 5 metros e 6 metros, permitindo a circulação de carros nas duas direções. As vias em formato de grade formavam quadras com 500 metros quadrados a 600 metros quadrados cada uma, com residências imponentes que abriam três portas para uma rua e outras três para uma rua paralela. Existiam algumas quadras um pouco menores, para conter apenas uma casa, estas quadras eram destinadas às famílias

mais abastadas da cidade. Nas áreas próximas à muralha, as quadras se adaptavam à sua fisionomia irregular, podendo conter até três casas por quadra (ALGABA, 2009).

Estima-se que a cidade emeritense possuísse oitocentas grandes casas intramuros, com pátio central e uso residencial; além de casas maiores que provavelmente fossem de cidadãos mais abastados. Tais casas não possuíam estábulos ou celeiros, acredita-se que os animais de cargas ficassem mantidos fora dos muros da cidade. Nota-se que ao invés de a cidade se adaptar as estruturas do terreno, os declives naturais das encostas foram amenizados com construções de terraços nas quadras da cidade. As casas de Emerita Augusta possuíam um ou dois andares de altura, construídas com paredes de alvenaria e cobertas com telhas ou telhas. Os alpendres das casas apresentavam plataforma semelhante de telhas, apoiadas por vigas de madeiras que repousavam sobre colunas de granito e cobertas com capitéis simples; tais calçadas se apresentavam construídas com lajes de pedra. As casas situadas junto aos muros não possuíam alpendres para facilitar a vigilância da cidade (Idem, 2009).

Escavações arqueológicas apontam que as vias intramuros da cidade de Emerita Augusta possuíam pórticos com altura de 2 metros e 3 metros, e em meados do século II d.C. foram progressivamente vinculados e utilizados como *tabernae* ou como ampliação de *domus*. A partir do século IV d.C. a privatização destes espaços públicos vinculou cada vez mais vias, entretanto o traçado ortogonal da cidade correspondente à época de sua fundação seria respeitado durante a Antiguidade Tardia, embora a pavimentação das ruas fosse reformada continuamente ao longo do tempo (MATEOS CRUZ, 2004).

4.6.2 Teorias da forma urbana

Existem diversas teorias sobre o tamanho da cidade colonial romana de Emerita Augusta em seu tempo inicial, sendo que duas teorias apresentam-se como fundamentais para a compreensão de sua forma urbana (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Na primeira teoria, o arqueólogo José Ramón Mélida desenvolveu a ideia de uma *urbs quadrata* ou primitivo recinto fundacional que teria seguido as normas das implantações castrenses romanas. O traçado urbanístico seria determinado por duas

linhas mestras, *kardo* e *decumanus maximus*, que em seus extremos alcançariam monumentais portas, das quais o arco de Trajano seria uma delas. Também sustentada por alguns estudiosos, em especial García y Bellido e Almagro, que concordaram que a cidade de Emerita Augusta possuía um núcleo inicial, fundacional, que adotava em seu começo uma planta de acampamento (*Quadrata*), com plano regular que copiava o acampamento dos veteranos das legiões V e X (MARTÍN, 2004), cujos limites aproximados deveriam ser as portas da ponte e da Villa, para o *decumanus maximus* e os arcos de Trajano e de Cimbrón para o *kardo maximus* (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Dentro destes limites, os estudos de García y Bellido (2009), definiram que no interior do plano das cloacas da rede viária, Emerita Augusta apresentaria uma área original de 350 metros por 350 metros, o equivalente a uns 28 hectares, um pouco mais do que costumava medir um acampamento de uma legião romana. Mais tarde, a colônia alcançaria o dobro do espaço, a formar um retângulo de uns 400 metros por 700 metros, assim Almagro (1961) aponta que a cidade se estendeu por um amplo perímetro, alcançando o dobro, equivalendo-se da sua superfície de 49 hectares que não incluíam os subúrbios (ALMAGRO, 1961; Idem, 1995; GARCÍA Y BELLIDO, 2009). O traçado do *kardo maximus* começava pela presença de um grande arco, talvez triunfal, o Arco de Trajano, provavelmente da fundação da cidade, e que nesta teoria seria em realidade a porta norte da cidade, e no outro extremo, ao sul, outro extinto arco ou porta de Cimbrón. O *decumanus maximus* partia da ponte romana sobre o Anas, continuava em linha reta, passando pela atual Praça Maior e chegava até a porta da cidade, figurada nas moedas romanas emeritenses, a Puerta de la Villa. O reticulado das ruas da época de Augusto apresenta-se mais claro na área situada ao norte do *decumanus* (Idem, 1961; Idem, 2009).

Contudo, segundo esta teoria, acredita-se que o núcleo urbano de Emerita Augusta cresceu desde sua fundação, esta de tipo romano castramental e, ao longo de todo o Império romano, se transformou em uma cidade aberta e extensa (Ibidem, 1961), assim, a área urbana de Emerita Augusta tornou-se muito mais ampla em tempos posteriores. Segundo os restos arqueológicos conhecidos e conservados da rede romana de esgotos, a extensão da cidade em época imperial se aproximou de 80 hectares (GARCÍA Y BELLIDO, 2009). Nos territórios do Albarregas e Anas se criaram bairros fora dos muros, dos quais se acredita ser o recinto inicial da cidade, e que poderiam margear estradas de maior movimento. Na zona do Teatro e da

necrópole – datadas da época imperial –, situadas a leste, não se acreditou num engrandecimento urbano da cidade (ALMAGRO, 1961).

Analisando esta teoria, da cidade quadrada, percebemos que vários motivos impedem sua aceitação. Não existem registros seguros da existência em Mérida de um povoado ou castro pré-romano. Se os limites da antiga cidade romana para o *decumanus maximus* são acertados, não ocorre para o *kardo maximus*, pois o denominado Arco de Trajano não corresponde a uma porta da cidade, e sim a um arco de entrada a um recinto sagrado, e o Arco de Cimbrón não parece haver existido. Ainda, a praça pública ou fórum, onde se localizam as ruínas do templo de Diana teria permanecido em uma situação periférica, não centralizada no recinto da cidade, além de parte de sua superfície permanecer fora da mesma (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

A segunda teoria, de estudos recentes e mais aceita, com referência em Bendala Galán e Mateos Cruz, rejeita a abordagem primitiva de recinto militar de planta quadrangular e defende um crescimento paulatino da cidade. Busca explicar Emerita Augusta como um recinto de grandes proporções, unido desde o início por uma muralha que contemplaria, semelhante às atuais urbanizações, espaços vazios e que com o tempo seriam ocupados conforme as necessidades propiciadas pelo desenvolvimento da cidade. Independentemente, verifica-se que a cidade estava em função do rio Anas, igual como ocorria em Roma e outras cidades do período, sendo os rios genitores das cidades antigas (Idem, 1995; MARTÍN, 2004).

4.6.3 Portas de acesso à cidade

As principais vias de Emerita Augusta, o *kardo* e o *decumanus maximus*, caracterizaram-se como ruas retas e perpendiculares entre si e conectavam as entradas principais da cidade. Ao longo destas ruas se organizava o traçado das demais vias, em forma de grelha. Partindo como referência do rio Anas, situado na parte sul da cidade, a porta de entrada coincidia com o *decumanus maximus* em frente à ponte. Seguindo deste ponto, o restante das ruas que corriam paralelas à direita e esquerda da via principal se denominam *decumani minores* e também terminam em portas da muralha. O mesmo também ocorria com as vias perpendiculares, *kardo maximus* e *minores* que corriam com uma orientação noroeste-sudeste (ALGABA, 2009).

Assim, a cidade se configurava ao redor de quatro grandes portas localizadas nos extremos do *kardo* e *decumanus maximus*. Aos extremos destas duas vias principais se situavam as entradas mais importantes da cidade, destas portas, conhecemos bem a porta de entrada da ponte (situada no *decumanus maximus*), que ocupava um local privilegiado, por ser localizada na cabeceira da ponte onde confluíam as vias comerciais mais importantes (Olisipo, Salacia, Hispalis), e seguia a projeção do rio Anas. Talvez fosse esta entrada possível de observar na representação das moedas emeritenses da época. Outras portas menores ou postigos também existiram, sobretudo na fachada fluvial (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995; MARTÍN, 2004).

Percebe-se a existência de portas de variadas dimensões no início de cada um dos *decumani* e *kardines* da cidade, algumas vias desembocavam em portas pequenas e outras eram abertas para o tráfego em portas medianas; apenas o *decumanus* e o *kardo maximus* que iniciavam seus caminhos intramuros através de quatro portas monumentais, algumas conhecidas como Puerta de la Vila e Puerta del Puente (MATEOS CRUZ, 2004).

As portas podiam ser de três tamanhos, as principais apresentavam um grande arco para acesso de carros, ao meio de dois pequenos arcos para pedestres, assim tais portas menores se situavam em ambos os lados da porta principal, formando um conjunto de destaque. À exceção da porta para o rio Anas, que possuía dupla arcada com vãos de 4 metros que permitiam o acesso de carros em ambos os sentidos. Os demais acessos da cidade variavam de 2 metros ou 1,20 metros de largura (ALGABA, 2009).

Das portas oficiais, existiam outras quatro mais. Não tão majestosas como as portas oficiais, porém com tamanho considerável de 4 metros de largura que permitiam a entrada e saída das carruagens. Duas portas estariam localizadas na fachada leste da cidade, e duas na frente oeste. Na parte do rio, que abraçava maior tráfego, as portas se localizavam equidistantes da porta da ponte. Uma porta ao sul e outra ao norte, além de considerarmos neste grupo uma terceira porta menor, de 3,12 metros (MARTÍN, 2004).

Das 4 portas apenas 3 portas são conhecidas, uma não sabemos onde se encontrava. A quinta porta, de menor dimensão que as anteriores, poderia permitir a passagem de carruagens. A descoberta de portas em escavações na fachada do rio mostra que a cidade contava com um bom número de entradas, estas portas

agilizavam o tráfego, provavelmente por este local concentrar movimento mais intenso que no resto do recinto murado, assim tais portas facilitavam o acesso rápido e cômodo ao interior da cidade (MARTÍN, 2004).

A cidade emeritense, por ser capital da província da Lusitânia, possuía boa situação que conectava vários caminhos de estradas (Idem, 2004). No caso de Emerita Augusta, as estradas se conectavam com as ruas principais da cidade como extensões ou correspondentes das mesmas, onde o *decumanus maximus* se identificava com a via que vindo do sul se dirigia à planície extensa, e o *kardo maximus* era em boa parte a estrada do noroeste (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Pelo norte, cruzando o rio Albarregas confluíam as estradas precedentes do Norte peninsular (Astorga, Zaragoza), as do Oeste vinham dos portos portugueses (Olisipo, Slacia, Scallabis), pelo Sul, cruzando o rio Anas, confluíam as vias precedentes dos postos Sevillanos e Onubense (Sul), e as que chegavam pelo Oeste, dos portos portugueses do Atlântico. Pelo Leste, os caminhos do planalto (Toledo, Zaragoza) e os que se dirigiam via Medellín, Córdoba e Zaragoza. Além destas rotas principais existiam caminhos secundários que chegavam às portas da cidade procedentes das distintas partes do território emeritense (MARTÍN, 2004).

Para verificar a importância destes acessos, voltamos a questão que a cidade se projetava para o rio, devido ao dique que corria de Norte a Sul, onde desembocava várias ruas com suas respectivas saídas. Sobre este dique, elevado uns 4 metros da margem do rio, se traçou um amplo e cômodo viário de tráfego que chegava à cidade emeritense, que atuou como estrada de circunvalação, devido sua área ser a mais importante de recepção do trânsito de pessoas, carruagens, etc., que chegavam do Norte (vía de la Plata), do Oeste ou do Sul (Idem, 2004).

Na margem esquerda do Guadiana confluíam três estradas, uma vez que se passava a ponte podia-se optar por vários itinerários para entrar na urbe, dependendo da zona que fosse se dirigir. A primeira porta que se ligava ao *decumanus maximus*, comunicava-se com o centro da cidade. A segunda opção, acessava a entrada ou portas menores da zona da muralha, ou ainda continuava-se até o sul, onde existiam acessos aos *decumanus minor*. A terceira opção seria continuar até o norte, onde se encontraria algumas portas normais e menores para aceder à cidade. Na margem direita do Anas o trânsito vinha do sudoeste e também chegavam pessoas vindas das estradas de Olisipo e das vias do norte (Vía de la Plata). O itinerário oficial destas vias

se daria pela ponte do rio Albarregas, onde chegava-se a uma porta da cidade (MARTÍN, 2004).

Passada a “Puerta de la Villa” a estrada continuaria, longe da muralha, até chegar ao aqueduto de San Lázaro, onde confluía com as estradas procedentes de Meseta e Córdoba. O acesso a cidade por esta zona se fazia através de dois arcos do aqueduto. Neste ponto não deveria haver muitas portas menores, por ser uma parte mais proeminente. Por isso usava-se um caminho mais favorável, até a parte detrás do anfiteatro, onde se estendia uma grande necrópole. Próximo a esta entrada, ao outro lado da condução de San Lázaro, poderia existir a possibilidade de haver uma porta menor devido à indicação de uma estrada no local (Idem, 2004).

Na fachada sul, o acesso pela porta era mais fácil, nesta direção não deveria confluir muitas vias, por se localizar em torno da zona industrial e da necrópole; características do terreno apontam que talvez existissem outras portas menores nesta área. Tudo indica que a cidade de Emerita Augusta contava com um caminho que circundava toda ou grande parte da cidade, este caminho facilitaria acessos mais favoráveis por algumas de suas portas (Ibidem, 2004).

4.6.4 Evolução urbana

Para compreensão das características que constituem uma cidade colonial romana como Emerita Augusta, busca-se analisar a topografia do terreno onde foi fundada a cidade, suas primeiras construções, funcionalidade e fisionomia dos principais edifícios e áreas da cidade antiga, além das mudanças urbanísticas que ocorreram nos primeiros séculos da colônia emeritense (MATEOS CRUZ, 2004).

Conforme as fontes e dados numismáticos, estudiosos apontam o ano de 25 a.C. para data de fundação da colônia emeritense. Análises arqueológicas indicam que os primeiros edifícios não parecem ultrapassar uma data anterior de 16 a.C. a 15 a.C. Baseados nestes dados, de uma cronologia ordenada dos monumentos, especialistas acreditam que a cidade de Emerita Augusta formou-se a partir de uma macro fundação *ex novo*. Desta forma, percebemos a criação da cidade de acordo com à imagem de Roma, que adquiriu, como capital de província, um urbanismo de grande fundação, onde todos os elementos conservados datam em sua maioria da

época de Augusto, construídos nos primeiros quinze anos de sua fundação e quando capital provincial (MATEOS CRUZ, 2004).

A documentação arqueológica também permite compreendermos a trama urbana das cidades coloniais romanas, como o caso de Emerita Augusta. As comparações de informações urbanas sobre as cidades coloniais romanas se apresentam bastante similares entre si por seguirem um mesmo padrão em sua constituição: uma estrutura de grelha. Assim como Emerita Augusta, uma cidade colonial romana também possui duas ruas principais que começam ao centro: o *kardo* e *decumanus maximus*; o restante da cidade se desenvolve ao redor: o fórum ou fóruns junto à intersecção destas vias, as termas junto ao fórum e as zonas de jogos e espetáculos situadas de forma não-centrais, porém agrupadas (ALGABA, 2009). A cidade emeritense constitui-se com um plano de tipo hipodâmico em que as ruas se cruzam em ângulo reto formando quadras de casas, uma distribuição própria das colônias de origem ou influência militares (SÁNCHEZ, 2009).

Atualmente conhecemos em grande parte as características das vias urbanas da cidade colonial emeritense, seu traçado ortogonal e a fisionomia das vias, e as áreas que as conformam. Através deste conhecimento podemos indicar as principais características das áreas públicas – forenses e de edifícios de espetáculos – e privadas do recinto intramuros. A muralha perimetral constitui-se em uma das estruturas que definem a topografia de uma cidade romana; em Emerita Augusta o perímetro amuralhado supõe-se estar vinculado às características de fundação (MATEOS CRUZ, 2004).

Em direção do rio, ao norte, utilizando o *decumanus maximus*, podia-se acessar o coração da cidade, onde se localizavam o fórum – com seus templos e edifícios públicos –, espaços para o culto imperial, áreas arcadas e as termas. Ao redor destes monumentos, se concentravam numerosos ambientes comerciais destinados a venda de alimentos e demais produtos, para além de pequenas lojas e tendas ambulantes que se espalhavam por toda a cidade. Deste ponto, seguindo em orientação ao oeste, através do *kardo maximus*, encontraríamos um grande templo de culto imperial, e ao continuarmos, chegaríamos até os edifícios de espetáculos. O anfiteatro e o teatro se localizavam ao nordeste da cidade, próximos da muralha e também de ambientes ajardinados e de recreação. O grande edifício do circo, se encontrava fora do perímetro urbano, ao nordeste, em linha com as portas principais da cidade que correspondiam ao *decumanus maximus* (ALGABA, 2009).

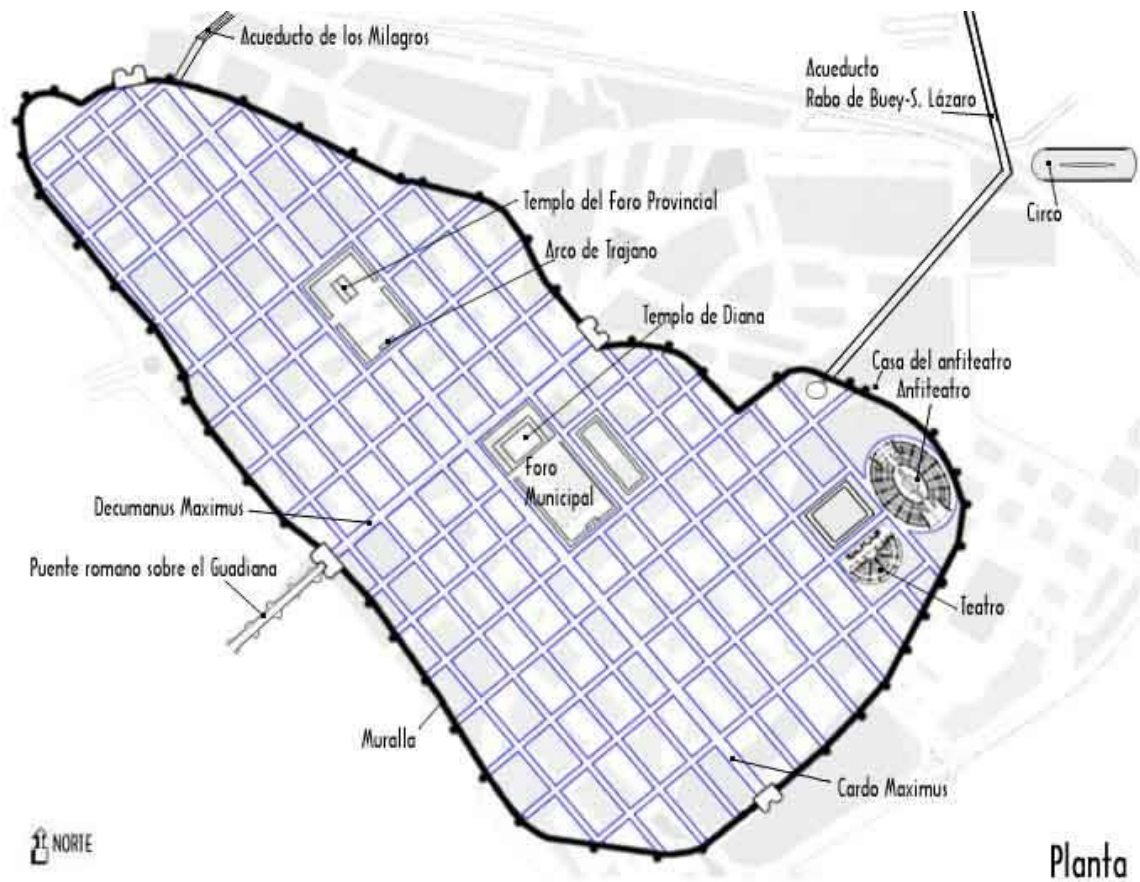


Figura 26. Plano urbano de Emerita Augusta sobre o atual de Mérida, destacando os restos arqueológicos e arquitetônicos romanos mais importantes. Apresenta traçado com influências greco-romanas: plano hipodâmico em grelha marcado pelas duas ruas principais dos acampamentos romanos. Disponível em:

<http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/ciudad_merida_plano.html>.

Acesso em: 28/12/2014.

Emerita Augusta foi um caso dentro das concepções urbanas do período de Augusto, que projetavam as novas cidades romanas com ampla ideia de futuro desde o princípio. As muralhas da cidade e o aqueduto *Aqua Augusta* seriam mais antigos que a construção do edifício do anfiteatro, datando dos primeiros momentos da vida cívica. Da muralha emeritense se conservam vestígios em várias áreas da cidade, e escavações realizadas em suas fundações asseguram sua construção nos primeiros anos da colônia. O traçado se explica pelas condições topográficas que permitem reconstruir o perímetro em forma de uma figura trapezoidal (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

No decorrer do tempo, o recinto colonial foi muito ultrapassado, estabelecendo bairros extra urbanos ao longo das estradas de saída da cidade, junto às áreas de

necrópoles. Estes bairros compunham-se por casas e edifícios industriais (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995). Ao norte da cidade se encontravam os grandes aquedutos, guardados pelo vale do rio Albarregas e pelas muralhas. Nesta localização e a leste da cidade, considerada de periferia, se fixaram oficinas, áreas industriais e tumbas (entre sepulturas e mausoléus); neste ambiente e nas proximidades da cidade também se encontravam algumas residências abastadas, amplas e ajardinadas (ALGABA, 2009).



Figura 27. Planta esquemática da cidade de Emerita Augusta com as principais estruturas urbanas do interior do perímetro amuralhado e extramuros ou *suburbium* (MATEOS CRUZ, 2004, p. 29).

A investigação do urbanismo emeritense em seus aspectos territoriais permite compreendermos a cidade, a Mérida romana. Uma das principais questões da análise da cidade emeritense entendida como a união entre a área incluída no perímetro amuralhado, o *suburbium*, e o território em que se insere nos oferece uma visão da estrutura urbana pelo caminho da vida cotidiana romana através de seus

elementos urbanos nas áreas funerárias e industriais, aquedutos ou vias e caminhos de acesso (MATEOS CRUZ, 2004).

As *domus* suburbanas emeritenses foram construídas e ocupadas poucos anos depois da fundação da colônia, a construção destas casas se relaciona mais ao fato de ser uma eleição do proprietário do que com problemas de ocupação na área intramuros. Observa-se que a muralha da colônia não se constituía como um elemento delimitador da cidade, visto que as infraestruturas públicas, aquedutos, áreas funerárias, etc., compunham a prolongação da vida urbana. Este novo caráter atribuído à ocupação da área extramuros, junto às vias suburbanas e à relação entre estas estruturas fomentava uma verdadeira urbanização desde o século I a.C. em contínua ampliação até o século III d.C. (Idem, 2004).

Ao norte da cidade emeritense podemos encontrar vestígios de ocupação frequente, expressas em moradias e instalações industriais, tanto dentro como fora das muralhas. Em áreas periurbanas do lado sul da cidade também podem ser encontradas instalações industriais e oficinas. As áreas funerárias caracterizam-se pela dispersão espacial ao longo do desenvolvimento da cidade. O plano arqueológico emeritense aponta certa relação entre as áreas funerárias e as vias de acesso à cidade (Ibidem, 2004).

O funcionamento da rede de calçadas que chegavam à cidade, proveniente dos quatro pontos cardiais, assim como os caminhos periféricos que uniam as grandes vias de acesso, apresentavam considerável grau de urbanização da área extramuros de Emerita Augusta, onde localizavam-se áreas funerárias e industriais conforme a evolução da cidade. Nestas áreas ainda encontravam-se as distintas conduções hidráulicas, provenientes de reservatórios e represas próximas ou nascentes que distribuía a água que abastecia e consumia a cidade (Ibidem, 2004).

O esquema urbanístico da cidade emeritense evoluiu ao longo dos séculos, respeitando as características gerais que definiram este momento na vida da colônia emeritense. Entre os séculos III d.C. e IV d.C., com a designação de Emerita Augusta como capital da *Dioecesis Hispaniarum*, a cidade se envolveu em reformas urbanas que aos poucos foram modificando sua fisionomia. A cidade da época romana tardia continuaria com a mesma estruturação urbanística da época fundacional, embora se produzisse, ao longo dos anos, modificações nos edifícios. Contudo, as estruturas principais da atividade administrativa, social, política, econômica e religiosa da cidade,

seguiram crescendo e adquirindo maior impulso neste período tardio (MATEOS CRUZ, 2004).

A partir desta fase, observa-se que as maiores mudanças urbanísticas se manifestaram na área periurbana da cidade. As restaurações de edifícios públicos, reformas estruturais das moradias e transformações urbanísticas afetaram as áreas da cidade, provocando uma grande mudança em seu aspecto físico. Estas mudanças significaram uma nova reorganização espacial. Ao longo dos séculos, a capital da *Dioecesis Hispaniarum* sofreu uma nova concepção espacial ao incorporar edifícios de caráter cristão à sua estrutura, originando um novo modelo urbanístico e arquitetônico para a cidade (Idem, 2004).

4.7 CIDADE E CAMPO EMERITENSE

As fronteiras do *ager emeritensis* constituem-se uma das principais questões de investigação sobre o estudo do mundo rural da capital lusitana, pois as definições dos limites das cidades romanas são marcadas de incertezas devido à impossibilidade de reconstruí-las com certeza. A carência de documentação precisa sobre o assunto aponta a dificuldade de obtermos uma visão completa de uma *urbs* romana, que deve ser entendida como o espaço onde se localizam os elementos que definem a vida da população, mas principalmente como o centro da comunidade em que o *ager* ocupava também um papel fundamental. Para compreender a estrutura de Emerita Augusta no mundo antigo, torna-se necessário conhecer ambas as realidades e analisá-las conjuntamente, cidade-campo (CORDERO RUIZ, 2010).

A delimitação do *ager emeritensis*, igualmente como o resto das cidades romanas, constituiu-se como um ritual destinado a reprodução do *templum* celeste nos âmbitos urbano e rural, este último adquiria então um caráter sacro e inviolável para a população que o ocupava. Esta união se ampliava com a articulação do campo dos agrimensores seguindo a orientação do *kardo* e o *decumanus maximus* da *urbs*, através da *centuriatio*, que ligava os espaços em uma rede comum e única (Idem, 2010).

Os limites do *ager* respondiam aos interesses de uma comunidade para evitar a confusão com outros territórios vizinhos e por estabelecer com segurança o espaço em que atuariam os magistrados. Aos agrimensores este processo era considerado

muito importante devido ao seu caráter sacro. A remoção ou mutilação das epígrafes territoriais eram consideradas delitos graves que ocasionavam a pena de morte. Esta atribuição conferia sacralidade e todas elas foram consideradas deusas e estimadas como guardiãs da paz e amizade. Outros signos complementários se encarregavam de limitar os terrenos, como elementos naturais (árvores, montanhas, rios, etc.) ou artificiais (estradas, poços, etc.). Também existiam outras formas de fixação do território que variavam de acordo com as necessidades e problemas próprios de cada caso, como a disposição de eixo diferente ao utilizado nas centuriações das comunidades vizinhas (CORDERO RUIZ, 2010).

Os agrimensores encarregados da fundação de Emerita Augusta se basearam nestas considerações. A delimitação do território e sua articulação foi um produto de um ritual sacro que reforçava a identidade da comunidade emeritense, além de estabelecer com segurança o âmbito de onde seus magistrados podiam exercer sua autoridade. A constituição do *ager emeritensis* esteve relacionada ao processo de reorganização administrativa e territorial desenhada por Augusto para a Hispânia. A delimitação dos limites do *ager emeritensis* foi um processo tão importante quanto a centuriação. Visto que também a centuriação desempenhava o importante papel de unir a cidade e o campo em uma única realidade (Idem, 2010).

O antigo território da capital da Lusitânia, Emerita Augusta, constituía-se como um espaço onde regiam normas sociais e organizativas da cidade, que estabeleciam uma relação entre a cidade e o campo. A cidade configurava-se como centro político e administrativo que se encarregava de organizar o espaço, além de núcleo receptor dos produtos do mundo rural. O campo, como consignatário de elementos urbanos que apareciam nos assentamentos rurais emeritenses disseminados pelo seu território (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004).

Também, por outro lado, deve-se considerar o urbanismo romano, da divisão ortogonal do território da cidade em subdivisões, como elementos humanizados da paisagem, que consistiam em reflexos da organização urbana e da ideia do homem em estruturar o seu entorno (Idem, 2004). Assim, a cidade romana foi foco definidor de uma paisagem absorvida e pautada desde ela, unindo cidade e paisagem em seu conjunto pela inserção em eixos que ordenavam e distribuíam o campo e o centro urbano através das vias introduzidas pelo *kardo* e *decumanus* (BENDALA GALÁN, 2000-1).

4.7.1 Emerita Augusta e Lusitânia

São muitas as alusões ao status colonial da cidade de Emerita Augusta. Muitas inscrições encontram-se registradas na CIL II (Corpus Inscriptionum Latinarum – Inscriptiones Hispaniae Latinae). Além de muitas moedas terem sido cunhadas com o título de colônia e o nome da cidade, com o de *legatos Augusti P. Carisius* e das insígnias das legiões V (*Alaudae*) e X (*Gemina*) (GARCÍA Y BELLIDO, 1958; 1959). Como observamos anteriormente, P. Carisius como *legatus Augusti* e após a primeira fase das guerras cantábricas, terminada com a tomada de Lancia, recebe o mandato de fundar a colônia de Emerita Augusta para assentar nela os soldados licenciados ou *emeriti* (daqui seu nome) das guerras (Idem, 1958; 1959).

A primeira *deductio* de Emerita Augusta se fez no ano de 25 a.C. com veteranos das legiões V (*Alaudae*) e X (*Gemina*), os chamados *veterani quintani et decimani*. De acordo com as imagens das bandeiras das moedas fora formada por acampamentos de ambas as legiões. Emerita Augusta foi fundada como uma colônia militar e, provavelmente, para o propósito de reforçar a defesa desta região da Lusitânia, onde César havia fundado pouco antes as colônias Pax Iulia, Norba Caesarina e Scalabis, e conseqüentemente difundir a romanização pelo território da província da Lusitânia (Ibidem, 1958; 1959).

A fundação da cidade emeritense segue geralmente a data referência do historiador Dión Casio, de 25 a.C., embora esta data não corresponda com a apontada pelo mesmo, de 27 a.C., para a divisão da Hispânia Ulterior nas províncias Lusitânia e Bética. Este intervalo de tempo impediria de afirmarmos que a cidade fora criada para assumir-se como capital da nova província, contudo a comunidade científica supõe que a criação da Lusitânia se produziu entre os anos de 16 a.C. e 13 a.C., coincidindo com a estadia de Augusto na península. Esta nova data conjectura que a constituição de Emerita Augusta se produziu ainda na Hispânia Ulterior (CORDERO RUIZ, 2010).

A proximidade no tempo de ambos acontecimentos representou para a maioria da historiografia aceitar sua relação, destacando que a definição do *ager emeritensis* foi uma ação ligada, igual a fundação da colônia, à criação de um novo mapa provincial de Hispânia, que levou ao desaparecimento das antigas circunscrições – Ulterior e

Citerior – e à criação de novas províncias: Terraconenses, Bética e Lusitânia (CORDERO RUIZ, 2010).

Anteriormente à mudança do período, os limites de Lusitânia e de Emerita Augusta, esta última que assumiu o posto de capital, foram estabelecidos com segurança. Assim como a província, a cidade se compôs como o espaço lusitano, divididos em dois pelo rio Tajo. Ao norte, as montanhas complicavam as comunicações e as principais cidades, em maioria estipendiárias, ocasionando a localização destas cidades na costa ou em suas proximidades; enquanto no interior o processo de integração nas estruturas romanas apresentou-se menor. Ao sul do Tajo os acidentes geográficos revelavam-se mais suaves e continham melhores áreas agrícolas. Esta área também manteve contato com Roma desde o século III a.C., onde podemos observar um maior grau de municipalização e localização das colônias romanas. Este esquema foi fundamental para a elevação de Emerita Augusta como principal centro de comunicação, o que desconsideraria sua localização meridional como elemento negativo em relação ao restante da província (Idem, 2010).

A zona sul em que se situa Emerita Augusta se define por uma topografia plana, interrompida pelo afloramento de quartzito próximos à cidade, como são as serras de S. Servám e outras mais ao norte, como as serras de San Pedro e as serras de Montánchez. A localização da cidade emeritense na margem direita do rio Guadiana, se faz sobre afloramentos graníticos, e domina um dos vãos mais importantes do rio, com uma posição estratégica. O rio Guadiana constituiu um fator determinante para explicar o povoamento, por facilitar o trânsito e o controle do território, além de condicionar o local da cidade na margem direita (SÁNCHEZ; CÁCERES; CORRALES, 1992-3).

4.7.2 O *ager emeritensis* em época romana

Através da documentação gráfica (fotografia aérea e cartografia) e a valorização arqueológica dos documentos epigráficos podemos compreender a evolução da estrutura do *ager colonial*, a centurição, do território da colônia Emerita Augusta. Quatro tipos de documentos podem auxiliar neste estudo: notícias dos agrimensores, as centúrias, marcos terminais, e as epigrafias que mencionam os membros da *tribu Papiria* (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988).

Para estabelecer os limites do *ager emeritensis* e suas alocações territoriais podemos dispor das passagens das obras de Frontino, Higinio Agrimensor e Agenio Urbico (CORDERO RUIZ, 2010), transmitidas pelas duas fontes principais, pelos agrimensores Frontino e Higinio, e um terceiro, Urbico que parece depender do primeiro (GARCÍA Y BELLIDO, 1958; Idem, 1959). Através destas referências, podemos conhecer a grande amplitude do território, o módulo e a centuriação, o tamanho e orientação de suas centúrias, sua extensão de ambos os lados do rio Guadiana e a existência de diferentes *praefecturae* e de um *lucus* ou uma floresta consagrada à divindade Feronia. Para complementar esta documentação, contamos com as *arae terminales* emeritenses, encontradas nos atuais termos municipais de Valencia del Ventoso e Valdecaballeros (CORDERO RUIZ, 2010).

Pelo agrimensor Frontino, do tempo de Domiciano, sabemos que as terras sorteadas corriam em Emerita Augusta em ambos os lados do Anas, do qual passava pelo meio da colônia. O *ager publicus* emeritense deveria ser muito extenso pois, conforme Frontino, na primeira repartição não se distribuiu mais que o preciso, permanecendo para uma segunda e ainda uma terceira alocação, e que após, ainda sobraria terrenos (GARCÍA Y BELLIDO, 1958; 1959). Assim, o território fora distribuído de acordo com três alocações, procurando deixar assentados perto da colônia alguns colonos como medida política e militar ou questões agrárias. Os veteranos foram estabelecidos nas terras limítrofes, poucos se assentaram próximo ao rio e da colônia, provavelmente devido ao caráter militar da fundação. O restante do território fora distribuído ao longo do século I d.C. para assentar novos colonos itálicos na colônia, relacionados com uma nova alocação territorial (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988; Idem, 1958; 1959).

Segundo Frontino as terras coloniais localizadas junto à margem do rio Anas não se distribuíram por serem declaradas livres e públicas. A colônia de Emerita Augusta possuía terras em abundância, com pastos e locais de uso comum, onde cada família tinha o seu espaço atribuído. Dentre a vastidão do território emeritense, Frontino menciona que a maior parte era formada por florestas e prados públicos, como bens comuns, locais públicos, sendo possível que o colono alienasse os seus direitos. O agrimensor Frontino também afirma que o território emeritense nunca chegou a ser ocupado em sua totalidade, apesar das distribuições realizadas (Idem, 1988; Ibidem, 1959).

Entre a grande extensão do território emeritense, a região de Metemolín estava dedicada ao pasto, e as partes mais montanhosas, como as Sierras de San Pedro, Montánchez, Guadalupe e do Pedroso, que deviam ser em parte florestas. Uma destas florestas, chamada *Iucum Feroniae*, dedicada à deusa itálica Feronia, temos conhecimento da existência e extensão de 1000 *iugera* (uns 250 hectares), ou seja, mais de 2500 metros quadrados, pelo desconhecido agrimensor Agenio Urbico, que provavelmente viveu entre o período dos séculos IV d.C. ao V d.C. e se baseou muito pelos agrimensores clássicos, principalmente Frontino (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988; GARCÍA Y BELLIDO, 1959).

Agenio Urbico faz a primeira notícia direta sobre a extensão da *pértica* (medida de longitude agrária usada pelos romanos, equivalente a 10 pés ou 2 passos) emeritense sobre sua prolongação ao norte e sul do Anas. Este dado entra em confronto com as passagens de Plínio o Velho e Pomponio Mela, que assinalam o rio como limite entre as províncias Bética e Lusitânia. Esta problemática seguiria até o século XX, quando a comunidade científica vai seguir a favor de Agenio Urbico em detrimento das afirmações de Plínio o Velho e Pomponio Mela, defendendo o desdobramento do *ager emeritensis* e da Lusitânia ao sul do Guadiana, conseguindo uma melhor definição geográfica do *limes* ou limite bético-lusitano (CORDERO RUIZ, 2010).

A partir deste ponto as investigações se concentram em localizar a fossilização na paisagem atual da organização espacial descrita pelo agrimensor Higinio. O principal objetivo seguiu em identificar sobre o terreno, mediante o uso da cartografia e a fotointerpretação, as centúrias de 400 *iugera* detalhadas por este agrimensor (Idem, 2010). Nota-se que a distribuição do território das colônias, segundo os agrimensores, se dividia em lotes, as centúrias. Conjugando informações dos textos dos agrimensores com os dados da documentação cartográfica moderna, e observando restos de centúriação, podemos apontar a cronologia da distribuição entre 25 a.C. e 15 a.C., em relação à fundação da colônia emeritense e à viagem de Augusto até a Península Ibérica (SÁNCHEZ; CÁCERES; CORRALES, 1992-3).

Sobre os colonos e veteranos estabelecidos nas terras do território, se observa que o caso de Emerita Augusta foi excepcional, pois havia muita terra para se repartir e com preço muito baixo ou nulo, que ocasionavam na extensão de 400 *iugera* por centúria. Nos primeiros momentos da colônia, parte do território permaneceu vazio e foi posteriormente alocado (DUPRÉ RAVENTÓS, 2004). Uma nova distribuição de

terras ocorreria durante a época do breve governo de Otão, no ano de 69 d.C., onde foram levados a Emerita Augusta e a Hispalis algumas famílias de nobres que reforçaram o sangue latino destas colônias. Esta deveria caracterizar uma terceira colonização, se supormos que a primeira e a segunda se fizeram com veteranos das *Legio V Alaudae* e *X Gemina* (GARCÍA Y BELLIDO, 1958; 1959).

Geralmente as centúrias possuíam de 50 a 200 *iugera*, em proporção à amplitude de *ager publicus* entregue para uma colônia (Idem, 1958; 1959). Através do agrimensor Higino conhecemos a extensão dos lotes atribuídos a Emerita Augusta, conferindo a distribuição sobre a base de 400 *iugera* (uns 100 hectares) por centúria, número superior a de outras entidades territoriais da época. Higino descreve os limites que os *decumani* teriam, 40 *actus* de comprimento e que estavam orientados de acordo com o padrão, enquanto os *kardines*, de 20 *actus*, além dos limites *decumani* caírem para oriente (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988; Ibidem, 1959).

Como un *iugerum* mide dos *actus* y um *actus* tiene 120 pies en cuadro, cada centuria recibía, en medidas actuales, mas de 100 hectáreas, lo que equivale a una hectárea y algo mas por familia (Ibidem, 1958, p. 19).

Estudos estimam que a centuriação girasse entorno de 50000, com módulo de 710 metros, e que a parte meridional da colônia pudesse apresentar entre 3000 centúrias e 4000 centúrias, o que revela a grande extensão territorial emeritense. Alguns levantamentos sobre a centuriação de algumas zonas próximas à cidade apontam centúrias de 200 *iugera*, de 710 metros de largura subdividas em paralelo com os *kardines*. Outras centuriações da colônia, de igual extensão, de 710 metros de largura, equivale a 20 *actus*, com divisões internas igualmente. Tais exemplos revelam que as centúrias teriam 20 *actus* laterais e não como as fontes sugerem de 40 *actus* x 20 *actus*, assim o módulo emeritense se aproxima do padrão de territorialidade de outros locais da época. Talvez essas grandes áreas e subdivisões poderiam ser atribuídas às famílias, para que fossem divididos proporcionalmente entre seus membros (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988).

Os dados oferecem dificuldades para definir as centúrias do território de Emerita Augusta. Mesmo assim, pode-se apontar uma maior concentração de assentamentos em áreas do norte e do leste de Emerita Augusta, onde as unidades de povoação rural mantêm distância entre elas de 1 quilômetro e 1,4 quilômetros, que

traduziria para a superfície de uma malha quadrada de 100 hectares e 225 hectares, o qual se relacionaria com a centurição de Emerita Augusta proposta por Higinio, que atribui a colônia uma centúria de 400 *iugera*, retângulos de 20 *actus* por 40 *actus*, que se manifestam em 710 metros por 1420 metros, equivalente a uma superfície de 100 hectares. Para os 225 hectares, uma concentração da propriedade podia responder à união de duas centúrias em etapas posteriores, ou podia se tratar de ocupações posteriores, que não seguissem a distribuição das centúrias primitivas (SÁNCHEZ; CÁCERES; CORRALES, 1992-3).

Um fenômeno diferente se observa ao sul do Anas e na sua metade oriental, com distribuição dos assentamentos uniforme, que unia a homogeneidade dos solos dominados e alinhava os assentamentos ao longo de arroios e vias de comunicação, que provocavam um alinhamento geral de todo o assentamento, alguns de forma perpendicular. A separação dos assentamentos se encontram na média de 2 quilômetros e 2,5 quilômetros, com superfícies medias de 400 hectares e 625 hectares respectivamente. De forma esporádica também pode-se observar distâncias idênticas como as assinaladas anteriormente, entre 1 quilômetro e 1,5 quilômetro que se poderiam interpretar como uma sobrevivência das primeiras centurições que se iniciaram nesta área, e por um agrupamento das propriedades após as primeiras atribuições (Idem, 1992-3).

Segundo os testemunhos trabalhados, o território emeritense configurava-se muito extenso. Para determinar as fronteiras do território considera-se os marcos terminais achados em Valdecaballeros e Montemolín, distantes entre si em linha reta por uns 175 quilômetros. Em Valdeballeros se acharam dois marcos. Por causa destes marcos, os limites oriental e meridional do *ager emeritensis* podem ser mais ou menos fixados, diferentemente dos extremos setentrional e ocidental, que pela ausência destas referências apresentam-se mais problemáticos (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988).

Sobre a extensão da ocupação das terras repartidas de Emerita Augusta apresentam-se dois marcos. Um no *terminus Augustalis*, datado no período de Domiciano, achado em Valdecaballeros. Através desse documento sabemos que a uns 120 quilômetros de distância a leste de Emerita Augusta se confirmavam certas terras da colônia. A distância demasiada grande para uma continuidade de terras coloniais, permite-nos conhecermos as alocações de Emerita Augusta como verdadeiramente extraordinárias. O segundo marco, de Montemolín, ao sul da Província de Badajoz, aponta na inscrição o *terminus Augustalis* da colônia Emerita

Augusta, não precisando o limite do território, sendo provável que estivera dentro da atual Província de Sevilla, cujo o limite com Badajoz devia correr, pelo menos em parte, com os prados da colônia emeritense. Montemolín está a 120 quilômetros de Mérida, e entre elas provavelmente haveria povoações pertencentes a Bética. Os prados da colônia emeritense deviam constituir um enclave de terras. Em Valdecaballeros os territórios interpostos são de colônias *ciuium Romanorum*, cidadãos romanos, e em Montemolín são simples *oppida*, cidades. Observa-se que as alocações das terras coloniais nem sempre estiveram em continuidade com os terrenos, pois os “deductores” teriam que aderir todo o *ager publicus* disponível (GARCÍA Y BELLIDO, 1958; 1959).

Entre as interpretações das inscrições estudiosos divergem sobre se o espaço territorial de Emerita Augusta como um enclave, em terras que não pertenciam à província da Lusitânia, ou se estabeleciam como seu próprio território; e os que acreditam, como García y Bellido, que o território emeritense – tão ponderado pela sua grandeza pelos agrimensores –, poderia se estender até Valdecaballeros. Esta hipótese tentadora não se torna estranha junto ao fato dos registros dos agrimensores, e a extensão do território tão ao oriente, até a zona próxima do encontro com as três províncias, onde os limites nunca foram claros. O fato de o território de Emerita Augusta ser tão extenso levou Higino a afirmar que para sua administração foi necessária a criação de *praefecturae* (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988).

Estes dados somados aos fornecidos por Higino, que informa que para administrar o território emeritense, o mesmo foi dividido em três prefeituras adjuntas, cujos nomes se conhece apenas dois: *Mullicensis* e *Turgaliensis* – o terceiro ele não nomeia (Idem, 1988; GARCÍA Y BELLIDO, 1959). Nelas os limites *decumani* teriam de comprimento 20 *actus* e os *kardines* 40 *actus*, inversamente de Emerita Augusta. A distância de Turgulium (Trujillo), mais setentrional que o Valdecaballeros, até os prados da região de Montemolín, mais meridional, revela um total, em linha reta, de 200 quilômetros, mais que o eixo Norte-Sul da província de Badajoz e o mesmo eixo de Leste-Oeste, sendo a província de Badajoz a maior da Espanha, com 22000 quilômetros quadrados (Idem, 1959).

A nova colônia possuía um extenso território ou limite municipal, não exatamente preciso, repartido com uma liberdade pouco usual. Contudo, apesar das valiosas informações dos agrimensores antigos, estas constituem-se incompletas, implicando em ainda permanecemos distante de sua configuração definitiva. Os

limites da circunscrição territorial podem fixar-se mais ou menos convincentemente sobre o que sabemos em relação à estrutura do *ager colonial*, à centurição, à viabilidade e sua demografia, e etc. Esta extensão territorial, entorno de 20000 quilômetros quadrados foi dividida em três prefeituras ou circunscrições administrativas. Seus limites aproximados eram por norte o território de Norba, pelo sul os *conventus hispalensis* e *cordubensis*, pelo leste Valdecaballeros, e oeste a área de Borba, Estremoz, com suas pedreiras de mármore (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

Entre a colônia emeritense e o local de Valdecaballeros estava localizado o território de Metellinum. Como analisamos, a fundação de Emerita Augusta desferiu um duro golpe na colônia de Metellinum, cujo o eixo geopolítico mudou para a Vía de la Plata que se conectava à colônia emeritense. Contudo, podemos observar neste caso o caráter das entidades territoriais da época romana, cuja descontinuidade resultaria, no caso de Emerita Augusta, na criação das *praefecturae* (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988).

Um dos aspectos mais debatidos sobre Emerita Augusta se refere ao seu território, devido aos problemas dos limites entre Bética e Lusitânia, que afetaria a zona meridional do território da cidade (SÁNCHEZ; CÁCERES; CORRALES, 1992-3). O *terminus Augustalis*, o de Montemolín, nos introduz aos limites meridionais do território e, portanto, nas províncias da Bética e Lusitânia. Montemolín fora englobada pela província da Bética, e a colônia Emerita Augusta teve um enclave em bons terrenos de pastagem e minas (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988). Atualmente se tem assinalado a estreita relação do *kardo maximus* da malha centuriada emeritense com o traçado da via romana que unia a capital lusitana com a cidade de Italica. Na variação da construção da estrada junto aos Los Santos de Maimona (Badajoz) e do fim da centurição ao norte deste ponto, sustenta-se que este local seria o limite meridional do *ager emeritensis* e, portanto, o limite bético-lusitano. A fronteira seria concretada na linha formada pelas serras de Calera, Feria e María Andrés. Esta demarcação fecharia a leste pela serra de Hornachos (CORDERO RUIZ, 2010).

Descarta-se a possibilidade de o marco de Montemolín situar ao sul desta fronteira uma *praefectura* emeritense, entre esta localidade e Valencia del Ventoso. Torna-se difícil supor que o *terminus* de Valencia del Ventoso delimitaria a fronteira meridional do *ager emeritensis* devido que esta teria que superar os territórios de algumas cidades béticas, o que corresponderia a um enclave emeritense que não se

faz possível definir por causa da ausência de documentação, e que se estenderia a uma área circunscrita por algumas administrações territoriais. A inclusão da área de Salvatierra de los Barros (Badajoz) ao território de Emerita Augusta parece provável por motivos geográficos, por se encontrar imersa na linha formada pelas serras de Calera, Feria e María Andrés (CORDERO RUIZ, 2010).

O limite ocidental de Emerita Augusta se define basicamente em função da dispersão das epígrafes da *tribu Papiria* e no desenvolvimento da rede hidrográfica em torno da atual cidade de Badajoz. De acordo com as inscrições e de Álvarez Martínez o território da capital lusitana se estenderia até as pedreiras de mármore da Borba-Estremoz, localizada a oeste da atual Elvas (Idem, 2010). Desta forma, os limites ocidentais do território emeritense deveriam alcançar até a altura ocidental do rio Anas, já que não era incomum que os rios formassem barreiras naturais como limites de unidades político-administrativas. Provavelmente o território deveria estar de acordo com os termos do atual Badajoz e Elvas. O limite marcado pelo traçado nordeste-sudoeste do Anas, com sua mudança de curso a partir de Badajoz e seu curso até Hueva, marcaria a separação das áreas de influência de Emerita Augusta em relação a Eborá, para o limite ocidental. Talvez o limite ocidental fosse até Eborá e a vizinhança das pedreiras que forneceram mármore para a colônia ao longo dos três primeiros séculos do Império (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988; SÁNCHEZ; CÁCERES; CORRALES, 1992-3).

Estas propostas se relacionam a uma delimitação dos *conuentus Pacensis* e *Emeritensis*, conseqüentemente ao território de Emerita Augusta. Contudo, segundo as referências dos marcos achados nas imediações de Elvas e epígrafes da *tribu Papiria* parecem indicar que a zonas de Elvas e Borba-Estremoz estivessem sob as zonas de influência emeritense dentro do *conuentus*, sem atribuir diretamente seu *ager*. Assim, acredita-se que as margens dos rios Zapatón, Gévora, Guadiana e Olivenza como os delimitadores da fronteira ocidental do *ager emeritensis*. O setor sudoeste se definiria pelo rio Olivenza até as serras de Monsalud, María Andrés, Calera, Feria e Los Santos. No setor noroeste, o desenvolvimento do rio Zapatón até a serra de San Pedro permite ligar esta linha com o limite setentrional do *ager*, delimitado pela barreira montanhosa formada pelas serras San Pedro e Montánchez (CORDERO RUIZ, 2010).

A fronteira norte possui duas singularidades, encontramos a área da floresta sagrada, de 1000 *iugera* de extensão, dedicado à deusa romana Feronia, e a área

entorno da atual cidade de Trujillo, identificada com a antiga Turgallium romana, onde geralmente se localiza a *praefectura regiones Turgalliensis*. Contudo, não dispomos de informações que nos permitam reconstruir os limites desta jurisdição emeritense (CORDERO RUIZ, 2010). O território emeritense transbordou influência nos territórios ao redor, como atestam a *praefectura Turgalliensis* e as epigrafias da *tribu Papiria*. Estudiosos sugerem como limite norte, os territórios pertencentes a colônia Norba Caesarina que assinalaria os confins de Emerita Augusta, e o rio Salor serviria de divisor dos territórios (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988).

A fronteira oriental apresenta um complexo problema de definição espacial das administrações territoriais das colônias de Emerita Augusta e Metellinum. Para o leste da cidade de Emerita Augusta, sua área de influência estaria determinada pela presença do território da colônia de Metellinum, com expansão de suas possessões fora do âmbito territorial. Ao sul do Guadiana, a separação entre os territórios de ambas as cidades apresenta consenso na historiografia, salvo as áreas dos atuais municípios de Guareña e Manchita. Ao norte do Guadiana a maior parte da historiografia considera que a fronteira entre os territórios de Emerita Augusta e Metellinum estivesse fixada no rio Búrdalo. Proposta esta que impedia ligar diretamente o território norte ao leste da capital lusitana, conhecido ao *terminus* emeritense achado na propriedade de “Mojón Gordo”, localizado no término municipal de Valdecaballeros (CORDERO RUIZ, 2010; SÁNCHEZ; CÁCERES; CORRALES, 1992-3).

Esta epígrafe estabelece os limites entre um enclave da cidade colonial bética de *Ucubi Claritas Iulia* e Emerita Augusta. Assim, abre a continuidade do *ager emeritensis* até o leste do território de Emerita Augusta, no *terminus* de “Mojón Gordo”. Ao sul do rio Rucas e seu afluente Gargálias formariam a linha fronteira com os territórios de Metellinum e Lacimurga, cujos territórios se estenderiam, igual ao emeritense, a ambos os lados do rio Anas. Desta forma, a presença dos *termini augustales* localizados no término municipal de Valdecaballeros nos assinalam uma relação territorial entre Emerita Augusta, Lacimurga e Ucubi. A fronteira do “Mojón Gordo” se ligaria diretamente com o que se marcava por um acidente natural que servia como limite setentrional do território formado pelas serras de San Pedro e suas prolongações até leste, com a serra de Montánchez, seguindo a serra de Guadalupe (Idem, 2010; Idem, 1992-3; PLÁCIDO, 2009).

Se baseando na análise historiográfica e reinterpretação das fontes documentais e materiais, a definição do *ager emeritensis* possuiria limite meridional pelas serras de Hornachos, Los Santos y María Andrés; ao oeste, a linha divisória seguiria o curso do rio Olivenza até sua desembocadura no rio Guadiana; a demarcação ocidental seguiria o sentido sudoeste-nordeste nas margens dos rios Guadiana, Génova e Zapatón, até o nascimento deste último junto a serra de San Pedro, que atuaria junto às serras de Montánchez e Guadalupe como fronteira setentrional; o limite oriental estaria assinalado pelo rio Machel e as serras de Hornachos e Peñas Blancas; ao norte do Guadiana o *ager* se estenderia de maneira contínua até a serra e San Simón, cujo extremo norte se localiza o sitio de “Mojón Gordo”, enquadrado entre às margens dos rios Rucas e Gargáligas ao sul, e as serras de Mintánchez e Guadalupe ao norte (CORDERO RUIZ, 2010).

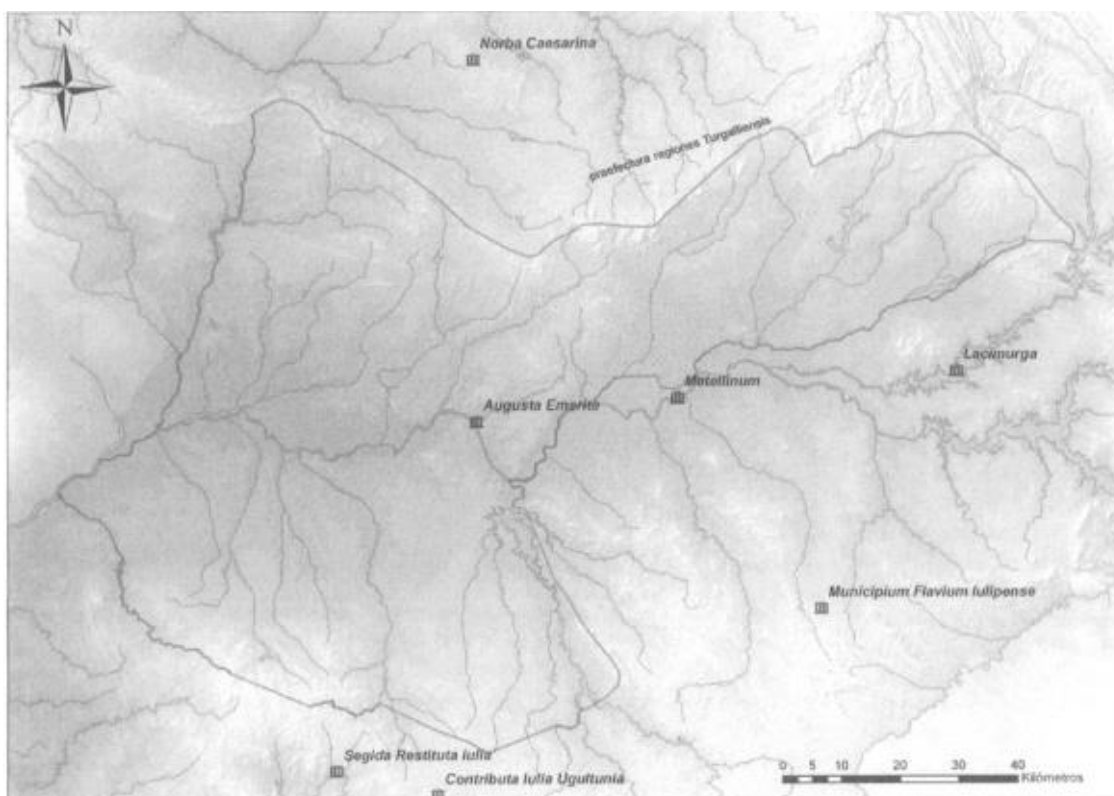


Figura 28. Limites aproximados do *ager emeritensis* segundo Tomás Cordero Ruiz (Idem, 2010, p. 160).

Mesmo que não seja possível fixar com precisão os limites do território colonial emeritense pode-se formar uma ideia aproximada de sua enorme extensão (GARCÍA Y BELLIDO, 1959). Achados epigráficos dos membros da *tribu Papiria* permitem

verificar que o agrupamento na colônia se deu entorno da cidade, próximo a uma forma circular. Esta distribuição mostra o limite setentrional do território sem membros da tribo, e revela uma penetração do território da Baeturia, onde considera-se um território de Emerita Augusta, como na vizinhança do enclave de Montemolín. Estes dados são significativos, mas não muito confiáveis. Assim, podemos considerar que o território emeritense fosse estendido até o norte, com fronteira junto ao rio Salor. Pelo leste seria possível considerar a zona de Valdecaballeros como limite entre as três províncias e o território de Emerita Augusta. O limite meridional, mais claro, fixa uma linha marcada pelos *municipia* e entidades de povoação dentro da demarcação geográfica de Baeturia, pertencendo provavelmente ao território de Emerita Augusta. Nas terras de Baeturia a colônia contou com o enclave definido pelo marco de Montemolín. Pelo ocidente, o confim do território emeritense marcava-se por Eborá (ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988).

4.7.3 Território emeritense durante a Antiguidade Tardia

Durante o governo do imperador Diocleciano a cidade de Emerita Augusta foi nomeada a capital da *Diocesis Hispaniarum*, ampliando seu peso político e administrativo tanto dentro da província como no quadro estatal tardo romano. Também, as reformas realizadas por este imperador fragmentaram o antigo mapa provincial hispano. Os números de províncias aumentaram das três, Bética, Lusitânia e Terraconenses, para cinco, Bética, Lusitânia, Terraconenses, Galícia e Cartaginenses, todas sob a atribuição da *Diocesis Hispaniarum*. Esta reforma fora planejada para melhorar a gestão do Estado, a administração da justiça e a arrecadação de impostos (CORDERO RUIZ, 2010).

A falta de conhecimento sobre os limites exatos deste novo mapa provincial nos leva a considerar as estruturas territoriais eclesiásticas tardo antigas como um reflexo das anteriores divisões civis, tendo então a mesma fronteira que a antiga província romana. Em caso emeritense, não se dispõem de informações que permitam apontar se os limites das fronteiras do território da cidade foram modificados em período romano do Baixo Império, com a reforma de Diocleciano, e também com a nomeação de Emerita Augusta como capital da *Diocesis Hispaniarum* (Idem, 2010).

4.8 ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO HISPANO

Diferentemente do que ocorria com Roma e as grandes cidades da Antiguidade, o urbanismo das cidades da Hispânia antiga foi pouco conhecido devido à sua realidade e seu quadro. O atraso da investigação na Espanha acontecia pelo enorme trauma da guerra civil e a lenta recuperação econômica e cultural até datas relativamente recentes. A antiguidade e perduração histórica de parte dos centros urbanos foram desta forma eliminados ou removidos em sua maioria das estruturas antigas destas cidades, de modo que se conservam e se conhece pouco delas. E entre estas cidades antigas se encontra Emerita Augusta, na atual Mérida (BENDALA GALÁN, 2009).

A partir dessa constatação ocorre um crescimento na valoração do patrimônio histórico e arqueológico herdado, que com uma maior consciência social sobre seu valor e importância cultural marcava-se assim o decreto da Lei do Patrimônio Histórico Espanhol de 1985, atualmente em vigor, com numerosos decretos nas leis das comunidades autônomas em virtude de suas próprias competências de patrimônio histórico e cultural. A lei prescreve a necessidade de realizar escavações preventivas nos núcleos históricos das cidades, e de analisar e preservar seus restos arqueológicos que aparecerem em qualquer local de remoções do terreno. Juntamente se unem estudos urbanos que se inserem na nova consideração da paisagem cultural e formas de sistematização dos dados arqueológicos relativos a uma cidade ou urbe, que permitiram renovar o conhecimento sobre as cidades antigas da Hispânia (Idem, 2009).

A consistência dos monumentos de épocas helenística e romana, e sua visibilidade na estrutura urbana de determinadas cidades, como Mérida, alimentam a percepção da existência de uma poderosa base greco-romana na configuração urbana de muitas cidades da estrutura urbana da Hispânia. Uma correlação estrita que compreendeu antecedentes da conquista de Roma, a romanização, a implementação e generalização dos modelos e das formas de vida urbana e arquitetônica romanizadas na Hispânia antiga (Ibidem, 2009).

Através das escavações pode-se reconstruir a história urbanística dos centros urbanos da Antiguidade, entretanto enfrenta-se muita dificuldade de pesquisa destas cidades, que seguem sendo centros vivos da atualidade, provocando o desaparecimento ou ocultação das estruturas antigas, tornando muito difícil a

recuperação e a análise das estruturas conservadas. Em alguns casos, cidades despovoadas ou pelo benefício da política preservadora do patrimônio arqueológico urbano, vão se somando muitos dados com os quais pode-se reconstruir, mesmo que parcialmente, a história urbanística de muitos centros, e assim obter novas perspectivas para traçar mais precisamente as orientações gerais das cidades antigas (BENDALA GALÁN, 2000-1).

A maioria dos espaços das cidades helenístico-romanas da Hispânia foram ocupados ininterruptamente ao longo de 2000 anos e em seu transcurso das atividades de edificação, de extensa reconstrução e devastação, apagaram evidências do período greco-romano ou ocultaram de forma mais ou menos permanente seus restos urbanos. Mérida constitui-se como uma exceção entre tais cidades romanas antigas, as escavações realizadas e vestígios encontrados permitem conhecermos seu núcleo romano (MORRIS, 1984).

O conhecimento sobre as cidades da época greco-romana está avançando, muitas delas são centros urbanos ativos na atualidade, e se beneficiam com as citadas aplicações legais e do amadurecimento dos sistemas de controle arqueológicos dos complexos depósitos que as cidades apresentam. As cidades que melhor representam esse crescimento são as capitais romanas das três províncias da Hispânia: a antiga Terraco, atual Terragona, da província Tarraconensis; a antiga Corduba, atual Córdoba, da província Bética; e a antiga Emerita Augusta, atual Mérida, da província da Lusitânia. As três cidades constituem importantes centros urbanos da Antiguidade e atualmente, através do conhecimento arqueológico, se obtêm informações do urbanismo próprio das cidades romanas, de suas influências helenísticas e de suas especificidades hispânicas, em função das próprias trajetórias históricas, institucionais e culturais de cada cidade (BENDALA GALÁN, 2009).

Do ponto de vista material e arqueológico, a implementação do modelo urbano das cidades romanas como resultado de conquista na Hispânia interessa pela diversidade de fórmulas que os centros urbanos foram transformando para se aproximarem dos modelos urbanísticos e arquitetônicos romanos. Através da capital provincial de Emerita Augusta, podemos constatar tal diversidade representada na criação da cidade colonial, com urbe levantada *ex novo* sem precedentes urbanos diretos, embora o local tenha sido ocupado ou frequentado anteriormente. Já as outras duas capitais partiam de centros anterior e precederam reordenações urbanas (Idem, 2009).

O controle de pontes e centros viários caracterizavam cidades com papel de centralizar e organizar o território, funções desempenhadas pelas capitais provinciais, como Emerita Augusta e sua associação com as pontes sobre os rios Guadiana e o Albarregas. Cidades de nova criação romana, como a colônia emeritense, se conectavam, articulavam e integravam ao Império como um grande território através da extensa rede viária, esta que apoiava novos centros de criações e incorporavam o território ao domínio romano e sua estruturação territorial e urbana (BENDALA GALÁN, 2009).

O processo de arquitetização da cidade antiga produziu o resultado de fazer extraordinariamente a arquitetura e a urbanização como a mais direta e contundente expressão da personalidade da cidade. O conteúdo da urbe antiga revela-se como cenário principal da vida urbana, testemunho em que a cidade se expressa, comunica, reconhece e se auto afirma. Estudos científicos se encarregam em interpretar seus códigos, forma e aparência dos ambientes urbanos, reconhecendo estímulos sociais, econômicos e políticos que nela se materializam. Assim, a partir desta exploração dos monumentos como fonte para a investigação e valorização das civilizações e cidades antigas, podemos verificar aspectos fundamentais da sociedade romana em etapas de sua configuração; e através de sua arquitetura e urbanismo, além de realizar uma releitura da configuração e evolução da uma determinada urbe em seus aspectos sociais e políticos, podemos estimar processos históricos com aproveitamento e reflexo nas formas e cenários das cidades antigas (Idem, 2009).

4.8.1 Situação arqueológica em Mérida

Para aprofundar o conhecimento da antiga colônia romana de Emerita Augusta, maiores informações estão sendo reveladas através de estudos e escavações realizados na atual cidade de Mérida, então auxiliados pelos trabalhos do Consórcio da cidade Monumental e de investigações dos centros de Museu Nacional de Arte Romano de Mérida (MNAR), do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), e do Instituto de Arqueologia de Mérida (MARTÍN, 2004).

Nas últimas três décadas a arqueologia urbana de Mérida alcançou progressiva melhora, impulsionada pelo governo autônomo em conseguir, em 1993, que a cidade recebesse pela Unesco sua inclusão na lista dos bens pertencentes ao patrimônio

mundial. A Junta de Estremadura empenhou-se num Patronato, mais tarde convertido em consórcio interadministrativo, para a realização de um projeto de arqueologia urbana que acordasse à entidade monumental e importância histórica de seu conjunto urbano, através dos conceitos e metodologia da moderna arqueologia. O Consórcio tornou possível pensar a investigação arqueológica das cidades no que se refere a espaço único e projeto global para a gestão e intervenção integral da cidade. Observa-se como bem irregular a cobertura bibliográfica sobre o passado da arqueologia urbana de Mérida, que apenas a partir de 1994 começariam ocorrer documentações anuais de intervenções arqueológicas (TEMIÑO, 2004).

Em 1984, a Junta de Estremadura refez o Patronato da Cidade Monumental, Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida residindo a gestão efetiva das intervenções aos insuficientes técnicos autônomos, que compartilhavam esta tutela com o restante do território da comunidade. As escavações se desenvolveram em condições precárias e com dificuldades posteriores de estudo do produto das mesmas. Talvez, a este respeito configurou-se mais evidente a retirada da equipe consolidada em torno do Museu Nacional de Arte Romano. Em 1987, com a localização da capital da comunidade em Mérida, as atividades construtivas aumentaram significativamente na cidade, supondo um crescimento nas escavações de urgência. Entre os anos de 1987 e 1992 ocorreram 135 intervenções arqueológicas. Embora se declarasse a cidade como patrimônio da humanidade, com o aumento de volume de documentação inédita e testemunhos arqueológicos, o simples controle não assegurou a realização de uma arqueologia urbana à altura das circunstâncias. Este quadro perduraria até a década de oitenta e início de noventa. O nível de conservação dos restos arqueológicos era lamentável e se tornava difícil avaliar o aproveitamento científico das escavações em tal período, caracterizado pela minimização da capacidade de assimilação dos resultados de iguais montes de intervenções. Assim, os responsáveis pela arqueologia urbana emeritense se depararam com duas questões: a planificação racional da atividade arqueológica, para aumentar o conhecimento e a investigação da cidade, e a consolidação de um modelo estável que passasse pelo envolvimento da equipe anterior, entorno do Museu Nacional de Arte Romano, remisso a essa responsabilidade (Idem, 2004).

A arqueologia preventiva durante estes anos em que a cidade transbordava seus próprios limites urbanos, e que os novos empreendimentos habitacionais assediavam os monumentos emergentes, manteve uma posição ambígua dentro da

própria administração autônoma. O reconhecimento dos valores da cidade pela Unesco, que a incluiu na lista de bens patrimoniais da humanidade em 1993, constituiu-se como fator da mudança de maior respeito ao patrimônio histórico da cidade, que progressivamente pareceu unir todas as administrações. O Patronato da cidade Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida foi refundado em 1994, dependente da Junta de Extremadura, que assume um projeto de arqueologia urbana que articulava três programas: administração, investigação e difusão do patrimônio arqueológico da cidade. Ao Patronato competia a conservação e manutenção do patrimônio histórico e arqueológico da cidade, sendo as escavações arqueológicas preventivas ou não. A estrutura do Patronato se dividia em Centro de Arqueologia, composto pelos grupos profissionais ligados ao trabalho de tarefas encomendadas, que abarcavam o processo de intervenção arqueológica, e a Área de Manutenção, que cumpria essa função nos monumentos visitáveis da cidade. O Centro de Arqueologia teve como função homogeneizar os critérios da documentação fundamental para a investigação histórica da cidade, desde sua origem até a Idade Média, com grande interesse na Antiguidade (TEMIÑO, 2004).

Em 1996, o Patronato cedeu lugar a um Consórcio, que incorporaria a Junta de Extremadura, o Ministério de Cultura, Prefeitura de Mérida e a Delegação de Badajoz, com funções e equipe equivalentes ao Patronato. A partir do Consórcio se reforçou a investigação arqueológica da cidade e avançaram os estudos sobre a cidade. Projetos de investigação arqueológica passaram a ser financiados pela Dirección General de Enseñanza e Investigación de la Junta de Extremadura; também ocorreria a associação do CSIC ao Consórcio para o estudo de Mérida (Idem, 2004).

Atualmente se faz necessário o debate sobre a utilidade social do patrimônio histórico que vise reduzir o antagonismo entre passado e presente, para minimizar o possível conflito entre exigências de respeito aos testemunhos do passado e o desenvolvimento da sociedade atual. Deve-se buscar preservar o vestígio arqueológico suscetível a ser incorporado ao presente em condições de ser valorizado e poder cumprir a função social. Sobre Mérida, o valor que tem o Consórcio no panorama da arqueologia urbana atual constitui-se como expoente de uma mensagem que parecia perdida no final dos anos noventa: em pensar a cidade como um espaço único em que se desenvolve um projeto global de conhecimento histórico (Ibidem, 2004).

A gestão da arqueologia urbana da cidade de Mérida integra vestígios arqueológicos e sua valorização patrimonial, não só os elementos de carácter monumental, mas também aqueles de grau de fragmentação menos espetaculares. No final da década de oitenta, os pórticos do fórum foram objetos de uma restauração do original e limpou-se o local, permitindo ao mesmo tempo uma reconstrução, recriando a parede do recinto e as colunas que o apoiavam, também associado com a programação de eventos de reconstituição histórica (TEMIÑO, 2004).

Com a refundação do Consórcio sua principal atividade passaria ser a visita da gestão monumental e outros espaços que ainda não foram preparados para isso. E isto foi possível suscitando uma aproximação com esta questão, priorizando a documentação nas intervenções arqueológicas, propondo uma interação que não rompesse com a organização urbana, rejeitando a criação de pequenos parques arqueológicos na cidade, compreendidos como simples ruínas ajardinadas. O isolamento só se arquitetou quando os vestígios possuíam carácter monumental, para os demais elementos que merecessem conservação buscou-se integrá-los com as novas edificações. A aplicação do conceito de espaço único à toda a cidade levou também ao surgimento da museologia com um discurso unitário que compunha a dispersão dos âmbitos existentes. Apesar destes critérios, se herdou um amplo conjunto de espaços conservados, mas faltavam projetos de apresentação onde fossem empreendidas algumas tarefas para culminar esse trabalho, que já começavam com algumas limpezas e mínimas adequações que visassem a conservação e tratamento dos restos arqueológicos (Idem, 2004).

No início do segundo decênio do século XX as campanhas sistemáticas de escavações no conjunto monumental da cidade emeritense, quase ininterruptas até a atualidade, aumentaram a valorização dos monumentos e a potenciação do patrimônio arqueológico, atualmente tutelado pela Junta de Estremadura. A declaração da cidade como Conjunto Histórico-Arqueológico, por real decreto de 8 de fevereiro de 1973, e a criação do Novo Museu Nacional de Arte Romano, inaugurado em 19 de setembro de 1986, converteram a cidade em um núcleo receptor de turismo, onde passam centenas de milhares de visitantes ao longo do ano. Por fim, a designação da cidade como capital autônoma, sede do governo autônomo e do Parlamento Regional, transformou Mérida em cidade administrativa e de serviços, devolvendo sua antiga dignidade perdida durante 15 séculos. A cidade com cerca de 60000 habitantes, com infraestrutura turística e hoteleira de primeira ordem e uma

ampla rede de serviços, aprendeu a combinar o passado e o presente, e encarar o futuro com a consciência de seu passado e grandeza (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo grego floresceu e se desenvolveu durante seu longo domínio, por sua organização política e social, e sua cultura sofisticada que reconstruiu o mundo Mediterrâneo, influenciando muitos povos. Através de sua cultura material, urbanismo e arquitetura, os gregos prolongaram sua influência no tempo. A cultura da Grécia se perpetuou depois de Alexandre, tanto no Oriente como no Ocidente, se ampliando e difundindo através da colonização, helenização, de trocas comerciais e dos contatos interétnicos – entretanto menos homoganeamente devido à introdução de novas ideias à vida cultural grega, por grandes áreas da Ásia, Egito e Roma.

A navegação dos gregos determinou o comércio marítimo internacional e permitiu que adotassem o sistema de fundação de colônias pelo Ocidente Mediterrâneo. A expansão e colonização do extremo ocidente mediante a fundação estratégica das cidades coloniais gregas da Magna Grécia, permitiu que os gregos passassem a controlar o Mediterrâneo central e disputar com os fenícios e etruscos a preferência comercial. A comercialização e interação de gregos com fenícios e etruscos gerou um contato internacional étnico-cultural e um crescimento econômico no Mediterrâneo, culminando com a influência grega nas relações políticas, econômicas e culturais por todo a região mediterrânea. O eixo comercial no Mediterrâneo aproximou as colônias magno-gregas dos demais povos da região, os contatos estabelecidos entre as culturas determinariam a difusão do helenismo pelo mundo antigo.

As colônias da Magna Grécia proporcionaram que a colonização grega alcançasse territórios ainda mais distantes, em direção ao ocidente na Península Ibérica meridional e ocidental, território também marcado pela presença fenícia. Logo que os gregos fundaram cidades coloniais pela Península Ibérica, as populações indígenas começaram a assimilar as características culturais gregas, a partir de centros comerciais como a cidade colonial grega de Empóron. Assim, a fundação de colônias gregas influenciou, através das transações comerciais e intercâmbios culturais, a difusão da cultura grega na Magna Grécia e, conseqüentemente, na Hispânia.

Os gregos também exportaram ao Ocidente outras formas de progresso cultural. Os etruscos passaram a absorver as características da arte e influxos das estruturas urbanas dos gregos em suas concepções arquitetônicas e urbanísticas, além do modo de vida helênico. A colonização grega legou aos territórios conquistados e colonizados a civilização grega, fato que determinaria profundamente a influência que exerceram nos povos da Antiguidade. Tal acontecimento marcaria principalmente os etruscos, que estes por sua vez influenciariam, mais tarde, os romanos.

Após Roma consolidar definitivamente sua hegemonia sobre outras cidades itálicas, o expansionismo romano avançou aos poucos. A cidade de Roma estendia sua influência para muitos territórios, trilhando o mesmo caminho anterior dos gregos: desenvolvendo relações comerciais com cidades mais distantes, no caso, Etrúria, Magna Grécia e Cartago. Em seguida, sobreveio a conquista romana, onde passaria a assimilar e unificar todo o território. Desta forma, a civilização romana absorveu o acervo cultural da Grécia Antiga, e a partir de então continuaria reciclando e inovando o legado grego, ao mesmo tempo que expandia o território e fundava novas colônias, conseqüentemente, levando o helenismo pelo mundo sob sua influência. Percebe-se que o helenismo constitui-se ainda hoje a essência fundada nas características de nossas culturas ocidentais, uma herança da Grécia Antiga.

A Grécia Antiga sempre fascinou a todos por sua esplêndida cultura e seus monumentos, o que marcou a história da arquitetura e do estilo arquitetônico ocidental. Percebe-se durante os séculos, que as ordens dórica, jônica e o estilo coríntio, os elementos arquitetônicos gregos, caracterizaram e influenciaram os edifícios desde a plena difusão do Império Romano, continuando, em um processo de

longa duração, no mundo medieval e persistindo, mais uma vez, com o Renascimento, com o barroco e o neoclassicismo.

Todos os povos do Mediterrâneo aprenderam com o conhecimento dos povos antigos, principalmente o Egito. Os gregos conheciam a arquitetura monumental através de contatos com os hititas, assírios e egípcios. Também incluíram em seus projetos influxos egípcios, e algumas características das construções gregas possuem semelhanças com a arquitetura egípcia, por explorarem o trabalho na pedra em escala monumental, formas simples e geométricas com colunas. Mesmo com toda essa inspiração, os gregos transformaram composições gerais e elaboraram novas concepções arquitetônicas, cujos modelos gregos se evidenciaram e se materializaram em formas próprias que refletiam o espírito de sua civilização e de experiências contíguas. Entretanto, produziu-se muitas semelhanças que se mesclaram durante a Antiguidade em diante.

Observa-se que as técnicas e detalhes típicos da cultura grega foram reunidos a temas de gostos autóctones para formar a cultura etrusca, depois anexada à romana. Os etruscos adquiriram traços artísticos das características dos produtos gregos contemporâneos, e esse acontecimento foi possível, pois tais produtos eram comercializados por todo o Mediterrâneo. A arte da Etrúria refletiu a evolução da arte grega desde o Arcaísmo ao Helenismo e incorporou-se a de Roma, confirmando uma tradição, que como vimos, seguiria da Antiguidade até o Renascimento europeu no século XVIII.

Com a morte de Alexandre Magno em 323 a.C. a cultura grega tornou-se predominante em todo o Mediterrâneo conhecido pelos gregos. Questões políticas, econômicas e administrativas visavam o helenismo. Um século depois o Mediterrâneo ocidental produziria, com a colonização oriental, estados helenizados. Os mais importantes, Roma e Cartago, enfrentaram-se à maneira helênica, em três Guerras Púnicas, elevando Roma a senhora do Mediterrâneo e da Península Ibérica. Como resultado, a arte romana constituída em parte do helenismo e da arte etrusca – também intensamente influenciada pelo arcaísmo grego – passaria e se alastrar por todos os territórios do Império romano.

Assim como experienciado primeiramente pelos gregos, os romanos também utilizariam do fenômeno de colonização frente à fundação de colônias para exercerem sua soberania sobre os povos conquistados. As colônias romanas constituíram um dos processos mais eficazes para a difusão da romanização, o sistema civilizacional

empregado por Roma. Entretanto, deve-se considerar que a romanização ocorreu de forma diferente conforme as características de cada região conquistada e da influência exercida e absorvida pela mesma. Nos territórios com mais substrato cultural, no caso o Oriente helenístico, onde o nível cultural sempre foi mais antigo e maior que o de Roma, se revelou mais escassa; já em quase toda a Europa, onde predominavam populações indígenas, os bárbaros que desconheciam culturas avançadas, a romanização se apresentou mais equilibrada – e, conseqüentemente, legou ao longo do tempo sua cultura ao Ocidente.

Entre as regiões provinciais romanas, a Hispânia por ser uma das primeiras províncias conquistadas por Roma e, conseqüentemente, mais antiga, despontou-se como a província mais romanizada do Império. O longo processo de romanização implementado na Península Ibérica, deteve antecedentes da cultura grega que facilitaram a assimilação da cultura romana e demais correntes da civilização pela população nativa da Hispânia. O histórico da expansão marítima e colonizadora da Antiguidade indica que o território da Hispânia mediterrânea esteve aberto a colonizadores do Oriente, entre gregos e púnicos – devido à importância política-estratégica do território hispano e abundante riqueza mineral e de recursos agrícolas e industriais –, fato que desencadeou que a região fosse a de mais rápida assimilação romana devido a esta ensaiada influência. A romanização abrangia um processo de integração cultural, mas que em grande parte revelou a aculturação através do qual os povos e comunidades indígenas incorporariam e fariam seus costumes e formas de vida ao modo romano.

A principal realização dos romanos foi a criação e administração de seu vasto Império, durante o qual introduziram a civilização urbana pela Europa através de fundações de cidades coloniais. A partir do regime imperial instituído por Augusto, reorganizou-se política e administrativamente o Estado e pacificou-se as províncias. A Hispânia dividida em Bética, Lusitânia e Terraconense manteria vigente sua organização provincial até o século III d.C. Já sob o governo de César e, principalmente de Augusto, ocorreria um importante avanço na política de urbanização da Hispânia, tal impulso se centrava no processo de fundações de várias colônias e municípios romanos no território peninsular e pela presença de legionários acampados nas regiões de fronteira, que auxiliavam na propagação da romanização gradual de todo o território. Os romanos possuíam uma grande capacidade

organizadora ao manter em funcionamento as cidades do Império, muito pela eficiência do talento dos engenheiros dotados de grandes recursos.

As rotas comerciais e culturais do Império romano se constituíram fundamentais para a compreensão do grande êxito de ocupação e romanização de diferentes territórios. A extensa infraestrutura, constituída pela rede viária e pontes, facilitou as comunicações durante todos os períodos de domínio romano, os intercâmbios entre os povos e o rápido deslocamento civil e militar. Uma rede de colônias se interligavam pelas rotas militares e desenvolveram o comércio, este fator assegurou e determinou a difusão das ideias e dos costumes romanos. Além da língua latina, as características socioculturais permitiram a administração dos territórios conquistados e geravam transformações nos aspectos da vida dessas populações provinciais. Assim, as colônias formadas como avançados ambientes de romanização, continuaram difundidas por todo o Império, cumprindo objetivos civilizacionais.

O sistema de urbanização romano motivou pessoas que se aventuravam, vindas de todas as áreas do Império, para se dirigirem às colônias, atraídas pelos benefícios do estilo de vida romano. O processo da romanização se repetia nas províncias romanas por todo o Mediterrâneo, que produziu e perpetuou a era de paz (*Pax Romana*), gerando desenvolvimento econômico e cultural em todo o Império. A aceitação provincial da romanização permaneceu expressa pela construção de monumentos e obras importantes encontradas nas cidades coloniais das províncias romanas, que desta forma passaram a seduzir a população pela monumentalidade e pela difusão e conservação da língua, religião, usos e costumes, organização jurídica, arte e cultura romana; características absorvidas e elaboradas por todo o Império romano e que ajudaram a proliferar a era de prolongada paz relativa.

Nota-se que os romanos foram tolerantes mediante a cultura nativa desde que esta não interferisse nas prerrogativas imperiais. Independente disso, a população nativa que migrava para as cidades coloniais romanas aprendia a se comportar como romanos, tamanho era o impacto da romanização nas províncias, que por fim produziram – materialmente – trabalhos de modelos clássicos, que sobrevivem ainda hoje, refletindo o tempo em que Roma governava o mundo. Entretanto, ao lado da romanização difundida pelas províncias romanas, o Império adotou e adaptou características de outras culturas subjugadas, produzindo uma grande assimilação, que suscitaria um intenso sincretismo em todos os territórios das províncias. Através

dessa integração cultural, a arquitetura romana desenvolveu admiráveis técnicas de edificação, que apenas no século XIX foram ultrapassadas.

A arquitetura romana, marcada pelo gigantismo, de caráter inovador e originalidade espacial, constitui-se como uma das mais importantes da história da humanidade. Desde o período dos etruscos, da República (509-27 a.C.), até o término do Império (27 a.C.-330 d.C.), incitados pelas invasões bárbaras, os romanos inventaram e abundantemente construíram edifícios e monumentos de inestimável importância. Através das influências recebidas dos gregos e etruscos, os romanos foram mais além e conceberam técnicas de construção revolucionárias, com o emprego das principais estruturas curvilíneas – arco, abóbada e cúpula – e dos materiais utilizados – tufo, pedra-pomes e tijolo –, elementos fundamentais para erguerem edifícios espacialmente grandiosos.

A arquitetura romana criou relações espaciais complexas e teceu uma relação notável com a paisagem. A riqueza de conceitos, tecnologia, tipos de construção, interação entre interior e exterior, permitiu que a arquitetura cruzasse com o ordenamento urbano, e contribuíssem para a produção de soluções técnicas e modos de expressão. Por todo o vasto Império, a presença decorativa da coluna, do capitel e dos contornos gerais – derivados em geral de modelos gregos – se disseminava junto com a linguagem comum, baseada no arco, na abóbada e na cúpula, elementos que tornaram a arquitetura romana original e específica. Tal inovação foi conseguida através de elementos curvilíneos obtidos pelos sofisticados meios tecnológicos de construção, como o cimento, e pela leveza dos materiais utilizados.

Assim, a arquitetura romana apresentou sua originalidade ao explorar a criação das relações espaciais, formas curvilíneas, estruturas dinâmicas, abóbadas que cobriam grandes recintos destinados aos cidadãos. Na época do Império, Roma disseminou seu estilo arquitetônico pelos territórios ocupados pelas legiões romanas. Igual destino tiveram os projetos de planejamento urbano com edifícios de fórum, capitólio, templo, arenas culturais e desportivas, todos constituíram exemplos que elucidavam a influência de Roma pelas províncias do Império. Os romanos realizaram também melhoramentos territoriais, como estradas de importância comercial e estratégica, pontes, aquedutos e reservatórios de água pelas províncias. Esses elementos assinalaram a prosperidade refletida na arquitetura, que atingia espaços variáveis, criava relações espaciais complexas e adequava-se à disposição urbana e à paisagem.

Os romanos conquistavam a simpatia dos provincianos, em parte, por construírem pequenas versões completas de Roma por todo o Império, erguia-se os principais elementos urbanos e arquitetônicos da metrópole pelas cidades coloniais romanas. Deste modo, as colônias se organizavam como uma extensão da pátria-mãe Roma, e se constituíam como uma rede básica de difusão da romanização. Toda cidade colonial refletia em suas construções seu refinamento e a romanização cultural de sua população. Portanto, apresentar construções que atendiam às necessidades e aos prazeres de seus habitantes, com monumentos e edifícios imponentes, significavam motivos de orgulho para a população de uma cidade colonial romana, além das construções mostrarem-se como sinônimos de esplendor e influência da colônia que se destacava perante as demais cidades provinciais.

Entre as importantes características que compunham a fundação de uma cidade colonial romana destacam-se o sistema de divisão em centúrias, o planejamento urbano ortogonal – imposto sempre que as condições do local permitiam –, sendo dotada de vários edifícios: o fórum, o templo, o capitólio, o palácio, a basílica, o circo-estádio, o teatro, o anfiteatro, os balneários e o ninfeu. A evolução da casa, a *domus*, e o surgimento da *insulae* que se adaptavam ao urbanismo; a casa ainda sofreria variações fora da cidade, como vivenda rural. Outros elementos, como os monumentos honoríficos: arco do triunfo, troféu, tetrafilo, coluna simples; e os monumentos funerários: túmulo, mausoléu, cenotáfio. Também os edifícios utilitários: armazéns, docas, fábricas, oficinas, instalações industriais. As construções de infraestrutura: estradas, pontes, aquedutos, barragens, cisternas, portos. Todos estes elementos compunham um conjunto civilizacional romano que caracterizava o desenvolvimento e propiciava o avanço tecnológico e cultural da humanidade.

O elemento curvo da arquitetura romana foi o que mais se distinguiu pela importância em possibilitar a criação de espaços interiores ainda maiores, que respondessem às necessidades de cidadãos e suas expectativas. Na arte romana, o espaço se fazia essencial, mais que o jogo de luz sobre a massa sólida. Foi uma arte da cavidade ou vazio, precedendo os elementos plásticos, o volume e as formas externas de um edifício. A importância do interior revelou uma inversão do edifício de dentro pra fora. A fórmula do tempo grego, com colunas externas e *cella* pequena, alcançou na arquitetura romana recintos rodeados de colunas de cada lado da nave, podendo ser observado em santuários, balneários e nas salas das basílicas.

Os edifícios e monumentos, civis e religiosos, que permanecem conservados atualmente, intactos ou restaurados, abrangem os períodos, em sua maioria, do século II a.C. ao século IV d.C., e testemunham a habilidade arquitetônica dos romanos, nos permitindo compreender o desenvolvimento da evolução técnica, das intenções e motivações dos arquitetos romanos expressadas em cada edifício, que cobertos de símbolos religiosos e políticos podem nos revelar a intenção dos seus construtores, descrever a sociedade e seus valores em sua época. A arquitetura romana carrega muitos significados, transmite mensagens e exprime-se pela intervenção de uma linguagem semiótica. Até obras utilitárias podem exprimir as motivações políticas e sociais de seus criadores. Do mesmo modo elas exprimem a grandiosidade de um mundo, este que faz destas características um dos atributos distintos de sua arquitetura: que ao aumentar as dimensões de uma obra faz repensar todo seu esquema de base, que ao causar revoluções formais e tecnológicas faz exprimir seu universo.

O gigantismo dos edifícios romanos foi acompanhado de uma transmutação das qualidades da arquitetura, uma vez que a imensidão do Império implicava e colocava a noção de escala a par das próprias origens da concepção arquitetônica. Assim, a procura da grandiosidade tornava a própria materialização da civilização romana. Os romanos buscaram a leveza dos espaços vazios, o volume que a estrutura abrangia, a interação entre espaço interno e externo, e a dialética do interior e exterior para a construção de seus edifícios.

O mundo urbano e arquitetônico romano seria marcado profundamente pelo helenismo. Verificamos que a partir da expansão colonizadora e de atividades fundadoras gregas introduziu-se um novo programa urbanístico para fundar cidades coloniais gregas. As novas cidades-estados, principalmente as colônias ocidentais magno-gregas, se organizavam segundo o modelo social e econômico de sua metrópole, porém se desenvolviam segundo diretrizes planejadas, diferentemente de suas cidades-mães que possuíam modelos de crescimento orgânico, geralmente incontrolados. Tais cidades novas, de planta urbana regular e ortogonal, denominaram-se hipodâmicas e apresentavam as novas concepções urbanas: projeto de assentamento segundo um traçado de ruas regulares e espaços públicos e privados bem definidos; à imagem de um tabuleiro de damas, com ruas perpendiculares e distribuição racional, separando as áreas habitacionais, da ágora.

Observa-se que o esquema urbano de planejamento ortogonal, já estava presente nas civilizações orientais, podendo ser encontrado nas cidades antigas do Egito, com organização em sistema de grelha; entretanto sem o mérito de Hipodamo de Mileto de aplicá-lo de forma rigorosa, tratando de criar a cidade ideal, com divisões lógicas e matemáticas, ao mesmo tempo concreta e funcional. Provavelmente Hipodamo de Mileto generalizou este planejamento, já praticado no Oriente, da qual a tradição lhe concedeu a honra da invenção dos planos urbanos baseados na intersecção das ruas em ângulo reto.

A civilização genuína etrusca configurou-se muito marcada por elementos importados da cultura grega devido seus laços comerciais com os mercados da Magna Grécia. Os etruscos também apresentaram cidades caracterizadas segundo um plano regulador, conjugando portanto esquemas urbanísticos gregos hipodamianos com as exigências etruscas. Desta forma, o mundo romano que absorveu os territórios das cidades coloniais com características etruscas e gregas, apresentaria influência grega e também características provenientes das tribos itálicas, juntas combinadas com influências externas das colônias helênicas.

Deste modo a arquitetura militar itálica recorreria as técnicas de construção derivadas dos gregos e serviria de modelo às primeiras cidades romanas, em padrão de grelha. A cidade romana conservaria esta estrutura, com o fórum equivalente a ágora grega, e os edifícios públicos no centro da cidade e também ruas com um traçado retilíneo, entretanto, uma nova referência seria também somada ao urbanismo utilizado: a introdução do modelo de acampamento romano. O *castrum* ou acampamento romano apresentava base de dois principais eixos ortogonais que se cruzavam ao centro, no pretório, como o *kardo* e o *decumanus maximus*. Tais eixos principais de mesma simetria, que se acentuavam e se cruzavam no centro do assentamento, permitiam valorizar e monumentalizar a cidade, criando efeitos cenográficos.

Através deste estudo, percebemos que as planificações gregas e romanas configuraram-se semelhantes. O sistema que orientava o planejamento urbano romano adicionou em sua base dois eixos perpendiculares que formavam ângulos retos – o *kardo*, em direção norte-sul, e o *decumanus*, em sentido leste-oeste, os quais formavam uma intersecção ao centro, onde se estabelecia o fórum – dispostos em um plano regular em modelo de grelha, que se apresentava muito mais antigo, atribuído a Hipodamo de Mileto. Assim verificamos que este sistema de organização em

perpendicular, derivava do planejamento urbano retilíneo de Hipodamo e/ou da cidade etrusca, muito influenciada pelos contatos com as cidades coloniais da Magna Grécia. Desta forma, possivelmente a conjugação destes dois urbanismos influenciou e gerou a disposição adotada posteriormente nos acampamentos militares romanos, indicando assim que o modelo urbano difundido e utilizado pelos gregos seria em essência o adotado pelo Império romano com algumas adições, e aplicado em suas cidades coloniais, como por exemplo as da província da Hispânia.

Ao longo da colonização greco-romana e do desenvolvimento da Península Ibérica encontramos uma mistura de elementos helenísticos e também romanos em seu urbanismo. Primeiramente, a Península Ibérica foi bastante marcada pelos influxos helenísticos vinculados à presença de gregos e cartagineses no território, que mantiveram colônias que exerciam ampla influência sobre as populações nativas. Como o caso da colônia grega de Empóron, que disseminou a estrutura urbana dos gregos em suas concepções urbanas hipodamianas, além de contribuir para desencadear a helenização pelo território. Fenômeno este que anteciparia e abriria caminhos para a ação de Roma. Em um segundo momento a Hispânia passaria a receber também a colonização de itálicos-helenizados, após a vitória dos romanos nas Guerras Púnicas, que desenvolveriam com mais facilidade o processo de romanização e a difusão das novas características do urbanismo colonial romano pelo território, visto à primeira experiência.

Os processos de helenização e romanização permitiram que o urbanismo das cidades coloniais greco-romanas da Península Ibérica, para além de sua influência sobre as culturas hispanas, adquirissem em seu próprio planejamento urbano uma significativa evolução urbanística, ampliações sucessivas, e processos de monumentalização arquitetônicas até o auge da época romana. Isto ocorreu de tal maneira, que em marcos urbanísticos a Hispânia exploraria grandes obras urbanísticas na construção das cidades, que seguiram influências de modelos helenistas e/ou originadas de guarnições militares romanas, como a cidade colonial romana de Emerita Augusta.

Desde o período helenístico percebemos a preocupação de *principes* governantes por criar cidades belas e luxuosas para servir de propaganda ao governante e justificar o adjetivo de *euergetes* ou benfeitor que muitos usavam. Em época helenística e romana a concentração da necessidade de cidades bem planejadas e embelezadas revelaram um desafio aos governantes que sacrificaram

bens e população destinados a estas novas cidades, obrigando, em muitos casos, a mudar as pessoas de local, ou continuar fundando novas cidades ou as muitas colônias militares decorrentes dos romanos. Estas cidades em sua maioria eram criadas *a ex novo, a fundamentis*, que ofereciam oportunidade para apresentar urbanismo experimental e moderno, como o caso da colônia romana de Emerita Augusta.

Segundo as fontes, a cidade colonial de Emerita Augusta foi fundada em 25 a.C., alguns autores confirmam esta data afirmando que a cidade foi menor em seu começo (*Quadrata*), constituindo-se uma pequena cidade de fundação augustana, que foi crescendo paulatinamente, à medida que chegavam mais pessoas de outros lugares e se produzia uma nova distribuição de terras para tais colonos.

Por falta de achados de restos arqueológicos da cidade fundacional, atualmente se aponta que o primitivo espaço de assentamento dos veteranos das legiões da V e X estivesse em outro local, diferente do lugar que utilizaram para planejar a cidade *ex novo*. Muito factível ao pensarmos que seria impossível viver em um local levantado pelas obras (ruas, cloacas, planificação de algumas *insulaes*, fóruns e etc.). E esta planificação sobre um sítio vazio se comprova pelas provas arqueológicas. Logo, a execução das obras (muito custosas e de construções prolongadas por muito tempo) fossem realizadas com posterioridade das datas propostas.

Atualmente especialistas indicam uma macro fundação *ex novo* de Emerita Augusta, apoiada numa cronologia ordenada dos monumentos, criação da cidade à imagem de Roma, que adquire, como capital de província, um urbanismo de grande fundação, onde todos os elementos conservados datam em sua maioria da época de Augusto, construídos nos primeiros quinze anos da fundação e quando capital provincial. Pode-se constatar que Emerita Augusta se planificou desde seu início com uma projeção de futuro, a cidade foi construída em várias fases, onde através de suas obras permanecem o reflexo do poder de Roma, seguindo um típico modelo propagandístico; modelo que levou bastante tempo para se executar e que dentro desta planificação não se deixaram as coisas ao acaso.

Apesar das dificuldades do estudo da topografia e urbanismo emeritense, devido a cidade moderna de Mérida se encontrar superposta à antiga Emerita Augusta, conseguiu-se através de indícios e vestígios arqueológicos, conjugados com fotografias aéreas da cidade atual e do traçado do serviço de cloacas romano que

ainda se conservam, traçar um esquema aproximado da planta emeritense do tecido urbano colonial antigo. De certa forma, mesmo a cidade sendo superposta durante séculos, as ruas atuais de Mérida conservam muito do traçado das ruas romanas de Emerita Augusta. A cidade emeritense possuía em essência o mesmo padrão de trama urbana das cidades coloniais romanas, mescladas por influências do urbanismo grego, etrusco e castrense: traçado ortogonal hipodâmico somado de duas vias principais que se cruzavam ao centro, no fórum e parte principal da cidade, as vias do *kardo maximus* (em direção norte-sul) e o *decumanus maximus* (em direção leste-oeste), configuravam-se retas e perpendiculares entre si, conectando em seus extremos as quatro entradas principais da cidade. Ao longo destas ruas se organizava o traçado das demais vias, em forma de grelha.

Embora a cidade tenha nascido para abrigar veteranos militares, Emerita Augusta não tardou em receber diferentes levadas migratórias de população e a ser um dos mais ricos centros comerciais da Hispânia, até chegar a ser o principal da região e tornar-se capital da província da Lusitânia. Exemplo de sua prosperidade são as notáveis ruínas arqueológicas encontradas em suas áreas urbana e periurbana, e os muitos monumentos visíveis ainda hoje. A cidade configura-se como um dos mais importantes centros arqueológicos da Península Ibérica pelas suas imponentes ruínas monumentais; apresenta arquitetura magnífica de obras de engenharia e edifícios públicos em bom estado de conservação, que se constituem como fontes singulares de informação sobre suas construções, estruturas e disposições dentro de uma cidade colonial romana, além de testemunharem a importância e o passado glorioso da colônia emeritense.

Entre as construções da cidade emeritense, os edifícios de espetáculo público, foram erguidos de forma não-centrais como nas demais cidades coloniais romanas, porém agrupados em região próxima, se destacando pela monumentalidade e conservação *in situ*. O teatro, considerado um dos melhores e o mais belo da Europa, preserva grande parte do palco, foi reconstruído nos últimos anos e apresenta capacidade para até 6000 espectadores; o anfiteatro, erguido para celebrar combates de gladiadores, revelava capacidade para 15000 espectadores; o circo, destinado para corridas de carros, se exhibe como um dos mais conservados da Península Ibérica e um dos maiores do mundo romano, mesmo com parte da arquibancada desaparecida, estudos indicam que poderia acomodar 30000 espectadores.

Das três pontes romanas de Emerita Augusta, a ponte sobre o atual Guadiana destaca-se por apresentar 60 arcadas, somam 792 metros de comprimento, e constitui-se como uma das mais longas e bem preservadas do mundo romano. Dos três aquedutos que levavam água à cidade, ainda restam importantes trechos da condução de Los Milagros e San Lázaro. Los Milagros possuía 25 metros de altura, atualmente percorre uma distância de 827 metros sobre pilares gigantescos, feitos com séries alternadas de granito e tijolos, o aqueduto captava água em um grande reservatório chamado de Proserpina. A cidade também contava com outro imenso reservatório, o de Cornalvo, que abastecia o aqueduto de *Aqua Augusta*, o mais antigo da cidade.

Na região habitada da cidade, nas áreas públicas, são visíveis a arquitetura oficial da colônia empregada em dois fóruns. O arco monumental chamado de Arco de Trajano introduzia o fórum provincial da cidade. O fórum municipal, localizado na parte central da cidade, no cruzamento das principais artérias do *decumanus maximus* e *kardo maximus*, apresenta os restos do templo de Diana e o pórtico do fórum. Na cidade encontramos vestígios do templo de Marte, de um dique na margem da cidade próxima ao rio Anas, peças referentes ao templo de Concórdia de Augusto – que compunham o antigo monumento de Santa Eulália –, trechos das muralhas dotadas de torres, uma rede de cloacas no subsolo dos principais eixos centrais das ruas, fontes nas calçadas, banheiros públicos, conjuntos termas públicos e privados. Ao redor da cidade antiga de Emerita Augusta encontram-se vestígios de algumas casas e dois mausoléus monumentais, os *columbarios*.

A arquitetura doméstica romana de Emerita Augusta pode ser encontrada em suas vilas, residências abastadas e casas humildes. Diferentemente da arquitetura pública, de grande monumentalidade, diversidade e bom estado de conservação, a arquitetura doméstica de Emerita Augusta depende de escavações urbanas e de achados de vestígios domésticos, em muitos casos parciais, para seu próprio conhecimento e também das próprias residências romanas e da urbe. Os exemplos de residências emeritenses ofereceram mostras de decorações em paredes e superfícies, em forma de pinturas, afrescos e mosaicos. Entre as casas mais conhecidas encontramos estruturas complexas, como a Casa do Teatro ou Casa Basílica, Casa do Anfiteatro e Casa do Mitreo, porém com pelo menos duas características comuns de uma casa romana: um átrio e um peristilo.

Ao longo de todo período romano, as cidades coloniais romanas revelaram-se muito prósperas, contudo devido às instabilidades, guerras e a queda do Império romano, estas cidades acabaram se desintegrando, e muitos de seus edifícios tornaram-se pedreiras que forneciam materiais de construção de muralhas para defesa das mesmas. Por consequência, nos princípios da Idade Média, num contexto de confusão e medo, surge uma nova cidade sobre uma parte restrita da cidade romana, que mais tarde ainda se perpetuaria, originando a cidade moderna. Indiferente da cidade romana e seu sítio, percebemos ainda seu legado frente à urbanização e à romanização. Também devemos observar que achados arqueológicos de obras arquitetônicas romanas sobreviveram às devastações da Idade Média e escaparam da destruição a partir do Renascimento; e que mesmo assim, a civilização romana legou seus monumentos à posteridade, também transmitidos pela arquitetura do período românico, do Renascimento, do Barroco e do Neoclassicismo, e que ainda hoje nos influencia, atestando a importância de Roma e do fenômeno de romanização.

Assim, no final do Império Romano, a cidade de Roma foi saqueada pelos povos bárbaros no século V d.C., porém suas características se prolongaram no tempo: com os povos bárbaros (Suevos e Visigodos), na Idade Média, na Idade Moderna do período Renascentista. Roma perdurou como sede da Igreja Católica Romana e como um grande monumento. Mesmo em ruínas, Roma ofuscou as novas cidades construídas pela Europa até o período da Renascença. Atualmente podem-se encontrar vestígios dessas influências: nas obras de engenharia, visto em estradas, pontes, barragens; e nas obras de arquitetura de termas, templos, circos, habitações e extensos conjuntos urbanos. Por todo o território que sofreu o imperialismo romano ainda são encontrados numerosos testemunhos urbanos, materiais, monumentos e edifícios. Além da incomensurável capacidade do mundo cultural romano – de grande absorção do helenismo – aperfeiçoar, assimilar, integrar e valorizar contribuições artísticas de outros povos.

A arquitetura romana continuou exercendo sua relevante influência nos tempos modernos pela sua praticidade e melhoria das cidades, com as construções de estradas, aquedutos e esgotos. O arquiteto Vitruvius e sua obra *Da Arquitetura* permaneceram como referências básicas para assuntos relacionados à arquitetura até o período da Renascença. A cidade de Roma consagrou-se, durante os séculos, como arquétipo das grandes metrópoles da Europa. Os métodos romanos de

construção serviram para o desenvolvimento arquitetônico dos séculos seguintes e foram refletidos nos edifícios desses períodos. Roma transformou o mundo, seu legado alcançou diversas regiões e até continentes que os romanos jamais pensaram um dia conquistar.

Mesmo com a perda do poderio de Roma, esta assegurou sua sobrevivência cultural pela romanização, através dos territórios provinciais do império. As províncias mais distantes, mesmo desligadas da política de Roma, já autônomas, se constituíram como réplicas de Roma e se encarregavam de propagar o romanismo, que desafiaria os séculos. Atualmente, o legado romano ainda apresenta-se presente na cultura ocidental: em fundamentos de planejamento urbano (urbanismo), em fachadas de estilo clássico de edifícios públicos (arquitetura) ou em nomenclaturas científicas de raiz latina (língua latina), ou na literatura, ou na lei. Os costumes romanos e a cultura latina também foram disseminados pelo mundo com a contribuição do Império Romano do Oriente, com a Igreja Católica Romana e com a contínua adoção do estilo romano pelos povos colonizados por Roma.

Paralelamente a herança herdada pela romanização, também nos deparamos com a questão de preservação e estudo dos sítios arqueológicos antigos. Ao encontrarmos obras arquitetônicas romanas no presente percebemos que a qualidade técnica empregada nos edifícios permite visualizarmos as misturas de materiais das composições que, mesmo com objetivo projetado de ser ocultado, apresentam-se, por ser cuidadosamente trabalhada, aos nossos olhos como ornamentação. Ao mesmo tempo, como resultado da deterioração das obras e, em grande parte da depredação de saques seculares dos materiais mais nobres, muitos conjuntos – esquecidos ou sem cuidados – revelam-se apenas esqueletos perdidos no espaço.

Por isso, a arquitetura das civilizações antigas, neste caso em especial a greco-romana, revela-se como a expressão artística que para nós tem maior interesse tanto pela abundância de testemunhos em sítios, como pela melhor conservação destes monumentos arquitetônicos. Seja como arquiteturas em negativo, revelada por escavações ou expostas em sítio, onde detecta-se vestígios materiais em uma pseudo-arquitetura, ou em construções caracterizadas pela monumentalidade e duração, torna-se imprescindível o estudo destas culturas materiais para tomarmos conhecimento delas atualmente. Esse tipo de documentação remanescente constitui-se absolutamente necessária para nos referirmos e nos permitir conhecer a planimetria, construção e decoração dos monumentos de tais civilizações.

As cidades quando estudadas tornam-se fontes inesgotáveis de achados arqueológicos. Os restos do passado sempre aparecem e devem continuar sendo estudados e conservados. As cidades quanto mais estudadas, igualmente proporcionam maiores extensões de zonas para escavações arqueológicas, que em curso devem ser bem administradas e cuidadas. Atualmente se faz possível descrever os resultados dos vestígios arqueológicos que subsistem aos sítios, visíveis aos visitantes destas cidades antigas e que permitem projetarmos o quanto ainda o subsolo delas podem guardar. Entretanto, apenas através do trabalho especializado tais áreas poderão ser exumadas e valorizadas diante uma adequada pesquisa e trabalho de conservação.

A análise da materialidade urbana e arquitetônica das cidades antigas, através do estudo histórico e arqueológico, busca reconhecer e valorizar o patrimônio. Para tanto, se faz necessário reconstruir, compreender e divulgar os monumentos, as ruínas, com descrições de corte científico para historiadores, arquitetos, urbanistas, arqueólogos. Em uma interdisciplinaridade, ou como já alertava Vitruvius, sobre a busca do saber de ambas as disciplinas, para compreendermos e realizarmos de uma forma mais completa nossa atividade profissional, ou seja os saberes essenciais para uma satisfatória análise sobre a gestão do patrimônio antigo.

As pessoas e habitantes das proximidades das cidades arqueológicas devem se conscientizar e respeitar o passado através da cultura e cidadania, assim como arqueólogos, historiadores e estudiosos devem continuar esse trabalho. Neste momento precisamos recuperar e respeitar a cidade antiga herdada, com atenção de arqueólogos, definindo-a como patrimônio e identidade cultural irrenunciável de toda sociedade. Historiadores e especialistas de outras áreas devem buscar com a planificação atual fazer a preservação da cidade e seu complexo significado coletivo, social e político. Estudos mais amplos relativos a planificação antiga podem recuperar as cidades através de análises topográficas e históricas atuais.

Deve-se alertar sobre o interesse histórico das formas urbanas das cidades arqueológicas hispanas – muitas vezes ignoradas pelos estudiosos que se ocupam do urbanismo antigo –, pelas suas evidentes importâncias como testemunhos de um tipo de cidade mediterrânea muito antiga e que se conserva na Península Ibérica. A proliferação de modelos urbanísticos e arquitetônicos do Império romano formaram os principais veículos e expressões da homogeneização destas formas nas cidades da Antiguidade, verificados pelo intenso trabalho urbano desenvolvido pelos romanos.

Tal alcance de modelo urbanístico com influências greco-romanas supõe um avanço com relação à organização espacial da polis clássica, e pode ser acompanhada através de escavações de sítios que apresentem esse modelo.

O estudo do urbanismo das cidades do passado constitui-se como um tema muito atual entre historiadores e arqueólogos com o propósito de indagar de que modo nasceram, como se formaram e cresceram, de que maneira evoluíram com o tempo e quais foram suas experiências, problemas e soluções. Cabe a tais profissionais escrever sobre estes antecedentes da cidade antiga que configuram os primeiros testemunhos mais prodigiosos da criação humana. Da cidade antiga conhecemos a civilização, que procedeu os termos de *civitas*, e do urbanismo, *urbs*.

O conhecimento do planejamento urbano de sítios antigos nem sempre se manifesta definitivo devido as constantes destruições e descobertas. Os mais estudados foram os sítios das cidades coloniais das províncias romanas, e mesmo assim, em muitos casos as informações revelam-se limitadas. Deve-se analisar que o assunto sobre o planejamento urbano antigo está em constante pesquisa, podendo não ser conclusivo. Poucas cidades foram exploradas e, geralmente, apenas o último estágio de desenvolvimento se torna conhecido.

A atual intervenção de planejamentos antigos reconhece a destruição destes restos de cidades históricas para a transformação de cidades modernas. Devemos buscar uma adaptação dos restos antigos conforme as exigências de vida atuais e futuras, sem prejudicar seus aspectos históricos que merecem ser salvos e conservados, não só o urbanismo histórico mas também os monumentos, que devem ser incorporados a nova planificação. Sem interromper os trabalhos de conjunto entre arqueologia das cidades antigas e os estudos particulares das planificações urbanas do mundo grego e romano.

Percebe-se que as constantes transformações demográficas, econômicas e técnicas atuais, surgidas como inevitáveis e urgentes, estão alterando a vida urbana das cidades sobrepostas ou em sítio, paralelamente, verifica-se que do mesmo modo muitas cidades antigas também sofreram destruições mediante às guerras e que exigiram reconstruções e renovação de seus traçados antigos. De acordo com estas questões, deve-se refletir e ressaltar a importância de estudos que analisem como adaptar as cidades antigas às exigências de vida atuais e futuras, sem prejudicar seus aspectos históricos, quando estes necessitam ser salvos.

Nos últimos anos, o avanço de estudos sobre as cidades da antiga Hispânia, permitiram um maior conhecimento dos aspectos da arqueologia hispano romana. Neste contexto, os estudos específicos sobre a arqueologia urbana sensibilizam e reconhecem medidas de proteção e mecanismos legais para que as cidades antigas, que abrangem em seu território vestígios monumentais do passado, fossem protegidas com maior interesse. Entre os inúmeros exemplos, selecionamos a antiga colônia de Emerita Augusta (Mérida), capital da província hispana da Lusitânia resultante da reforma e fundação de Augusto, para avaliarmos a cidade como um núcleo urbano da Península Ibérica apresentada pelos seus vestígios do mundo antigo em época romana.

Aos poucos a arqueologia está se encontrando como uma ciência cada vez mais heterogênea e interdisciplinar. Mérida constitui-se atualmente como centro administrativo de uma nova comunidade autônoma e se favorece pela proximidade com os estudos da Universidade da Estremadura, com a importante atenção do Museu Nacional de Arte Romano e o Conselho Superior de Investigações Científicas e outras instituições acadêmicas espanholas e estrangeiras que se encarregam dos recentes estudos arqueológicos da antiga cidade colonial romana.

O estudo da arqueologia urbana se converte em fonte inesgotável de dados para compreensão da evolução histórica dos núcleos urbanos. Aliado a lei de Patrimônio Histórico Espanhol (Ley Orgánica 16/1985) e de crescimento dos meios da arqueologia de gestão, progrediu substancialmente o conhecimento sobre o urbanismo e a arquitetura das diversas colônias e municípios romanos. Mérida oferece um bom exemplo disso aplicada à antiga capital de Emerita Augusta. A criação do Consorcio de la Ciudad Monumental, Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida vinculado à arqueologia urbana em Mérida representaram um complemento da atividade realizada pelo Museu Nacional de Arte Romano – instituição apresentada até 1975 como Museu de Mérida –, que realizava intervenções urgentes na arqueologia emeritense. Assim, se desenvolvia o progresso nas investigações arqueológicas e científicas realizadas por demais especialistas a partir de 1990. Os estudos arqueológicos foram reforçados em 2001, com a criação em parte do Conselho Superior de Investigações Científicas e do Instituto de Arqueologia de Mérida que permitiram fazer avanços sobre a compreensão da evolução formal e histórica de Emerita Augusta.

Atualmente, toda a cidade de Mérida constitui-se em realidade como uma área arqueológica, um museu a céu aberto, onde se observam muitas partes visíveis e outras ainda por descobrir. Para cada obra realizada na cidade se supõe uma nova descoberta, que muitas vezes, para o infortúnio da Cultura, já foram procuradas silenciar. Entretanto, com o passar do tempo, efetivaram-se estudos científicos e trabalhos de conscientização sobre o patrimônio, crescendo o valor artístico e histórico da cidade. Os critérios empregados na gestão do patrimônio arqueológico, como as funções e competências das instituições da cidade de Mérida demonstram a importância que adquire a investigação histórica para a gestão do patrimônio. O trabalho de proteção, análise, estudo e conservação dos bens arqueológicos estabelece um ponto de partida fundamental para o adequado progresso no conhecimento da evolução histórica da cidade colonial romana emeritense. Muito importante se constitui a gestão do patrimônio com discernimentos que respondam às contínuas perguntas da investigação científica.

As invasões e dominações bárbaras alcançaram diferentes urbes, Emerita Augusta sofreu muito com as guerras e destruições na decadência do Império. Este estudo sobre o urbanismo e arquitetura greco-romano, que destaca a cidade colonial romana de Emerita Augusta dependeu em grande parte dos monumentos que sobreviveram às devastações da Idade Média e às destruições sofridas no Renascimento, que permanecem mais completos e restaurados por especialistas na atual cidade de Mérida. Após tantas devastações e decadência das cidades, Mérida se constitui hoje como um assentamento urbano sobre algo reduzido da área de influência que foi a Roma espanhola. Desta forma, buscou-se analisar os monumentos romanos conservados para compreender suas percepções de espaço, as características das construções e a importância dos edifícios para a cidade emeritense em sua época.

A realização de maiores investigações arqueológicas e a contínua coleta de vestígios romanos da cidade de Mérida podem continuar oferecendo detalhes que nos permitam reconhecer mais claramente a topografia e a configuração do urbanismo antigo da cidade de Emerita Augusta, assim como também apontar novos elementos para o conhecimento de suas características arquitetônicas. Paralelamente, os vestígios dos grandes monumentos permitem sua descrição física, como também possibilitam sua compreensão e funcionalidade urbana. A continuação da pesquisa arqueológica e histórica sujeita novos e diferentes achados arqueológicos que podem

revelar e transmitir informações sobre o poder e influência que exerceu a antiga colônia de Emerita Augusta ao longo de seu desenvolvimento, hoje encobertos pela cidade atual.

A arqueologia segue revelando o testemunho do passado histórico de Mérida em forma de monumentos, edifícios, obras arquitetônicas e decoração, e inscrições. Através destes restos monumentais ou da cultura material e informação da epigrafia, pode-se reconstruir de forma significativa a história de Emerita Augusta desde a sua fundação, verificando ainda a organização e estruturação da cidade intramuros e extramuros. Pela grandiosidade e importância que a forma material das estruturas urbanas e expressões arquitetônicas emeritenses exerceram no tempo da colônia, torna-se necessário realizar estudos contínuos que dignifiquem e conservem suas lembranças do passado romano.

Com este estudo pretendeu-se disseminar a todos a importância do legado histórico-cultural deste passado greco-romano tão presente em nossos territórios e cotidiano, seja em um sítio urbano ou com elementos arquitetônicos, a exemplo da colônia romana de Emerita Augusta, que devem ser preservados. O patrimônio arqueológico dos achados emeritenses nos permite ressaltar o alto valor artístico e a riqueza singular que apresenta a antiga colônia romana emeritense, que a atual Mérida tem se engajado em procurar conservar seus restos monumentais e arqueológicos. Atualmente, o renascer desta antiga herança do passado glorioso de Emerita Augusta, recordado pelas ruínas romanas, encoraja Mérida a uma ressurreição material e espiritual da antiga colônia emeritense para servir a todos através da manutenção, proteção e divulgação de sua beleza permanente expressa em suas magníficas ruínas e monumentos.

Da antiga colônia de Emerita Augusta ainda permanecem vestígios bem marcados de seu traçado urbanístico: ruas e estradas, cloacas, diques, pontes, aquedutos, reservatórios, casas, cemitérios, fóruns com seus templos, e edifícios colossais para celebrar jogos cênicos ou de circo. E a exemplo de Emerita Augusta, a herança greco-romana ainda hoje pode ser encontrada nos países cujos territórios integravam o Antigo Império Romano. A colonização romana ainda registra os sítios dos territórios povoados, além dos nomes de nações, no idioma e dialetos. Podemos encontrar cidades coloniais romanas que remontam à época republicana ou imperial, que apresentam vestígios de traçados urbanos e arquitetura de influência greco-

romana, além do traçado das principais vias do Império que proporcionaram a difusão da romanização pelo mundo antigo.

A atual cidade de Mérida acolhe em seu seio os restos de uma complexa rede de cidades que foram sobrepostas desde a fundação da colônia romana de Emerita Augusta, no ano 25 a.C. Após o período romano, ao longo do tempo, a cidade entrou em declínio e recentemente está recobrando sua grandeza. Desde 1993 o Conjunto Arqueológico de Mérida foi declarado Patrimônio Mundial pela Unesco, devido às boas práticas fomentadas pelas instituições engajadas em preservar o valor universal e excepcional do sítio arqueológico que mantém os edifícios mais representativos de uma cidade romana. Para tanto foi fundamental a gestão arqueológica baseada em uma estratégia de ação integral (em diferentes aspectos da administração, intervenção, documentação, pesquisa, preservação, formação e divulgação), coordenação institucional, e conscientização e participação do público.

O legado urbano e arquitetônico greco-romano e cultural de Roma está à disposição da civilização contemporânea, e deve ser historiado através de pesquisas – no caso, internacionais – para ser aprofundado e registrado ininterruptamente. A cidade de Mérida apresenta vestígios do urbanismo adotado em cidades coloniais romanas e deixa como herança edifícios de singular arquitetura para as gerações futuras. O reconhecimento dos remanentes urbanos emeritenses como patrimônio em sua projeção turística permitem aos visitantes descobrirem o legado histórico da grande cidade da Antiguidade. Paralelamente, a divulgação de resultados de investigações sobre o mundo antigo podem aumentar publicamente o interesse sobre a cultura clássica, gerar mais respeito aos seus monumentos e vestígios da cultura material, e, conseqüentemente, motivar novos estudos e visitas aos complexos arqueológicos, diminuir substancialmente os vandalismos de outrora tão comuns, e assim conscientizar a todos sobre a importância da preservação da cidade antiga. As sociedades ainda se utilizam de estruturas arquitetônicas, rede viárias e planejamentos urbanos remanescentes de influências greco-romana, como a atual cidade de Mérida. Devemos considerar que esses elementos urbanos antigos, que se perpetuaram até hoje, também nos transmitem características sociais e valores atuais que compõe uma cidade ocidental.

REFERÊNCIAS

ALGABA, Milagros Fernández. *Vivir en Emerita Augusta*. Madrid: La esfera de los libros, 2009. 191 p.

ALMAGRO, Martín. *Mérida: guía de la ciudad y de sus monumentos*. 2 ed. Valência: Tipografía Moderna, 1961. 211 p.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.^a. Algunas observaciones sobre el territorium emeritense. *Homenaje a Samuel de los Santos*, Albacete, 1988, p. 185-192.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M.^a; ANTÓN, J. L. de la B.; JIMÉNEZ, A. V. *Mérida*. 2 ed. León: Everest, 1995. 101 p.

ALZADO DE LA SEGUNDA SECCIÓN DEL ACUEDUCTO DE LOS MILAGROS. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_milagros_plano.jpg>. Acesso em: 12/12/2014.

ALZADO DE LOS RESTOS DEL ACUEDUCTO DE SAN LÁZARO. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_sanlazaroplano.jpg>. Acesso em: 12/12/2014.

ALZADO DEL TRAMO DEL PUENTE SOBRE EL GUADIANA. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_puente_plano.jpg>. Acesso em: 12/12/2014.

AZARA, Pedro. *Más que el passo del mito a la razón habría que decir que al mito se le suma la razón*. Entrevista concedida a Mario Agudo Villanueva. [S.I.], 23 maio 2014. Disponível em: <<http://www.mediterraneoantiguo.com/2014/05/entrevista-con-pedro-azara-mas-que-el.html>> Acesso em: 20 jul. 2014.

BENDALA GALÁN, Manuel. *Saber Ver a Arte Grega*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 78 p.

_____. Estructura urbana y modelos urbanísticos en la Hispania antigua: continuidad y renovación con la conquista romana. *Zephyrus*, Salamanca, v. 53-54, p. 413-432, 2000-2001.

_____. Introducción. In: GARCÍA Y BELLIDO, A. *Urbanística de las grandes ciudades del mundo antiguo*. 3 ed. Madrid: CSIC, 2009. p. 15-44.

_____. *No se puede entender la romanización como un proceso de sustitución de las realidades indígenas por las romanas*. Entrevista concedida a Mario Agudo Villanueva. [S.I.], 17 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.mediterraneoantiguo.com/2014/07/entrevista-con-manuel-bendala-no-se.html>> Acesso em: 20 jul. 2014.

BOVO, Elisabetta (coord.). *Grande História Universal: A época do Império Romano*. Barcelona: Folio, 2007. 5 v. 119 p.

_____. *Grande História Universal: Época Clássica*. Barcelona: Folio, 2006a. 3 v. 119 p.

_____. *Grande História Universal: Época Helenística*. Barcelona: Folio, 2006b. 4 v. 119 p.

BOWRA, C. M. *Grécia Clássica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 200 p.

CONTI, Flavio. *Como reconhecer a arte grega*. Lisboa: Edições 70, 1978. 68 p.

CORDERO RUIZ, Tomás. Uma nueva propuesta sobre los limites del *ager emeritensis* durante el Imperio Romano y la Antigüidade Tardía. *Zephyrus*, Salamanca, v. 65, p. 149-165, 2010.

CORNELL, Tim; MATTHEWS, John. *A civilização romana*. Barcelona: Folio, 2008. 240 p.

DUPRÉ RAVENTÓS, Xavier (ed.). *Las capitales provinciales de Hispania: Mérida, Colonia Augusta Emerita*. Roma: "L'erma" di Bretschneider, 2004. v. 2. 166 p.

DURANDO, Furio. *A Grécia Antiga*. Barcelona: Folio, 2005. 288 p.

FINLEY, M. I. *Os Gregos Antigos*. Lisboa, Edições 70, 1963. 178 p.

FLACELIÈRE, Robert. *A Vida Quotidiana dos Gregos no Século de Péricles*. Lisboa: Livros do Brasil, 1970.

FUSTEL DE COULANGES. *A cidade antiga*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1864.

GARCÍA DE DIEGO, M. P. Presentación. In: GARCÍA Y BELLIDO, A. *Urbanística de las grandes ciudades del mundo antiguo*. 3 ed. Madrid: CSIC, 2009. p. 11-4.

GARCÍA Y BELLIDO, A. Las colonias romanas de la provincia Lusitania. *Arqueologia e História*, Lisboa, v. 8, p. 13-23, 1958.

_____. Las colonias romanas de Hispania. *Anuario de Historia del Derecho Español*, Madrid, n. 29, p. 447-519, 1959.

_____. *Urbanística de las grandes ciudades del mundo antiguo*. 3 ed. Madrid: CSIC, 2009. 411 p.

GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1988. 354 p.

_____. *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003. 109 p.

_____. *O Império Romano*. Tradução de Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 2011. 191 p.

GUITIAN, Manuel Maria Vias. *La ciudad de Merida*. León: Everest, 1977. 64 p.

GUZZO, Pier Giovanni. *Magna Grecia: Les colonies grecques dans l'Italie antique*. Paris: Gallimard, 1997. 128 p.

HADAS, Moses. *Roma Imperial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 200 p.

HINTZEN-BOHLEN, B.; SORGES, J. *Roma: arte e arquitetura*. Tradução de António Maia da Rocha e Ricardo Faria. Lisboa: Dinalivro, 2006. 626 p.

LAWRENCE, A. W. *Arquitetura Grega*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1998.

LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987. 248 p.

LIBERATI, Anna M.; BOURBON, Fabio. *A Roma antiga*. Barcelona: Folio, 2005. 288 p.

LOS ÓRDENES COMPARADOS. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.spanisharts.com/arquitectura/roma.html#>>. Acesso em: 12/12/2014.

MACAULAY, David. *Construção de uma cidade romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 110 p.

MARTÍN, Alfonso J. *Saber ver a arte etrusca e romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARTÍN, F. G. R. El paisaje urbano de Augusta Emerita: reflexiones em torno al Guadiana y las puertas de acceso a la ciudad. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 365-405, 2004.

MARTIN, Thomas R. *Breve História da Grécia Clássica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. 382 p.

MATEOS CRUZ, P. Topografía y evolución urbana. In: DUPRÉ RAVENTÓS, Xavier (ed.). *Las capitales provinciales de Hispania: Mérida, Colonia Augusta Emerita*. Roma: "L'erma" di Bretschneider, 2004. v. 2. p. 27-39.

MODELO DE PLANTA DE UNA CIUDAD ROMANA. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/ciudad_plano.jpg>. Acesso em: 18/12/2014.

MORENO, Luis A. García. *España em la edad antigua: Hispania romana y visigoda*. Madrid: Anaya, 1988. 127 p.

MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984. 477 p.

PLÁCIDO, Domingo. *Historia de España: Hispania antigua*. Barcelona: Crítica/Marcial Pons, 2009. 1 v. p. 843.

PLANO URBANO DE EMERITA AUGUSTA. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/ciudad_merida_plano.html>. Acesso em: 28/12/2014.

PLANTA DE LA DOMUS DEL TEATRO. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_casa_teatro_plano.html>. Acesso em: 05/12/2014.

PLANTA DE LOS RESTOS DE LA CASA DEL ANFITEATRO. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_casa_anf_plano.jpg>. Acesso em: 05/12/2014.

PLANTA DE LOS RESTOS DE LA CASA DEL MITREO. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_casa_mitreo_plano.jpg>. Acesso em: 05/12/2014.

PLANTA DEL TEATRO DE EMERITA AUGUSTA E ALREDEDORES. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_teatro_plano.html>. Acesso em: 28/11/2014.

PLANTA ORIGINAL DEL CIRCO DE EMERITA AUGUSTA. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_circo_plano.jpg>. Acesso em: 02/12/2014.

PLANTA ORIGINAL DEL TEMPLO DE DIANA. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_diana_planta.jpg>. Acesso em: 25/11/2014.

PLANTA RECONSTRUIDA DEL ANFITEATRO. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/merida_anfiteatro_plano.jpg>. Acesso em: 01/12/2014.

RATHBONE, Dominic. *História Ilustrada do Mundo Antigo*. Tradução de Clara Allain. São Paulo: Publifolha, 2011. 320 p.

ROBERTSON, D. S. *Arquitetura grega e romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 518 p.

SÁNCHEZ, A. A.; CÁCERES, E. C. M. de; CORRALES, J. M. F. Tres ejemplos de poblamiento rural romano en torno a ciudades de la Vía de la Plata: Augusta Emérita, Norba Caesarina y Capara. *Studia histórica. Historia antigua*, Salamanca, v. 10-11, p. 67-88, 1992-1993.

SÁNCHEZ, Jorge Pisa. *Breve historia de Hispania*. Madrid: Nowlitos, 2009. 253 p.

SÁNCHEZ, José Luis; ALMARZA, Meritxell. *O Império Romano: a vida quando Roma dominava o mundo*. Barcelona: Folio, 2008. 168 p.

SECCIÓN DE CALZADA ROMANA. Formato JPEG. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/arquitectura/imagenes/roma/calzada_romana.jpg>. Acesso em: 12/12/2014.

SIEBLER, Michael. *Arte Romana*. Tradução de João Bernardo Boleó. Lisboa: Taschen, 2008. 96 p.

STACCIOLI, Romolo A. *Como reconhecer a arte etrusca*. Lisboa: Edições 70, 1991. 63 p.

STIERLIN, Henri. *O Império romano: dos etruscos ao declínio do Império romano*. Colônia: Taschen, 1997. 240 p.

_____. *A Grécia: de Micenas ao Partenon*. Lisboa: Taschen, 2009. 221 p.

TARELLA, Alda. *Como reconhecer a arte romana*. Lisboa: Edições 70, 1978. 68 p.

TEMIÑO, Ignacio Rodríguez. *Arqueología urbana en España*. Barcelona: Ariel, 2004. 405 p.

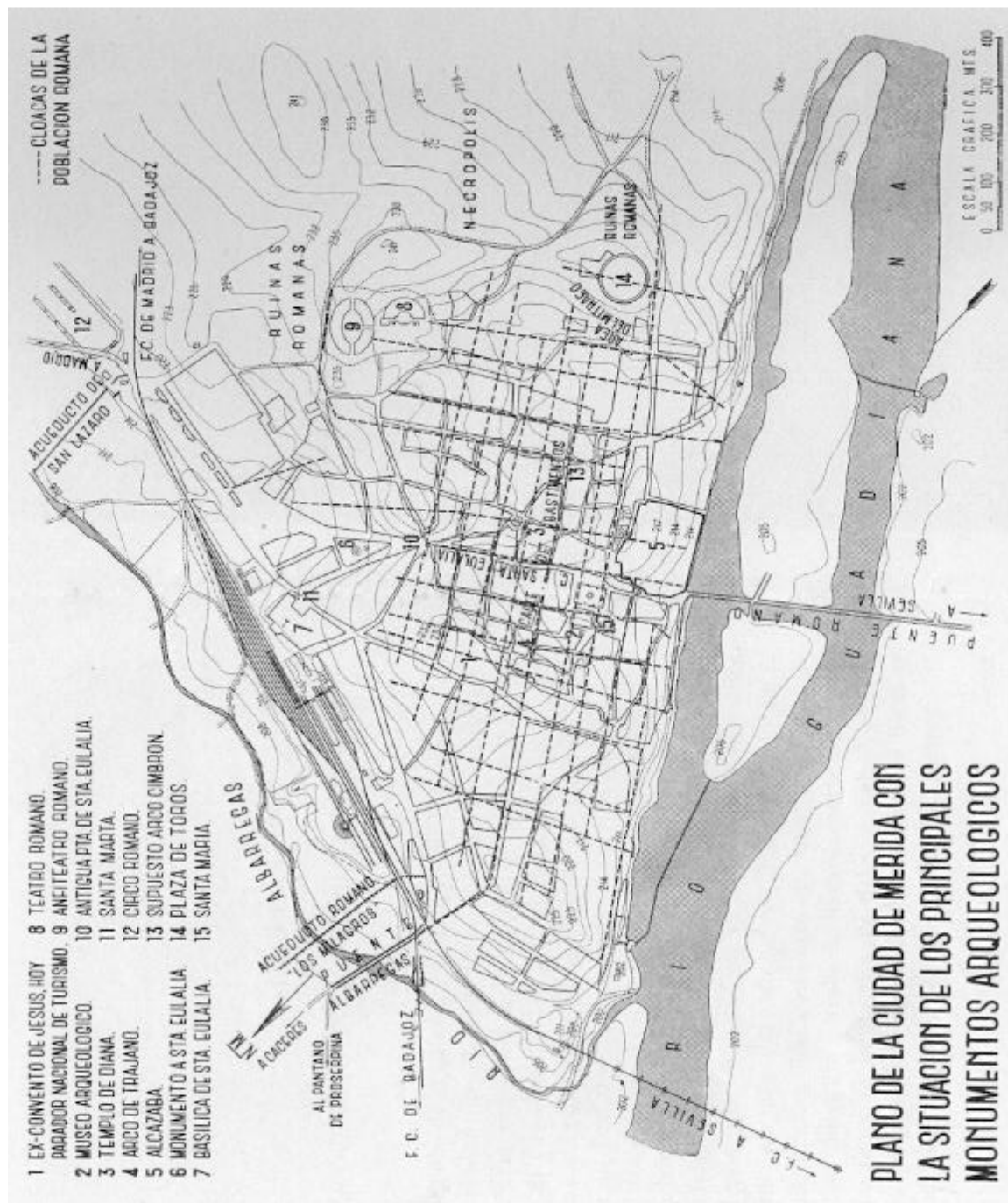
TOVAR, A; BLÁZQUEZ, J. M. *Historia de la Hispania romana: la Península Ibérica desde 218 a.C. hasta el siglo V*. Madrid: Alianza, 1975. 383 p.

VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. Tradução de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANEXO A – Mapa da cidade de Mérida destacando seus elementos: localização das ruas, edifícios e das principais ruínas dos monumentos romanos (ÁLVAREZ MARTÍNEZ; ANTÓN; JIMÉNEZ, 1995, s.p.).



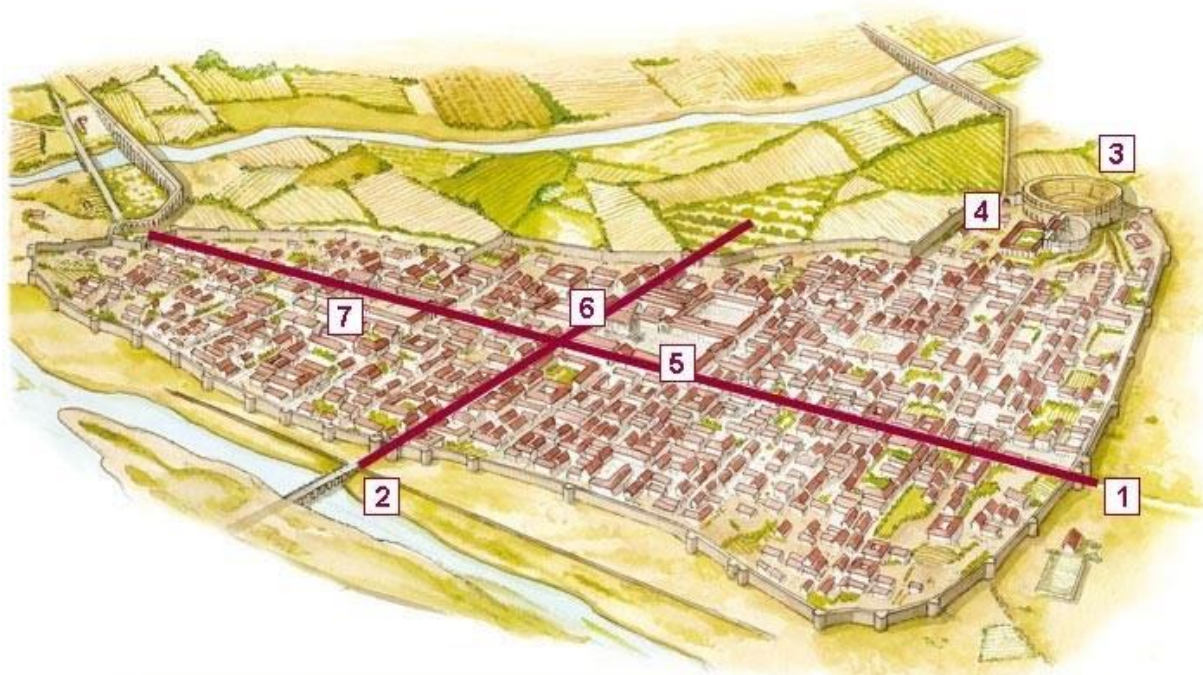
ANEXO B – Planta da cidade de Mérida indicando os principais edifícios e monumentos da cidade romana de Emerita Augusta (ALMAGRO, s.p.).



ANEXO C – Desenho reconstrutivo da cidade colonial romana de Emerita Augusta, segundo J. C. Golvín, J. M.^a Álvarez, e T. Nogales, apresentando traçado urbano hipodâmico somado das duas vias principais (*kardo* e *decumanus maximus*) – inspirada nos *castra*. Destaque para os fóruns, as pontes, os aquedutos e os edifícios de espetáculos (GARCÍA Y BELLIDO, 2009, 68).



ANEXO D – Desenho ilustrativo da cidade de Emerita Augusta, destacando as duas vias principais e alguns elementos arquitetônicos que compunham o urbanismo de uma colônia romana provincial (ALGABA, 2009, s.p.).



- | | |
|---------------------------|---|
| 1. Kardo (norte-sur) | 5. Foro |
| 2. Decumanus (este-oeste) | 6. Templo de Diana |
| 3. Anfiteatro | 7. Arco de Trajano y Templo del Foro Provincial |
| 4. Teatro | |